

SIMONE MIZIARA FRANGELLA

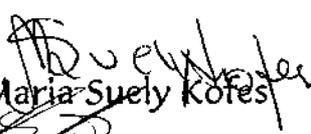
## “Capitães do Asfalto”:

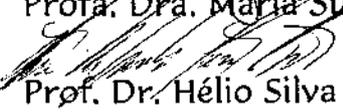
### a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas

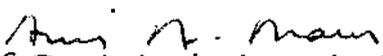
Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Antropologia do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas, sob a  
orientação da Profa. Dra. Maria Suely Kofes

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
pela Comissão Julgadora em  
19/12/96

Banca:

  
Profa. Dra. Maria Suely Kofes

  
Prof. Dr. Hélio Silva

  
Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto

Profa. Dra. Ana Maria Niemeyer

F851c

dezembro/1996

30294/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
T.º	ibmunicamp
F851c	
V.º	
DIAS	30.294
PROC.	281/94
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	2811,00
DATA	21/05/97
N.º CPD	

CM-00097901-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

F851c

Frangella, Simone Miziara

“Capitães do asfalto: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas”/  
Simone Miziara Frangella . - - Campinas, SP: [s.n.], 1996.

Orientador: Maria Suely Kofes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Menores abandonados - Campinas (SP). 2. Espaços urbanos. 3. Sexualidade. 4. Antropologia. I. Kofes, Maria Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Aos meus queridos pais, Zé e Cida,  
pelo carinho, pela confiança e  
generosidade

À Melissa,  
pela infância inspiradora

## Resumo

Este trabalho pretende levantar algumas reflexões acerca do modo como o constante deslocamento de meninos e meninas pelas ruas de Campinas permeia a construção de seus códigos de sociabilidade.

Acompanhando seu trajeto pelo centro da cidade, e observando as apropriações que essas crianças e adolescentes fazem de ruas, enfoquei as relações estabelecidas entre eles e os demais segmentos sociais, e as representações e práticas que são criadas a partir dessas interações.

Nesses itinerários, destaquei as expressões de corporalidade neles presentes: as marcas corporais, as técnicas de sobrevivência, e as demarcações de gênero.

A rua é um *locus* de re-significações constantes de valores e práticas, que meninos e meninas carregam consigo em seu trânsito pelas suas casas, pelas entidades assistenciais e pela própria rua, e revela um exercício de sociabilidade particular, pautado pela dinâmica itinerante que caracteriza o espaço urbano.

Esse “saber de rua”, calcado no deslocamento espacial, confronta-se incessantemente com os discursos, as representações e projeções de um ordenação urbanística que limita a infância e adolescência ao espaço da casa e da escola. Como consequência destes embates, os códigos sociais desses meninos e meninas são permeados de ambigüidades e contradições.

## Summary

This work raises some reflections about the way the constant movement of boys and girls in the streets of Campinas constructs their codes of sociability. Following their steps across the town, and observing the appropriation of the streets made by these children and adolescents, I foccused the relations that are set between them and the other social groups, and the representations and practices created from these interactions.

In this itineraries, I underlined the body expressions present in them: the body signs, the technics of surviving, the delimitations of gender.

The street is a place of constant re-significations of values and practices that boys and girls carry with them in their walking across their houses, the institutions that take care of them, and reveals a particular sort of sociability, based on the itinerant dynamics that marks the urban space.

These codes face, repeatedly, the discourses, representations and projections of the urban order that limits the child and the adolescent in the spacial circuit of their houses and of the school. The consequence of these confronts is the presence of ambiguities and contradictions in these codes.

## ÍNDICE

Agradecimentos	7
Apresentação	7
Capítulo I - A pesquisa e o tema: algumas questões	14
• o recorte metodológico	15
• pontuações sobre o recorte temático	39
Capítulo I I- Os sujeitos de quem falo: algumas interpretações	72
• a criança “menor”	73
• Imagens e classificações	90
Capítulo III - Marcando itinerários no espaço urbano: mapas de visibilidade	
• À procura da enunciação pedestre: a descrição de um itinerário	113
• Uma parada: encontros no Largo do Rosário	129
Capítulo IV - O corpo e o circuito itinerante: privilégio das ambigüidades	227
• As marcas corporais: despojamento e conflito	241
• Práticas corporais - O aprendizado de rua	262
• Fragmentos de gênero	275
Considerações finais	302
Anexo	
Bibliografia	314

## AGRADECIMENTOS

A CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

A Suely Kofes, orientadora de meus devaneios, pelo apoio, pela disponibilidade e pela grande sensibilidade para com minhas dúvidas e angústias.

A Bibia, por acompanhar meus primeiros passos no conhecimento do tema, e por me estimular nos caminhos de minha investigação.

À minha turma de mestrado, pelas animadas “conversas antropológicas”, pelos comentários críticos, fundamentais em minhas reflexões. Agradeço Vilson em especial, pela generosidade “bibliográfica”, e por fazer das angústias intelectuais grandes labirintos nos quais o pensamento brinca displicentemente.

À Pastoral do Menor, pela gentileza de abrir um espaço de seu penoso trabalho, possibilitando essa investigação. A Isilda, Rose, Ana e Cássia, pelo companherismo das caminhadas. A Lígia, por me fazer acreditar que há espaço para o respeito à condição humana nos tortuosos caminhos institucionais. A César, pelo estímulo da dúvida e por confiar em meu trabalho.

Aos meninos e meninas, personagens dessa etnografia, por me incluírem em mais uma de suas interações cotidianas e permitir que eu aprofundasse minhas questões. A Paulo e Islara, em particular, pelo carinho, e pela disposição a responder às minhas perguntas.

Aos amigos à minha volta, pelos seus ouvidos atentos à minha tagarelíce acentuada pelo exercício da reflexão. Em especial, a Marcelo Nahuz, pela produtiva amizade; gerou-me bons frutos intelectuais.

Aos amigos indispensáveis: Claudinha, Ana, Lu, Gabriela, e Marcelo, pelo grande incentivo às minhas perguntas, que às vezes me pareciam tão frágeis.

Às minhas irmãs, Denise e Mônica, por compartilharem comigo a indignação e a dor frente a exploração e humilhação social, um dos motivos dessa pesquisa.

Aos meus ajudantes “técnicos”, Joel, Buke e Luzia por ajudarem naqueles detalhes fundamentais que nos escapam.

A meus “anjos da guarda”, Andrea e Paula, cuja presença constante e auxílio no “trabalho pesado” permitiram-me viver esse período com mais prazer.

A Mazinho, um agradecimento especial, com muito amor: pela paciência inesgotável, pelo incentivo, pela simples presença.

## APRESENTAÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi acompanhar o cotidiano de meninos e meninas “de rua”, nas ruas do centro da cidade de Campinas. Em minha observação, tomei como enfoque as relações que eram construídas no trajeto que percorriam, o modo como se apropriavam do espaço das ruas, e a expressão de suas corporalidades neste circuito. A intenção, ao privilegiar a observação do trajeto dos meninos na rua, foi entender como esse espaço dá especificidade à sua vivência cotidiana, às suas representações sobre espaço social, corpo e gênero. Trata-se aqui, então, de compreender como essas categorias são vivenciadas e percebidas a partir do uso que fazem do espaço urbano.

Trata-se de etnografar uma experiência particular desse espaço: meninos e meninas utilizam as ruas da cidade como *locus* de criação de uma sociabilidade singular, intimamente ligada à uma dinâmica fragmentária e circulante. Neste espaço, precisamente nas ruas, essas crianças e adolescentes dormem, comem, brincam, estabelecem vínculos de amizade, de sexualidade, negociam sua sobrevivência, enfim, criam, em sua passagem pela rua, práticas, discursos e interações sociais. Tal vivência delinea códigos de sociabilidade que se moldam à incessante circulação na qual os meninos e meninas constroem seu cotidiano.

O deslocamento incessante dessas crianças e adolescentes se faz em função da própria movimentação que caracteriza as ruas, e, simultaneamente, revela o diálogo destas com uma ordem oficial que as considera “fora do lugar”. Concebida e ordenada como um espaço de funcionalidade comercial e de passagem, a rua é controlada por

e ordenada como um espaço de funcionalidade comercial e de passagem, a rua é controlada por mecanismos e agentes — policiais, funcionários municipais, comerciantes — que obstruem qualquer tentativa de fixação dos meninos em pontos da cidade. Boa parte de sua vivência calca-se na fluidez própria da rua, planejada como espaço de passagem e restrita a manifestações de caráter público.

A necessidade de escaparem a esses mecanismos repressivos e a vontade de viverem “aventuras”, que a rua — na diversidade de sua constituição — oferece, moldam uma utilização diferenciada do espaço, criando, ainda, uma visão específica do mundo para estes meninos e meninas. Há uma sociabilidade construída na passagem — sendo essa duradoura ou efêmera — desses personagens sociais pelas ruas movimentadas do centro da cidade..

Esses códigos de sociabilidade constituem um “saber de rua”. A vivência cotidiana nas ruas provoca uma re-significação constante de sentidos do espaço urbano e de valores disseminados pela sociedade, incorporados pelos meninos a partir das casas de onde saíram, ou nas instituições sociais pelas quais passam. A re-alocação desses valores no universo da rua obedece à fragmentaridade e ao caráter contingencial de seu cotidiano. As práticas e os discursos que fazem parte do universo dos meninos nas ruas tornam-se significativos e, simultaneamente, enunciadores da dinâmica itinerante que os envolve.

O acompanhamento que fiz do trajeto de meninos e meninas na rua desvelou-me esses códigos de sociabilidade. Simultaneamente, porém, foi possível perceber o quanto esse “saber de rua” confronta-se com discursos e representações que reforçam os espaços casa/escola/ trabalho como lugares de expressão de sociabilidade positiva, em detrimento ao caráter perigoso, negativo, indefinido, que é atribuído ao espaço da rua enquanto um lugar de permanência. O cotidiano desses meninos e meninas é permeado pelos constantes diálogos com

policiais, educadores, transeuntes, imprensa, gerando o confronto entre os códigos construídos na rua e as representações sobre uma idealização da vida “sedentária”.

Esse permanente conflito cria ambigüidades e contradições que considero significativas para se entender o universo de condutas e representações dessas crianças e adolescentes. Quando se empenham para sair das ruas, voltando para casa e retomando as atividades escolares e de trabalho, defrontam-se com o retorno a uma limitação espaço-temporal ao qual não mais se adequam, visto que a movimentação fragmentária, as atividades contingenciais às quais estão acostumados, estão ausentes. Como resultado desse conflito, muitas crianças retornam à rua, restabelecendo o circuito anterior. É um conflito de ordens espaciais e temporais diversas: por um lado, o circuito casa/escola/trabalho, que pressupõe uma rotina programada e lugares hierarquicamente funcionais e separados; por outro, o cotidiano na rua, fluido, imprevisível, nômade, circulante.

Porém, mesmo a sofre a projeção da ordem oficial, hierárquica e funcional. Nesse sentido, o diálogo desses meninos e meninas com os demais sujeitos sociais que os cercam se projeta em um vazio, que é espacial, temporal e social. As ambigüidades e contradições que percebi em seus diálogos, em suas práticas, são fruto deste vazio, da incessante ausência de lugar que se manifesta na sua apropriação particular da rua. Ou seja, o uso da rua como lugar de práticas públicas e privadas diárias particulariza a vivência de meninos e meninas enquanto personagens sociais, singulariza suas imagens e relações. Por outro lado, esta mesma tentativa de se localizarem socialmente fragiliza-se perante a concepção ordenadora e funcional da cidade, que privilegia o espaço familiar e institucional como lugares de sociabilidade positiva.

As crianças e adolescentes para os quais me voltei, permanecem nas ruas praticamente o dia todo. Diferentemente dos engraxates, ou vendedores de balas, não exercem nenhum tipo de atividade remunerada. A permanência nas ruas é

ocasionalmente quebrada por visitas à casa ou às entidades assistenciais, mas o retorno ao cotidiano da rua é recorrente. Assim, a casa e as instituições constituem igualmente pontos de passagem deste circuito. Tais crianças ou adolescentes são considerados, pelas instituições que atendem crianças carentes, sujeitos “em situação de rua”, ou em “situação de risco”, ou seja, estão de passagem pela rua, e são carentes das prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): boa alimentação, saúde, escola, moradia, atenção dos pais. Por outro lado, na classificação das instituições punitivas e de boa parte da imprensa, são chamados de “menores de rua”, ou “infratores” - aqui a imagem do perigo é reforçada. De qualquer forma, tais classificações são feitas a partir da visualização dessas crianças e adolescentes nas ruas do centro da cidade, explicitando uma especificidade oriunda dessa relação rua/criança.

A pesquisa se concentrou na observação da relação dos meninos com o espaço da rua e nas noções de corporalidade que se estabeleciam a partir daí. Em um período de 3 meses intensivos e 2 meses de forma irregular, percorri as ruas do centro de Campinas, acompanhando o trabalho de educadores de rua, que incluía, entre outras tarefas, uma caminhada pelo centro para localizar meninos e meninas. Minhas observações são fruto do registro desses encontros com eles e com os educadores, de nossas conversas, e da investigação das interações sociais que surgiam nesse contexto. Além disso, minha reflexão se debruça também sobre outros encontros com crianças e adolescentes de rua em pesquisas anteriores que efetuei.

No trajeto percorrido, procurei compreender como referências sociais diversas - que vêm da casa e da família, do bairro onde moravam, das instituições pelas quais passavam, e as produzidas na própria rua - entrelaçavam-se, constituindo sua visão de mundo. Valores ensinados em casa e nas entidades

assistenciais<sup>1</sup>, como a limpeza, o repúdio à promiscuidade, a importância da escola e do trabalho, ou mesmo a vida idealizada de “um dia ter uma casa, poder ser alguém na vida”, não compactuam com atividades de sobrevivência - como roubar, prostituir-se - às quais eles constantemente recorrem; assim como entram em conflito com a ausência de uma rotina sistemática, regrada por horários, ou com a concepção de independência que estes meninos têm, não aceitando se submeter a uma autoridade familiar ou institucional. Ou ainda, tais valores não contemplam as possibilidades de aventura e de expressão lúdica, como acontecem nas suas andanças pelas ruas e no uso do *crack*, da cola, ou de outras substâncias alucinógenas.

Em seu cotidiano, meninos e meninas lidam ininterruptamente com o confronto desses valores e práticas, muitas vezes de maneira conflituosa, outras de uma forma divertida. Manipulam as imagens que lhes são projetadas, ora reforçando sua condição de abandonados e vitimados, ora impondo seus interesses através da conduta e do aspecto ameaçador. Comportam-se diversamente, de acordo com os sujeitos com quem têm que negociar suas reivindicações, criando um comportamento maleável, construindo, assim, também um universo de contradições. Nesse sentido, a observação na rua torna-se aqui ainda mais imprescindível, pois é possível perceber que ela é o espaço que re-significa, ou congrega, sinteticamente, a mistura dessas referências. A vivência na rua imprime nessas crianças e adolescentes as contradições e ambigüidades destes mundos - casa, rua, instituição - permanentemente em um diálogo conflituoso.

As vivências e representações, construídas a partir do uso que meninos e meninas fazem do espaço urbano, imprimem-se, de forma significativa, em seus corpos. Noções de sujeira e limpeza, a relação com doenças, as atitudes corporais

---

<sup>1</sup> Embora eu esteja especificando os valores em questão nos espaços pelos quais os meninos passam além da rua, é preciso dizer que tais valores perpassam os circuitos sociais como um todo. Valores que privilegiam a moral familiar, o trabalho, a casa como espaço de vivência fundamental disseminam-se pela sociedade como um todo, através da educação familiar, da escola, da mídia, etc., e estão inclusive presentes nas famílias das quais meninos e meninas se originam.

ligadas ao tipo de sobrevivência na rua, o modo como os universos feminino e masculino se contrapõem nas ruas, foram abordados no meu estudo sobre suas noções de corporalidade. Em minhas observações de campo e nas conversas que estabeleci com eles e com os educadores, pude perceber o quanto estas ambigüidades, fruto da relação incessante e fragmentada entre o mundo “doméstico” e o mundo da rua, estão presentes em seus discursos e práticas. Como resultado, muitas das condutas, dos cuidados, e das representações sobre corpo que consideramos naturalizados aparecem entre estas crianças e adolescentes, mas re-significados, articulando-se em conformação com a dinâmica de seu cotidiano.

O texto resultante desta pesquisa está dividido em quatro capítulos: o primeiro é uma breve explicação sobre o tipo de pesquisa de campo que fiz e sobre o recorte temático. Sinteticamente, ele aponta para o eixo teórico que a constitui e discute a forma como a observação participante se adaptou à itinerância.

O segundo capítulo trata de indicar a complexidade de imagens e classificações que envolvem a criança e o adolescente de rua, a partir das denominações que se projetam neles ou são projetadas por eles. A partir daí singularizo os sujeitos que fizeram parte da pesquisa.

A descrição do itinerário e das experiências pelo espaço urbano, vistas através da movimentação dos meninos, constituem o capítulo III. Nele, a discussão principal gira em torno de como os meninos afetam o espaço e como são afetados por ele. Procurei entender como se articulavam, na rua, os valores de outros lugares sociais por onde os meninos usualmente passavam: casa, rua, instituições assistenciais.

O capítulo IV tem a discussão centralizada no corpo, nas marcas que os delineiam, e nas representações que dele são feitas. Foi possível, como já disse, focar no corpo a mesma dinâmica que permeia a construção de uma

“sociabilidade ambulante”, ou seja, centrei-me precisamente nas contradições e ambivalências que destacam-se nas manifestações corporais explicitadas nas ruas. As noções de corporalidade, assim como o uso do espaço urbano revelaram, de uma forma mais explícita e significativa, esta dinâmica espaço-temporal de circularidade, fragmentação, e multiplicidade, que caracteriza o universo dessas crianças e adolescentes de rua.

## Capítulo I

# A Pesquisa e o Tema: Algumas Questões

Neste primeiro capítulo, trato de tecer algumas considerações sobre o recorte metodológico e o recorte temático que constituem o eixo desta pesquisa. Tais considerações são, ao meu ver, relevantes para que o leitor possa compreender de forma mais clara a maneira pela qual minhas reflexões se constituíram. São pontuações significativas sobre os procedimentos metodológicos e sobre a importância das questões teóricas especificadas na pesquisa.

- *O recorte metodológico*

A questão das crianças e adolescentes “de rua” tem sido amplamente discutida por psicólogos, sociólogos, médicos, juristas, policiais, políticos, profissionais da imprensa da sociedade brasileira. A literatura produzida nesse debate congrega dimensões relevantes para entender a complexidade na qual esses personagens estão inseridos. As preocupações com as crianças abandonadas, que perambulam pela cidade, promovem o interesse em investigar as causas que os levam às ruas. Nesse sentido, a maior parte das análises se volta para a complicada situação sócioeconômica que envolve a maior parte dessas crianças: um contexto de miséria, causada pelo desemprego ou pelo baixo ganho de seus pais (1 ou menos de 1 salário mínimo) que, conseqüentemente, necessitam da mão-de-obra infantil para completar o orçamento familiar. A investigação se estende para a desestrutura familiar que acompanha tal contexto. A preocupação é com o “desmantelamento” da família, provocado pela ausência recorrente de um dos pais em sua estrutura, e caracterizado igualmente pela matrifocalidade e pela violência familiar.

Esses estudos dão conta de indicar o direcionamento usual da criança ou do adolescente provindo dessa situação sócio-econômica. Ou seja, a saída de casa se deve à necessidade de trabalhar nas ruas; é reforçada pela falta de estímulo de ir à escola (ou por não darem conta de trabalhar e estudar, ou porque a escola e seus métodos são ineficazes para lidar com a situação social do garoto ou da garota); ou é provocada pela existência da violência ocorrente dentro de casa, ou no bairro onde mora.

Boa parte dessa bibliografia também se preocupa em denunciar a assustadora violência que é projetada sobre esses meninos: a agressividade policial, os ataques de grupos de extermínio, a passagem traumatizante pela FEBEM, o massacre de sua personalidade e de sua auto-estima, ao sofrerem o peso do estigma que pesa sobre eles, construído a partir da imagem de perigosos, sujos, inúteis. Esta também é uma discussão importante, pois a passagem dos meninos pela rua já traz a marca da violência, e preocupa, na medida em que, por um lado, as crianças se tornam vítimas de sujeitos e grupos que os ignoram enquanto sujeitos de direito. Por outro lado, a violência passa a ser também produzida por eles, reforçando a imagem de periculosidade, e criando um ciclo vicioso de produzir e sofrer a violência física e moral. Desconstruir analiticamente este ciclo permite reforçar a necessidade de respeito aos direitos que garantem a esses meninos, enquanto crianças e adolescentes, obterem a qualidade de vida almejada para essa faixa etária. O debate em torno dessa literatura, cujo tom é o da denúncia, visa, portanto, às formas de intervenção na questão do menor.

Apesar da importância dos trabalhos denunciativos, a ênfase nesse tipo de análise perde de vista um outro aspecto do universo de meninos e meninas de rua - a particularidade da relação entre o menino e a rua. Obviamente que esse espaço é considerado nesses estudos, especialmente quando é focado o tipo de trabalho que meninos e meninas têm, ou a violência a que estão submetidos quando estão nele. Assim, em vários desses trabalhos temos algumas características de sua conformação nas ruas - dados estatísticos dos lugares que percorrem, do número de meninas e meninos nas ruas, indicações sobre a fluidez de seus agrupamentos, e a explicitação de seus discursos sobre um possível futuro fora das ruas<sup>1</sup>.

No entanto, podemos perceber que as experiências de meninos e meninas, dentro do perfil dessa literatura denunciativa, acabam por ser dotadas de uma espécie de determinismo. A rua - o espaço que os torna visíveis socialmente, e que é ocupado por eles como espaço de trabalho, de lazer e de convivência - é pensada somente como um reflexo da situação social de abandono e necessidade, e a articulação entre tal

---

<sup>1</sup> Como será colocado no capítulo II, a discussão sobre a questão da criança abandonada no Brasil é feita desde o início do século. Porém na década de 80 surge uma literatura específica sobre o "menor de rua", que tem o intuito de denunciar o contexto de exploração e maus-tratos em que ele vive. Trabalhos como os de Sônia Cheniaux, *Trapaceiros e Trapaceados* (1982), e de Rosa Maria Fisher Ferreira *Meninos da rua — valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo* (1979), expõem as condições sócio-econômicas deterioradas que levam meninos e meninas à rua, e também reforçam a oposição rua/ espaço institucional, e a importância da contribuição do trabalho dessas crianças para o orçamento familiar e o não rompimento efetivo de laços familiares. Boa parte dos autores também reforça a violência que recai sobre o menino ou a menina de rua dentro das instituições punitivas, como é o caso de Maria Lúcia Violante, em *O dilema do decente malandro* (1982) e Marlene Guirado, no livro *A criança e a FEBEM* (1980); o circuito de criminalidade em que essas crianças estão inseridas, as relações agentes sociais como traficantes, policiais, "bandidos" é temática de Carlos Alberto Luppi no livro *Agora e na Hora de nossa morte — o massacre do menor no Brasil* (1982), e de Sérgio Vieira R. Arruda em *Pequenos Bandidos* (1983). Os livros citados aqui não constam na totalidade da literatura produzida em um campo multidisciplinar. Todavia, são bastante conhecidos e representativos desta literatura descrita. As referências bibliográficas destes trabalhos estão na bibliografia geral, no final da dissertação

situação e a criação de novas representações, assim como uma possível re-significação de valores efetuada na rua, é pouco considerada.

Atualmente, o trabalho de militantes e educadores, pertencentes sobretudo às ONG's que se voltam para a criança e o adolescente carente, em várias cidades do país<sup>2</sup>, assim como educadores de rua pertencentes a outras organizações de atendimento ao menor, tem privilegiado o contato com os meninos e as meninas na rua. Na perspectiva deste trabalho, a relação do menino com a rua passa a ser considerada como relevante, o garoto ou a garota começam a ser conscientizados de poderem reivindicar seus direitos estando na rua, e boa parte das atividades de educadores é feita nesse mesmo espaço, como melhor alternativa para se lidar com o comportamento arredo das crianças e adolescentes.

A imprensa tem aberto, de certa forma, espaço para que a imagem do menino ou a menina que está na rua não seja projetada apenas em uma perspectiva negativa. Têm sido recorrentes matérias jornalísticas privilegiando o ponto de vista desses meninos, explicitando seus gostos, seus sonhos e suas histórias familiares ou as da vivência na rua. Artigos como este convivem lado a lado com as denúncias constantes de ligação desses meninos e meninas com o tráfico, roubo, extermínio, prostituição, com o pânico que causam e o perigo em que vivem.

---

<sup>2</sup> As ONG's são presença significativa em especial nas capitais do país, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Goiânia. No contexto de minha pesquisa, em Campinas, a organização que atuava com as crianças e adolescentes de rua era, sobretudo o Movimento Nacional dos Meninos de Rua. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, muitas ONG's atuam na mesma questão. As organizações não governamentais têm tido um peso crescente na reivindicação dos direitos da criança e do adolescente e reforçam, a meu ver, a importância da questão da cidadania, mais do que as organizações governamentais que discutem os programas de atendimento a crianças carentes.

No entanto, mesmo essas mudanças ocorridas nos últimos cinco anos ainda explicitam uma visão em que o conjunto de representações e experiências concretas dos meninos é apresentado como a negação dos valores disseminados pelos circuitos de socialização (casa, escola) aos quais eles, em grande maioria, não se ajustam. Os educadores, dentre os representantes das atividades que se voltam para a reintegração da criança e do adolescente, são os que mais se aproximam deles. Estabelecem uma relação próxima e afetiva; através dessa relação, passam a compreender melhor o universo que compõem o cotidiano de meninas e meninos, participando deste.

Porém, a amplitude da visão dos educadores, fruto desse contato mais próximo, esbarra nas concepções que moldam seus objetivos assistenciais. Ou seja, é preciso tirar o menino da rua, e todos os esforços são canalizados para isto. Conseqüentemente, em seu diálogo com os meninos, os educadores, em meio às contradições que surgem de sua proximidade com os meninos, e da pressão que sofrem por todos os lados, acabam por afirmar-se, sobretudo, como representantes do discurso que considera as crianças e os adolescentes em um lugar inadequado, reforçando as condenações morais que recaem sobre os garotos, tornando os seus interesses e as suas carências distantes dos objetivos enquanto educador.

Do mesmo modo, a imprensa, quando enfoca o lado mais “humano” do menino, coloca-o na posição de vítima e dependente, contrariando muitas vezes certas representações dos meninos que reforçam gosto pela rua (como a sensação de liberdade, ou de ausência de autoridade que acreditam conseguir na rua). Sobretudo, a rua

continua a ser vista como um lugar de sobrevivência, do imediatismo, e sua consideração enquanto um espaço articulador e re-significador de experiências sociais ainda é minimizada.

A consequência dessa minimização é que a tentativa de compreender o mundo dos meninos e meninas de rua, para que se possa auxiliá-los, fragiliza-se, ao não dar conta de apreender uma parte essencial desse universo: a construção de um arcabouço de valores, de posturas e de subjetividades, feita a partir da complexidade e multiplicidade de experiências que acontecem na - e que são próprias da interação dos meninos com - a rua. A singularidade do uso que os meninos fazem do espaço, expõe marcas e visões de mundo que, se não forem compreendidas, dificultam o estabelecimento do diálogo entre estes e os sujeitos com os quais interagem. Ou seja, é necessário observar de que modo se apropriam dos espaços da cidade, que respostas dão à interpelação de seus interlocutores, a dizer, os comerciantes, os transeuntes, a polícia, os educadores, os traficantes; e, ainda, ouvir ou perceber como eles vêem a rua, a casa, as instituições.

Apesar de ser importante descrever o que causa sua ida às ruas, tal descrição não é suficiente para justificar a permanência nelas, já que é apenas uma pequena parcela dessas crianças, frequentadoras do espaço, que de fato passam o tempo todo nele. Mas, se olharmos mais atentamente para que tipo de laços constituem seu cotidiano, talvez possamos aprofundar nossa reflexão em torno de algumas das características que moldam sua vivência e delineiam sua imagem social, como a circularidade que os movimenta, a ausência de um plano futuro (que acaba sendo interpretada como um imediatismo para a literatura

denunciativa), a relação com a violência e os perigos da rua, a impaciência de permanecer em uma instituição, enfim, uma série de elementos que parecem, ao menos aos olhos de profissionais que lidam com eles, como “outras”, distantes do universo que idealizamos para uma criança, e incompreensíveis para que se possa trabalhar.

Embora não possamos dizer que o cotidiano na rua compreende a totalidade da vivência dessas crianças e adolescentes, cabe ressaltar que ele é fundamental para torná-la visível. Colocados na fronteira entre a marginalidade e a ordem social, meninos e meninas tornam a rua um *locus* de comunicação com a sociedade, um espaço através do qual eles reivindicam a participação nesta ordem social que tende a excluí-los. Tornam-se visíveis graças ao modo como se apropriam dela. Sua especificidade enquanto categoria social surge desta comunicação, em um processo duplo: através das políticas sociais voltadas a elas e da estigmatização social; e a partir dos próprios meninos e meninas, que respondem a esses mecanismos. Nesse processo, identidades múltiplas, frágeis, são construídas, na relação com cada segmento social com o qual interage. Daí a multiplicidade de imagens que se misturam nas notícias de jornal, e que causam uma confusão de classificações e interações por parte de educadores e transeuntes. Em processos dialógicos constantes, meninos e meninas dotam seu universo de condutas e representações de ambigüidades, as quais revelam um denso entrecruzamento de fronteiras simbólicas.

A pesquisa que apresento aqui privilegia, como outros estudos recentes<sup>3</sup>, o entendimento do uso que os meninos fazem da rua. Não pretendi abarcar a totalidade de seu universo, tampouco fornecer um esquema estruturador de suas relações na rua. Minha proposta foi descrever uma experiência de movimentação de meninos e meninas de rua pelas ruas do centro de Campinas - seguida durante um curto período de tempo - oferecendo, a partir desta descrição, elementos para refletir sobre a relevância da rua na construção que essas crianças fazem de representações sobre o espaço social, o corpo e o universo de gênero, e de como as vivenciam. Nessa perspectiva, tentei apreender, através do acompanhamento desse trajeto, a dinâmica espaço-temporal que permeia esse cotidiano e as significações que se explicitam através dela.

---

<sup>3</sup> Nos últimos dois anos, tive acesso a trabalhos que considero importantes no que diz respeito ao enfoque do menino na rua. Naturalmente, os que cito aqui são apenas alguns dos que aparecem no debate acadêmico hoje. São eles:

• Marchi, Rita de Cássia. "Crianças Espertas": um retrato do "vício da rua" em crianças pobres no centro de Florianópolis. Tese de mestrado, UFSC Julho 1994 - a autora faz um retrato etnográfico do cotidiano de crianças pobres no centro da cidade de Florianópolis, para comparar com retratos que são fornecidos pela literatura ficcional e jornalística sobre o tema

• Silva, Hélio e Milito, Cláudia. *Vozes do meio fio*. RJ, Ed Relume Dumará, 1995 - é uma etnografia, que trata de tentar elucidar a trama de diálogos que envolvem a singularidade de crianças e adolescentes "ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro." A descrição etnográfica, entremeada com as reflexões dos autores, toma os meninos, os educadores de rua, e vozes da cidade do Rio de Janeiro como interlocutores, e tece uma trama na qual estes diálogos constroem a problemática do que chamamos de "menor de rua".

• Leão, Andrea Borges. "Uma casa de Meninos e Meninas no Coração de Jesus" Dissertação de mestrado em Sociologia. UFCE. 1993 - a autora faz estudo de caso, observando representações construídas pelos meninos que habitam a praça Coração de Jesus sobre a questão da infância e de seu imaginário

• Magni, Claudia. "Povo da rua: um estudo sobre nomadismo urbano" in *Coleção Cadernos da Cidade*. Vol.2, nº 4, Porto Alegre, 1995 - o enfoque da autora não recai especificamente sobre as crianças e adolescentes de rua, mas os habitantes desta, na qual os meninos estão incluídos. Sua perspectiva volta-se para a constituição de um modo de vida baseado no caráter nômade. Ela analisa o modo como se apropriam do espaço, dos utensílios abandonados pela sociedade sedentária, pelo modo como usam o corpo.

A opção por este método - acompanhar o trajeto dos meninos pelas ruas e perceber as enunciações que se faziam a partir daí - surgiu em resposta ao tipo de questões que me coloquei, e perante o sujeito analisado. Uma vez que os meninos tornam-se visíveis, enquanto categoria social, através das negociações que fazem continuamente a partir do diálogo que estabelecem com os demais segmentos sociais, foi fundamental focar tais interações e compreender como estas tornam o universo de garotos e garotas singular. A questão era: como apreender tais interações em sua dinâmica?

Embora diversa da constituição espaço-temporal que molda o universo domiciliar e sedentário, a circulação presente na rua está entremeada com a fixação de lugares sociais. De que forma eu poderia apreender a dinâmica espaço-temporal circulante que atravessa o espaço das ruas? Como perceber sua especificidade e de que modo ela se opõe aos trajetos fixos? E, para além disso, como revelar um conflito contínuo entre uma ordem urbana, que classifica e separa espaços de acordo com uma lógica comercial e excludente, e a incessante resistência dos meninos ao poder que a legitima, explicitando este conflito como produto da negociação de fronteiras simbólicas? Essas questões, que carreguei para a pesquisa de campo, foram sendo respondidas a partir das relações cotidianas que travei com meninos e educadores. Nesse sentido, o método utilizado para desvelar o trajeto descrito é fruto desses diálogos.

Tal recorte metodológico remete a alguns dilemas contemporâneos colocados à pesquisa antropológica. Ao deparar-me com as questões levantadas acima, concluí que se tratava de questionar o próprio modo de abordagem, o tipo de pesquisa, e minha relação com o sujeito

pesquisado. Esta problemática torna-se, hoje, um importante tópico de discussão no campo da Antropologia, pois nos leva a refletir sobre as transformações na relação entre o sujeito pesquisado e o pesquisador, e na dificuldade crescente, por parte deste, em circunscrever o pesquisado unicamente em sua cultura ou no grupo que fornece sua identidade social.

O fenômeno da globalização e as conseqüências de sua influência na questão da diversidade cultural, criaram algumas incertezas a respeito dos pressupostos básicos da Antropologia, como o trabalho de campo, a interpretação do outro, a autoria do texto (Montero 1993: 161)<sup>4</sup>. O problema é como entender culturas locais, ou realidades específicas - objeto tradicional da disciplina - levando em conta a influência que estas sofrem de processos de expansão capitalista, os quais, através da intensificação de processos tecnológicos a partir da década de 80, promoveram uma "circulação mais ampla de idéias e lógicas diferenciadas" (Montero 1993: 172).

Uma perspectiva de pesquisa mais "tradicional" da Antropologia, que privilegia a interpretação do "outro" como outro, com recortes que enfocam um universo etnográfico fechado em si mesmo, isolado e cujo autor se coloca como tradutor de uma cultura diversa, não dá conta de entender esse processo e o conseqüente movimento entre o obscurecimento das diferenças na totalidade e a sua permanente reinvenção, como reação à imposição de valores hegemônicos (Montero). Para apreender o entrecruzamento de idéias, valores, e práticas, é

---

<sup>4</sup> Montero, Paula. "Questões para a etnografia numa sociedade mundial"  
in *Novos Estudos Cebrap* n° 36 julho 1993 pp.161-177

preciso, diz Montero, “explodir” os universos etnográficos (Montero 1993: 172). As estratégias utilizadas, até a década de 80, para apreender uma possível identidade e suas transformações, seja ela de um grupo social, de um indivíduo, de seu sistema, ou do próprio etnógrafo (Marcus 1991: 200)<sup>5</sup>, são colocadas em questão, por esses autores, diante da realidade atual, caracterizada por referências de tempo, espaço, identidade bastante diversas e fragmentadas.

No caso das etnografias voltadas para a própria sociedade ocidental - e aqui podemos considerar as análises de grupos políticos, segmentos minoritários, sujeitos “excluídos” de uma ordem social vigente - trata-se, segundo Montero, de perceber esta dinâmica de integração/separação de modo inverso ao que ocorre na interação com povos não ocidentais; é uma percepção do movimento “não mais o da integração das diferenças, mas o da separação de igualdades”. Ou seja, como entender o processo de “tribalização”, ou, em outras palavras, de “reivindicações de identidades culturais dispersas, únicas e não intercambiáveis entre si”, que tornam explícito o quanto a cidadania, conceito no qual o processo de universalização e homogeneização dos indivíduos se apóia, não dá mais conta das reinvenções das diferenças, efetuada pela diversidade de segmentos e sujeitos sociais.

Nesse contexto, cabe ao antropólogo, na interpretação de Montero, entender menos o quanto “o grupo permanece idêntico a si mesmo”, e mais como grupos diversos negociam essas estratégias de

---

<sup>5</sup> Marcus, George. “Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do séc XX ao nível mundial” in *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, n° 34, 1991, pp.197-221

integração/separação, o que supõe ultrapassar a oposição entre resistência e submissão. Ou seja, não se trata mais de entender o efeito de acomodação dos mecanismos globalizantes nos grupos e sociedades estudados, ou verificar as formas como tais grupos reagem localmente à imposição dos valores que se pretendem hegemônicos.

Qualquer um desses processos parte ainda de uma separação entre o global e o local, de lógicas vistas como separadas. Seria o ponto de vista de uma etnografia mais conservadora, na qual, segundo Marcus, “ao reconhecer a acomodação evita-se a nostalgia da totalidade, da comunidade (...) Por outro lado, *ao reconhecer a resistência, evita-se o pessimismo sem saída contido na concepção do mundo como totalmente administrado na modernidade (...) o que realmente se evita e se recusa nas etnografias mais convencionais ou conservadoras centradas na tese da resistência/acomodação é a exploração de um senso tão inflexível de paradoxo na análise do entrelaçamento e da diversidade e homogeneidade que não permita um fácil desmembramento destes dois termos*” (Marcus 1991: 203).

Esse tipo de etnografia conservadora ou tradicional, segundo as concepções de Marcus e Montero, corre o risco de não apreender a tensão e a entremeação entre estes mecanismos de submissão e resistência, presentes na dinâmica fragmentária, plural, turbulenta das constituições sociais contemporâneas e que é responsável pela criação de identidades específicas, sejam elas individuais ou coletivas. (Marcus 1991:204). Assim, a proposta de uma nova forma de investigação

---

<sup>6</sup> grifo do autor

etnográfica aponta para a necessidade de se voltar a atenção para o modo como, através da integração, as diversas culturas repõem suas diferenças (Montero 1993:174).

A problemática, colocada por esses autores, tem sido preocupação recorrente no campo da Antropologia, principalmente, como já foi dito, no que se refere à relação entre o pesquisador e o grupo (ou indivíduo) pesquisado, ou ao enfoque que define o universo pesquisado. Marcus e Montero levantam as questões metodológicas, mas não definem alternativas possíveis como respostas. Tanto um autor quanto o outro, indicam que, para este diagnóstico contemporâneo, não existe uma forma ideal ou canônica de se fazer pesquisa. Mesmo em suas propostas para uma nova forma de se efetuar-la, eles consideram a dificuldade de estabelecer um método adequado a este novo enfoque.

O procedimento metodológico a que me propus torna-se uma forma de interlocução neste debate, pois o acompanhamento do trajeto das crianças e adolescentes foi uma forma de enfrentar as dificuldades que tive para comunicar-me com os meninos, em função da extrema desconfiança destes, de sua incessável propensão a caminhar, e do pouco tempo de contato. Foi também a opção mais adequada para apreender, como veremos a seguir, a importância que a movimentação do espaço das ruas tem na constituição de seu cotidiano.

Mas, para além disso, levando em consideração que as discussões sobre pesquisa apontadas aqui giram em torno da relação entre uma perspectiva global e local, a etnografia que apresento não se encaixa, dentro desse debate, nem em uma perspectiva tradicional, tampouco no

perfil proposto para uma etnografia nos moldes contemporâneos. Ela aparece sobretudo como uma intersecção entre os dois enfoques metodológicos.

A experenciação de um circuito urbano, no centro de Campinas, definindo um trajeto particular de meninos e meninas de rua, constituiu uma etnografia “localista”, ou seja, remete a um modelo etnográfico que considera o local, o específico; enunciar esta experiência particular de um cotidiano que está intimamente ligada a um espaço específico, no caso, a rua. A necessidade de compreender a dinâmica que molda esse trajeto e os códigos sociais que se criam a partir dele levam ao enfoque na localidade. Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva metodológica próxima do que qualificou-se como tradicional.

Porém, por outro lado, esse itinerário não constitui a totalidade das experiências múltiplas dos meninos. Dentro de seu universo fragmentado, ela constitui um trajeto, espacial e social que, embora seja fundamental para compreendê-los, não circunscreve a complexidade de suas práticas e interações sociais. Perde-se, então, de vista a totalidade enquanto condição para compreender os meninos e as meninas como personagens sociais. Ademais, a pesquisa e a etnografia se deslocam continuamente, o que significa dizer que o espaço aqui só faz sentido enquanto deslocamento e, portanto, não expressa uma localidade restrita, fechada. A ênfase na fragmentação do espaço enuncia, mais do que o entendimento de sua totalidade, a significação desse itinerário. Diferentemente do que fazem, em geral, as etnografias tradicionais, há um local, mas pluralizado e sem pretensão da totalidade.

A relação entre totalidade e fragmentação coloca-se inteiramente no trabalho descrito, se levarmos em conta que minha proposta foi descrever uma experiência particular de modo que ela pudesse servir de reflexão para uma discussão mais ampla, estabelecendo uma comparação com outras realidades cujas características se apresentaram similares, como é o caso das pesquisas no Rio de Janeiro, por exemplo. Ou seja, podemos perceber, através da descrição de um caso particular, a emergência do sujeito menino de rua, que está presente em uma perspectiva geral, apesar de se colocar de forma fragmentada. Dessa forma, explodir o universo etnográfico significa, em minha perspectiva, levar em consideração essa fragmentação, sem deixar de levar em conta a especificidade desse sujeito. Para indicar tal especificidade, é preciso temperar o enfoque nas interações sociais entre os meninos e os personagens que os circundam com as condutas que conformam sua singularidade.

Meu enfoque foi perceber como, na construção de seu cotidiano, meninos e meninas re-significavam e misturavam valores e referenciais que, aparentemente, permaneciam separados e incongruentes; uma vez que a rua é constantemente colocada em oposição à casa e à escola, pretendi entender o que constituía a vivência dessas crianças nas ruas, levando em conta que elas vinham de lugares como casas, escolas, instituições assistenciais. Ou seja, como conviviam visões de mundo diferentes e, por vezes opostas, em seu universo. A idéia era fazer uma observação etnográfica de uma ação concreta - a circulação - no universo específico da rua, para trazer reflexões sobre a identidade

múltipla desses sujeitos, construída no limiar das relações entre uma ordem social vigente e a marginalidade.

O primeiro objetivo da pesquisa de campo foi seguir os passos de meninos e meninas pelas ruas do centro da cidade de Campinas. Atuei como uma espécie de “etnógrafo itinerante”<sup>7</sup>. Para que eu me adequasse metodologicamente ao circuito dessas crianças e adolescentes, era necessário que eu caminhasse atrás deles, com eles, ou mesmo seguindo seus rastros. Precisei ser itinerante em meu ato de observar, para que eu pudesse entender o que de fato significava a circulação em seu cotidiano. O procedimento comum ao etnógrafo, de marcar uma regularidade em um local específico ou em um tempo de encontro tornava-se limitado para mim, uma vez que os meninos e as meninas circulavam pelo centro com intensa irregularidade.

Passei os três meses de pesquisa contínua, saindo todas as tardes, de segunda a sexta-feira, em direção ao centro de Campinas, junto com os educadores de rua da Pastoral do Menor. Passávamos por pontos em que estes acreditavam que os meninos poderiam estar, seja porque os haviam visto nos dias anteriores por ali, seja porque comerciantes e trabalhadores que ficavam por perto nos indicavam. Às vezes encontrávamos um ou dois, conversávamos um pouco, e os garotos indicavam onde poderiam ter ido os colegas com quem haviam encontrado à noite ou no dia anterior. Eram indícios desse trajeto que descrevi, dotados de uma continuidade espaço-temporal obscura aos

---

<sup>7</sup> Tomo este termo emprestado de um dos professores da banca de qualificação, o prof. Hélio Silva, que assim descreveu minha proposta de pesquisa.

passantes que os vêem nas ruas, porém mais explícita a quem os acompanha neste cotidiano, como é o caso dos educadores.

Além de passar por locais dos quais tínhamos referência, andávamos pelo centro à procura de novos garotos ou garotas, que estivessem no centro comendo, dormindo, roubando ou pedindo. Era um contato que estes educadores chamavam de “abordagem”: o contato, a troca de informações (eles nos diziam quem eram, de onde vinham, se conheciam outros garotos; nós lhes indicávamos as possibilidades de sair da rua, através das instituições, do oferecimento de trabalho). Acompanhando esses contatos, fui percebendo várias das interações dos meninos com outros sujeitos: a conversa medida com os educadores, o olhar avaliador e estratégico que lançavam aos vários relógios que transitavam por ali enquanto conversavam conosco; os diálogos rápidos e quase ininteligíveis com seus colegas; as mudanças de expressão para pedir dinheiro ou comida.

Diversas vezes seguíamos seus rastros. Passávamos pelos lugares em que eles costumavam estar, e lá restavam saquinhos de sanduíche, papelões, blusas, indícios de que eles estiveram ali recentemente. Ficávamos a imaginar para onde teriam ido. Perguntávamos às pessoas que trabalhavam por perto; estas nos ofereciam pistas, indicavam até que horas meninos e meninas permaneceram ali, onde pediam comida, e para que direção foram. Com essas informações, mais o conhecimento das possíveis atividades que eles poderiam ter à tarde - como ir em busca do *crack*, ou pedir dinheiro - os educadores refletiam sobre um possível trajeto. Continuávamos então a caminhar, estendendo-nos para além do

circuito imaginado, em função de outras possibilidades de curso, ou devido ao encontro com outros garotos desconhecidos.

Ao percorrermos esse circuito, observávamos também as formas que se apropriavam do espaço: os “acampamentos”, categoria disseminada pela imprensa para qualificar os agrupamentos dos meninos e meninas em praças e marquises, ou os “mocós”<sup>8</sup>, nome dado aos locais da cidade onde os garotos se refugiam para pipar<sup>9</sup> *crack*. Essa apropriação apontava, por um lado, para possíveis re-significações de lugares esvaziados momentaneamente, da lógica comercial que dá significação ao espaço central da cidade. Por outro, revelava a relação conflituosa que os meninos têm com sujeitos que representam esta lógica ordenadora, comercial, como é o caso da polícia, da imprensa, dos comerciantes, cujo incômodo com a ocupação “inapropriada” desses espaços gerava atitudes de expulsão. Mais um mecanismo ativador da circulação dos meninos.

Todos os indícios indicados acima, e observados em minhas caminhadas, foram reveladores de uma sociabilidade construída com base na itinerância, na irregularidade, na circularidade e, nem por isso, menos coerente do que uma trajetória de sujeitos que, em suas construções identitárias, delimitam seus espaços sociais. A movimentação desses meninos de um ponto para outro nas ruas da cidade é indicativa dos diálogos que estabelecem com os sujeitos que constituem seu

---

<sup>8</sup> Os mocós são lugares, tais como casas abandonadas, terrenos, fechados, adotados pelos meninos pra se esconder da polícia e fumar *crack*. Esta palavra, assim como o verbo mocoçar-se, são expressados constantemente pelos meninos e pelos educadores. Os mocós serão descritos mais à frente, no capítulo III.

<sup>9</sup> Fuma-se o *crack* em uma espécie de cachimbo, feito de latinha de Coca-Cola e cinzas de cigarro. Daí a utilização do verbo *pipar*.

universo social, e é igualmente reveladora do universo de representações que garotos e garotas têm sobre o espaço que habitam e sobre o efeito de sua presença nele.

Segui-los continuamente foi a possibilidade de perceber a dinâmica que construía essa sociabilidade. O itinerário que fiz estava imerso no trajeto das crianças; construí-o em parte com os educadores, em parte com os meninos e as meninas e, por vezes sozinha. Assim, nem do ponto de vista do itinerário a etnografia é totalizante. Sendo assim, pude delinear uma continuidade no centro da cidade, que não é apreensível pelos transeuntes que, em sua passagem pela rua, constroem uma imagem dessas crianças a partir de encontros fragmentados. A tarefa, enquanto “etnógrafo itinerante”, foi, portanto, produtiva, no sentido de enunciar essa movimentação que, embora restrita ao espaço da rua, pode contribuir para entender a circularidade que se estende às atitudes dos meninos e das meninas em outros espaços, como a casa e as instituições.

Mas os fragmentos de diálogos e encontros também foram constitutivos do circuito descrito. Muitas das cenas e atitudes descritas compuseram-se de minha observação, somada ao depoimento de educadores, de forma a entender um pouco mais da vida nublada de meus personagens. Informações sobre o tempo em que estavam nas ruas, sobre a família, sobre as instituições pelas quais passaram, casos acontecidos com eles anteriormente, foram me dadas de forma pouco sistemática; surgiam à medida em que meu contato com um menino ou menina demandava um conhecimento maior de seu contexto.

Os meninos ou meninas contribuíram para esta “costura”. As narrativas sobre acontecimentos cotidianos, que diziam respeito a eles e seus colegas, foram fundamentais para compor uma possibilidade de rotina à qual os educadores e eu não tínhamos inteiramente acesso. Assim, sua dispersão pelo espaço urbano e o percurso imprevisto, que faziam, adquiriam uma densidade e coerência, facilitando-me investigar melhor o ritmo de sua caminhada.

Mas nossos contatos não se fizeram somente neste trânsito. Apesar de encontrarmos esses personagens de maneira irregular, dificultando a observação de trajetórias individuais, houve um momento da pesquisa em que os encontros passaram a acontecer também em um local específico. Depois de nossa caminhada diária, ficávamos no Largo do Rosário, onde as crianças e adolescentes gradualmente estabeleceram uma passagem mais duradoura. Um alívio, de certa forma, para o etnógrafo itinerante que, na condição de um cidadão mais “sedentário”, muitas vezes se perdia em meio a essa movimentação incessante.

A “parada” no Largo tornou possível o estabelecimento de diálogos mais intensos e, conseqüentemente, da percepção dos fragmentos de histórias, discursos, representações e atitudes que congregam-se e sintetizam seu código de sociabilidade. Especificamente nesses encontros, pude observar mais densamente como os universos da casa, das instituições e da vida nas ruas se misturam. Ficávamos na praça a ver o album de Soraia<sup>10</sup>, guardado na banquinha de livros espíritas que

---

<sup>10</sup> Soraia é uma das meninas que fazem parte de meus encontros etnográficos. Ela será descrita mais à frente, no capítulo III.

ali ficava; ou então observávamos o modo como pediam, como encaravam os transeuntes que os recriminavam. Às vezes, traziam a comida, almoçavam ao nosso lado. Conversavam sobre suas famílias, sobre as brigas, mostravam os machucados, teciam as reclamações.

De qualquer forma, a característica da efemeridade e da circulação continuavam se destacando como eixo dinamizador da vida desses meninos e meninas. Da mesma forma repentina como chegavam, iam embora, impacientes em busca do *crack*, cansados de conversar, ou mesmo incitados a se deslocarem em função da presença policial. Se marcávamos um encontro no dia seguinte, no mesmo lugar, nem sempre eles apareciam, ou nem sempre eram os mesmos garotos. Nosso contato com eles girava em função de sua circulação.

No texto, preocupei-me em revelar essa movimentação, em dar ao leitor a possibilidade de apreender esta forma específica de deslocamento. Nesse sentido, é a enunciação retórica de uma enunciação pedestre. Através do trajeto, revelo fragmentos de encontros, discursos, representações e interações e, através destes, proponho algumas reflexões sobre a especificidade da visão de mundo dessas crianças e adolescentes que acompanhei, marcada pelo caráter efêmero de relações, por uma dinâmica espaço-temporal circulante e fragmentária. Tais características são, ao meu ver, pontos centrais para o entendimento do tipo de sociabilidade que constroem, e da multiplicidade de imagens (ou identidades)<sup>11</sup> que dela deriva.

---

<sup>11</sup> Embora não se trate de uma discussão sobre identidade, se fosse considerada nesta perspectiva, seria interessante pensar, como aponta Marcus, na construção múltipla de identidades de um indivíduo ou grupo que se faz de forma *especialmente* diversa. O desafio é, como coloca o autor, “captar a formação de

É interessante observar, entretanto, que, embora a etnografia esteja colada ao trajeto, ela abre espaço para abarcar narrativas dos meninos, das meninas e dos educadores, que se remetiam a outros espaços e temporalidades, como é o caso de Soraia e seu álbum. Os fragmentos de memória também compõem o cotidiano e tornam explícita as “outras” realidades espaço-temporais que meninos e meninas vivenciam. Assim como as narrativas, as marcas corporais tornam estas passagens enunciativas dos valores e vivências nos diversos “fragmentos” do universo da criança ou do adolescente em questão.

Por fim, ressalto que a opção metodológica revelou-se a partir de uma relação dialógica entre meninos/meninas e eu, etnógrafa. Em minha busca por códigos de sociabilidade, acabei por chegar à itinerância. A pesquisa consistiu em procurar os meninos, seguir suas pegadas, provocar os encontros. Tornar-me itinerante foi, de certo modo, a forma de interlocução possível com eles. Rendi-me à sua mobilidade incessante, para compreender os sentidos de suas práticas e representações, que, a meu ver, eram somente explicitadas na própria circulação do trajeto. Metaforicamente, seria como estar do “lado de dentro” do universo dessas crianças e adolescentes. Como coloca Turner, é preciso voltar o olhar em direção àquilo que garante o sentido das práticas sociais existentes na cultura estudada. Com relação aos Ndembo, Turner frisou a necessidade de se ater às performances rituais dessa cultura,

---

identidades específicas através de todas as suas migrações e dispersões” (Marcus 1991:205). No caso dos meninos, isto é especialmente importante, pois a construção de suas “identidades” — moleque, menor, criança abandonada, perigo social, coitadinho, etc — é feita do múltiplo diálogo deles com os diversos sujeitos com os quais se relacionam, e que se encontram espalhados por seu circuito. O objetivo foi revelar esta dispersão. Não se trata de elencar todas as possibilidades de construções identitárias, mas compreender a complexidade do processo de construção.

imprescindíveis de serem estudadas, para tornar inteligíveis os dados sociológicos anteriormente coletados e, conseqüentemente, para que se pudesse compreender realmente algo da cultura Ndembo<sup>12</sup>.

Para adentrar nesse universo, procurei me adaptar. Ao iniciar meu trabalho com os educadores, passei a efetuar várias de suas atividades, como acompanhar a mãe de um dos meninos à sua audiência no Fórum, levar as crianças ao médico, acompanhar as tentativas de contato com os garotos e garotas na rua. Dessa forma, “passei a fazer parte de seu mundo”, participando dele, em parte, como um de seus mais importantes personagens, o educador. As entrevistas, procedimento comum de uma pesquisa antropológica e parte de meu plano de atividades, foram sendo adiadas para um momento mais adequado até se tornarem complicadas do ponto de vista instrumental (eram poucos os

---

<sup>12</sup> Em suas notas sobre o trabalho preliminar de campo do ritual Ndembo, Turner revela sua insatisfação perante a coleta de dados que fizera antes de assistir aos rituais. “Nos primeiros nove meses de campo, acumulei consideráveis quantidades de dados sobre parentesco, estrutura de aldeia, casamento e divórcio, orçamentos individuais e familiares, política tribal de aldeia, e sobre o ciclo de agricultura. Preenchi meus cadernos com anotações de genealogias; tracei as plantas da choça da população e coletei material de recenseamento; vaguei pelos arredores para conseguir termos de parentesco raros e descuidados. Sentia-me, no entanto, insatisfeito, como se estivesse sempre do lado de fora olhando para dentro, mesmo quando passei a fazer uso do vernáculo sem nenhuma dificuldade. Isto porque percebia constantemente o batuque dos tambores do ritual na vizinhança do meu acampamento, e as pessoas que conhecia despediam-se freqüentemente de mim para passar dias assistindo a ritos de nomenclatura exótica (...). Finalmente, fui forçado a reconhecer que, se de fato pretendia conhecer o que significava até mesmo um segmento da cultura ndembo, teria que vencer meus próprios preconceitos contra o ritual e começar a investigá-lo.” (Turner 199 :20).

Longe de desconsiderar a importância dos dados previamente coletados, a preocupação de Turner é com a ausência de sentido que tais dados apresentam se analisados desconectados dos processos rituais. Como é o caso, por exemplo, do papel dos sexos no ritual, ao analisá-los, Turner indicou que “certas regularidades na análise dos dados numéricos, tais como genealogia da aldeia, recenseamentos e registros sobre a sucessão de cargos e na herança das propriedades, só se tornavam plenamente inteligíveis à luz de valores encarnado se expressos em símbolos nas cerimônias rituais.” (Turner 199 : 21)

Turner, Victor. *O Processo Ritual - estrutura e anti-estrutura* Ed. Vozes, Petrópolis, 1974

garotos ou garotas que se dispunham a fazê-la), e ineficazes para responder às minhas questões.

Em sua incessante circulação, com uma tendência para manipular papéis, as entrevistas haveriam mais de me reportar a um discurso já pronto que, embora fosse importante para entender o diálogo dos meninos com os educadores, não era suficiente para revelar a dinâmica a que me propus. Nesse sentido, o discurso ultrapassou a palavra; o ato de caminhar e as expressões de corporalidade me revelaram mais sobre a dinâmica que envolve a construção de sua sociabilidade do que as entrevistas possibilitariam.

Da mesma forma, os dados quantitativos foram-me insuficientes. Tendo nessa etnografia um caráter informativo e não de análise, foi curioso perceber que mesmo os dados numéricos estão submetidos a essa circulação. Foi com uma certa dificuldade que obtive, das várias entidades que tratam da questão do “menor de rua”, dados que precisassem o números de crianças e adolescentes na rua. A razão para isto é que a circulação de meninos e meninas pelo centro é demasiadamente grande, e nenhuma das entidades possui um número exato, apenas estimativas. Se alguns desses números possibilitaram uma mínima idéia dessa circulação, não lançaram luz às minhas questões, que estão voltadas mais para a significação de subjetividades, valores e condutas que se criam na rua, e menos para o efeito grave que a presença da criança na rua tem para ela e para a sociedade em geral (e que é bem explicitada na literatura denunciativa).

## 2. Pontuações sobre o recorte temático

Uma vez especificado o recorte metodológico que fiz, penso ser relevante tecer algumas considerações sobre o recorte temático. Não pretendo aqui esgotar a discussão das questões que norteiam esta dissertação, uma vez que elas estarão sendo desenvolvidas nos capítulos seguintes. A proposta neste capítulo é apenas explicitar para o leitor o eixo em torno do qual as reflexões teóricas estão colocadas: a dinâmica da “circularidade fragmentária”, o espaço urbano e o corpo como categorias reveladoras da “sociabilidade itinerante” entre os meninos e as meninas que fizeram parte de minha pesquisa de campo.

Uma forte característica que nos salta aos olhos quando nos deparamos com as crianças e adolescentes de rua é seu comportamento instável e fugidio. Nos diversos tipos de atendimento ao menor, o desconforto e a confusão perante tal comportamento é grande, e constitui um dos maiores entraves para uma efetiva pedagogia ou tratamento de “recuperação”. A ida às suas casas, por sua vez, é esporádica, sem uma periodicidade específica, e cria uma certa desconfiança e distanciamento dos pais<sup>13</sup>. Na visão de muitas entidades

---

<sup>13</sup> Este tipo de reação familiar eu pude observar, em uma situação em que me deparei com a família de uma garota, Lara. O seu padastro nos recebeu cordialmente, quando a acompanhamos até a casa de sua mãe para buscar alguns documentos. No entanto, não parecia acreditar mais na recuperação da garota. Com um olhar desconfiado, dizia: “É, vamo vê se ela toma jeito agora, porque essa aí, é difícil”. A situação me fez crer que esta incredulidade parte, em muito, do cansaço dos pais frente às incessantes idas e vindas de Lara à sua casa. Depois de um tempo, deixaram de procurá-la; indiferença que acredito estar originada em parte pelo desânimo que suas constantes escapadas causam; em parte porque já começaram a desconectá-la da vida familiar, considerá-la estranha ao lar, uma “outra”.

Situações como esta são comuns nas relações entre essas crianças e seus pais, segundo depoimento de educadores e a julgar pelos casos que acabam sendo discutidos no juizado de menores. Mas é preciso dizer que estas observações estão longe de dar conta do universo das famílias em questão. Meu contato

de atendimento, são crianças e adolescentes irrecuperáveis, pois já se habituaram ao “vício da rua”<sup>14</sup>.

Em minha pesquisa, a instabilidade e fugacidade estiveram presentes o tempo todo, seja em minhas caminhadas, que já constituíam, por si só, a enunciação da itinerância, seja no modo como eu via o universo de condutas e valores ser construído no Largo. Meninos e meninas nunca permanecem em um mesmo lugar muito tempo, as relações de amizade e amorosas são constituídas de frágeis laços, os compromissos que assumem com os educadores para sair da rua ou ir ao médico são facilmente quebrados em função de um deslocamento necessário para ir atrás de droga, ou fugir da polícia.

A ênfase na itinerância se deu pela importância que ela possui na construção de códigos de sociabilidade entre meninos e meninas. A

---

efetivo com os pais das crianças foi pequeno, e, de qualquer forma, esta não era minha intenção. No entanto, o pouco conhecimento que obtive da questão auxiliou-me na “costura” do universo dos meninos, como é o caso a que me referi agora.

<sup>14</sup> Ouvi esse termo casualmente de um educador; como uma indicação da dependência do circuito da rua e da impossibilidade do garoto ou da garota serem reintegrados. A expressão parece estar integrada ao discurso “ressocializador do menino”. “Um ex-menino de rua, hoje educador”, dizem Silva e Milito “fala longamente sobre esses vícios de rua. Inúmeros são os depoimentos de recaída: meninos que, em casa de acolhida, em empregos, ou em escola, abandonam, seja a escola, o emprego, seja o acolhimento da casa para retornar ao espaço da rua com todas as precariedades inerentes à situação.” (Silva e Milito 1995:143).

É interessante perceber que os autores apontam para o fato de que o termo indica a rua como espaço que “exerce fascínio e cria dependência”. Mas essa qualificação também reforça a rua como um espaço de produção simbólica e não meramente de sobrevivência imediata, biológica, para esses meninos. A volta à rua não se faz necessariamente por carência material, uma vez que se retiram dos espaços onde conforto, bens materiais e segurança seriam garantidos. “Ela (a opção pelas ruas) persiste em muitos casos para além da carência material. Satisfeita esta e retirado o menino da rua, a plenitude das satisfações asseguradas, das necessidades preenchidas não é suficiente para aplacar necessidades simbólicas e assegurar satisfação e auto-realização que o espaço da rua parece garantir e aplacar”. (Silva e Milito 1995: 143).

Nesse sentido, reforço o argumento de que, ao considerar a rua o espaço da sobrevivência imediata e opção última de espaço de vivência, como é o caso de muitas entidades de atendimento e de boa parte das opiniões do senso comum, corre-se o risco de superficializar a experiência do menino ou da menina que passa pela rua, e possivelmente obscurecer suas alternativas de saída desta, por não considerar essa criança ou adolescente capaz de reverter sua situação.

fluidez não é característica exclusiva da rua, nem dos sujeitos em questão. Em outros espaços, como o caso dos não-lugares, “instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens”, como o caso dos aeroportos (Augé 1992: 48)<sup>15</sup> também têm a circularidade como elemento notável. A propriedade de circulação também não está restrita aos meninos. Nas atividades diárias de diversos cidadãos, o deslocamento pelo centro, em maior ou menor intensidade, é imprescindível para que cumpram a maior parte de suas atividades.

No entanto, a particularidade aqui está no fato de que são a fluidez, a fragilidade e a instabilidade que moldam o universo de práticas e representações desses meninos e meninas; são elementos através dos quais sua *visão de mundo* é construída. Nesse sentido, tais características constituem a singularidade dos meninos enquanto sujeitos sociais; pois é através dessa dinâmica circulante e, simultaneamente, fragmentária, que sua interações com outros sujeitos é criada e que eles se tornam visíveis no plano social. Ou seja, nessa contínua circulação pela rua, dotados de representações marcadas espacial e corporalmente, ainda que de forma efêmera, meninos e meninas constroem seus códigos de sociabilidade, e, simultaneamente, marcam o espaço urbano. A trajetória pelas ruas, circulante e fragmentária, define relações e direções que, por sua vez, estão condicionadas ao movimento nômade, formando um circuito social marcado pela contingência e pela dispersão.

Essas crianças e adolescentes são nômades da cidade, como outros personagens que por ela perambulam: os mendigos, os “loucos”, os

---

<sup>15</sup> Augé, M. . *Non-lieux*. Paris: Seuil, 1992

andarilhos (ou trecheiros, estendendo seu circuito pelas estradas, e acentuando esta dinâmica de deslocamento). A rua, para esses sujeitos, não é considerada apenas um lugar de passagem, ou de vivência de atividades exclusivamente de ordem que consideramos pública (como o exercício de relações comerciais, ou o uso da rua como espaço de lazer), ela é também o lugar no qual vivem, onde se misturam seus universos público e privado, sem aquela separação que constituímos para nós mesmos, quando opomos o mundo seguro e ordenado de nossas casas à desordem e ao perigo das ruas. Para esses personagens, o mundo se faz na mistura dessas qualidades, vivenciada sobretudo na rua. Sendo assim, eles acompanham a fluidez que a constitui.

Apesar do nomadismo urbano se constituir em oposição ao modo de vida “sedentário” (Magni, C 1994), parte dele como referência. Ou seja, os nômades urbanos ocupam os lugares que se pretendem ordenados por esta ordem sedentária - hierárquica, de limpeza, classificação normativa de lugares, para sobreviver, utilizam de objetos que essa sociedade sedentária rejeita, como papelões, restos de comida, utensílios domésticos jogados fora, e, por fim, estão o tempo todo em comunicação - conflituosa ou não - com vários dos personagens que vivem nesta lógica oposta ao nomadismo.

Há, portanto, uma entremeação entre essas duas formas de experimentar a cidade - uma forma mais fixa, sedentária, normatizada; e a nômade, descontínua, fragmentada -, a partir da qual se constituem as diferenças sociais, ou as múltiplas fronteiras simbólicas, de sujeitos sociais que disputam a significação do espaço. Os meninos e meninas, estando no limite entre esta ordem que se pretende legitimada, e uma

ordem como a “marginal” - que, simultaneamente, rebela-se contra esse poder de legitimação e cria outras formas de poder - tornam seu modo de vida uma constante negociação entre essas ordens, uma “viração”<sup>16</sup> contínua, operando com ambos os códigos que as constroem, e nem sempre sendo bem sucedidos (a julgar pela violência a que são submetidos por policiais ou traficantes, por exemplo).

Esse ato contínuo de virar-se, atuando com vários papéis sociais diferenciados a partir de cada interação social diversa, constitui o que considerarei como sendo um “saber de rua”. É um conhecimento apreendido através da gradual permanência do garoto ou da garota no espaço em questão, e dotado de um caráter contingencial. Como no caso dos trecheiros, a “viração” acontece no *fazer-se andando* (Cabral, Vilson A. 1995: 12)<sup>17</sup>, em meio a essa trajetória permeada por “zonas de sombras, descontinuidades, bloqueios, marcados pela violência, mas também por uma ‘liberdade’ de circular, de vagar, que marca sua diferença, marca de uma resistência (...) radical e irredutível a esquemas reducionistas de identidade.” (Cabral 1995:12)

Toda esta análise reforça a importância de se visualizar a fluidez, o que procurei fazer em minha descrição e nas reflexões que dela procedem. No entanto, trazem uma discussão interessante sobre fluidez/fixidez. Onde, em uma movimentação tão descontínua e fugaz,

---

<sup>16</sup> Entenda-se por “viração” o ato de manipular papéis para negociar a própria sobrevivência. No caso dos meninos e meninas de rua, é um procedimento contínuo, pois sua posição limite entre essas duas ordens e o fato de serem ainda menores de idade, facilita essa manipulação. A viração constitui suas múltiplas imagens perante os demais segmentos sociais. Tomo este termo do projeto de Doutorado de Maria Filomena Gregori “Violência e Viração: um estudo sobre os jovens de rua”. Mimeo. 1991

<sup>17</sup> Júnior, Vilson A. Cabral. “Os cosmonautas da autopista” - Trechos e Trecheiros... ou de como se fazer andando” mimeo/1995. Texto de circulação restrita.

poderíamos entender pontos possíveis de fixidez, como pontos de parada, relações estabelecidas, reafirmação de espaços sociais? O conhecimento apreendido nas ruas detém algum tipo de perspectiva outra que não a fluida?

Penso que fluidez e fixidez são, neste contexto etnográfico, elementos tão intrincados, que eu veria uma dificuldade analítica em separá-los. Minha descrição constrói-se em uma tentativa de revelar a dinâmica circulante, mas os encontros que relato, as observações sobre as interações entre os meninos, deles com outros sujeitos, ou com o espaço urbano, fazem parte de uma perspectiva de fixação de lugares, representações e condutas sociais. No entanto, esses elementos estão sendo incessantemente re-significados pelos deslocamentos constantes de meninos e meninas. A movimentação corpórea desses personagens pelo espaço, submetendo-se à fluidez, fixa neles próprios os locais onde estiveram. Isto fica explícito em suas marcas corpóreas, no entrecruzamento de valores diversos projetados em seus discursos, no próprio aprendizado de rua.

Garotos e garotas, em seu cotidiano, inscrevem lugares e interações, que se efetivam como pontos marcados de seu cotidiano. O Largo do Rosário<sup>18</sup> era um deles, as crianças passavam praticamente todos os dias por lá, não somente para encontrar os educadores, como também para conversar com a dona da banquinha de livros espíritas, para perguntar se tinham procurado por elas, qual das outras crianças

---

<sup>18</sup> Trata-se de uma praça, e um ponto importante do itinerário que percorri. Sua descrição é feita no capítulo III, e há um desenho de sua constituição em anexo.

havia passado por ali, ou mesmo para pegar algo que guardavam (o que indicava uma certa relação estável com a moça da banca). Jam com certa assiduidade ao bairro Vila Rica, ponto forte de distribuição do *crack*. Durante certo tempo permaneceram “mocoizados” no bairro, uma vez que o centro estava cheio de policiais a efetuar a “operação limpeza” da cidade, deslocando as crianças. Mesmo a intuição dos educadores sobre o caminho de abordagem a percorrer indicava que, durante um certo tempo, alguns pontos da cidade eram rotineiramente percorridos.

Porém, também esse estabelecimento de lugares e interações se curva à intensa circulação que move os garotos. Por um lado, a apropriação de uma espaço está condicionada tanto a fatores internos a este segmento, por exemplo o desejo de circular, de mudarem de ponto em busca de aventuras novas, como a fatores que lhes fogem ao controle, como é o caso das fugas da polícia, da mudança dos pontos de roubo ou mendicância devido a disputa de territórios. Em um período de minha pesquisa, por exemplo, foram expulsos do bairro Vila Rica por um determinado período de tempo, pois haviam chamado demasiada atenção nos semáforos e, conseqüentemente, atrapalhado os traficantes. O próprio trajeto que indiquei era, em parte, diferente dos circuitos do semestre anterior à pesquisa, descritos nos relatórios de abordagem dos educadores da Pastoral.

Os mocós, esconderijos na cidade, descritos mais a frente, poderiam ser considerados a representação mais próxima de uma fixidez de território. Afinal, são os únicos lugares criados pelos meninos onde tentam preservar sua privacidade, além de ser idealizado como abrigo e espaço regular de encontro. No entanto, mesmo os mocós estão

subordinados à fluidez. Como veremos no capítulo III, a duração de um mocó é medida pelo tempo em que resiste à invasão policial, ou de funcionários municipais, o que não demora a acontecer. Os meninos deslocam-se novamente e procuram outro abrigo, que passa pelo mesmo processo.

O entrelaçamento entre fluidez e fixidez está também presente nas negociações cotidianas que constroem vários dos códigos sociais desses meninos e meninas. As performances que configuram a “viração” apóiam-se no caráter contingencial dos contatos das crianças com seus interlocutores. Ou seja, os meninos constroem a performance social - mais do que desempenham papéis sociais - de acordo com o que precisam no momento em questão e com a pessoa com quem estão dialogando. Assim, as interações se fazem subordinadas à dinâmica da contingência. Porém, pode-se vislumbrar a fixidez aqui, se levarmos em conta que, na viração, recortam-se e definem-se relações sociais, sejam elas duradouras ou efêmeras.

As constantes re-significações: a do espaço urbano, que ocorre através das marcas que os meninos deixam neles e, conseqüentemente, das interações que ali acontecem; a de valores de suas casas e das instituições que trabalham com eles, compondo o discurso “normatizador” que sobre eles se impõe; ainda que tais re-significações possam constituir o que classifiquei como “saber de rua”, este também se molda à circulação, pois ele move-se constantemente, como imagens de um caleidoscópio, que se formam à medida que o girem; as combinações são inúmeras e dependem do movimento que fazemos com a mão ao girá-lo. Neste saber, as combinações são inúmeras.

Como é o caso da reivindicação para o direito ao banho, feitas por meninos e meninas neste período de pesquisa. Uma vez que as casas abertas que costumavam oferecer banho ao menores estavam desativadas, a reclamação pelo banho tornou-se cotidiana. Auxiliados pelas entidades assistenciais, passaram a reivindicar o banho, como direito “de todo o cidadão” (assim disse-me um garoto, em uma de nossas conversas); ameaçaram as entidades, esboçaram uma cena. Ao reclamarem do banho, não estavam questionando o fato de estarem nas ruas, mas o direito de estarem limpos nas ruas<sup>19</sup>.

Após a pesquisa de campo, em contato ainda com os educadores, soube que uma entidade havia aberto a casa para o banho, mas a educadora com quem eu conversava estava desanimada, pois algumas das meninas lhe disseram que tomavam banho, para “roubarem mais fácil”. A limpeza - signo associado à ordem e, portanto, à vida fora das ruas - foi rearticulada em sua visão de mundo, onde a rua é o espaço por excelência de sua vivência cotidiana e, por conseguinte, é para ele que têm que se adaptar .

Se, por um lado, a sujeira de meninos e meninas é fruto do despojamento que acompanha sua vida nômade e, conseqüentemente, está associada à fluidez, por outro lado, a procura pelo banho denota o reforço de um desejo de reconhecimento social, a dizer, o de serem considerados como pessoas limpas, “decentes”, passíveis de convivência. Esse desejo remete ao plano da fixidez de valores, de uma tentativa de reterritorialização dos mesmos. A reivindicação por limpeza, feita no

---

<sup>19</sup> Este episódio está descrito no capítulo IV

circuito das ruas, indica a tentativa dos meninos de construir e afirmar uma subjetividade que lhes seria própria.

Se considerarmos estes constantes realocamentos de valores trazidos para a rua e conformadores de um “saber de rua”, como *reterritorializações*, ou, de acordo com Deleuze, como um novo processo de subjetivação, através do qual emerge “a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes” (Deleuze 1992: 188)<sup>20</sup>, temos que enfocá-lo a partir da base que a constitui: a circularidade.

Podemos considerar o trajeto da rua como o produtor de uma nova subjetivação que, em contraposição com uma subjetividade própria da ação capitalista - que promove um alisamento dos espaços e uma homogeneização dos indivíduos (Guattari 1985)<sup>21</sup> - singulariza esses meninos e meninas enquanto sujeitos sociais. Mas precisamos ter em mente a dupla movimentação da qual ela emerge e que nela permanece: por um lado, meninos e meninas assimilam esta subjetividade capitalística, ao incorporarem classificações que surgem através dela, como certos preconceitos que são projetados neles, a partir de preceitos morais que pressupõe a ordem urbana, e da qual os nômades “bagunceiros”, estão excluídos; ou como discursos que vão contra suas próprias atividades na rua.

---

<sup>20</sup> Deleuze, Gilles. *Conversações*. Ed.34 Letras, RJ,1992

<sup>21</sup> Guattari, Felix. “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade” in *Espaço & Debates* n° 16, 1985 -

Por outro lado, e, muitas vezes de forma contraditória, reformulam muitos desses valores, adaptando-os para sua visão enquanto nômades urbanos. Ambas as movimentações chocam-se incessantemente em suas vidas, em um conflitante diálogo, produzindo uma série de contradições e ambigüidades que apreendemos em seus discursos e suas práticas.

Longe de desconsiderar este processo de subjetivação e os pontos de fixidez espaciais, discursivos, e representacionais que permeiam seu cotidiano, desejei sobretudo apontar para a densa circulação que os envolve e, inclusive, os molda. A subjetividade de meninos e meninas se faz neste embate tenso entre fluidez e fixidez. No entanto, em virtude da predominância da circularidade e do contigencial na dimensão espaço-temporal das ruas, a fluidez acaba sendo exarcebada e condicionando também as projeções que se pretendem fixas. A fixidez, nesse contexto, torna-se efêmera.

Feitas as pontuações sobre a importância da circularidade na pesquisa que fiz, volto-me agora para algumas observações sobre a importância das categorias espaço e corpo como instrumentos de minhas reflexões. O que pretendo ressaltar aqui é exatamente como tais elementos são enunciadores desta “sociabilidade itinerante” dos meninos e meninas de rua de Campinas, justificando-se, portanto, sua escolha como recorte temático.

• a rua

A rua tem se constituído, historicamente, como um espaço de circulações múltiplas de sujeitos sociais que possuem origens, situações econômico-sociais, perspectivas políticas e religiosas diversas, originando uma constante disputa de significações simbólicas dos lugares por onde passam ou que ocupam. Nesse contexto, a presença dos habitantes de rua, entre os quais se incluem os meninos e meninas, é parte constitutiva e constante de tal multiplicidade.

Desde a época do surgimento das cidades, que se faz a partir da expropriação de terras e da conseqüente concentração desorganizada de pessoas nos burgos em formação, a presença da indigência e da mendicância tem sido registrada<sup>22</sup>. Indivíduos doentes, cativos, orfãos, viúvas, são representantes de uma pobreza que se iniciou nesse período, e vai tomando proporções drásticas, com o advento de crises monetárias, guerras constantes, catástrofes naturais, fome e escassez, doenças -

---

<sup>22</sup> O quadro histórico delineado a seguir tem como objetivo apenas indicar o quanto antiga é a presença de habitantes de rua nas cidades. Esses personagens têm uma importância, inclusive histórica, na constituição das cidades, começando pelas européias. A bibliografia que tomo como inspiração para descrever este breve quadro aponta para a influência que a rua tem, desde as primeiras formações urbanas, nestas relações conflituosas, entre os nômades urbanos, e o que Magni classifica como sedentários, ou seja, indivíduos que criam seu modo de vida segundo uma visão que estabelece diferença entre *domicillio* e rua, espaço público e privado.

Boa parte de minha consulta bibliográfica foi feita nos seguintes textos:

Magni, C. *Op.cit.*

Perrot, M. (Org) *História da Vida Privada*. Vol 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. 3 ed; SP: Scwarcs, 1993, 637pp.

Stoffels, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. RJ: Paz e Terra, 1977. 295pp.

como a Peste Negra - que acabam por culminar, na Idade Média, em índices significativos de miserabilidade<sup>23</sup>.

A intensidade dessa pobreza faz com que, no início do séc. XIV, a população carente, antes contemplada com piedade, passe a ser encarada com medo. No decorrer dos séculos, tais sujeitos passam a ser classificados dentro do índice de vagabundagem, pela sua falta de domicílio, pela sua imagem de pessoas “sem lugar”. Tal vagabundagem, a partir do séc. XIV, passa a ser reprimida em toda a Europa Ocidental, através de medidas contempladas pela lei, como obrigar os mendigos a circularem, e não permanecerem muito tempo em uma mesma cidade, ou a inflição de trabalhos obrigatórios, como forma de penalidade (Magni 1995: 8).

---

<sup>23</sup> É interessante notar como as imagens construídas sobre a pobreza e a miserabilidade, da época citada até hoje, apesar de se diversificarem na forma, são muito similares. O historiador Bronislaw Geremek, ao apresentar os traços do pobre na literatura européia do século XV ao século XVIII, indica a recorrência de imagens que variam, em épocas diferentes, de humildes a marginais perigosos. “Ora se trata de um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente. Por vezes, o pobre é um miserável, vítima das relações sociais, a quem a necessidade empurrou para as práticas infames. (...)” (Geremek 1988:7).

A função do pobre, sua valoração ética e estética mudam conforme a época. “O pobre pode suscitar desprezo ou admiração, ser sinônimo de sublime ou de baixeza, provocar compaixão ou escárnio. Como personagem de fundo social, é por meio dele que se revelam as qualidades positivas do protagonista e a ação do destino, mas ele é também portador de verdades supremas e de uma razão superior. Desprovido dos laços materiais e dos comprometimentos da propriedade, o miserável expressa um conhecimento universal da verdade sobre a existência humana, esquecida por todos. É também portador da imagem e da voz “de baixo”, dos níveis inferiores da sociedade, da consciência e da cultura populares”. (Geremek 1988:7)

A vagabundagem e o pobre como elemento perigoso também aparece nesta literatura. O vagabundo ora é uma negação consciente de ordem social, ora como representação da ameaça que poderia ser a classe baixa. De qualquer forma, o autor considera que a permanência destes traços está relacionada ao valor negativo que a sociedade atribui à pobreza, uma situação oposta à idealização de vida pautada pela propriedade privada, pelo assecuramento da ordem pública e das instituições sociais. Tomando esta análise como reflexão, penso ser interessante notar que as imagens criadas sobre pobreza e vagabundagem hoje, na Europa e sobretudo no Brasil, apesar de algumas diferenças, obedece a esses diversos traços aqui apresentados.

No séc. XVII, generalizam-se os hospitais gerais, que serviam sobretudo como um “ enclausuramento e depósito de pobres”, e que obedeciam ao preceito de “ocultá-los e interditar a caridade nas ruas em favor da paz social” (Magni 1995: 8). Aqui, já se pode vislumbrar a lógica de afastamento, de enclausuramento dos habitantes de rua, em virtude de uma ordem social nas ruas. Este pensamento adensa-se no final do séc XIV e início do XX, e acompanha nosso planejamento urbanístico de hoje.

No sec. XIX, com a revolução industrial e a noção de progresso, eixos organizadores da vida social da época, a preocupação foi tornar a rua esvaziada da sua potencialidade de permitir manifestações de resistência ou mesmo de organização da vida operária, sobretudo porque a rua era, para os trabalhadores europeus, um lugar que dava suporte à reprodução de sua existência enquanto grupo social, uma vez que suas preocupações iam menos em torno da moradia - preocupação, na época, da burguesia - e mais do que a fala operária privilegiava naquela época: sua liberdade de circulação, a possibilidade de sobrevivência, que se fazia na rua, ao articular formas de resistência (Pechman 1993: 29/30)<sup>24</sup>.

A formação, no final do séc. XIX e início do XX, do conceito de urbanismo, é representativa da preocupação em questão. Através do discurso higienista e de ordenamento do espaço urbano, a ordem pública tratou de tomar medidas enérgicas contra a itinerância. A higienização do espaço, privilegiando o saneamento urbano, apontava para a categorização da insalubridade como associada à desordenação

---

<sup>24</sup> Pechman, Robert Moses. “Os excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular”  
in *Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX* Anpuh/SP 1993, pp. 29-34

geográfica e à circulação. Conseqüentemente, os habitantes de rua, vistos como parte desses elementos “poluidores” da cidade, eram considerados um problema urgente, que demandava uma re-alocação geográfica.

No discurso sobre higiene pública, a associação das atividades dos habitantes de rua, e do modo de vida das camadas populares (operárias) à insalubridade era explícita. As manifestações culturais desses segmentos tornaram-se aqui um empecilho ao progresso social (Pechman 1993: 30). A intervenção no espaço urbano passou a ser feita, dessa época em diante, por planejamentos urbanísticos. Há uma requalificação do que é espaço público e privado, uma separação mais incisiva entre o espaço doméstico e as ruas. O replanejamento da cidade foi feito em função da funcionalidade dos espaços, e da circulação (ou transitoriedade) contínua. “A rua passou a ser apresentada - agora sem movimentos parasitas, sem superfícies rugosas, sem inércias - como puro espaço de circulação que remete apenas para as esferas de consumo e de trabalho” (Pechman 1993: 33).

Neste processo, as camadas populares foram remanejadas para a periferia, as ruas definidas para circulação, tentou-se evitar as aglomerações, desejou-se esvaziar o espaço. O “urbano” substitui a “cidade”, o que significa dizer que a disciplina urbanística impõe-se ao entrecruzamento incessante de corpos e à permanência insistente dos habitantes da rua.

Porém, apesar das constantes intervenções urbanísticas, legitimadas por agentes da ordem pública, como a polícia, por exemplo, a rua continuou congregando uma multiplicidade de sujeitos e suas

práticas, pouco adequadas ao olhar controlador. As camadas populares, remanejadas para a periferia, “sedentarizaram-se”, ao incorporar o desejo de intimidade, de vida privada domiciliar, pessoal, desarticulada do espaço da rua (Magni 1995:11). Mas persistem os indivíduos que são colocados à parte desse modo de vida. Tais sujeitos ainda utilizam o espaço da rua como refúgio, lugar de resistência, moradia. A rua, como coloca Magni, tornou-se o palco das resistências ao “exílio” das vilas operárias e à higienização do espaço que marcaram todo o século XIX (Magni 1995: 10). Nela persiste, atualmente, o conflito entre o planejamento urbano “limpador” da cidade, e os segmentos urbanos que, conscientemente ou não, subvertem essa ordem. Certamente, os nômades urbanos estão presentes nessa relação.

No contexto atual, as ruas do centros urbanos brasileiros, apesar de suas constituições históricas e particularidades diversas, têm um panorama bem similar. São utilizadas e transformadas a partir da referência da funcionalidade. Com base em cálculos para maior eficiência do comércio, do funcionamento de serviços e da segurança da população - uma vez que a rua é o espaço ameaçador, em contraposição à casa -, o centro de cidades grandes, como o caso de Campinas, enfatiza a rua como local de trânsito, ou seja, como possibilidade de deslocamento para que os cidadãos possam cumprir suas tarefas cotidianas: do banco para o restaurante, das lojas para o atendimento de serviços públicos, do trabalho para casa, ou para a escola. O centro também produz momentos de lazer em espaço aberto. No entanto, os locais designados para tal, como é o caso das praças, são arquitetados dentro da lógica da transitoriedade.

No caso de prédios e construções arquitetônicas, que são cortadas pelas ruas, a princípio são apropriadas por esta ordem funcional. Algumas casas e prédios antigos ainda servem como residência; outros foram derrubados para dar lugar à prédios modernos, ou foram reutilizados como casas comerciais. As propagandas, *outdoors*, faixas de promoção efetuam uma espécie de decoração para o consumo. Todo o reaproveitamento das construções esvaziadas ou fechadas é feito em função das práticas comerciais. Assim, quando se passa pelo centro da cidade de Campinas, é possível percebê-lo como um ponto congregador das operações comerciais e de prestações de serviço, que se reproduzem, de uma forma mais esparsa, pelos desdobramentos da cidade.

Mas é também essa concentração que produz a multiplicidade de sujeitos e atividades que se entrecruzam. Nas ruas de Campinas, estão indivíduos com as mais diversas práticas, para além do ato de atravessar ou circular pelo centro. Nas ruas, abre-se espaço para diversas manifestações, não contidas pela ordem urbana: os camelôs, fixam-se em pontos da cidade, como o Terminal Central de ônibus, ou o calçadão da cidade, referências de passagem importante, uma vez que dão acesso para os inúmeros bairros de periferia, e também porque ficam em meio a uma circulação intensa de pessoas.

Outras manifestações acontecem: pregações religiosas, protestos, performances artísticas, ocorrendo nas praças centrais da cidade. São atividades que visam ao espaço externo, aberto, onde há aglomeração. Tais manifestações, antigas no contexto histórico das cidades, e sujeitas a serem deslocadas ou eliminadas dependendo do “grau” de incômodo para comerciantes ou para a polícia, quebram a exclusividade da rua como

ponto apenas de passagem, como planejam os urbanistas. As atividades políticas, religiosas, artísticas do comércio informal, são formas de reapropriação do espaço urbano, que se pretendia esvaziado da possibilidade de uma atualização cultural dos segmentos populares.

Assim também acontece com as práticas consideradas do “submundo”, ilícitas. A venda de drogas é feita de forma discreta, em locais considerados “da boca”, ainda parte central da cidade, e é percebida na medida em que ficamos mais em contato com os sujeitos que as compram ou vendem, como é o caso dos meninos que estudei. Já os pontos de prostituição masculina e feminina espalham-se pelo centro, e tornam-se visíveis tanto à noite quanto de dia, nas praças centrais, como a Catedral, por exemplo. Uma ilustração curiosa da presença de prostitutas é o caso do Largo Rui Barbosa, situado atrás da Catedral, e descrito mais à frente, no capítulo III<sup>25</sup>. Nessa praça, pastores evangélicos pregam ao lado de moças que fazem ponto, em frente à lojas de departamento - Mappin, C&A, Lojas Americanas. Além desses dois personagens, artistas “de rua” exercem ali suas performances, ambulantes vendem artesanato, pedintes e crianças de rua circulam, transeuntes sentam-se para descansar. Em meio a essa intensa movimentação, são feitas as negociações das prostitutas com seus clientes. A polícia fica parada na praça, acompanhada de um cachorro, apenas a observar o movimento.

---

<sup>25</sup> O Largo do Rosário, a Catedral e o Largo Rui Barbosa, praças importantes de meu itinerário, são descritas no capítulo III, mas estão também indicadas no mapa do circuito percorrido, e que é apresentado no capítulo presente, mais a frente.

A aglomeração de pessoas circulando, somada a essas diversas práticas sociais, criam uma mistura de corpos, atos, discursos, garantindo uma mobilidade difícil de ser vista em uma totalidade - como se pretende o olhar do urbanista - ordenada. As movimentações fogem ao controle funcional, e a cidade, quando encarada pelas suas fragmentações, perde a legibilidade pretendida para torná-la ordenável e controlável. A cidade, "sujeito" anônimo e universal, que procura indiferenciar os sujeitos através da construção de uma base de ordenamento com "um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e interligadas" (Certeau 1994a: 24)<sup>26</sup>, dissolve-se na diversidade de apropriações que se faz dela. Assim, a cidade se constitui a partir da relação conflituosa entre uma prática repressiva, ordenadora, detentora de um poder urbano e as múltiplas movimentações que se fazem a partir dessa prática, contra ou em diálogo com ela.

Em outras palavras, o espaço urbano, pela sua propriedade de congregar movimentos contraditórios, acaba por permitir a "re-emergência constante do elemento que o projeto urbano excluía". O discurso urbanístico, fundamentado por estratégias socioeconômicas e políticas que lhe conferem poder, é tomado incessantemente de assalto pelo aparecimento de novos movimentos contrários à sua lógica e que se originam da própria condição que o espaço proporciona. Assim, cria-se o que Certeau chama de cidades dentro do conceito de Cidade (Certeau 1994a: 24/25).

---

<sup>26</sup> Certeau, Michel de "Andando na Cidade"  
in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 1994a, n°23 pp.21-31

A multiplicidade de apropriações do espaço podem ser encaradas igualmente como processo de subjetivação do espaço; são formas micro-políticas de responder ao que Guattari qualificou como “alisamento” de territórios, produzidos por mecanismos de subjetividade capitalística. Ou seja, a territorialização desses grupos no espaço urbano é uma forma de afirmar subjetividades constrangidas, limitadas ou aniquiladas pela ordem urbanística, em sua tentativa de homogeneizar espaços, torná-los funcionalmente diferenciados, deixá-los lisos<sup>27</sup> (Guattari 1983: 110). Sujeitos se definem e diferenciam socialmente, utilizando a rua como espaço para negociação de fronteiras simbólicas das diversas subjetivações, e em uma contraposição constante com a urbanização planejada.

É importante, entretanto, não perder de vista que a rua continua a ser concebida, planejada e alterada como um lugar de passagem. Os sujeitos que exprimem essa multiplicidade de práticas colocam-se frente a duas alternativas: podem submeter-se a essa ordenação oficial, curvando-se aos espaços funcional, hierarquicamente segmentados e especificados, garantindo, por sua vez, o seu direito de circulação e proteção enquanto um indivíduo social (tendo proteção policial, acesso a qualquer estabelecimento público ou privado, desde que permitido em tal ordenação, e garantindo-se como um sujeito de direito).

---

<sup>27</sup> O alisamento capitalístico, para Guattari, “é contemporâneo a uma reestriação, a uma reterritorialização artificial”; ou seja, através de signos culturais e econômicos (como a Coca-Cola, por exemplo), que se hegemonizam por diversas áreas do mundo, a subjetividade capitalística torna o espaço liso e esvaziado. Os territórios existenciais, de subjetivação, surgem como contraponto desse alisamento. (Guattari 1983: 111/113)

Mas podem igualmente reforçar a reordenação do espaço segundo sua projeção específica enquanto um sujeito dessa diversidade social. Ou seja, resistir a essa ordenação espacial, tomando o espaço das ruas de uma forma diferenciada, re-significadora, dotada de um outro caráter funcional. O preço que se paga a isto é o embate constante com os mecanismos legitimadores do poder oficial, ordenador e limpador da cidade, que provoca o constante deslocamento desses sujeitos a fim de evitar uma apropriação definitiva e alterada (nessa concepção urbanista) do espaço urbano.

Nesse contexto, estão os habitantes de rua. Imersos na multidão, esses sujeitos também se apropriam do espaço, mas de uma forma peculiar. Movimentam-se, como os demais indivíduos pela rua, mas sua circulação não se faz como um deslocamento objetivo, tampouco marcam a rua por uma manifestação contínua ou permanente. Os habitantes de rua - mendigos, loucos, meninos e meninas - fazem do trânsito seu cotidiano. Em meio a movimentação das ruas, esses sujeitos passam como uma corrente incessante; sua trajetória se constrói a partir da indeterminação. Não há um ponto de chegada, mas sua caminhada é movida ora por um desejo de deslocar-se, ora em razão de um conflito criado com esta ordem dominante que o expulsa. É um transitar contínuo à procura de espaços ainda não controlados, de pontos de fuga da sociedade, de suas margens, de seus limiares.

O nomadismo dota a rua de sentido para esses habitantes, moldando, ainda, sua visão de mundo. Em seu cotidiano, pautam-se pelo eterno deslocar-se, e vivem em função das relações que essa dinâmica nômade oferece: relações efêmeras, negociações de fronteira, sensação de

liberdade, perspectivas fragmentadas. A particularidade desses habitantes é o fato de que vivem exatamente do que a rua sempre produziu, a intensa movimentação. Sua trajetória não tem um ponto final. O deslocamento é um fim em si mesmo.

É preciso dizer que os habitantes de rua não passam à margem do discurso e das representações construídas pela lógica comercial e pela classificação que privilegia a casa como espaço da segurança, da limpeza, da ordem e, portanto, do reconhecimento social enquanto cidadão. Os moradores de rua vieram de outros lugares, de bairros e casas onde moravam, ou de alguma instituição assistencial que os acolheu. Têm contato com as imagens televisivas e da imprensa escrita. Assim, muito do referencial de valores, já disseminado pela sociedade em geral, como a felicidade ligada ao espaço doméstico, a importância da vida familiar, do trabalho, o perigo das drogas, passa por seu circuito de representações e discursos e, muitas vezes, entra em conflito com o tipo de vida que têm na rua.

No entanto, essa referência permanece enquanto discurso, reformulada, como iremos ver nos próximos capítulos, pela dinâmica itinerante que incita seu deslocamento. A relação com a rua é, por conseguinte, quase simbiótica: a rua os marca na sua visão de mundo, e é marcada pela circulação desses sujeitos, que se destacam em meio a multidão exatamente por subverterem a ordem urbana formalizada. Daí a importância da rua para entender a construção dessa sociabilidade.

Meninos e meninas destacam-se do rol de habitantes urbanos com relação a esta simbiose. A incompletude no seu processo de socialização - que caracteriza a faixa etária da infância e da adolescência - e o fato de

estarem em contraposição ao modelo normatizador da criança e do jovem, torna-os foco incessantes de órgãos assistencialistas, repressores, da imprensa, de traficantes. Tropeçam cotidianamente em indivíduos a querer reintegrá-los, a querer capturá-los em uma prática marginal, a práticas corretoras. Tornam-se sujeitos “apropriáveis”.

Por outro lado, os meninos aproveitam-se desta mesma vulnerabilidade e de sua pouca idade - a infância fragilizada, abandonada - para facilitar sua circulação. Utilizando-se da habilidade física e performática, tornando-se invisíveis, ameaçadores ou mesmo dignos de piedade, estas crianças e adolescentes decompõem-se em mil “meninos e meninas”, a dispersarem-se pelos cantos da cidade, em máscaras diversas da mesma realidade. A fragilidade e a maleabilidade acentuada de seus corpos especificam a sua posição na rua com relação aos demais habitantes de rua.

Privilegiar a observação do espaço foi fundamental para entender a relação menino/menina e a rua. Significou perseguir os rastros simbólicos deixados pelos meninos no uso de casas e prédios abandonados que, por um “esquecimento momentâneo” do planejamento urbano, permaneceu sujeito a recodificações e apropriações consideradas indevidas, como é o caso dos breves esconderijos que os meninos arrumavam. Revelou-se importante igualmente para perceber a complexidade movente de relações que eles estabelecem com outros sujeitos na rua, em especial com os quais havia um forte vínculo, como a polícia, os transeuntes, os educadores, os traficantes.

Foi sobretudo importante entender como este permanente conflito de subjetivações, em especial a que contrapunha a ordem ritualizada, oficial, e a perspectiva nômade desses meninos, era trabalhado em suas vidas na rua. Para além das questões que coloquei no parágrafo acima, as ambigüidades que decorrem desse conflito, as contradições que traçam seu cotidiano, em função de um embate de sentidos múltiplos que essas crianças vivenciam em suas casas, nas instituições pelas quais passam, e na vivência de rua, foram os recortes privilegiados do capítulo III, no qual desenvolvo a investigação sobre espaço.

Na página a seguir, são apresentados dois mapas: o primeiro situa o centro na geografia da cidade, permite ao leitor visualizar sua relação com os demais bairros. O segundo mapa recorta o centro, envolvendo a maior parte de suas ruas e, principalmente, as que configuram o itinerário descrito. Os locais a serem mencionados na etnografia estão nomeados: o Largo do Rosário, a Praça do Carmo, a Praça Rodrigo Otávio, o Largo Rui Barbosa, a Pastoral do Menor, o Terminal Mercado, Terminal Central, Centro de Convivência, Praça da Catedral. No capítulo III, há uma localização dos itinerários descritos.





- *o corpo*

A sociabilidade itinerante, fruto da relação de meninos e meninas com o espaço, tem no corpo sua manifestação mais significativa. Desprovidos de bens materiais, sem casa, perambulando constantemente, é sobretudo em seus corpos que se inscreve a singularidade de seu cotidiano.

A inscrição corporal se faz em vários sentidos: primeiramente, as marcas corporais enunciam seu tempo de vida na rua. Marcas de feridas, devido ao corpo exposto ao frio, ao calor, ao asfalto duro que fere seus pés, ao vento, enfim fatores físicos que comprometem a pele e os cabelos. Meninos e meninas chegam às ruas calçados, à medida que o tempo passam, desvinculam-se dos sapatos, seja porque estragaram, seja porque perderam. Passam então a andar descalços, criando grossos calos e inúmeras cicatrizes de cortes que, misturados à sujeira que lhes cobre os pés, fixam uma aparência encardida e insalubre. Os cabelos permanecem muito tempo sem lavar; às vezes duas, três semanas, e vão engordurando-se com o tempo, tornando a aparência de meninos e meninas bastante diversa de quando chegam às ruas. O tempo de permanência na rua reveste seus corpos de uma sujeira que enuncia a falta de espaço para se submeterem ao padrão de cuidado e higiene pessoal diário que perpassa os diversos circuitos sociais. Aqui, como a referência de Clastres a Kafka, o corpo é uma superfície de escritura: o

signo de um tempo, traço de uma passagem, atribuição de um destino (Clastres 1979:174)<sup>28</sup>.

Mas, nesta escritura, a sujeira do corpo, além da ausência de um lugar específico, acaba sendo fruto também de uma espécie de despojamento corporal que acompanha essa dinâmica circulante. O cuidado com o corpo é até desejado e reivindicado, a questão do banho, descrita anteriormente neste capítulo, é uma ilustração desse discurso. Como já coloquei antes, o desejo de se mostrarem limpos remete à afirmação de si como um sujeito reconhecido socialmente: um cidadão “limpo”, sociável. No entanto, tais preocupações curvam-se rapidamente à necessidade de deslocamento que os meninos têm, incitados pela procura da droga, ou por fugas, ou por alguma aventura que foi anunciada pelos colegas.

A relação com a sujeira é uma das principais marcas que indicam uma singular posição social na complexidade urbana. Primeiramente, porque a sujeira e a poluição, associadas à desordem, criam uma imagem que congela meninos e meninas como agentes poluidores, sujos, párias<sup>29</sup>. Nesse sentido, revelam o conflito entre ordem social/ desordem da rua, com o qual os meninos se defrontam diariamente. Em segundo lugar, o constrangimento e a vergonha que meninos e meninas têm com relação

---

<sup>28</sup> Clastres, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Ed. Afrontamento, Porto, 1979

<sup>29</sup> Nesse sentido, Geremek argumenta que o aspecto externo era outro fator que definia os miseráveis de forma negativa, tanto no modo de vestir quanto na ausência de roupa. “Porque no caso dos mendigos o corpo desempenhava o papel de meio de vida”, através da mendicância, despertando dor, compaixão, e ao mesmo tempo, nojo. Na descrição literária estudada pelo autor, a diferenciação física do pobre adquiriu o que ele chama de “reportagem etnológica”, marcando a diversidade, e colocando o miserável como um outro. “O olhar da literatura sobre os mendigos dirige ao meio da miséria tinha todas as características do interesse etnológico em relação aos homens diferentes e às curiosidades da natureza.” (Geremek 1988:10).

à sua aparência batem de frente com as práticas aventureiras e imprevisíveis de seu dia-a-dia. Isto acaba por criar uma ambigüidade nas representações, discursos e condutas dessas crianças e adolescentes, reiteradas cotidianamente em seu diálogo com os educadores e nas respostas às agressividades dos transeuntes, sem uma aparente solução e produzindo continuamente conflitos.

Às marcas de sujeira e às feridas, somam-se as marcas de violência, fruto de espancamentos em suas casas, ou do vivenciamento diário na rua - que implica em sujeições à agressão policial, brigas com traficantes, a disputas por territórios com outros habitantes de rua, ou mesmo a grupos de extermínio. É muito comum a existência dessa violação dos corpos de meninos e meninas. Apesar do rigoroso discurso de direito à integridade física, legitimado pelo ECA, a punição ou vingança através da tortura corporal têm sido uma evidência significativa do conflito presente em algumas das interações dos meninos e das meninas com os segmentos sociais que os cercam.

As práticas corporais, efetuadas em seu ato de “viração”, são significativamente elucidativas da construção desse circuito itinerante que se faz através da intensa negociação de significados para os signos urbanos. Há um olhar específico, que codifica o indivíduo com quem se depara e possibilita ao menino uma escolha de como agir: olhar ameaçador para amedrontar, ou cria o olhar vitimizado, que gera pena, ou se torna indiferente para com quem não interessa ou é ameaçador a seus planos. Há uma habilidade particular, que exige maleabilidade de seus corpos, facilidade de “deslizamento” de uma situação, para efetuar uma fuga - facilitada pela sua pequena estatura e agilidade de criança.

Com o tempo na rua, a criança e o adolescente vão aprendendo a operar melhor as possibilidades de sobrevivência que se colocam a sua frente: o roubo, a mendicância, a prostituição. Esse aprendizado é uma síntese da negociação feita nos termos da vida na rua, entre os valores desta e os valores que se contrapõe aparentemente a esta. Meninos e meninas utilizam-se constantemente do discurso destinado a eles, sobre sair da rua, ter uma vida melhor, mais digna, serem pessoas “de bem”, para obterem dinheiro e outros elementos de interesse, que sirvam para sua sobrevivência nas ruas. O ato de “virar-se” deixa explícito, sobretudo, que os códigos de sociabilidade que os meninos aprendem são expressão dos diálogos constantes que estabelecem com os sujeitos que compõem seu universo.

As ambivalências entre suas práticas de sobrevivência e a negatividade moral de tais atos são igualmente fruto da negociação das fronteiras de significação disputadas nesse contexto. A “viração” é marcada por contradições entre tornar efetivas tais práticas e condenar-se por elas, uma vez que lhes é explicitada a carga social negativa de tais atos. A consequência disso é que, por um lado, meninos e meninas usam o discurso da condenação que lhes é imputada em uma tentativa de vitimizar-se, diminuindo a responsabilidade por tais atos. Por outro, regozizam-se de sua habilidade em roubarem ou do dinheiro que ganham se prostituindo. De qualquer forma, sentem sobre si o peso do preconceito, o que cria, em seu imaginário, uma discrepância maior entre as suas expectativas de ter uma vida melhor, e a realidade em que se encontram.

As relações entre o universo masculino e feminino também permeiam-se de efemeridade. A sexualidade e o universo de relações amorosas estão também condicionados à circulação, o que acaba por criar frágeis vínculos entre eles. No entanto, as relações são concebidas e representadas como tendo uma estabilidade, mais próxima à referência de um padrão de relações afetivas similar a de seus colegas no bairro. Assim também acontece no que diz respeito às concepções sobre maternidade, comportamento feminino e masculino. De minha investigação, desenvolvi a hipótese de que meninos e meninas apropriam-se de discursos e representações sobre os desejos e comportamentos do universo afetivo e sexual, idealizados para a vida familiar vivenciada no espaço da casa e do bairro. Tais idealizações tornam-se incompatíveis com a vida nas ruas.

Como é o caso da idealização do comportamento feminino. A prostituição, a agressividade no comportamento, própria das meninas que vivem nas ruas pareceu-me encarada como inadequada para uma garota idealizada, ou seja, ainda a garota que é “da casa”. Esta é uma ilustração de várias situações que descrevi. No que diz respeito à prostituição masculina, ao namoro, à vaidade feminina, essas contradições permanecem e acabam por gerar uma ambivalência no modo de tratarem seus companheiros ou companheiras. Cúmplices nos atos de sobrevivência, entram em conflito no que diz respeito ao universo da sexualidade e das relações amorosas.

As dimensões de corporalidade citadas aqui são fragmentos, entre outros, de análise sobre o universo corporal dos personagens de minha pesquisa, e são desenvolvidos no capítulo IV. Não é minha intenção

esgotar o universo em questão, tampouco dar conta de todas as formas de circunscrição que estão delineadas nos corpos de meninos e meninas. Meu objetivo é entender, através dos fragmentos que me apareciam durante a pesquisa, como a dinâmica itinerante, que cria esta sociabilidade estudada, permeia o mais forte instrumento de expressão desses meninos e meninas: seus corpos. No caso da perspectiva que dei à minha pesquisa, o corpo tornou-se uma linguagem mais enunciativa das contradições e marcas que configuram seu mundo, do que a linguagem explicitada em suas falas.

O mundo da corporalidade foi, a meu ver, enunciativo das contradições e das relações fragmentárias, criadas por esses sujeitos, a partir da ocupação das ruas de Campinas. São corpos, por um lado, abertos às intervenções de outros personagens, estão sujeitos à projeção de uma agressividade incitada a partir de sua imagem de periculosidade, por parte de detentores de um poder sobre a força física, que é a polícia. Sujeitos também à ameaça dos traficantes, que os vêem como força de trabalho rentável. Ou sujeitos aos planos de recuperação voltados ao “menor carente”, que inclui um processo de disciplinarização do corpo, ao qual essas crianças e adolescentes não se acostumam.

Por outro lado, a “viração” e o aprendizado de rua - que se faz, entre outras formas, pelas técnicas corporais - delineiam uma circunscrição de limites corporais. Ao moldarem-se, através desses elementos, ao caráter itinerante, meninos e meninas abrem espaço para a afirmação de sua singularidade enquanto indivíduo social; tornam-se visíveis e únicos pelo seu uso da rua. Definem em seus corpos os limites da negociação de espaços que os torna visíveis.

Porém, essa singularidade é incompleta, pois está sendo rompida de forma contínua pela sobreposição de condutas, valores e discursos que lhes são sobrepostos, e que se projetam efetivamente sobre eles<sup>30</sup>. Cria-se uma oscilação ininterrupta entre os valores construídos a partir da rua e os recorrentes de lugares que se contrapõem às ruas, cujas dinâmicas são opostas. Essa movimentação de mão dupla, assim como está presente no uso que fazem do espaço urbano, expressa-se também em seus corpos. As contradições que são fruto desse processo de oscilação manifestam-se na violência, na sujeira, nas roupas, nas técnicas corporais, nas representações sobre sexualidade e gênero.

A intenção do presente capítulo foi chamar a atenção para a importância que os recortes metodológico e temático têm para a reflexão a que me propus. Em primeiro lugar, porque penso que evidenciar as contradições que emergem do circuito cotidiano das crianças e adolescentes em questão possa ser um bom caminho para abrir as discussões sobre a vivência específica da infância e da adolescência nessas condições, distanciando-se de certa forma, do modelo universalizado de criança, pertencente ao universo da casa e da escola.

Em segundo lugar, este recorte revela também uma forma de utilização do espaço urbano que somente pode ser pensada em contrapartida à sedentarização da vida urbana, pois é a partir dela, ou em resistência a esta, que o nomadismo urbano é criado. É importante

---

<sup>30</sup> Essa projeção fica evidente na coerção policial, na forma disciplinadora das instituições de atendimento, ou no preconceito dos familiares e colegas do bairro dos meninos; preconceito este que os meninos incorporam e assumem também como sua imagem.

compreender que, mesmo que esses meninos e meninas não estejam circulando, sua forma de ver o mundo é nômade, pois a circulação já impregnou sua visão de mundo. Junto com a necessidade de roubar, pedir dormir, comer, micozar, cresce a tendência de não permanecer em lugar algum, e, igualmente, de não criar relações duradouras, compromissos de ordem educacional, profissional, etc.

O que nos faz pensar que esta é uma outra classificação de espaço e tempo. A fixação de pontos no espaço para onde podemos nos deslocar e que dá sentido à nossa caminhada, não se faz presente entre os meninos, que caminham sempre no limiar, na margem, em função de necessidades e desejos que aparecem de forma conivente com a fluidez que cerca seu cotidiano. O tempo também está submetido à movimentação circulante e contingencial, acabando por se projetar apenas como um eterno presente. A dimensão temporal realiza-se no deslocamento, na duração do caminhar.

Nesse sentido, o tempo linear e progressivo, que molda nossas perspectivas de futuro, e que induz o deslocamento para outros fins que não ele próprio, torna-se obscuro em sua perspectiva total. Ele é “abortado” no cotidiano, colocado entre parênteses, e os meninos começam a sentir sua presença à medida em que se aproximam dos dezoito anos, quando passam a ser imputáveis. É quando percebem que se começam a cobrar deles decisões, mudanças, é quando o tempo se torna ameaçador.

Esses adolescentes, em meio ao embate de valores que contrapõem-se em seu universo múltiplo, e defronte as pressões do poder

disciplinador, torna-se “desespacializado”, “destemporalizado”. Impedido de ficar nas ruas, por não ser adequado, mas já distante dos espaços que lhe sobram como alternativa - a casa, a escola, o trabalho - o menino ou a menina parece posicionar-se em lugar algum, em tempo que é outro. Esse vazio social é fruto também da disputa do espaço urbano pelas ordenações contrapostas de mundo que delineiam a pluralidade urbana. Há de se levar em conta que é uma disputa feita de forma desigual, com uma projeção permanente de poder da ordem legitimadora do espaço da cidade, que segrega, disciplina e limita o indivíduo em seus posicionamentos codificados pela hierarquia social.

## Capítulo II

# Os Sujeitos De Quem Falo: Algumas Interpretações

*“ A novidade  
Que tem no brejo da cruz  
é a criançada  
Se alimentar de luz  
Alucinados (...)  
Eletrizados (...)  
Assumem formas mil  
Mas há milhões desses seres  
Que se disfarçam tão bem  
Que ninguém pergunta  
De onde essa gente vem..”  
Chico Buarque  
“Brejo da Cruz”*

## 1. A criança “menor”

Menores, meninos de rua, trombadinhas, crianças e adolescentes em situação de risco, menores abandonados, estruturados na rua, molecadinha, pivete, drogaditos ...estes são alguns dos termos mais comuns com que são descritos crianças e adolescentes “habitantes da rua”. Crianças e adolescentes que nos aparecem cotidianamente, seja nas cenas de brincadeira ou de violência tão recorrentes hoje pela cidade, seja como ilustração de usuários de drogas, bandidos, ou vítimas de extermínio em manchetes diárias de jornais.

Essa multiplicidade de nomes não se dá por acaso, ela antes expressa as diversas classificações que permeiam as relações entre esses meninos e meninas e outros personagens sociais, além da confusão de imagens projetada sobre os primeiros. Se é no termo menor que se garante seu reconhecimento pela maior parte dos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, reforçando o perfil de “perigo social”, as demais nomeações aqui explicitadas indicam uma variação dessa imagem. A mídia, os transeuntes, os comerciantes reforçam o congelamento dessa visão e o caráter estigmatizante que dela deriva, aplicando termos como trombadinha, molecada, pestinhas, ladrõezinhos, vagabundos. Por outro lado, as pessoas que pertencem às entidades assistenciais, que trabalham na luta pela afirmação dos direitos da criança e adolescente e contra essa estigmatização utilizam o termo que flexibiliza a “identidade de rua”: “crianças e adolescentes em situação de rua”. A política oficial e municipal de atendimento, ao utilizar termos como “estruturados na

rua” ou “drogaditos”, especifica-os na rua, diferenciando-os de outros garotos que também aparecem neste espaço — como os engraxates, por exemplo — , e define a relação do viver nas ruas com o uso de drogas.

E resta indicar como os próprios meninos e meninas se nomeiam. Em seu cotidiano, essas nomenclaturas se misturam e, em suas falas, há espaço para a absorção da maioria deles. É possível ouvi-los falando de si mesmos como sendo “de rua” ou “menor”, em especial quando reivindicam um estatuto para dialogar com autoridades institucionais responsáveis por eles (polícia ou assistentes sociais). Outras vezes, colocam-se como moleques ou pivetes, termos estes que reforçam o distanciamento desses sujeitos da concepção de infância idealizada. Ocasionalmente, e com certo constrangimento, pensam-se como trombadinhas, mendigos, prostitutas ou prostitutas, nomes associados à atividades que lhes são necessárias nesse circuito da rua. Os usos desses nomes revelam o conhecimento e a construção de sua imagem que é, em especial, veiculada pela mídia. Em várias músicas compostas por grupos musicais de ex-crianças de rua, a utilização desses termos recria e reforça a denúncia de violação de seus direitos, ao mesmo tempo que flexibiliza sua imagem, tornando-os mais “gente”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Refiro-me aqui a grupos como os MOLEQUES DE RUA de São Paulo, cujas apresentações já tomaram proporções nacionais, assim como o grupo BATE LATAS, criação de um trabalho desenvolvido em Campinas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. No BATE LATAS, há uma música de autoria de organizadores do grupo e membros do Movimento – intitulada “Piveti”, que ilustra bem como os termos são relativizados:

Eu não tenho nada/Só um canivete/Eu não tenho pai/O meu nome é piveti/Quando a minha mãe/Ela me deu cria/A coitada ficou com a barriga vazia/Piveti,ti, ti, ti (...)/A minha mãe ficou “p” da vida/la ter que trabalhar/Pra encher minha barriga/Mas ela não agüentou/E nem segurou a barra/E eu tive que ir para a rua/Pra livrar a minha cara./Piveti,ti,ti (...)/Na rua eu dou trampo/Na rua eu lavo carro/Das sete à meia-noite/Só trabalho, só trabalho/E ainda me chamam de ladrão/Marginal e trombadinha/E como se não fosse pouco/Ainda ameaçam uma chacina/Piveti,ti,ti,ti (Roni e Toni Trivelato).

Não há unicidade no que vem a ser essas crianças, embora algumas das imagens acabem por ser solidificadas e disseminadas pelos meios de comunicação, e delas resultam reações. Assim, trabalhos de caridade são induzidos pela interpretação de abandono. Já o desprezo ou a irritação incitados pela visão cotidiana das violências que envolvem as práticas diárias desses meninos e meninas culminam em incentivo a “políticas” de punição ou mesmo extermínio, e a revolta com a crise econômico-social vigente, que é vista como a maior responsável por jogá-los na rua, estimulando a criação de uma rede de “políticas” de atendimento.

Os termos *menor* e *menor abandonado*, dos quais os demais citados derivam, têm origem no modo como a questão da infância pobre tem sido tratada historicamente. Desde final do século XVIII, a discussão da infância como uma questão social vêm sendo feita no plano internacional e, conseqüentemente, no Brasil. Sua formulação é decorrência da preocupação com a exploração de crianças no processo crescente de industrialização e das condições de vida das camadas populares (Alvim e Valladares: 1988)<sup>2</sup>. Há toda uma literatura produzida na época por médicos, juristas, políticos, cronistas, jornalistas e intelectuais, que, em seu diagnóstico sobre abandono de crianças e sua perambulação pelas ruas, expressavam duas realidades possíveis. Tais autores, primeiramente, constataam os altos índices de mendicância,

---

<sup>2</sup> Alvim, M. R. B. & Valadares, L. Do Prado. “Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da literatura”  
in BIB, RJ n. 26, pp.3-37 1988

Neste texto, as autoras dão uma ampla visão da discussão sobre infância desta época até a década de 80, explicitando a importância desta produção bibliográfica na formulação das imagens sobre infância pobre, e a disseminação desta questão por outros setores da sociedade, como o governo e a imprensa, indicando o problema como preocupação nacional.

abandono e vadiagem, que estão vinculados à pauperização e miséria. O que ordena este mundo é a desorganização social, pautada pelo crime, pela recusa à disciplina do trabalho industrial, e pela ausência da família como agente socializador básico.

A outra realidade é exatamente o reverso contido na primeira: a existência de uma ordem social que tem em sua base duas instituições: a família e a fábrica, “principais responsáveis pela socialização das famílias trabalhadoras” (Alvim e Valadares 1988:4). O mundo da desordem é o seu contraponto, e a possibilidade de salvação das crianças abandonadas pelas ruas seria o universo do trabalho.

No Brasil, a discussão sobre a questão, que data do fim do século XIX, tem este panorama como referência, fortalecendo-se com o advento da República, quando houve um crescimento urbano acelerado e, como uma de suas conseqüências, um alto índice de crianças abandonadas. No começo do século XX, intensifica-se a delinqüência infanto-juvenil, e o pavor perante esta realidade expressa-se em textos de escritores da época, que denunciam a rua como socializadora da criança em “perigo moral”. A partir dessa época, ela é entendida como um *locus* de oposição aos espaços da família e do trabalho, portanto, de socialização não legitimada, perigosa.

É na década de 20 que a questão da infância pobre passa a ter alcance jurídico. Essa representação permeia a elaboração do termo menor, que torna-se vocabulário corrente com sua oficialização no 1º

Código de Menores, criado em 1927<sup>3</sup>. Nele a categoria menor refere-se tanto ao menor “abandonado” quanto ao menor “delinqüente”, ambos identificados como perambuladores da rua. A visão dos juristas, que já se esboçava desde o começo do século, era de que o menor era “a criança abandonada, moral e materialmente” (Souza, V.: 1994). Ou seja, estavam em uma situação de miséria e desprovidos de pais ou tutores. Apesar do reconhecimento das dificuldades advindas do rápido desenvolvimento industrial e do desorganizado crescimento urbano, o problema dessas crianças era muito mais creditado à crise familiar e ao enfraquecimento da autoridade paterna (Souza, V 1994: 65). Portanto, a partir disso tenta-se criar soluções que reforcem a autoridade paterna e valorizem a família.

É nesse contexto que, nas décadas de 20 e 30, surgiram instituições oficiais de proteção à infância. Seus objetivos eram a proteção da mão de obra infantil, através das atividades de profissionalização, e o combate do “mal-estar social provocado pela mendicância e criminalidade, isolando em instituições especializadas os menores e delinqüentes” (Alvim e Valadares 1988: 6). A classificação da época, feita pelos juristas indicava a gravidade crescente do desajustamento social: havia os “desprotegidos”, os “abandonados”, os “pré-delinqüentes” e os “delinqüentes”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Souza, Valéria Floriano Machado de., “O conceito de menor: do Direito à Sociologia” Monografia Curitiba 1994 UFPR

<sup>4</sup> Esta classificação é de autoria de um juiz, Saul de Gusmão, cujo livro se intitula *O Problema dos Menores*, e data de 1944. Mas ela parece ter sido compartilhada pelo pensamento dominante da época, no que indicam Alvim e Valadares.

Assim, a permanência do menor fora das instituições disciplinares, abandonado em uma situação de miséria pela família, representava essencialmente um perigo social, um desequilíbrio à ordem social, e demandava intervenções. Estas, iniciadas após a Iª Guerra, têm seu apogeu no Brasil na década de 40, com a criação do SAM [Serviço de Assistência ao Menor]. Estava ligado ao Ministério da Justiça e representava a preocupação com o aumento da criminalidade infantil. A partir dele, todo um aparato institucional protetor e reformador, assim como instituições voltadas para qualificações em diferentes ramos industriais [como Sesi, Sesc, etc] são criados e indicam, segundo Alvim e Valadares, que “a questão do menor saíra dos textos jurídicos para se tornar uma preocupação nacional”. (Alvim e Valadares 1988: 8).

Na década de 60, há um agravamento das condições da pobreza das crianças, fruto do desenvolvimentismo iniciado nos anos 50, que acabou por gerar um nível acentuado de desigualdade social. Cria-se então a FUNABEM, uma tentativa de aperfeiçoamento do SAM, e que acaba por se incorporar às perspectivas do regime militar. A ênfase da FUNABEM é dada aos infratores, reforçando o assunto dessas crianças como de “segurança nacional”.

A notoriedade popular da questão do menor se dá a partir da década de 70. O aumento da delinqüência juvenil e da perambulação de crianças pelas ruas aciona a imprensa que, ao denunciar o problema, “associa a criminalidade infanto-juvenil à vida nas ruas das grandes metrópoles” (Alvim e Valadares 1988:10). Termos como “pivete” e “trombadinha” se popularizam.

Em 1979, cria-se, em São Paulo, o Movimento em Defesa do Menor, que se volta para a denúncia de maus tratos e violência contra as crianças neste Estado, feitas principalmente na FEBEM. Simultaneamente, o novo Código do Menor é aprovado, uma reformulação reconhecida como necessária, com relação ao de 1927. Na análise de Alvim e Valadares, esse novo código desloca a ênfase da relação menor-trabalho, para menor-delinquência. Ele é criado no momento em que a questão das crianças e adolescentes na rua fugia ao controle social.

O assunto continua fazendo parte de estudos e práticas de pedagogos, religiosos, sociólogos, e se dissemina no âmbito oficial e jornalístico. A categoria menor, com as contemplações semânticas até aqui explicitadas, permeia as discussões nesse universo. O circuito casa/trabalho ainda é o modelo idealizado para esses meninos e meninas. Soma-se a isso a necessidade de permanência na escola, defendida sobretudo dentro de uma perspectiva de direitos garantidos ao cidadão. Família e escola tornam-se, principalmente a partir da década de 80, espaços básicos de socialização para qualquer criança. À criança pobre, soma-se ainda o espaço do trabalho.

Eis aqui um breve quadro da gênese desta categoria classificatória menor da qual praticamente todos os outros termos, também classificatórios, derivam. A terminologia para designar a questão da infância no Brasil passou por nomes como: “santa infância”, “expostos”, “infância abandonada”, “infância em perigo moral”, “vadios”, até chegar ao termo dominante menor, que se formaliza na década de 20, e se refere especificamente a um “tipo” de criança: a que estivesse em uma situação de “irregularidade” ou “anormalidade” perante a sociedade

(Alvim e Valadares 1988:17). Autores que analisaram esta categoria, como Araújo e Cavalieri, apontam, no entender de Alvim e Valadares, para uma distinção da “natureza” das crianças, ao invés do uso de termos como criança, menino, que remetem a um universo afetivo e familiar, o reforço da palavra menor explicita a “despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público” (Alvim e Valadares 1988:17).

É possível perceber, na construção dessa categoria, uma contínua unicidade da imagem das crianças que passam pela rua. De adjetivo qualificador do trabalhador menor, passou a substantivo acompanhado de múltiplas qualificações (Alvim e Valadares 1988: 17), na maioria das vezes se distinguindo entre o abandonado — menor desassistido, menor carente — e o delinqüente. Com parte da literatura da década de 80, surge a categoria menor de rua, que especifica o cotidiano das crianças na rua, e sua desvinculação do mundo familiar e escolar. Essa expressão sai do circuito acadêmico, no qual foi gerada, e se espalha pelos grupos da Igreja, passando a ter um reconhecimento difundido por vários setores sociais. Se, até o final dos anos 70, a categoria menor uniformizava crianças e jovens de camadas populares, a existência desta nova expressão, menor de rua, convivendo em paralelo com a imagem da criança trabalhadora, começa a mostrar a diversidade deste universo da infância pobre (Alvim e Valadares 1988:18) e, simultaneamente, reforça o estigma da rua como lugar de iminente perigo social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, muda um pouco o quadro, uma vez que ele é uma expressão do

movimento de denúncia da violência contra a criança, que se dá no plano internacional, em especial pela UNICEF e pelas organizações que lidam com os direitos humanos e que se reforçam no Brasil, pela constatação do alto índice de maus-tratos que aqui se faz à criança e adolescente. O Estatuto elimina esse termo menor e passa a falar em criança e adolescente para designar qualquer indivíduo abaixo de 18 anos, em uma tentativa de remover a estigmatização contra as crianças de baixa renda.<sup>5</sup> As entidades de atendimento, algumas no plano oficial, religioso ou não governamental de um modo geral, passaram a adotar essa perspectiva. No caso dos meninos e meninas que permaneciam na rua, houve uma tentativa de nuançar sua imagem, utilizando termos como crianças e adolescentes “em situação de risco”, ou “em situação de rua”, reforçando o caráter de transitoriedade de sua situação.

A bibliografia atual sobre a questão demonstra com mais intensidade a construção histórica do menor de rua, indicando as condições sócioeconômicas e familiares que os levaram às ruas, tentando mostrar mais seu processo de vitimação desse processo e assim, procurando apontar para as conseqüências de sua estigmatização. A ênfase ainda se dá nas causas que os levam às ruas e aos comportamentos diversos que o denunciam como menor, seja o de trabalho, o de vadiagem ou o de infração.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> A explicação desta mudança está explicitada na produção escrita do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, especificamente em um livro das diretrizes do Movimento: *Cidadão Criança; Cidadão Adolescente: contribuições para definição de uma política para a infância e juventude no Brasil*

<sup>6</sup> Faleiros, Vicente “A fabricação do menor”. Revista *Humanidades* nº 12 IV 1987

A defesa dos direitos da criança e adolescente de rua ganha força política com a criação das ONG's, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, criado em 1986, mas que ganha notoriedade nos anos 90. O Movimento, organização não-governamental, apoiado pela FUNABEM e pela UNICEF, projeta a mobilização de entidades do setor civil da sociedade, e dos próprios meninos e meninas, em defesa dos direitos de cidadania; passando a atuar em paralelo com entidades de força social como a Pastoral do Menor ou o aparato oficial. O conjunto dessas instituições aponta para a grande movimentação social em torno da criança abandonada ou delinqüente. Parte das entidades não oficiais busca legitimar a imagem do menino ou menina de rua como cidadãos e tenta orientar as suas características mais visíveis na rua, como a agressividade ou a criatividade, para uma possível ressocialização. Isto fica evidente nos discursos como o do Movimento:

*“Considerar o Menino e Menina de Rua como sujeitos de direito e sujeito da história, implica em renegar as iniciativas que buscam a sua ‘domesticação’, ‘acomodação’ ou ‘ajustamento ao sistema social vigente’ e em acreditar que o seu potencial de inconformismo, rebeldia e agressividade não deve ser eliminado, mas sim orientado de forma a se tornar socializado, criativo e canalizado para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.”<sup>7</sup>*

---

<sup>7</sup> *Cidadão Criança; Cidadão Adolescente: contribuições para definição de uma política para a infância e juventude no Brasil* (MNMMR, p. 16).

No entanto, a mudança dessa terminologia, se pareceu incentivar e tornar mais abrangente as atividades das instituições de atendimento e os movimentos políticos voltados à criança e ao adolescente, não obscureceu o estigma, ou o perfil construído pelo termo primeiro. Argumentos como o que justificaram o termo menor são os que ainda permeiam os vários discursos pela sociedade quando se fala em “criança de rua”. Como mostrei no início do capítulo, há uma multiplicidade de nomes que não se faz por acaso. Eles elucidam uma série de classificações, que, por sua vez, desencadeiam atitudes múltiplas sobre os meninos e o espaço pelo qual transitam. A política de alarme da Prefeitura, que é a de limpeza, efetuada pelos policiais militares e pelo juizado de Menores, é acionada pelas inúmeras manchetes de jornal e de telejornalismo, que por sua vez são muitas vezes chamados pelos assustados transeuntes ou por indignados comerciantes. A visão de todos esses personagens, estejam eles raivosos ou com pena, é de que essas crianças e adolescentes são efetivamente um perigo social, e uma mancha paisagística. Reforçam, ainda, a idéia de disciplina, punição e profissionalização, seja pelo tipo de atividades “reintegradoras” que impõem regras de comportamento e um vínculo obrigatório com escola e trabalho, seja pelo confinamento ou encaminhamento dos garotos para instituições de recuperação, como a FEBEM.

Tanto esta estigmatização, que coloca a necessidade de manter os “menores infratores” fora da rua porque são uma ameaça social e não crianças, quanto os termos nuançados, que colocam a situação de rua como algo temporário, e a volta ao circuito familiar e escolar como quesitos fundamentais para o bem-estar das crianças e

adolescentes, reforçam sempre uma idéia de homogeneização quanto ao perfil do que é ser criança. Ambos os discursos estão vinculados à construção desse espaço social urbano, fazem parte de uma “práxis” ordenadora que ocorre ou de forma efetiva, através do policiamento ostensivo, ou de forma simbólica, pelas intencionalidades das “diversas instituições políticas e assistenciais que trazem para este cenário sua palavra e política salvadoras” [Arantes, A.: 1994]<sup>8</sup>. De uma forma ou de outra, são crianças e adolescentes “fora do lugar”.

Sua imagem se torna então aparentemente homogênea para o senso comum. Vale dizer que a produção dessa imagem, que se difunde principalmente pelos meios de comunicação, contempla dois lados: as crianças ora são vítimas de uma situação social, cujo único caminho é o do roubo e da miséria, ora deixam de ser crianças, sendo vistas como marginais de fato, e “demandando”, portanto, uma política de exclusão.

As manchetes dos jornais de Campinas ilustram essa ambivalência, presente nas notícias sobre o tema no Brasil inteiro<sup>9</sup>. Há o perfil de perigo social, que constitui a maior parte das manchetes:

---

<sup>8</sup> Arantes, Antonio A. “ ‘A guerra dos lugares’ — sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no Espaço Urbano” in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 23 1994, pp 191-203

<sup>9</sup> Os dois discursos que indicarei aqui não conformam a totalidade das preocupações às quais a imprensa se volta. Ultimamente, esta tem aberto espaço para artigos que chamem a atenção para a violação dos direitos das crianças e adolescentes, para a importância do Conselho Tutelar, denunciam a violência policial. No entanto, volto-me aos discursos que enfocam as imagens mais estereotipadas de meninos e meninas; por um lado, a imagem do perigo; por outro, o desamparo evidente. As manchetes foram retiradas dos seguintes jornais: Correio Popular (CP), Diário do Povo (DP), e Folha de São Paulo (FSP)

TROMBADINHAS CRIAM CORREDOR DE ARRASTÕES (03/93 - CP )  
TROMBADINHAS DOMINAM ÁREA DO TERMINAL CENTRAL (04/93-CP)  
MENORES FAZEM MINIARRASTÃO NA GLICÉRIO (08/93 - CP)  
GANGUE DE MENORES ATACA NO CONVIVÊNCIA (09/93 - CP)  
POLÍCIA NÃO SABE O QUE FAZ COM A AÇÃO DE MENORES NO  
CENTRO (10/93 - CP)  
CENTRO TEM 'ACAMPAMENTOS' DE MENORES (08/95 - CP)  
MENORES INFRATORES SÃO IMPUNES, DIZ PESQUISA (07/96 - FSP)

E há espaço na imprensa também para tentar mostrar o outro lado, o de vítimas sociais:

MENINOS DE RUA DENUNCIAM ESTUPRADOR (12/93 - CP)  
O ROSÁRIO DOS ANJOS PERDIDOS - *Os pequenos que vivem no Largo do Rosário também amam. Alguns até sonham com paletó, gravata e uma profissão. Uns querem o rádio dos carros, outros só querem carinho* (10/93 - CP)  
CRIANÇAS ABANDONADAS DESPERTAM AMOR E ÓDIO (10/93 CP)  
SÃO APENAS MENINOS. SÃO EXPLORADOS (01/96 - CP)  
NINGUÉM SE ENTENDE SOBRE MENOR VICIADO (08/95 - DP)  
RENEGADOS: FAMÍLIAS DESERDAM MENORES INFRATORES (05/96 - DP)

Longe de ser uma análise de reportagens, trago essas manchetes apenas para indicar quais as imagens mais vinculadas que, por um lado expressam e, por outro, ajudam a formar o olhar de boa parte da opinião pública e a homogeneização da imagem do menor. Além deste papel de formador de opinião, a imprensa também desencadeia ação dos policiais e da prefeitura, pois a cada notícia que sai no jornal, o poder municipal ativa o responsável pela ordem pública e pela “limpeza” da cidade. O objetivo da polícia passa a ser então eliminar um dos focos da

desordem, os “menores de rua”. É a elaboração de uma retórica que, como descreve bem Arantes, “em princípio criminaliza o habitante das ruas, classificando-o socialmente como ‘coisa fora do lugar’, portanto, simbolicamente suja e perigosa.” [ Arantes, A. 1994:192]

## 2. *Imagens e Classificações*

Essas denominações e imagens classificatórias colocadas até agora têm como pano de fundo um modelo idealizado de circuitos pelos quais toda criança e adolescente - inclusive a criança e o adolescente pobre - deve passar. Tal modelo os circunscreve em sua limitação espacial - casa, escola e trabalho -, visualizando a rua como lugar de perigo social, desprovida da possibilidade da criação de valores sociais positivos, cuja única socialização possível é a da marginalidade, que toma conta da cabeça dos garotos e garotas, influenciando-os, massificando-os.

Esse perfil se projeta sobre a criança como reflexo de um modelo de “confinamento” infantil, que foi gradualmente se fazendo com a formação da burguesia européia. Bem diagnosticado por Philippe Ariès,<sup>10</sup> este modelo passa a tratar a criança com uma especificidade que ela não tinha até então na Idade Média. A criação de um cuidado e sentimento específico com a infância circunscreveu fortemente a família como um

---

<sup>10</sup> Ariès, Philippe *História Social da Criança e da Família*. Ed Guanabara RJ [1975]1981

primeiro *locus* socializador, seguido da escola, que confinou a infância em um regime disciplinar, em uma tentativa de preparar os filhos destas famílias para a vida. A restrição a esses limites faz parte do perfil da família burguesa e acabou por se generalizar politicamente. Em contraponto a esse modelo, a criança que exerce alguma atividade nas ruas aparece como que solta, fora dos controles dos mecanismos de socialização considerados adequados. A permanência na rua seria consequência deste descuido na limitação de meninos e meninas aos circuitos “oficiais”; descuido, na maioria das vezes, creditado aos pais.

As imagens sobre a criança que trabalha ou vive na rua, construídas a partir deste modelo limitador da criança na casa e na escola, retratam uma “não-criança”, sujeitos que deixaram de sê-la. Nesse sentido, os discursos sobre a criança e o adolescente de rua reforçam o caráter da não socialização e, portanto, do perigo. Antecede ao fato de ser criança a realidade no qual estão articulados, mundo onde se aprende valores considerados condenáveis. O estigma que se cria a partir daí fragiliza os corpos dos meninos, diminui-se ainda mais a proteção sobre eles.

O estigma nubla a visão, impede a observação das complexidades que compõem o mundo das cidades, simplifica os sujeitos. As imagens, os discursos colocados até agora formam um tipo de classificação que congela crianças e adolescentes em um espaço que também é idealizado, distanciado; parece-me possível vislumbrar estas construções imagéticas como se o olhar que as compusesse fosse um olhar totalizador, que parece ver a cidade de cima, de uma distância que o transfigura em um *voyeur*; utilizando a metáfora de Certeau, é como

se a cidade fosse visualizada como um texto, e este olhar de cima, distante, conseguisse lê-lo (Certeau, 1994a:21). A cidade se torna então um panorama, a partir do qual pode-se criar uma ficção do conhecimento que “está relacionada a essa luxúria de ser um ponto de vista e nada mais” (Certeau, 1994a:22).

É uma ficção que permite a legibilidade da complexidade da cidade, mas “imobiliza sua mobilidade opaca em um texto transparente.” (Certeau, 1994a:22). Ela abre espaço para que a ordenação social encontre suas possibilidades de ação, e com isso ignora as práticas cotidianas, múltiplas, dos sujeitos que a habitam. Há uma interposição e uma contraposição constante entre o “simulacro teórico”, projeto dos urbanistas e concretizado pelo aparato ordenador e oficial, e as trilhas dos praticantes comuns da cidade, cuja obra compõe esse texto urbano. Os habitantes da cidade são praticantes, como o diz Certeau, “que escrevem sem ser capazes de lê-lo” (22).

A este olhar “onisciente”, escapa a multiplicidade dos passos que marcam e escrevem a cidade. Nesse sentido, ignorar a diversidade das práticas que se constituem a partir destes é o que permite a visão totalizadora. “A cidade-panorama é um simulacro “teórico” (isto é, visual), em resumo, um quadro, cuja condição de possibilidade é um esquecimento e um equívoco de práticas” (Certeau, 1994a:23). Na cidade, seus “praticantes comuns” caminham e constroem práticas que escapam à visibilidade totalizadora, estão abaixo de seu limiar (Certeau, 1994a: 23).

Minha proposta foi então descer o olhar aos praticantes comuns, ou melhor, a um personagem envolvido nessas práticas. É preciso escapar a tal modelo idealizado de criança para poder apreender sua passagem pela rua. Pois, se chegamos mais perto desse espaço que os evidencia - que é o centro das cidades, ou as ruas de alguns bairros periféricos -, se nos aproximamos da pluralidade das relações que os envolvem, no ritmo fragmentado e rápido no qual caminham, este olhar, aparentemente tão claro, confunde-se, mistura-se; as imagens construídas que foram descritas até agora engrenam-se em diálogos e interações que às vezes as reiteram, porém que muitas vezes as contestam. São olhares que implicam em uma rede de classificadores e classificados, da qual os próprios meninos e meninas participam.

O interessante é perceber como esta rede “classificatória” se dilui na engrenagem imagens/interações/diálogos que envolve o dia-a-dia das crianças e adolescentes em questão. Ela constrói o que eu diria ser o panorama cotidiano da vida dessas crianças e adolescentes, pois é dela que se desencadeiam os acontecimentos que os envolvem no meio urbano. São práticas sociais que, relacionadas, constituem redes. O enfoque passa do texto para seus autores, cuja escrita é o “caminhar”, e que, pela sua dinâmica e fugacidade, apagam a possibilidade de identificação única de cada autor. A cidade se desfaz em inúmeras trajetórias, fugindo à interposição de seus limites; a legibilidade aqui toma outra dimensão.

“As redes dessas escrituras que se movem e se entrecruzam compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada por fragmentos de trajetórias e alterações de espaços: em relação a

representações, permanece diária e indefinidamente, outra” ( Certeau, 1994a: 23).

#### *•Algumas imagens/ interações/diálogos*

Aparentemente, quando acompanho os meninos e meninas em suas andanças pelas ruas de Campinas, posso notar algumas reações nos transeuntes e funcionários de lojas: extrema curiosidade para entender o que conversamos com eles, pena, uma grande desconfiança quando param para olhar vitrines de loja, desprezo, indiferença. Tudo isto não sem certo distanciamento.

Porém, pude perceber várias vezes quantas pessoas conhecidas do bairro em que moram seus pais os meninos encontraram, alguns seguranças de lojas que são seus “pais”, protetores. Ou mesmo pessoas que eles conhecem de sua vida na rua, por exemplo, a dona de uma banquinha de livros que guarda todas as suas coisas. O encontro com essas pessoas é sempre acompanhado ou de complacência, ou de diálogos como: “o que que você está fazendo aqui, menina(o)? Aqui não é lugar pra você, não”. Com essas pessoas, o diálogo é amistoso e evidenciei um respeito mútuo, mais importante é que fica visível o tratamento mais pessoal, que pode ser parte de uma relação já antiga (como o de conhecidos do bairro), ou de uma relação de troca estabelecida entre algumas pessoas que vivem seu cotidiano de trabalho na rua ( dono de

algumas lojinhas, algumas catadoras de lixo, alguns seguranças de lojas)<sup>11</sup>.

O contato com pessoas que trabalham nas instituições, quando fora delas, normalmente é amistoso (se a relação lá dentro foi “legal” também). Os meninos e meninas são bem receptivos quando encontram essas pessoas, e também percebem carinho por parte delas. A conversa se passa quase que totalmente em torno do que tal menino ou menina está fazendo, se não quer voltar à instituição, conversam sobre os colegas, onde estão, etc. A relação entre os dois é evidentemente muito pessoal, nesse momento cada garoto ou garota é considerado individualmente.

Amigos da mesma idade, que vivem nos bairros, passam muitas vezes pelo centro da cidade. Há os que vem conversar, ou às vezes

---

<sup>11</sup> Um momento muito revelador dessa “personalização” nas relações com esses garotos e garotas, foi a minha conversa, acompanhada dos educadores, com o guarda de um banco desativado, em frente a uma movimentada praça do centro da cidade. O guarda ficava dentro do prédio, separado dos transeuntes e dos meninos por uma porta gradeada. Alguns meninos e meninas costumavam dormir na varanda desse prédio. Quando acordavam, iam em busca de lingüiça e macarrão Miojo. Os garotos entregavam os alimentos ao guarda, que lhes fazia uma “macarronada”, em seu fogãozinho de duas bocas, dentro do prédio. Era considerada como um banquete, garotos e garotas adoravam. Conversando conosco, o guarda disse que fazia “pros garoto, porque eles não tem como comer, né?”. E reclamava que a polícia insistia em expulsar as crianças daquele ponto, e ordenava a ele que as expulsasse. Daí então nos disse: “Só falo com os garoto quando o dono do banco reclamar; se ele não reclamar, não tenho porque, né”. Ou seja, em meio ao conflito entre os mecanismos ordenadores da cidade e o desafio desordenador dos meninos, surgem interações sociais que matizam, de certa forma, a tipologia rígida das visões e dos discursos mecânicos sobre os personagens urbanos. A proximidade pessoal do guarda com as crianças o impede de assumir o discurso da “limpeza urbana”

Porém, há outros tipo de contato com sujeitos que trabalham nas ruas, que não envolve sentimentos de afetividade ou de pena. É o caso do dono da Padaria Orly, no centro de Campinas. Quando os garotos se aglomeram na porta de seu estabelecimento, a mendigar com os clientes, o dono faz uma troca. Dá então um salgado para cada um. Sua intenção é manter uma interação mais pacífica a cada dia e, para isto, ele negocia a comida em troca da saída dos meninos de tal lugar. Como isso nem sempre dá certo, o dono da padaria parte para a ameaça, dizendo que vai chamar a polícia. É possível observar uma relação de troca construída a a partir do medo e de um distanciamento que se faz entre o dono da padaria – o trabalhador, o cidadão – e os meninos – molecada barulhenta, suja.

negociar um *crack* (casca)<sup>12</sup>, mas há os que evitam o olhar e, segundo os meninos e meninas, imaginam-se superiores. Esses encontros parecem reforçar a mistura de imagens que indiquei: os meninos deixam de ser anônimos, meros personagens de jornais, passam a ser pessoas e as duas construções — a de pessoa e de personagem — convivem juntas. Afinal, ele veio de algum lugar, muitas das pessoas que circulam pelas ruas vieram desse lugar. Mas, sua condição atual, ainda que transitória os marca e os distancia, criando uma relação ambígua.

A ambigüidade na consideração a essas crianças e adolescentes também faz parte da rotina da Polícia. Vistos como perigo social, também representam uma ameaça a imagem pública de eficiência policial. Vários desses profissionais desconsideram totalmente o respeito ao ECA, e inúmeras vezes meninos e meninas são sujeitos à tortura, extorsão, violência exarcebada. Mas, com relação ao Juizado de Menores, a visão e as condutas se modificam sutilmente. Alguns desses policiais consideram-se meio que “tutores” das crianças, amenizando um pouco suas exigências para com eles, e tentando estabelecer um diálogo com os meninos, juntamente com suas famílias. Os policiais do Juizado muitas vezes agem de forma paternalista.

Por outro lado, as crianças, ao mesmo tempo que procuram escapar dos agentes do Juizado à paisana nas ruas da cidade, muitas vezes, nas madrugadas, procuram-nos pedindo ajuda para se livrarem de traficantes que os perseguem. Nas ruas do centro, diante da ostensiva patrulha policial, ocupam-se em conhecerem “a cara” dos guardas, e se

---

<sup>12</sup> casca: expressão alternativa para *crack*.

fazerem conhecidos. Isto não impede, de forma alguma, que sejam alvo desse grupo “limpador” da cidade.

Outro personagem fundamental nesse quadro de relações dos meninos e meninas são os traficantes e interceptadores de mercadorias. Atentos aos movimentos das crianças nas ruas, ficam a espreitar as conversas deles com os educadores de rua. Tomam as crianças como força de trabalho versátil, e estão sempre atentos às suas sacanagens. Enquanto elas estão obedientes, as atitudes são paternalistas, ao mesmo tempo que aliciadoras; se alguma delas não os pagar ou denunciá-los, é alvo de pancadaria ou morte. É uma relação de submissão, principalmente pelo forte instrumento de negociação, que é o *crack*<sup>13</sup>.

Mendigos, prostitutas, travestis, andarilhos, partilham com as crianças e adolescentes o espaço da rua, que torna suas atividades diárias possíveis. Dessa forma, negociam entre si este espaço. O que pode, em algumas vezes, propiciar uma harmonia de convivência entre esses diversos sujeitos; outras, acirrar a disputa pela marcação de territórios. Os meninos divertem-se muitas vezes em irritar os andarilhos, principalmente os que estão alcoolizados. Mas também apanham ou são submetidos a estes. Já com as prostitutas, há um tipo de proteção que por vezes incide sobre os garotos e as garotas. De qualquer forma,

---

<sup>13</sup> A menção específica ao *crack* se deve ao fato de que, no contexto investigado - cidade de Campinas -, assim como em grandes metrópoles brasileiras, tal droga tomou conta do cotidiano de meninos e meninas que habitam pelas ruas, ainda que conviva simultaneamente com a cola. O *crack*, que já atraiu jovens de vários segmentos sociais, redimensiona especificamente este trânsito, do qual falarei no Capítulo III. A relação com os traficantes se intensificou em demasia; conseqüentemente, agrava-se o índice de criminalidade e aumenta a pressão policial.

mesmo que haja uma comunicação entre estes sujeitos, ou, ainda que um mesmo ator social possa ser uma mistura de personagens (como é o caso de meninas de rua que são prostitutas), há uma demarcação de territórios, onde as variadas atividades acontecem, embora estejam no mesmo espaço. Quando os meninos estão andando pelas ruas, a pedir ou a roubar, andam sozinhos, disputam os sinaleiros com os mendigos, brincam com os loucos, ridicularizam os travestis<sup>14</sup>.

Os educadores de rua são personagens importantes do universo em questão. Propondo-se a se adequar à dinâmica da rua, na qual meninos e meninas participam, eles tentam convencer, adaptar e preparar o menino para o caminho que o aparato assistencial e escolar chamaria de “reintegração”. Ou seja, colocam-se como objetivo primeiro buscar formas de mostrar às crianças opções de vida que não sejam a rua. Além disso, atuam como mediadores nas relações de conflito entre meninos e os demais segmentos sociais, tentando fazer com que esses segmentos reconheçam os primeiros como sujeitos de direito, exigindo o respeito ao ECA, e, também, alertando os garotos para o perigo das práticas que os envolvem em situação de risco iminente para eles e para outros indivíduos na rua.

---

<sup>14</sup> No que diz respeito à pesquisa que fiz, essas demarcações foram relevantes para pensar a tentativa de uma singularização desses sujeitos. No entanto, é possível pensar que, em casos como os Rio de Janeiro, como retratam Cláudia Milito e Hélio Silva, em *Vozes do Meio Fio*, a proximidade entre esses meninos, prostitutas, travestis, é maior que no contexto da cidade de Campinas. Ou seja, o índice de meninas prostitutas ou garotos travestis, *gays*, é bem mais elevado, o que pode mudar o quadro da disputa de “territorialidades”. Mesmo assim, está presente a diferenciação dos sujeitos na delimitação do espaço por onde circulam, como é o caso de uma mendiga, que ocupava um determinado espaço, e delimitava-o com “paredes” invisíveis. Entre ela e os meninos o bate-boca era diário, com os meninos testando os limites de seu canto (Silva e Milito, 1995).

Foram adentrando, gradualmente no mundo das crianças e dos adolescentes, de modo que sua atividade fosse reconhecida, em especial pelas entidades assistenciais e pelas políticas públicas voltadas à questão, como necessária para que a rua fosse utilizada como espaço de negociação entre garotos e garotas e demais sujeitos sociais, como os comerciantes, os transeuntes, a polícia. Em uma espécie do que Milito e Silva chamam de *pedagogia das calçadas*<sup>15</sup>, os educadores pretendem conhecer os meninos em seu espaço de vivência, e trabalhar, através de possíveis atividades pedagógicas que se construiria a partir da rua e dos meninos, a capacidade de adequação e habilitação que eles possuem.

Curiosamente, o papel de educador se estende às pessoas que os circundam diariamente. Ou seja, “esses educadores não educam só meninos, mas sobretudo, civilizam transeuntes”(Silva e Milito 1995: 9). Boa parte desse processo educacional se volta à tarefa de convencer as pessoas que os meninos de rua não são o monstro que se pinta nos discursos sobre o menor. Silva e Milito chamam a atenção para essa rede de relações que são pano de fundo de suas ocupações pedagógicas: “Tendo como foco de atenção o menino das calçadas, o educador de rua muitas vezes não percebe que o outro pólo fundamental na relação

---

<sup>15</sup> Esta expressão é utilizada pelos autores na qualificação do que seria a atividade do educador, mas é postulada já como um questionamento: é possível esta pedagogia? Tal dúvida se origina da indefinição de perspectivas percebidas pelos pesquisadores em seu contato com educadores; em outras palavras, os próprios educadores não sabem como tal atividade pode se constituir, uma vez que não há um consenso do que se quer dos meninos, e tampouco uma clareza do que realmente essas crianças e adolescentes necessitem. Os autores descrevem esses conflitos, inclusive a confusão no que diz respeito a definir o que seria uma pedagogia. O debate, ocorrido em um encontro de educadores no Rio de Janeiro, revela um número sem fim de questionamentos, que vão desde a dúvida sobre o que seria mais relevante para os garotos, escola, trabalho, passando para a maneira em que essas necessidades estão colocadas para o garoto em sua realidade, chegando até o questionamento de se o que se pretende era uma pedagogia – no sentido educacional – ou uma ação terapêutica – no sentido de trabalhar a auto-estima, a questão da identidade, por exemplo. (Silva e Milito 1995: 130-133)

dialógica em que se tensiona o processo educacional (educador/educando), pelo menos no contexto específico de nossa análise (...), não é exatamente o menino de rua, mas policiais, gringos, transeuntes, residentes, seguranças, comerciantes, famílias que os evitam, reprimem, espancam ou exterminam” (Silva e Milito 1995: 9)

Diante da realidade vivenciada dos conflitos próprios das tramas da rua, entre os meninos e os diversos sujeitos sociais, o objetivo pedagógico se enfraquece. Os educadores permanecem com seu intuito de educar, embora lhes falte uma pedagogia que se adeque à dinâmica da rua. Essa ausência, somada às tensões que enfrentam cotidianamente, fazem com que o educador envolva-se afetivamente, na conquista da confiança dos meninos. Aproximam-se mais de seu mundo, estabelecem vínculos, criam uma forte emocionalidade que vai, aos poucos, nuançando sua identificação como porta-vozes do modelo tradicional de comportamento social. Nesse sentido, ficam em uma posição ambígua: por um lado, entendem os meninos, partilham muitas vezes de sua linguagem e brincadeiras, envolvem-se. Por outro, desprovidos de estratégias que dêem conta de direcionar meninos e meninas para outro modo de vida, sobra-lhes o desamparo, a sensação de impotência e a impressão de que o único caminho viável é o retorno ao lar familiar, o que não coincide com a realidade vivenciada.

Impregnado da forte emocionalidade que os envolve em seu trabalho, o educador acaba criando um mundo solitário, e “transforma opiniões e experiências em certezas e convicções” (Silva e Milito 1995: 134). Passa então a circular pelas instituições, à procura de uma adequação entre o que pensa e as formas de agir. Simultaneamente, a

proximidade com os meninos na rua acaba por afastá-lo dessas instituições, uma vez que percebe que há um distanciamento na comunicação entre os dois universos. Na tarefa como mediador, o educador move-se de forma titubeante<sup>16</sup>.

Muitas vezes são vistos como perigo e incômodo para policiais, traficantes, interceptadores de mercadorias; para muitos transeuntes, são ineficientes, não conseguem tirar o menino das ruas, ou facilitam suas ações ilícitas. Já inúmeras pessoas recorrem a eles como possíveis tradutores das estranhas atitudes dos meninos, ou como elo de ligação para contato com os garotos. (Eu me incluo entre tais pessoas; sem eles, o acesso às crianças teria demorado muito mais, e com maior perigo). Para as crianças e jovens com quem trabalham, são ponto de referência. Um indicativo de proteção, de possibilidade de serem ouvidos, de carinho, de confiança. Mas, ao mesmo tempo, essa visão traz consigo uma cobrança: é como se os educadores formassem uma síntese dos poderes de “salvação” dos perigos da rua, sendo exigido deles respostas e poderes os quais eles não possuem.

A percepção da disponibilidade que o educador oferece para estar próximo a seu universo faz com que o menino ou a menina manipule

---

<sup>16</sup> A circulação de educadores pelas variadas instituições é comum. Em minha pesquisa, Chico, um rapaz que entrara no trabalho da Pastoral do Menor, mudou-se três meses depois para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, após acusar a Pastoral de ser muito passiva com relação às atitudes policiais. Nas conversas entre eu e ele, era latente a insatisfação dele com as atividades de rua; parecia-lhe que não levariam a lugar algum. Por outro lado, não sabia também apontar para alternativas. Partiu para o movimento em busca delas.

Outra educadora, Suzana, já havia trabalhado com a Prefeitura, com uma fazenda pertencente a um Padre, e agora estava na Pastoral. As mudanças aconteceram por falhas do Projeto Municipal e por insatisfação com o esquema de trabalho que ocorria na Fazenda. O trabalho na Pastoral a estimulava porque poderia fazer o que mais gosta: estar com as crianças na rua.

esta boa vontade em seu interesse. Assim, quando uma criança deseja sair da rua, joga para o educador a responsabilidade de re-alojá-lo, na hora em que quer, para onde quer. Como a vida desses garotos é cercada pela efemeridade, educadores saem correndo em busca de vagas em alguma entidade de assistência. Quando algum garoto deseja voltar à rua, é ao educador que ele recorre para tirá-lo de onde está, quando não pode fugir. Nas apreensões policiais, as crianças muitas vezes dramatizam um processo de vitimação muitas vezes inexistente, criando dúvidas para o educador que, na incerteza, opta por defender o garoto de situações que não foram criadas.

Tal quadro mostra como esse personagem do educador, imerso nessa rede complexa e móvel, projeta um olhar nunca substancializado o suficiente para se congelar em classificações superficiais, e que expressa a carga de trazer para si as contradições que se constroem na negociação tensa de imagens, próprias da dinâmicas desses caminhantes. “Sócio do menino, em sua plena expressão, tradutor de seus silêncios, instaurador de sua voz, articulador de seus itinerários tumultuosos, não tanto os da superfície da cidade, mas sobretudo os das profundezas de suas subjetividades errantes, presente, claro e falante, é esse o novo personagem urbano: o educador de rua” (Silva e Milito 1995: 148).<sup>17</sup> Acima de tudo, são personagens fundamentais para adentrar no universo dos meninos, seja por intermediar o contato, seja por ajudar-nos a conhecê-los.

---

<sup>17</sup> Para ter uma boa noção dos envolvimento do educador no universo dos meninos e as complexidades de sua relações, o livro de Silva e Milito oferece uma instigante leitura, em especial o capítulo “Dos fios soltos ao risco da trama.”

Estas são algumas das interações captadas, que expressam aqui brevemente, antes de tudo, que elas derivam de uma relação; são interações que indicam igualmente como a produção da imagem de perigo social e de estar “fora do lugar” parece ser o tempo todo matizada pelos encontros entre essas crianças e adolescentes — sujeitos da estigmatização aqui referida — e outros personagens que estão inseridos na movimentação incessante da cidade. No entanto, a negociação e interação dos meninos com tais segmentos têm como limite a oposição entre uma ordem fixa, hierarquizada e seu contraponto, que é o nomadismo que se desenrola na vida nas ruas. Em última instância, os diálogos que envolvem estes sujeitos sociais permeiam-se do embate entre estas concepções que moldam as representações sobre o modo de vida urbano.

- *“da” rua e “na” rua*

Mas também os garotos “fora do lugar” são diferentes entre si; isto fica mais evidente tanto nas instituições que trabalham com eles quanto nas próprias classificações dos meninos. Uma grande diferenciação aparece já em boa parte da bibliografia que trata da

questão do menor<sup>18</sup>: é a diferença entre meninos na rua e meninos de rua. Os primeiros são meninos e meninas que vêm trabalhar ou pedir na rua, mas que à noite voltam para casa; os outros permanecem na rua praticamente o tempo todo, os laços com a família são quase nulos.

Apesar da diferença, ambas as categorias dividem o mesmo espaço da rua, são oriundas de famílias carentes e praticamente dos mesmos bairros. Diante deste panorama, tentei, no decorrer da pesquisa, perceber qual a relevância então de se fazer essa separação, ou o que ela poderia indicar sobre esses personagens.

A divisão, para além de ser meramente analítica, insere-se na extensa negociação de imagens que inclui o confronto entre o olhar totalizador, distanciado, e as reações a ele ou incorporações dele. Isto fica visível primeiramente a partir das políticas de atendimento.

Em várias cidades brasileiras, as entidades que trabalham com crianças e adolescentes carentes aparecem de forma numerosa e bem variada. Desde as políticas de atendimento da Prefeitura, até as entidades religiosas, passando por ONG's como o MNMMR (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua), há uma oferta considerável, embora não suficiente, de trabalhos para tirá-los da rua<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> A separação entre quem volta para casa e quem não volta e, respectivamente, quem trabalha ou não, indica ainda o modelo trabalho/ família/ casa como referência de diálogo, embora a carga estigmatizante não esteja presente nestes trabalhos.

<sup>19</sup> Segundo o Conselho Municipal do Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) de Campinas, das possíveis 200 entidades que trabalham com crianças carentes na cidade, apenas 47 estão cadastradas, ou seja, compromissadas oficialmente com o ECA. Dez entidades apenas são as designadas pelo Juiz do Juizado de Menores para abrigar os menores. Mesmo sem ter a possibilidade de oferecer o quadro exato dessas entidades, uma vez que não tive acesso a muitas informações oficiais, limito-me aqui a descrever as instituições de atendimento que se voltam atualmente para o tratamento dos meninos e das meninas.:

No caso de Campinas, as diferenças se iniciam quando perguntamos o objetivo do trabalho e a quem é destinado. A grande parte das entidades oferece, a princípio, possibilidades de inserção no mercado de trabalho (atividades profissionalizantes), acompanhamento educacional, recuperação de drogas, e trabalho com a família, para um possível retorno do menino ou menina à casa. No entanto, as regras que essas entidades impõem para determinar quem ali permanece acabam por gerar uma triagem “involuntária”: praticamente todas as crianças e adolescentes que se recusam a ficar e ou são expulsas, são os meninos e meninas de rua, uma vez que as regras implicam em uma disciplina de

---

A fazenda Pe. Haroldo, importante instituição de tratamentos de dependentes de drogas em Campinas. A fazenda é coordenada pelo Pe. Haroldo Rahm, e possui duas casas de atendimento: a casa Jimmi, que abriga os meninos, e a casa de Guadalupe, que recebe as meninas. Ambas se situam no mesmo espaço, a fazenda, que também abriga rapazes, maiores de idade, que queiram tratar a dependência de drogas.

A casa do Jerry é uma instituição batista que abriga meninos e meninas em casas separadas. Os tipos de atividades são similares aos encontrados na fazenda: rodízio de atividades de limpeza e organização da casa, atividades pedagógicas, tratamento específico para o vício em drogas, orações, recreações.

O Convívio Alegre, uma casa coordenada por religiosas da comunidade católica, é uma casa com as mesmas funções, mas mais modesta. Nela só ficam as meninas. Todas essas entidades oferecem assistência médica. No caso do Convívio Alegre, as freiras oferecem atividades esportivas também, que acontecem nos pátios da Igreja que fica do lado oposto da rua.

O externato São João é uma instituição que se localiza no centro da cidade. Está destinado principalmente a fornecer possibilidades para que a criança ou o adolescente possa acompanhar o aprendizado escolar. Assim, lá são oferecidas aulas de computação, reforço escolar, atividades esportivas e artísticas. Ao frequentar o externato, as crianças ganham uma cesta básica para complementar a diária de seus pais. No entanto, para estar no externato, é necessário que a criança esteja cotidianamente na casa de seus pais, e estudando em uma escola.

O instituto Souza Novaes não é uma instituição voltada a menores. É uma clínica particular para tratamento do *crack*. Mas tem oferecido vagas para as crianças e adolescentes que estão nas ruas. O atendimento aos meninos acontece em Campinas; em uma primeira etapa, é numa fazenda. Passada a primeira fase de recuperação, vão para uma casa no centro, e gradualmente retomam atividades escolares ou de trabalho. O atendimento das meninas é feito no Rio de Janeiro. Quando as meninas que circulam aqui pelo centro, optam por se desvincular do *crack*, acionam os educadores da Pastoral ou do Movimento, para que eles as levem até a clínica no Rio.

A pastoral do Menor e o Movimento Nacional dos meninos e Meninas de rua não estão fixadas institucionalmente. Eles têm como tarefa, entre outras, o encaminhamento dos meninos para as entidades assistenciais.

horários, de comportamento, de higiene, que estão, em certo sentido, distanciados dessas práticas de rua. Como a intenção das entidades é afastar as crianças e adolescentes do espaço em questão, a exigência para que haja uma desvinculação com os “vícios de rua” acaba sendo muito pesada, gerando abandono ou revolta por parte dos meninos e meninas.

Outro problema a se enfrentar nas instituições é o convívio entre garotos ou entre garotas. Há um grande número de desavenças, em parte por divergências pessoais, em parte por uma disputa de afeto, de pertences ou de atenção. Boa parte dessas brigas leva a reações agressivas, e a disciplina volta a agir energeticamente, expulsando aqueles que não “querem” se adequar. Em geral, esses voltam a habitar as ruas.

O trabalho da Prefeitura de Campinas é ainda mais contundente quanto a divisão — de rua/na rua. Quando perguntei sobre o trabalho com crianças carentes, eles me explicaram que havia quatro tipos de atividades, atendendo idades diferentes, ligados a espaços diversos, todos com intuítos profissionalizantes e educacionais. Dos quatro, havia uma casa aberta (casas que normalmente funcionam como lugar de acolhida, oferecendo comida, e atividades pedagógicas), a Casa Amarela, que trabalhava com as crianças que estavam na rua, com exceção dos drogaditos. Perguntei quem eram os drogaditos. Estes eram as crianças e adolescentes que tinham uma ruptura efetiva com a família, não desejavam sair das ruas, e já estavam envolvidos com drogas. Para estes a Prefeitura não tem nenhuma política de atendimento, salvo alguns educadores da Casa Amarela, que às vezes atendem os pedidos ocasionais dos drogaditos.

Fica clara então a diferença, ao menos do ponto de vista do uso do espaço da rua, entre crianças que vendem mercadorias no semáforo, catam papelão, são engraxates, — pois estas não possuem o envolvimento com o circuito da rua, e permanece a relação de continuidade com a casa — e as crianças que perambulam pela rua, roubando, ou pedindo dinheiro, fazendo o seu cotidiano nela. A princípio pode-se confundir facilmente meninos de rua e na rua nos semáforos, uma vez que é um ponto estratégico para ambos pedirem dinheiro.

Mas a distinção também está sendo operada por esses meninos e meninas. Vejamos duas situações. Primeiramente, um grupo de irmãos de 6 a 12 anos, sendo uma menina e quatro meninos, pediam nos semáforos da Av. Moraes Sales com a R. Barão de Jaguará<sup>20</sup>, próximo ao banco Bradesco. Voltariam para casa em breve. Estávamos eu e os educadores da Pastoral a conversar com eles, e dizíamos que nosso trabalho era conhecer as crianças que ficavam na rua. Rose, a menina de 9 anos, perguntou-me:

“ - Vocês vão atrás dos trombadinha?

- O que é trombadinha pra você?

- São estes menino que fica roubando. Lá nesse lugar (Falávamos do Externato São João) fica os trombadinha? Senão não vou...”

Há um conjunto de atitudes, de comportamentos, de signos, que estabelecem a cisão da imagem em dois “grupos”, mesmo que ela não

---

<sup>20</sup> Ver localização das ruas no mapa no Capítulo I

seja perceptível para alguns e muito clara para outras (a prefeitura, por exemplo). Uma outra situação contribui para ilustrar esse conjunto. Ivone, uma menina que acompanhava o nosso trajeto em busca de alguma outra criança, mostra dois potenciais personagens de rua, à frente da Catedral. Fomos seguindo-os, e quando eles passaram por nós, ela olhou e disse:

“ - Eles não são da rua

- Como você sabe, Ivone?

- Ah, pelo jeito, tia”

Passamos por eles e ela resolveu perguntar-lhes:

“ - Oh, cês são da rua?”

Os meninos responderam negativamente, apenas estranhando-a. E ela

“- Ah, falô, então”

Insisti no assunto, perguntando como ela saberia que não é da rua. Ela:

“-Ah, pelo jeito...primeiro porque não andam assim, ó, que nem os meninos de rua (coloca as mãos para trás e sai balançando de um lado para o outro); depois porque os menino de rua logo encara se você fica olhando; e depois porque eu nunca vi eles na rua.”

A descrição de Ivone indica a ficção de um saber produzido por uma convivência e uma prática específicas: a circulação constante pelo circuito itinerante na cidade; a postura defensiva, desafiadora; os movimentos corporais que caracterizam, de forma geral, o garoto ou a

garota que anda nas ruas. (É essa ficção que estará sendo analisada mais à frente; a relação com o espaço no capítulo III, e as noções de corporalidade no capítulo IV). Mesmo diante da influência das instituições que lutam contra uma imagem ligada à rua, esta é parte da construção do próprio cotidiano dos meninos. Esse cotidiano, que ao olhar controlador, parece homogeneizar os movimentos expressos nesse espaço urbano, revela, ao seguirmos suas trilhas, um modo plural de se espacializar. A pluralidade revela o conflito no ato de classificar e na realização das interações, inclusive entre as próprias crianças que utilizam este espaço.

Em uma das vezes em que estávamos no Largo do Rosário com as crianças, apareceu um grupinho de três engraxates, que tomaram água ali, e permaneceram sentados, um tanto quanto afastados de nós. Pequeno, um garoto de 8 anos que estava conosco, foi tomar água, e os engraxates agarraram-no e ficaram brincando com ele, dando tapinhas, irritando-o, até que ele armou uma gritaria, e aí os separaram. Muitas vezes, os meninos de rua assaltam os engraxates, para comprar drogas. Outras vezes, eles se conhecem de brincadeiras do bairro.

Enfim, as distinções são marcantes, embora não se constituam como tipologias rígidas, inclusive pela fluidez de circulação dessas crianças de suas casas para a rua, da condição de pequeno trabalhador a infrator. Os educadores de rua, agentes de mediação entre os meninos e as políticas de atendimento, as de repressão e entre os agentes

construtores das imagens mediáticas, já identificam com facilidade quem são os “de rua”; “estes são os nossos meninos”, dizem<sup>21</sup>.

O universo, aparentemente homogêneo, fragmenta-se, e cria uma série de personagens que constrói uma vivência, e uma rede de classificações moldado por ela. Há permissão para contraditoriedades, ambigüidades, apreensíveis por certos sujeitos, irreconhecíveis por outros.

• *Personagens em questão*

Toda a discussão efetuada até aqui, sobre as terminologias e imagens que constroem, em parte, o mundo das crianças e adolescentes que passam pela rua, indica a complexidade da classificação dos sujeitos no espaço urbano. Os personagens desse universo que fazem parte de minha história são os chamados meninos de rua — ou drogaditos, trombadinhas, molecada, estruturados na rua, etc.

Minha escolha não é aleatória. Primeiramente, se a imagem mediática homogeneiza um perfil, é a do menor abandonado, perigoso, infrator. É a ele que a maior parte das atenções, seja de órgãos públicos, seja da imprensa, é destinada. Eles não constituem a totalidade de crianças carentes, são uma parte pequena delas, nem são grupos organizados como as gangues de jovens que vêm aumentando pelo país.

---

<sup>21</sup> Este é mais um indício do caráter emocional e cheio de certezas que reveste o trabalho do educador, como sugerem Milito e Cláudia. O fato de participar do universo dos meninos, de reconhecê-los mais facilmente, permite aos educadores que especifiquem a clientela que atendem, a partir do vínculo emocional.

Mas são preocupação da polícia, incômodo de comerciantes, iscas de traficantes. “Fora de seu lugar” — segundo o modelo oficial —, seu trânsito pelas ruas da cidade cria efeitos dos mais variados, e na maior parte das vezes, não bem vistos. Meninos e meninas aparecem como que resistindo a participar da ordem social, ou demasiadamente imediatistas para poderem decidir sobre seus futuros.

Foi a percepção dessas imagens que me aguçou o desejo de investigá-las. Vieram-me perguntas como: não estaria a dificuldade em retirá-los da rua creditada, ao menos parcialmente, ao desprezo pela constituição dessas interações constituídas na rua? O que cria a resistência das crianças de rua com as instituições que pretendem acolhê-los? Como, em um período de tempo curtíssimo de permanência nas ruas do centro da cidade, nós podemos nos deparar com relações de conflito e de troca tão diversificadas?

Longe de ver esses “meninos e meninas de rua” com um perfil estanque, uma identidade única, eu quis entender como esses universos constituídos por eles e a partir deles expressam conflitos, ambigüidades, contrastes, talvez assim compreendendo um pouco melhor quais os discursos fragmentados que se entremeiam em suas vivências.

O trajeto de que falo não engloba todos os espaços por onde essas crianças circulam, pois é necessário compreender que suas vidas são um trânsito contínuo entre suas casas, as instituições que os acolhem, as prisões, e a rua. Dado o curto de tempo de pesquisa, isto não foi possível. Por isso, limitei-me a entender suas circunscrições pelas ruas da cidade, apreendendo suas significações.

Mas também não é uma opção do acaso. Essas crianças carregam consigo histórias, valores do lugar de onde vieram; mas fazem da rua um espaço de convivência social específica, permitindo a construção de outros valores, de outras vivências do cotidiano, que passam a conviver, conflituosamente ou não, com as memórias de sua casa, de sua antiga escola de outros lugares. Meninos e meninas imprimem seus passos através dessa vivência, e a rua grava neles as marcas que a tornam atualmente mais reconhecível enquanto espaço social: a fragmentação que o constitui, e a pluralidade de sociabilidades que se confrontam no dia-a-dia. Tal vivência do cotidiano se torna essencial para que compreendamos crianças e jovens em questão; no entanto, ela escapa a esta imagem ordenadora, oficial, de diagnóstico social.

Assim, há uma especificidade desse aprendizado de “rua” que envolve seus corpos, seus olhares, em tramas que remetem ao que Arantes qualifica como “uma experiência urbana contemporânea”, à formação de “uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de contexto espaço temporais flexíveis, mais efêmeros e híbridos do que os territórios sociais identitários” (Arantes 1994:191). Em tal hibridismo, revela-se uma negociação intensa de fronteiras identitárias - de onde resultam as interações descritas aqui. É uma construção coletiva de fronteiras simbólicas. Ao descermos o olhar para a dinâmica desse cotidiano, passamos a nos preocupar com as intertextualidades, as liminaridades que se tornam visíveis a partir do compartilhamento desse mesmo espaço, da superposição das práticas que delineiam a rua como um lugar social.

Nesse sentido, costuramos o tecido social, seguindo uma trilha que percorre símbolos da ordem e do seu reverso, do que é marginal. Os lugares sociais tornam-se ambivalentes, e fugindo à classificação ordenadora, tornam-se “culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores.” (Arantes, 1994:192). Considerando o espaço urbano como um entrelaçamento de vários espaços liminares, penso ser fundamental entender os discursos e as práticas que se dão nestas negociações fronteiriças.

Trato pois, agora, de fazer este trajeto participando também da construção da “sociabilidade ambulante”, seguindo os rastros dos meninos de rua de Campinas, pelo limitado território das ruas do centro da cidade e as de alguns bairros. Por três meses, acompanhei intensamente o trabalho de “abordagem de rua” da Pastoral do Menor<sup>22</sup>, que se faz através de uma caminhada diária dos educadores de rua pelas ruas do Centro da cidade. A tarefa imediata deles é de encontrar crianças novas na rua e estabelecer contato, indicando possibilidades de ajuda, ou de reencontrar as já conhecidas, auxiliando-as na resolução de problemas médicos, jurídicos, tentando convencê-las, ainda, a sair da rua. Pude valer-me de suas experiências e conhecimentos dos meninos para compor o itinerário que estava traçando.

Minha pesquisa envolve 25 crianças e adolescentes com as quais conversei, ou que encontrei no itinerário. Os gráficos apresentados a

---

<sup>22</sup> Posteriormente voltei a campo, embora sem sistematicidade. Manter o contato com a Pastoral mesmo não indo às ruas, somado às voltas ocasionais ao trabalho de abordagem propiciou-me acompanhar um pouco mais de perto alguns dos personagens de minha descrição que, em uma questão de meses, passaram por várias vezes pelo circuito casa/rua/instituição, aparecendo em muitos pontos variados da cidade.

seguir dão uma certa dimensão visual da diferença de gênero e da faixa etária desses personagens. Deparei-me com 11 meninas e 14 meninos, embora ao final da pesquisa eu tivesse a impressão de que tinha visto mais meninas do que meninos. A razão para isto é que as meninas apareceram muitas vezes juntas, em quatro, cinco. E, como coloco no último capítulo, este “agrupamento” de meninas chamava a atenção pelo comportamento arisco, por vezes agressivo, e ruidoso. Em meu itinerário, esta imagem das meninas tornou-se mais significativa do que sua presença numérica.

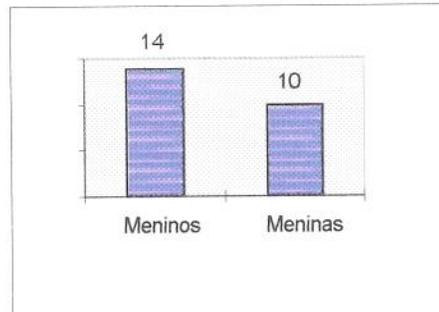
A idade variou entre 8 e 18/19 anos; dos 25, apenas dois tinham menos de 10 anos. Olhando os gráficos, é possível perceber que a faixa etária de maior recorrência foi, no caso dos meninos, entre 13 e 14 anos, e entre 16 a 18 anos; com relação às meninas, a idade se concentra mais, oscila entre os 16 e 18 anos. Isto indica, sobretudo, que trabalhei mais com adolescentes que crianças, embora eles andassem juntos e, do ponto de vista das atividades de sobrevivência e divisão do que se conseguia roubando ou pedindo, não houve diferença. A única observação curiosa foi o fato de que os meninos menores eram protegidos sobretudo pelas meninas, e também estavam passando pelo processo de aprendizado do “se virar”. Mas mesmo esta especificidade não tinha peso nas demais atividades e aventuras de seu cotidiano.

Eram já eram conhecidos da Polícia, embora nem todos fossem considerados oficialmente infratores<sup>23</sup>. Todos dormiam nas ruas,

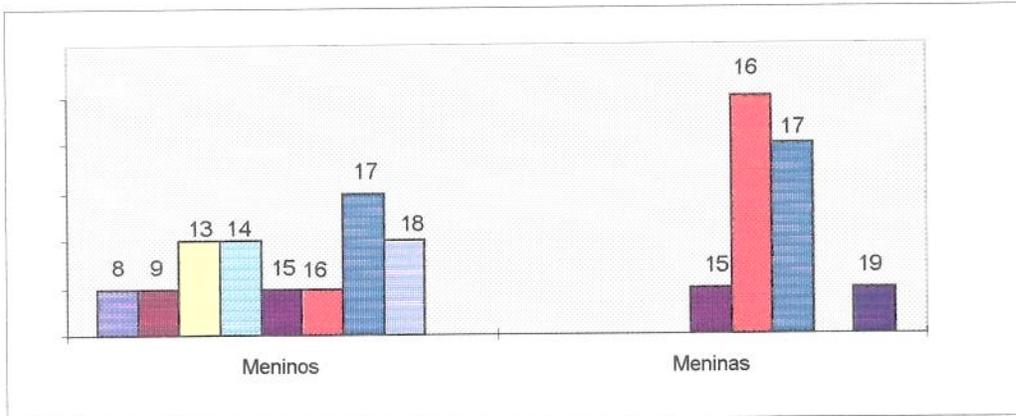
---

<sup>23</sup> Os dados que obtive do Juizado dizem respeito a menores infratores em geral. Há apenas um dado sobre infratores em situação de rua; dos 180 menores computados na Vara da Infância e da Juventude de Campinas, entre abril e novembro do ano 1995, 32 eram considerados em situação de rua, o que indica uma porcentagem de 17,7%. Esse número não se remete à todos os garotos e garotas que estão em situação de

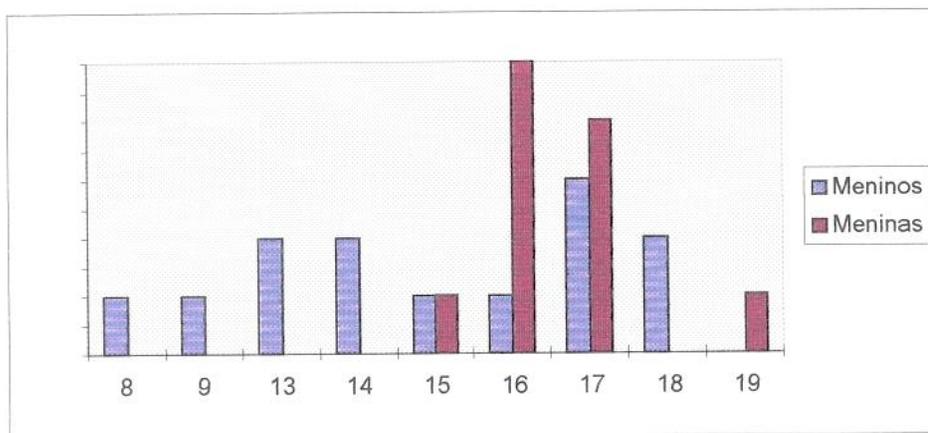
### Número de meninos e meninas pesquisados



### Distribuição das faixas etárias dos meninos e meninas da pesquisa



### Comparação entre meninos e meninas nas diferentes faixas etárias



praticavam furtos ou pediam dinheiro para comer e comprar *crack*, e fazendo o circuito centro da cidade/Bairro Vila Rica, ponto de venda da droga. A constância de sua presença nas ruas, as passagens pela casa e instituições, os conflitos entre eles e outros personagens sociais, as ambivalências recorrentes em suas práticas e suas falas, a constituição da sociabilidade entre eles são os temas abordados no capítulo III.

---

rua, pois muitos deles, tendo efetuado alguma infração ou não, podem não ter passado pelo Juizado. Para além disso, o Juizado não possui um espaço específico de retenção de meninas infratoras, o que dificulta o conhecimento de quantas estão nas ruas.

Comparação numérica de menores infratores em situação de rua:

91	92	95
9,4%	10,2%	17,7%

## Capítulo III

# Marcando Itinerários no Espaço Urbano: Mapas de Visibilidade

*“Quando abrir a porta e assomar à escada, saberei que lá embaixo começa a rua; não a norma já aceita, não as casas já conhecidas, não o hotel em frente; a rua, a floresta viva onde cada instante pode jogar-se em cima de mim como uma magnólia, onde os rostos vão nascer quando eu os olhar, quando avançar mais um pouco, quando me arrebentar todo com os cotovelos e as pestanas e as unhas contra a pasta de tijolo de cristal, e arriscar minha vida enquanto avanço passo a passo para ir comprar o jornal na esquina.”*

*Júlio Cortazar*

*“Manual de instruções”*

*in Histórias de Cronópios e Famas*

## 1. À Procura da Enunciação Pedestre: A descrição de um itinerário

O itinerário de minha pesquisa se inscreve no Centro da cidade de Campinas. É um *locus* privilegiado para pensar as questões a que me propus, na medida em que ainda se mantém como um centro congregador de atividades comerciais, de lazer, educacionais, etc, configurando uma multiplicidade de relações nas quais as crianças e os adolescentes de rua certamente estão inclusos; e é também onde uma parte significativa da vivência deles se constrói.

Campinas é uma cidade grande, com 1.200.000 de habitantes<sup>1</sup>. Apesar de extensa, o seu centro permanece como fundamental referência comercial, financeira, alimentar e de passagem. Apesar de dois shoppings, distantes da cidade, reunirem essas qualidades somando uma possibilidade de conforto e segurança para os habitantes, o centro campineiro ainda é parte do cotidiano de muitas pessoas.

Algumas avenidas formam seu esqueleto e o reforçam como lugar de passagem do centro para outros bairros<sup>2</sup>. A avenida Francisco Glicério atravessa-o praticamente todo. Nela estabeleceu-se a maior parte dos bancos; toda sua extensão é repleta de lojas, hotéis, que se misturam a prédios residenciais antigos. As ruas vicinais são um desdobramento deste quadro. Por toda esta área multiplicam-se as lanchonetes, os bares

---

<sup>1</sup> O Dado é do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente (CDMDCA)

O Anuário Estatístico do IBGE de 1994 indica uma população de 878690 habitantes; porém circulam efetivamente pela cidades cerca de 1 milhão e trezentas mil pessoas

<sup>2</sup> As ruas e praças constituidoras do itinerário que descreverei a seguir podem ser visualizadas no Mapa localizado no Capítulo I, e os itinerários no mapa a seguir, neste mesmo capítulo.

e restaurantes. Aproximadamente pelo meio da Glicério, encontram-se três praças importantes, que serão aqui retomadas posteriormente: A praça Rodrigo Otávio, onde se instala o Fórum; e a frente dela, atravessando a avenida, forma-se o Largo do Rosário, que reúne à sua volta uma série de Bancos e lanchonetes; uma quadra a frente, nos encontramos na praça em frente à Catedral Metropolitana de Campinas, que fica do mesmo lado da rua que o Fórum.

Subindo adiante, ainda na avenida, encontramos o Correio, que fica quase de esquina com outra avenida fundamental, a Av. Moraes Sales. Esta faz toda ligação das avenidas que levam ao Shopping e a bairros mais nobres, como Jd. Proença, Cambuí, até o Terminal Central de ônibus, que, além de reunir as linhas de transporte coletivo de todos os bairros, localiza-se em uma rotatória, cujas ruas são saídas para São Paulo, para a Av. Andrade Neves ( que nos leva à Rodoviária), e para a Senador Saraiva, outra avenida importante do centro. O Terminal Central é importante também, porque foi um ponto de encontro de meninos e meninas - havia a casa aberta da instituição do Pe. Haroldo<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> As casas abertas funcionam como uma espécie de espaço que torna possível fazer atividades pedagógicas e de assistência às crianças e adolescentes sem forçá-los a permanecer nele. Ou seja, meninos e meninas vêm à casa; podem, na maioria delas, tomar banho e comer, e ficam por ali fazendo as atividades propostas pelos educadores, até surgir a vontade novamente de ir para as ruas. A casa sustentada pelo trabalho do Pe. Haroldo Rahm funcionou durante muito tempo no Terminal Central, e era um ponto de referência importante, tanto para meninos e meninas, que usufruíam bastante dos serviços da casa, quanto por parte de educadores da Pastoral ou mesmo pessoas que trabalhavam em outras instituições de atendimento, que utilizavam a casa aberta como ponto de comunicação com as crianças.

A casa aberta atendia crianças e adolescentes em “situação de rua” e fazia também atendimento a maiores e menores viciados em drogas. Atualmente a casa tornou-se Casa Dia, e só esta segunda “clientela” é atendida. No caso das crianças vítimas de *crack*, eles fazem o encaminhamento para instituições específicas de atendimento a menores, ou para a fazenda do Pe. Haroldo, onde se fazem atividades de recuperação de viciados em drogas, e separadamente, trabalho de recuperação de meninos e meninas de rua. A casa não possibilita mais o banho ou as refeições, tampouco as atividades de lazer ou pedagógicas oferecidas antes.

ali. Hoje ela funciona somente como Casa Dia, de atendimento aos viciados em drogas - e ainda é um lugar de passagem deles, apesar da ostensiva presença policial.

Deste Terminal podemos sair direto para o calçadão, onde ficam muitos dos camelôs. Depois de atravessá-lo, chegamos a uma praça situada atrás da catedral, o Largo Rui Barbosa. Grandes lojas de departamento a circundam: Lojas Americanas, Mappin, Riachuelo, C&A, etc.... Em partes opostas da praça encontram-se duas bancas de jornal e, ao centro, alguns bancos, ao pé das poucas árvores plantadas ali. Esse desenho geográfico é preenchido diariamente por uma multidão de pessoas; muitas fazem ali um lugar de passagem; outros usam-na como ponto de descanso. É uma praça curiosa, pois, além do intenso fluxo de pessoas circulando, há uma série de personagens que ali estabelecem uma rotina: prostitutas que ficam, durante a tarde, encostadas nas lojas ou na banca imobiliária que se situa no meio da praça, à espera de clientes; em sua espera, convivem com as inúmeras e incessantes pregações de pastores da Igreja Pentecostal *Deus é Amor*, que são feitas ali. Jovens e idosos sentam-se nos bancos, com o olhar ora atento à multidão ou às pregações, aos mascates que exibem truques mágicos ou vendem utensílios domésticos, ora perdido na multidão.

Para cima deste Largo estão ruas repletas de lojas, bares, pontos de prostituição, que se estendem por uma área considerável, em direção à rodoviária. Este pedaço do Centro é considerado a "boca"; é o seu pedaço mais perigoso, principalmente à noite. Compreende a área que fica acima do calçadão, para além da Av. Senador Saraiva, uma das avenidas que desembocm na rotatória do Terminal Central. Uma das ruas mais

importantes da “boca” para meu itinerário é a rua Saldanha Marinho, que fica próxima ao Terminal; por ela já foram instalados alguns esconderijos dos meninos e meninas, e a passagem deles por lá é recorrente. Uma das razões para isso é que, até pouco tempo antes de iniciar minha pesquisa, havia um ponto de venda do *crack* na rua. Este pedaço do centro é popularmente conhecido como boca porque, além dos vários pontos de droga, é uma região onde se concentram inúmeros pontos de prostituição, que de dia se destacam contra a paisagem comercial que configura funcionalmente esta área. À noite, tais atividades “ilícitas” tomam conta do espaço, e normalmente nos aconselham a evitar a passagem por ela, ou redobrar a atenção. Indo adiante se, ao invés de irmos para cima, em direção à rodoviária, caminharmos à direita, chegaremos ao terminal Mercado, também outro ponto importante de passagem.

Voltando em direção à Glicério, e caminhando para além do Largo do Rosário, cruzamos com ruas que congregam pontos famosos da cidade, como as lanchonetes Giovanetes, as cafeterias, o Jockey Clube, a Igreja do Carmo, livrarias, algumas escolas estaduais e, naturalmente vários estabelecimentos comerciais. Se continuarmos a descer, encontraremos a Avenida Anchieta, que é a da Prefeitura, e que faz a conexão com outros bairros, residenciais, em especial o Cambuí, que tem um grande número de restaurantes e bares, além do Centro de Convivência, que congrega salas de teatro, exposição de pinturas, auditório de shows. Este se situa em uma rotatória próxima às avenidas principais do bairro: a Av. Júlio de Mesquita e a Av. Coronel Quirino. Neste pedaço, a movimentação de pedestres e carros é muito intensa. Ao

lado do Centro de Convivência, fica o teatro de arena, que no dia-a dia é usado por transeuntes como lugar de descanso, mas também ali uma espécie discreta de *trottoir* se faz à noite. É um local onde homens mais velhos vem em busca da companhia de jovens rapazes para passar a noite. Alguns meninos de rua utilizaram constantemente este espaço, assim como transitavam pelos restaurantes desse bairro. Esse pedaço do Cambuí permanece, ainda que de forma esporádica, como ponto de continuidade do trânsito dos garotos.

Essa breve topografia do Centro de Campinas desenha sua paisagem enquanto centro urbano: este reúne os estabelecimentos financeiros e comerciais dos mais importantes, oferece várias opções alimentares e algumas de lazer, e é um ponto de passagem fundamental para cruzar diferentes bairros, além de ser de fácil acesso. Com esse perfil, pode-se imaginar a intensidade do fluxo de pessoas que passa por ele; desde transeuntes literalmente em trânsito, até pessoas que fazem dele seu cotidiano de trabalho. Em meio a este fluxo, estão os “meninos e meninas de rua”. O centro da cidade não é apenas seu cotidiano de “trabalho”, mas é seu cotidiano de vida. Nas ruas do Centro, estes meninos e meninas comem, tomam banho (às vezes), transam, brigam, roubam, drogam-se, brincam, ficam sem fazer nada; enfim, é aí que vivem.

Seu trajeto acaba por se estender para além desse espaço aqui descrito. As crianças, quando não voltam para casa, ou não estão presas, perfazem um contínuum ininterrupto entre as ruas dos centro e as de bairros periféricos que concentram o tráfico de *crack*, como o Vila Rica, o Tancredão, Jd. São Marcos, ou São Fernando. Lá, a rotina parece ser a

mesma das ruas do centro. Nesse trajeto, a ida aos bairros de tráfico tem se intensificado muito. Isto se deve a duas razões que, juntas, acabam por aproximar o perfil dessas crianças e adolescentes em Campinas ao panorama das grandes metrópoles do país.

Primeiramente, Campinas submeteu-se a uma verdadeira operação limpeza da cidade, intensificada no ano passado. A postura “ordenadora, oficial” tomou como objeto de preocupação esses meninos e meninas. Isto ficou evidente no ano passado, se levarmos em conta o quanto foi noticiado o uso do *crack* nas praças e marquises da área central, e denunciada a “formação de acampamentos de menores viciados em *crack*”<sup>4</sup>. O alarme foi tão grande que a prefeitura, contando com o serviço dos PMs, acabou por retrair o circuito dos meninos. Estes então procuraram outros “cantos”; acabaram por se “mocoçar” nos próprios bairros que vendem o *crack*, em específico os que o vendem mais barato.

O uso do *crack* é o outro motivo de definição desse trajeto. A utilização desta droga modificou em muito a rotina destes garotos e garotas. Não que esta fosse antes algo regular, fácil de apreender. Mas o contato com o *crack* intensificou a relação com os traficantes, e estabeleceu uma prática diária que o toma inteiramente como referência:

---

<sup>4</sup> Por acampamentos podemos entender o termo dado pela mídia para a apropriação de locais abertos e públicos pelos meninos, para dormir e fumar *crack*. No mês de agosto de 1995, várias reportagens denunciaram a formação destes “acampamentos”, assim como o uso assíduo do *crack* pelas crianças. Na época, denunciaram 9 acampamentos: no Largo do Rosário, na Praça do Carmo, no Largo das Andorinhas, (Av Anchieta, quase em frente à Prefeitura), na Praça do Ferroviário (próximo ao Terminal Central e à Saldanha Marinho), na Margem do Proença (cruzamento Avs. Orosimbo Maia, Anchieta e Brasil), no Terminal Central, no Terminal Mercado, no cruzamento da Francisco Glicério e Moraes Salles, e no Teatro de Arena. [Diário do Povo, 16/08/95]

as crianças dormem de dia porque passam a noite pipando; quando acordam, vão em busca de dinheiro, normalmente pedindo ou roubando para comerem ou comprarem mais *crack*. A consequência disso é que as relações de risco estabelecidas entre eles e os traficantes, os interceptadores de mercadorias, e a polícia tomaram dimensões mais acentuadas e também perigosas, obrigando-os a circular mais intensamente que antes. Isto é observado pelas pessoas que participam das políticas de atendimento a eles — como a Pastoral do Menor, o MNMMR e o Juizado, pois uma das mudanças efetivas é que os meninos andam muito menos juntos do que anteriormente, quando a cultura da cola, ou de produtos que “dão barato”, não necessariamente contra a lei, era a que se destacava.

É bem difícil encontrá-los andando em grupos em pontos na cidade. Na maioria das vezes, estão em três. Segundo os educadores de rua da Pastoral, antigamente era mais fácil sentar e conversar. De fato, para além do deslocamento mais intenso, a conversa com os meninos ou as meninas fica obstruída pela “nóia”, um estado alterado de comportamento, fruto da ausência temporária do *crack*. Mas é possível encontrá-los reunidos em maior número nos mocós, na hora de pipar a droga. Não se sabe ao certo o número de meninos e meninas de rua na cidade. No ano passado, a prefeitura apontou para a existência de 50 crianças andando pelo centro, assim como a Pastoral. Neste ano de 1996, até junho, a Pastoral havia registrado 86 crianças de passagem pelas ruas. Mas não há como confirmar a exatidão desses números. A dificuldade decorre da rápida circulação desse circuito central para bairros periféricos, ou pela sua retenção em instituições policiais ou

retorno temporário em casa. Meninos e meninas somem de repente sem a previsão de seu retorno. Por essas razões, penso ser difícil e desnecessário precisar sua quantidade pela rua.

A trajetória das crianças e adolescentes traça, como a de outros habitantes de rua, uma continuidade centro/outros bairros, ou outros pontos, como prisões, albergues noturnos. Tal trajeto reforça a mobilidade ininterrupta que constitui seu dia-a-dia. Mesmo as instalações que utilizam para se abrigar, dormir, comer são provisórias. “Morar na cidade,” segundo Magni, “é quase sinônimo de mora *em qualquer, todo ou nenhum lugar* - implica em não se fixar, seja por motivos alheios à própria vontade (repressão dos vizinhos, da polícia, de agentes municipais, reformas no espaço urbano, etc) ou mesmo por interesse próprio ( brigas no grupo, busca de recursos em outro local, espírito de aventura, etc)” ( Magni, Cláudia 1995: 16). Assim, cada parada reforça a circulação e refaz, continuamente, a fragmentação de espaço e tempo no cotidiano de meninos e meninas.

Uma vez feito este “reconhecimento topográfico” e localizado a fragmentação no espaço urbano, resta-me descrever como foi tentar acompanhar esse cotidiano e o que pude apreender dele. Estender o olhar antropológico à circunscrição desse “nomadismo urbano” não é uma tarefa fácil, porque as técnicas e dinâmicas tradicionais, como as entrevistas e a fixação de certos lugares de observação, não dão conta da própria dinâmica das relações sociais estabelecidas nesses momentos de ida e vindas. Como meu interesse se volta para intertextualidade a partir das relações liminares que envolvem as crianças, é preciso

acompanhar a dinâmica das trilhas que estas elaboram no espaço urbano.

A cidade vista como a que descrevo aqui foi-me inspirada por Michel de Certeau<sup>5</sup>. Ele mostra como a “Cidade”, fruto do planejamento urbanístico, constrói-se segundo um olhar distanciado, panóptico, totalizante. Ela é definida por um conceito operacional, que a enuncia enquanto um sujeito universal, anônimo, homogêneo, passível de ser limitado, limpo de “poluições físicas, mentais e políticas” que poderiam comprometer sua organização. Esta é a idéia de cidade concebida por urbanistas, ou pelo que Certeau chama de “discurso utópico” sobre o espaço urbano: este aparece como um nome próprio, uma entidade singular que, para ser entendida como tal, necessita de contornos bem delineados, de limites. A definição desse contorno se faz através do olhar distanciado, que visualiza a cidade de cima, a partir de um nivelamento do espaço, da atenção em sua funcionalidade, física e política. Com este objetivo homogeneizador e racionalizador, planejadores da cidade-conceito investem em processos de eliminação de qualquer prática que ofereça perigo a ordem planejada.

Ocorre que a cidade-conceito, que tem como eixo norteador o progresso, não conhece outra possibilidade de existência senão a pluralidade. Historicamente, na própria pretensão de organizar um aglomerado crescente de pessoas, a heterogeneidade urbana já é considerada. As redes de ordem conseguem até absorver muitos dos deslocamentos e modificações que decorrem das atividades de grupos,

---

<sup>5</sup> Certeau, Michel de *A invenção do cotidiano* vol 1 ed. Vozes, Petrópolis, 1994b

indivíduos ou associações tão diversos. A tecnologia e o progresso que dela se apodera transformam o que Certeau chama de “pontos de refugio de uma administração funcionalista” em possibilidades de reordenação (como transformar a questão da doença, por exemplo, em uma questão econômica). Mas essa organização funcionalista, ao privilegiar a racionalidade do progresso, é ludibriada pela própria dinâmica do espaço do qual ela se apodera; pois se este espaço está aberto para transformações e intervenções, ele propicia também uma movimentação e uma reação do sujeitos, que reemergem das condições que lhe foram impostas. A cidade parte da pluralidade para existir. Nela se reafirma constantemente a dinâmica que a concebeu: movimentos contraditórios e reacionais que se investem contra as estratégias econômicas e políticas que ideologizam a cidade ordenada e funcional (Certeau, 1994b).

Ao “poder panóptico” escapa a legibilidade desses movimentos. “Sob os discursos que ideologizam a cidade, os ardis e as combinações de poderes que não têm identidade legível proliferam; sem pontos de apoio, sem transparência racional, eles são impossíveis de administrar” (Certeau, 1994a:26). A paisagem que se delineia nesta cidade é a de uma ordem urbanística excludente, que é constantemente ludibriada pelas práticas das várias populações urbanas, e que não consegue, no entanto, identificá-las. Tais procedimentos (movimentos), “longe de estarem regulados ou eliminados pela administração panóptica, reforçaram-se numa ilegitimidade proliferante, desenvolveram-se e se insinuaram em redes de vigilância e se combinaram conforme táticas legíveis mas estáveis a ponto de se constituírem em regulamentos cotidianos e criatividades sub-reptícias que estão meramente escondidos pelos

mecanismos e discursos frenéticos da organização observacional.” (Certeau, 1994a: 27).

O modo através do qual esse cotidiano se inscreve na cidade é o caminhar. Esse ato é a forma elementar, segundo o autor, de experimentar a cidade. Visualizamos as práticas pelos seus passos. Estes delineiam caminhos singulares que se superpõem, entrecruzam-se em um movimento incessante de construção da cidade. Certeau faz uma analogia do ato da fala e do caminhar. Os passos são uma forma de discurso; eles enunciam as práticas, elaboram uma retórica ambulante. O caminhar tem o que Certeau chama de tríplice função enunciativa: é uma apropriação do sistema topográfico pelo pedestre, assim como o locutor se apropria da língua; é uma realização espacial do lugar, do mesmo modo como o ato de palavra é uma realização sonora da língua; e cria relações entre posições diferenciadas, “ou seja, contratos pragmáticos sob a forma de movimentos”, assim como uma enunciação verbal coloca um jogo entre interlocutores, coloca o outro em face do locutor (Certeau, 1994b:177).

Assim, através do ato de caminhar, os habitantes urbanos moldam suas singularidades no uso do espaço urbano. Apropriam-se de sua geografia, experienciam-na, e criam uma diversidade de relações sociais a partir de sua própria experiência. Constroem uma retórica que está sempre, de uma forma ou de outra, em relação com a ordenação oficial do espaço. Não há como ignorar o poder panóptico, mas tais práticas não se moldam a ele. Cria o que Certeau descreve como “algo sombrio e equívoco” (Certeau, 1994b:180). O cotidiano expressa-se nessa multiplicidade de falas, em uma “guerra de lugares”, usando a expressão

significativa de Arantes. Nele revelam-se trocas simbólicas, conflitos de racionalidades, e uma incessante usurpação semântica dos nomes, monumentos e representações da “ordem pública ritualizada”, que são sempre re-significados (Arantes, 1994: 192).

Compartilhando esta idéia de experiência urbana vislumbrei meninos e meninas de rua como praticantes da cidade. Minha descrição é feita a partir de minha caminhada pelo centro em busca das crianças. Como pesquisadora e acompanhando o trabalho da Pastoral do Menor<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> O trabalho de abordagem da Pastoral do Menor, já referido brevemente no final do capítulo 1, é considerado um primeiro momento no contato com a criança e o adolescente em “situação de rua”. O objetivo é andar pela cidade observando qualquer criança sozinha que esteja perambulando. Se percebem a possibilidade de se aproximarem, os educadores se identificam e tentam estabelecer um diálogo, o que nem sempre é uma tarefa fácil ou agradável; a desconfiança ou a impaciência de meninos e meninas com quem não conhecem e que, a princípio, não oferece nenhuma vantagem de estar em contato, é considerável.

Quando a criança não é “de rua”, mas está a pedir dinheiro para ajudar em casa, os educadores os informam sobre as instituições de atendimento que oferecem cesta básica, aprendizado extra escolar, alimentação, etc.... Quando identificam os “de rua”, iniciam um trabalho persistente de conversa, de conquista da confiança, mostrando o conhecimento que têm do circuito da rua, escutando os meninos em suas aventuras, sua relação com o *crack*, as reclamações sobre a violência que sofrem. Depois vão, aos poucos, indicando as possibilidades de sair da rua, informando-os sobre as instituições e mesmo procurando vagas nestas. Simultaneamente, tentam melhorar a condição de vida das crianças na rua, levando-os às consultas médicas quando necessário, procurando intervir na ação policial violenta, participando dos processos jurídicos contra eles, e outras atividades do tipo.

O eixo norteador da atividade da Pastoral é ‘construir, para e com estes meninos, possibilidades de vivência da cidadania, e de manutenção da vida’. Para que isto, segundo eles, possa se realizar, é necessário sobretudo eliminar o *crack* de suas vidas. Sua noção de cidadania está intimamente ligada com ensinar deveres e direitos, e de uma perspectiva comunitária.

Acompanhar o trabalho da Pastoral nas ruas foi o melhor modo de poder me aproximar do cotidiano dos meninos e meninas na época da pesquisa, uma vez que naquele momento — após as festas de fim de ano — a Pastoral já havia rearticulado sua equipe de abordagem. No encontro com as crianças em questão, quando me questionavam, eu esclarecia minha posição de pesquisadora fazendo um trabalho em conjunto com os educadores. Percebi, naturalmente, que isto não fazia muita diferença para eles, pois me requisitavam e me tratavam da mesma maneira que os educadores.

Os contatos iniciais foram sempre mediados pela presença dos educadores que, mesmo se identificando, nem sempre obtinham uma reação positiva à sua aproximação. Depois de um certo tempo, passei a ter maior autonomia com os meninos e meninas, podendo conversar com eles e observá-los mesmo quando não estava fazendo o trabalho de abordagem, e inclusive perceber melhor a relação entre eles e os educadores - os da Pastoral e os do Movimento. Minha postura oscilava muito entre escutar os diálogos das crianças, e fazer algumas perguntas, ou no decorrer destas conversas, ou enquanto os educadores realizavam suas tarefas.

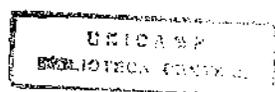
meu ato de caminhar implicou na enunciação de uma prática: seguir os rastros dos meninos e das meninas, tentando apreender de que maneira experienciavam a cidade. Em minha procura, ao caminhar, acabei por fazer parte de seus trajetos. Eu estava incluída nas relações que eles mesmos construíam a partir desta “sociabilidade ambulante”. A importância dessa afirmação se dá pela minha preocupação em mostrar os limites do meu olhar, das propostas de minha pesquisa. Não pretendi acompanhar a trajetória geográfica, pessoal e social dessas crianças e adolescentes em sua totalidade. Se fosse desse modo, eu teria que acompanhá-las quando fossem presas, quando ficassem em casa, quando estivessem em suas relações com os traficantes, etc. Infelizmente, isso não foi possível, pois além do tempo restrito da pesquisa, seria fácil esbarrar em vários riscos que envolvessem a pesquisa de campo ou a minha própria pessoa.

No entanto, se não era possível me inserir na totalidade da vida dessas crianças e adolescentes, voltei-me à sua relação com o espaço que os torna visíveis socialmente, e que deixa neles marcas simbólicas e físicas muito significativas. Em minha procura cotidiana, no trabalho de “abordagem” que fiz junto à Pastoral, pude observar as áreas por onde passavam, os lugares onde dormiam, alguns dos pontos de roubo, percebendo ainda seus rastros pelas esquinas, casas e lojas abandonadas. Quando os encontrava, revelavam-me, nas conversas, os outros lugares aos quais não tínhamos acesso (como casas dos traficantes, por exemplo), lugares da memória da família, da permanência em instituições, diagnósticos de sua própria realidade, desejos que permanecem irrealizáveis, descrições de suas alucinações, denúncia das

ações de agentes como a polícia e os traficantes, ou da voz indignada de certos transeuntes que os ameaçavam. Soma-se, portanto, as marcas que deixam pelas ruas, as observações de nossos encontros e os fragmentos de suas histórias pessoais, compondo assim o quadro que se projeta em seu cotidiano.

Por eles, sabíamos onde se encontravam os que estavam ausentes; pois, em sua circulação, não lhes escapa nada quando eles são o assunto. Através de minha relação e dos educadores com eles, da relativa confiança que eles depositam na figura do educador, pude entender a continuidade de seus itinerários, para além do circuito que eles desenham nas ruas do centro. Mais do que isso, pude observar o modo como eles teciam as representações sobre suas trajetórias. Ao tempo fragmentado que se revela em minha descrição da caminhada, soma-se o tempo descontínuo das trajetórias individuais, que percebi nas conversas que tive com eles, e em alguns desvios do caminho central, seja para acompanhar um menino em sua audiência no Juizado, seja para procurá-los em outros bairros, ou levar alguns deles no posto médico. Tais trajetórias individuais trazem as relações dos outros circuitos que não a rua, e indicam o quanto estão misturados.

Dentro desse panorama da pesquisa, optei por dividir o presente capítulo em duas partes. A primeira descreve os itinerários da caminhada; nela mostro o trajeto que fiz com os educadores e o que dele foi se revelando. A segunda é o ponto do trajeto, eleito não por mim ou pelos meninos e meninas, mas pela própria relação deles e nossa com o espaço, como ponto de maior permanência: o Largo do Rosário. O Largo foi o lugar que se tornou referência, depois de um tempo, para que



educadores da Pastoral, assim como os do MNMMR pudessem encontrar as crianças<sup>7</sup>. Ou marcávamos o encontro com elas lá, ou elas sempre passavam por ali para ver se estávamos. É um lugar relevante, pois congrega uma multiplicidade de sujeitos sociais, que fazem dele um espaço duplo: é um lugar de passagem; mas por ser uma praça, cria-se a possibilidade de várias pessoas estabelecerem outras relações mais “fixas” (ou periódicas), que serão descritas a frente.

O mapa que se segue é uma descrição do trajeto que fiz, que se desdobra em sete itinerários. O primeiro - de baixo para cima - revela o traçado cotidiano que fiz na maior parte do primeiro mês de pesquisa. Quando começamos a encontrar os meninos e as meninas no Largo do Rosário, passamos a inclui-lo em nosso mapa, revelando assim o segundo itinerário. A terceira é uma variação recorrente que fazíamos. Os demais itinerários foram feitos com irregularidade, e pouca constância.

A visualização no mapa obedece a um limite. Enquanto imagem gráfica, descreve um “quadro”, revela o conhecimento da ordem dos lugares, define, congela o percurso, permite o ver (Certeau 1994b:204). Ao fixar pontos no mapa, não possibilitamos, naturalmente, a prática do espaço, a enunciação do percurso e do deslocamento.

---

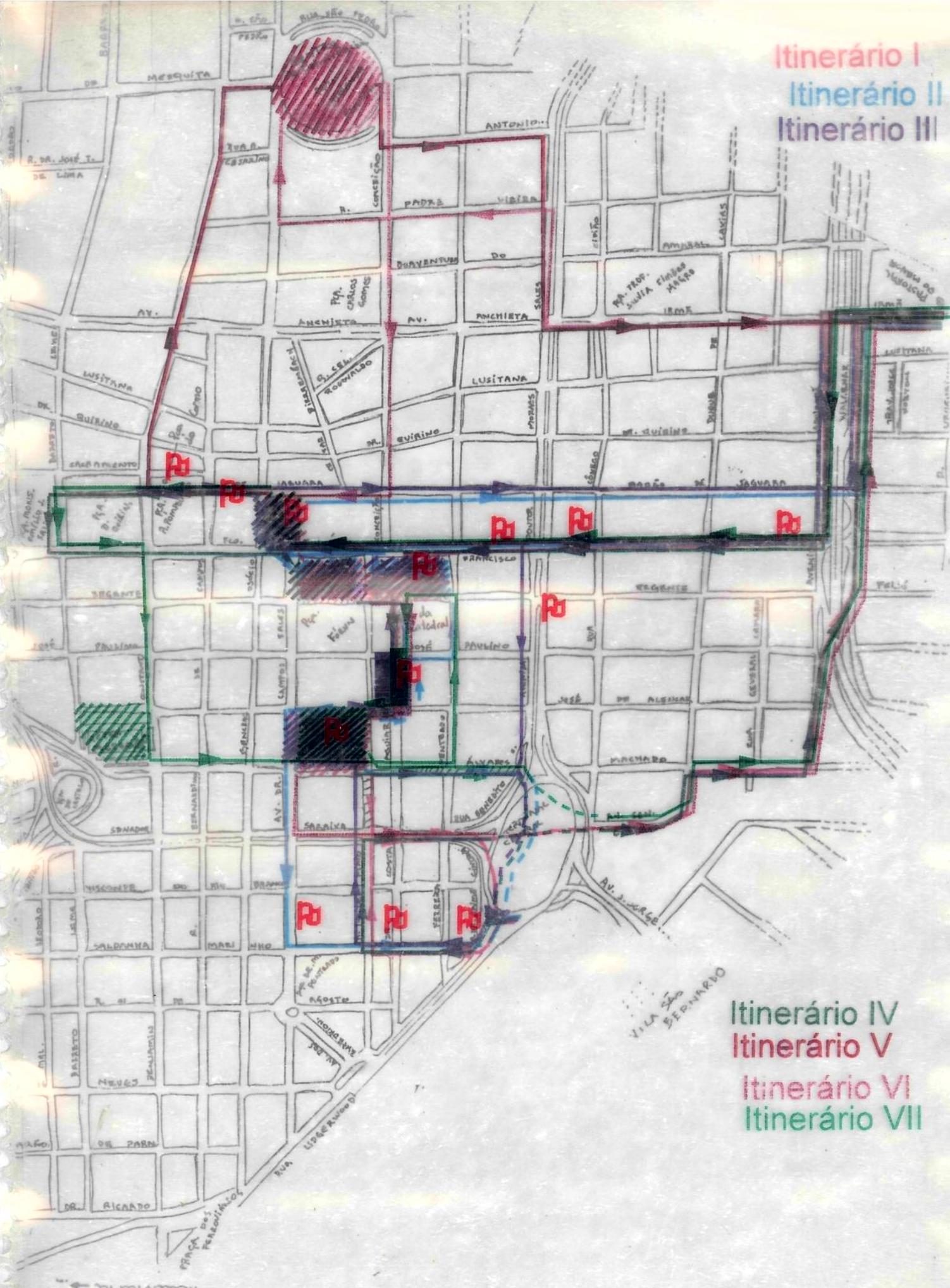
<sup>7</sup> Embora eu estivesse acompanhando o trabalho dos educadores da Pastoral, pude manter contato e observar o trabalho dos educadores do Movimento várias vezes, em especial o trabalho de Margareth e o de Marcelo. No início da minha pesquisa de campo, esses educadores não se encontravam no trabalho de rua, segundo eles porque era início de ano e eles ainda estavam desarticulados; aos poucos, porém foram aparecendo. No que diz respeito ao trabalho prático, suas tarefas eram similares à da Pastoral: não traziam jogos nem alguma outra atividade para a rua, mas assumiam compromissos com as crianças e os adolescentes de levá-los aos médicos, acompanhá-los no caso de problemas com a polícia, providenciar instituições para quem quisesse sair da rua, ou seja, contemplar os direitos das crianças. Embora com discursos diferentes, o trabalho na rua dos dois movimentos (o Movimento Nacional e a Pastoral do Menor), eram similares.

Todavia, o mapa nos permite, enfocando a observação totalizante, a existência de certas recorrências nos percursos descritos nesse capítulo. Ainda que a deriva seja o mecanismo que está por detrás da “andanças” dos meninos, estas perfazem um limite, instauram uma circunscrição pelas ruas da cidade. Enfocando as ruas mais recorrentes de meu trajeto, pode-se perceber que há uma insistência em percorrer certas ruas e praças. Estas, durante o período de minha investigação, foram pontos de passagem de meninos e meninas, lugares onde adquiriam maior visibilidade. Contudo, os itinerários não expressam a trajetória completa dos meninos pelo espaço urbano. Eles indicam sobretudo sua presença contínua no centro da cidade, e as nossas possibilidades de encontro.

A ida a lugares como o Centro de Convivência e o Terminal Mercado deu-se na tentativa de localizar os meninos em pontos que foram parte central de seu caminho no ano anterior (1995). Desta maneira, torna-se visível o fato de que, embora esses trajetos enunciem uma certa regularidade da passagem dos meninos, estão delimitados dentro do tempo da pesquisa. Alguns meses após a pesquisa, houve um deslocamento de pontos. Lugares como a Igreja do Carmo, a área da “boca”, o Terminal Central, e outros bairros ligados ao tráfico passaram a ser referências principais no cotidiano dos meninos.

As áreas estriadas nos itinerários indicam as praças e o locais citados nos trajetos. Nas páginas seguintes ao mapa, o trajeto descrito refere-se ao primeiro itinerário, sendo incluídos, gradualmente, os outros locais - ruas e praças - que foram sendo incorporando no cotidiano da “abordagem”. Os símbolos vermelhos sobre o mapa indicam os lugares em que encontrei os meninos e meninas.

Itinerário I  
Itinerário II  
Itinerário III



Itinerário IV  
Itinerário V  
Itinerário VI  
Itinerário VII

- *O itinerário*

Quando dei início à minha pesquisa de campo, no início de janeiro, a presença dos meninos e meninas nas ruas do Centro era mínima. Isso se devia, segundo os educadores da Pastoral e do MNMMR, à presença maciça de policiamento, reforçada desde o segundo semestre de 1995, em virtude das manchetes denunciativas de jornal a respeito do uso do *crack* pelos meninos, nas praças e marquises<sup>8</sup>. Na época das festas de fim de ano, pelo aumento de consumidores e o maior riscos de roubos, a vigilância policial aumenta. Por isso, acreditávamos que as crianças estavam “mocoçadas” em alguns bairros onde se centra o tráfico.

Os educadores da Pastoral estavam voltando do recesso do fim de ano, e se rearticulando. Iniciamos então o trabalho de “abordagem” na rua, tarefa em que há maior possibilidade de se aproximar mais das crianças e adolescentes no espaço urbano. Saíamos à tarde, constituindo um itinerário que repetíamos cotidianamente, embora com algumas

---

<sup>8</sup> A vigilância e ação da polícia com relação a crianças e adolescentes de rua não é recente; na época em que vigorava o uso da cola, por exemplo, a presença ostensiva de policiais a observar os meninos e expulsá-los de locais onde tentavam se fixar já era significativa. No entanto, o aumento do uso do *crack* pelos meninos, além de intensificar a relação com os traficantes e o acesso à atividades ilícitas, provocou uma atitude de alarme da imprensa campineira que, como eu já disse anteriormente, recheou os jornais de manchetes sobre os acampamentos dos meninos e o uso da droga. Em um período concentrado de três meses (julho a agosto de 1995), a imprensa tornou o assunto um caso de emergência. A Prefeitura acionou então seus mecanismos para resolver o problema. A primeira atitude, que não teve tanto lugar nos jornais, foi a de dispersar os garotos dos locais onde se concentravam. Para isto, contou com a ação da polícia, que se prolongou até o final do ano, e que perdurou, de forma menos incisiva, na época de minha pesquisa.

A segunda atitude foi criar dentro do CAP'S (Centro de Atendimento Psicossocial), serviço municipal de atendimento a viciados em drogas, um programa especialmente voltado para a criança e adolescente em situação de rua. Esse programa possuía profissionais da área médica (psiquiatra, psicólogo, enfermeiro) e uma assistente social. Apesar da boa qualidade do programa, até o final do ano passado o CAP'S estava com sérios problemas para lidar com os meninos e meninas, não tanto com relação ao tratamento do vício, mas sobretudo com o próprio comportamento arisco do menino, de sua presença irregular e indiferente no programa de atendimento.

variações. Esse itinerário foi feito em função dos lugares ou ruas que os educadores imaginavam estarem sendo ocupados pelos meninos, lugares ou já marcados pela sua presença anteriormente, ou indicados pelas pessoas que comentavam terem visto os meninos. Muitas vezes, quando chegávamos a tais referências, eles já tinham saído. Sabíamos porque víamos os papelões ou blusas, ou restos de comida; ou então porque as pessoas que trabalhavam por perto nos relatavam. Como não havia previsão de onde pudessem circular, estabelecemos um circuito fixo de referência, que alterávamos em alguns dias.

O horário do trabalho, a princípio, parecia complicar a possibilidade de achá-los. Os meninos e as meninas pipavam o *crack* a noite toda, iam dormir de manhã; acordavam lá pela hora do almoço e iam roubar ou pedir dinheiro. Então compravam comida, ou guardavam o dinheiro para a droga. Mais ou menos às 15:00 eles iam se “mocoçar” para outra pipada. Às 18:00, aproximadamente, voltavam às ruas para conseguir mais dinheiro. À noite, voltavam a se mocoçar. Isto indica que quando saíamos às duas, os meninos estavam comendo ou indo ao Vila Rica em busca de drogas. No início do trabalho de acompanhamento, com todos esses complicadores, não era sempre que podíamos encontrá-los.

Gradualmente, porém começaram a voltar às ruas do centro. Em nossas andanças, encontramos vários mocós recentes, que serão descritos mais à frente. Passamos a encontrar meninos e meninas também em vários momentos do dia.

Voltemos ao itinerário. Começamos por caminhar de uma ponta da Avenida Glicério, em seu cruzamento com a Moraes Salles. Nessa esquina, fica o Banco Bradesco, cheio de canteiros e pilares, um lugar propício para os meninos dormirem. Muitos o fazem desde o ano passado. Lúcia, educadora e coordenadora da Pastoral, mostrou-me como gradualmente foram sendo acrescentados aos canteiros e pilares, vasos grandes, plantas efusivas, de modo a fechar o espaço e impedir que “alguém” durma lá. Mesmo assim, na primeira vez em que passamos por ali, encontramos um papelão, que os meninos usam normalmente para dormir. Ana imaginou que fosse o Karnak, um menino que sempre dormia no local. E, de fato, ao olharmos na esquina, perto do semáforo, estava Karnak<sup>9</sup>, apoiado em uma placa de propaganda. Parecia ter 17 anos, estava de shorts, sem camisa, tinha uma “ameaça” de bigode. Estava com o cabelo crespo sujo e despenteado, com cara de quem tinha acabado de acordar. Conversava com outro garoto, aparentemente não sendo “de rua”, pois estava bem vestido, limpo, com carteira no bolso (os meninos e as meninas, quando ficam muito tempo na rua, ficam bem sujos e usam suas roupas até gastar, não lavam; além disso, andam sem documentos.). Ao chegarmos perto, Karnak reconheceu Lúcia, cumprimentou-a. Quando Lúcia olhou para o outro garoto, gritos de surpresa: era Pedro<sup>10</sup>, que havia saído dos

---

<sup>9</sup> Karnak é um dos meninos que voltei a encontrar por várias vezes na rua; mulato com inúmeras manchas epidérmicas, disse ter 17 anos, mas descobri posteriormente que já estava completando 18. Com um estereótipo de malandro, era truncudinho. Bastante engraçado, mas nem sempre de bom humor, durante o tempo de minha pesquisa chegou a estar na FEBEM por umas semanas. Na segunda vez em que o encontrei, havia dito que sua namorada estava na FEBEM; já mais recentemente quando o encontrei, estava namorando outra menina, que não era de rua. Pouco sei dele. Mas o essencial é que, embora nós o encontrássemos quase sempre sozinho, no começo da tarde, sabíamos que ele pipava o *crack* todas as noites, junto com as meninas e os outros meninos no mocó.

<sup>10</sup> Pedro foi um dos poucos meninos que pude acompanhar mais de perto. Mas conheci-o neste dia, quando ele já havia saído da rua. Logo depois desse primeiro encontro, ele foi trabalhar na Pastoral. Conversávamos

circuitos da rua há seis meses, e ficado em tratamento de recuperação do *crack* em uma clínica particular. Agora estava procurando emprego e, ao encontrar Karnak, tentava convencê-lo a sair da rua e ir para a clínica também. Karnak, bem debochado, ria e dizia “eu não, pra que, ô ! ficar um mês preso lá? Tá louco...”. Lúcia ficava reforçando as palavras de Pedro.

Enquanto a cena se desenrolava, olhei para a outra esquina. No semáforo, um menino, com bem menos idade, pedia dinheiro aos motoristas. Ao se aproximar na janela de um senhor, ele insistiu nos trocados, e o homem reagiu ofensivamente, ameaçando agredi-lo. O menino se esquivou e foi para a calçada, onde estava um mendigo, que havia parado ali. O menino ficou azucrinando o mendigo, dando-lhe chutes, mexendo com ele, e desviando-se da tentativa de golpes que o mendigo dava. A agilidade do menino não impediu que ele levasse uns tapas, até que o mendigo fosse embora.

Despedimo-nos de Pedro e Karnak, sem conseguir convencer este a sair da rua; Lúcia prometeu a Pedro que iria tentar lhe arranjar um serviço. A ansiedade dela era grande, pois me disse que eram poucas as

---

bastante e pude entender sua trajetória: passou três anos na rua, afastando-se de sua mãe e seus irmãos, e foi um usuário assíduo do *crack*, chegando a pipar várias pedras por noite. Depois, pediu para sair e enfrentou bem o período de desintoxicação na clínica. Pedro fez 17 anos este ano, tem estatura média, é branco, um rosto bonito, e é relativamente tímido. Não se adaptou à nova vida, às ordens que lhe eram impostas, à cobrança constante de ser um bom exemplo, feita pela maioria das pessoas. Passou por vários processos contraditórios de “readaptação”, voltou a pipar, apesar de não ficar mais na rua. Recentemente, mudou-se para uma cidade no interior de Minas Gerais com o irmão, para um lugar que ele acreditava estar longe da presença das drogas.

crianças e adolescentes de rua que conseguiam efetivamente se desligar desta e, sem trabalho, eles fatalmente voltariam às ruas<sup>11</sup>.

Seguimos pela Francisco Glicério em direção à Catedral; atravessamos seu pátio, para passarmos por ela e chegarmos ao Largo Rui Barbosa que, como já descrevi no início do capítulo, situa-se atrás da Igreja. Nessa praça há um fluxo intenso de pessoas em trânsito, além de outros muitos personagens que a ocupam: os pastores das Igrejas evangélicas, as prostitutas, vendedores de bugigangas, polícia militar com cães, enfim uma multiplicidade alucinante, que confunde a visão, e amortece o choque das fronteiras simbólicas que o contato entre eles poderia causar. Ou melhor, a convivência diária exige que pastores permaneçam lado a lado com prostitutas e mendigos flexibilizando, mas não eliminando o conflito. Em meio a esta movimentação, percebemos, enquanto caminhávamos, dois jovens que circundavam um outro garoto que entrava em uma loja. Depois de uns segundos observando, percebi que eles sutilmente “afanavam” o dinheiro do bolso da camisa do menino. O menino estava muito assustado, mas tudo foi muito rápido para que inclusive pudesse reagir. Transeuntes olhavam e percebiam a

---

<sup>11</sup> A preocupação de Lúcia expressa o sentimento de responsabilidade que a Pastoral, em seu papel como “política salvadora” tem com o menino para garantir a ele, à sociedade, e à própria entidade, a certeza de que há a possibilidade de reintegração dos meninos e das meninas ao circuito social casa/escola/trabalho. O fato de colocar como tarefa auxiliar Pedro na sua procura por emprego indica a continuidade do trabalho de aproximação e “tutela” do menino, que persiste mesmo após sua saída da rua. Por outro lado, coloca em questão até que ponto o garoto, recém saído das ruas através da tutela das instituições de atendimento, pode criar a autonomia que se demanda dele no mercado de trabalho e em sua casa, uma vez que a família também cobra, em seu retorno, a contribuição do menino no orçamento e projeta uma independência que acreditam existir em função de sua experiência de rua, mas que muitas inexiste. A autonomia que o garoto ou a garota consegue na rua não necessariamente serve-lhe de instrumento de sobrevivência ao circuito sedentário.

anormalidade da situação, mas não pareciam conseguir classificá-la. Ou talvez não quisessem percebê-la. E simplesmente passavam.

Os dois jovens logo largaram o menino, saindo rápido. Mas Lúcia, que notou que um deles era menor de idade, abordou-os. A reação foi curiosa. Ficaram entre a pressa de sair, o constrangimento de se perceberem observados, e a obrigação de responder às perguntas, talvez para não “dar bandeira”. Pararam, mas inquietos. Um deles, José, disse que era maior. O outro chamava-se Jorge<sup>12</sup>, contou que estava na rua há quatro meses. Lúcia voltou-se então a este. Identificou-se e perguntou para o menino se ele não queria sair da rua, se ele conhecia locais como o externato São João. Ele disse que só conhecia a Casa Aberta, no Terminal Central, e que gostaria de sair da rua; mas quando Lúcia o convidou para ir às instituições naquele momento, ele disse que não podia, que iria depois. “Primeiro vou dar um ‘rolê’”, disse, e já estava sendo puxado pelo outro maior. Diante da incredulidade da educadora, e para se livrar de nós, ele disse: “Eu vou lá sim, tia, juro pelo que é mais sagrado”. Houve o reconhecimento de Jorge de quem éramos - da prática “salvadora”, de atendimento; a partir daí, suas respostas foram em função de nos agradar, dizia coisas que imaginava que gostaríamos de ouvir.

Lúcia havia se preocupado com a presença do outro rapaz, maior de idade. É interessante perceber essa reação dos educadores aos que

---

<sup>12</sup> Jorge tem cerca de 15 anos, cabelo cor de areia absolutamente embaraçado, olhos castanhos pequenos, dentes meio separados; é magro, não muito alto. Tem um ar distraído, que parece acentuado quando está sobre o efeito da droga. Não é de conversar muito com os educadores, mas não os evita; eu diria que ele é diplomático.

ultrapassaram o limite da menoridade. Há uma certa condescendência com os garotos ou garotas que eram menores, alcançaram os 18 anos há pouco tempo e já viviam na rua com os demais. Os educadores continuam auxiliando, tentando convencer a sair da rua, e os informam também sobre a dificuldade de sua permanência na rua, sendo “maior”. No entanto, temem que esses meninos ou meninas possam influenciar os menores no sentido negativo, principalmente os que estão ligados ao circuito do tráfico de drogas. O caráter de periculosidade acentua-se no olhar de quem marca a sua passagem de “menor” a “maior”, já desprovido da tutela, já fora da alçada do cuidado legitimado pelos educadores.

No decorrer da pesquisa, notei várias vezes a presença de jovens maiores de idade em companhia de meninos e meninas de rua. Muitos deles eram da rua também, mas desconhecidos dos educadores e tinham uma postura ameaçadora frente a estes. Outros que não pertenciam ao circuito da rua estavam ligados aos meninos de alguma forma; ou eram do mesmo bairro de origem, ou utilizavam o *crack* também. Não apareciam sempre, e com a sua presença garotos e garotas de rua agiam por vezes de forma diferente, quase que submissa; no entanto, esses “novos personagens” não evitavam o contato com os educadores, quando estes estavam junto aos meninos. De qualquer forma, pareceu-me que mesmo esta presença casual era uma preocupação constante de Lúcia, como no caso do encontro com Jorge. Em seu entender, o menino havia recusado a ida ao Externato porque estava em companhia de seu amigo maior.

Após esse encontro, saímos em direção ao Terminal Central, subindo as ruas do calçadão, passando pelos ambulantes. Depois deles, há um túnel, parte do viaduto onde o Terminal é construído. Temos que passar por ele, chegando a um pátio no qual há mais comércio ambulante; em seguida, é o terminal de ônibus. Ao atravessarmos os pontos chegamos a um outro pedaço, com mais barracas de camelôs. Logo depois, estava a Casa Dia. Muitos meninos e meninas ainda circulam por perto ou dormem do lado de fora da casa. Mas, quando passamos, não vimos ninguém.

Há um túnel de passagem ao lado da Casa Dia, e, saindo por ele, chegamos às ruas que compõem o que chamam de “boca”. Fomos andando por essas ruas, chegando à r. Saldanha Marinho. A possibilidade de encontrarmos os meninos nessa região era grande; há um tempo atrás, como apontei na nota 4, manchetes de jornais haviam apontado a região do Largo do Ferroviário como um “acampamento de menores”. E os educadores da Pastoral sempre encontravam as crianças por lá, pois nessa rua havia um ponto de entrega do *crack*.

Encontramos três meninos em uma esquina dessa rua. Eram dois garotos e uma garota. Manoel<sup>13</sup> comia vagarosamente. Ele e a menina, Regina, eram conhecidos de Lúcia e Margô (outra educadora da Pastoral). Todavia, ela e o terceiro garoto estavam dormindo

---

<sup>13</sup> Manoel tem 17 anos. É um menino de estatura média, negro, um belo sorriso. Pés grossos, com muitos calos, com feridas das caminhadas contínuas. Passou a maior parte do tempo que conversava conosco olhando para sua comida no marmiteix, quieto; demorava a responder. Havia estado na FEBEM há pouco, e depois de um tempo falou dos colegas que Lúcia conheceu. Apesar de parecer estar ausente, sabia nos informar sobre a maior parte das outras crianças e adolescentes. Ainda assim, durante minha pesquisa, só o encontrei nos arredores do terminal Central e da “boca”.

profundamente, envoltos em papelões e cobertores. Quando chegamos perto e cumprimentamos Manoel, ele levou um tempo para reconhecer as agentes da Pastoral. Mas depois que Lúcia identificou alguns encontros, passou a conversar, ainda que relutantemente. Sentamo-nos ao seu lado na calçada. Enquanto comia, ele respondia timidamente a nossas perguntas. Disse que ele e os outros dois haviam pipado a noite inteira, e que tinha acordado há pouco tempo. Lúcia perguntou de velhos conhecidos, outros meninos que sempre estavam com ele. Manoel falou que um estava na FEBEM, outro tinha ido em direção à Campos Sales (outra avenida importante da cidade). Olhava e falava vagarosamente, em função de ter acordado há pouco, e de ser um tanto tímido.

Mas ao falar da malícia da rua, soltava um brilhante sorriso. Depois de comer, ele guardou a sobra e tirou um dinheiro do bolso - duas notas de dez reais. Começamos a brincar com ele, dizer que ele estava rico, que nós estávamos duras, e perguntamos onde ele tinha descolado a grana. Ele olhou para o relógio no braço de uma mulher que passava e disse: “Com um daquele ali, ó; roubei hoje de manhã.” Ele vendera para os ambulantes por 20 reais. Uma parte do dinheiro era para comer; a outra era para comprar a “casca”. Ana perguntou porque ele não parava com a droga, saía dessa. Ele riu e disse: “Eh, tia, se a gente não pipar, a gente fica doidão, não agüenta!”.

Regina<sup>14</sup> continuava dormindo. Margô me disse que ela era uma consumidora assídua do *crack*, vivia praticamente em função disso.

---

<sup>14</sup> Meus encontros com Regina foram curiosos. Nas três vezes em que a vi, estava dormindo em uma esquina ou praça. Não tive oportunidade de conversar com ela, pois só a encontrava depois de uma noite pipando

Durante o tempo em que percorri as ruas, não a vi mais, embora ouvisse sempre falar dela pelas outras meninas ou meninos. Depois de nos despedirmos de Manoel, seguimos sua indicação de onde poderiam estar outros garotos. Passamos da Saldanha Marinho até sua esquina com a Campos Sales. Ali, há um posto de gasolina. Do outro lado da rua, cobertores se espalhavam pela calçada e indicavam a presença de que alguém dormira naquele local. Andando por ali, descobrimos três garotos dormindo no posto, ao lado dos carros que ali estavam estacionados provavelmente para lavar. Chegamos até eles; dois eram conhecidos da Pastoral. Apenas um estava acordado; disse-nos que não tinham fumado; mas, ao seu lado, uma latinha de Coca, furada, indicava o contrário. Ele não quis muita conversa, ficou pedindo dinheiro, desistimos, então, e fomos embora.

Por essa região, passamos por dois mocós, que, embora estivessem vazios, davam indício de uso recente. Os “mocós” merecem uma atenção especial. São geralmente casas abandonadas, cantinhos esquecidos na cidade, muitas vezes lacrados, que meninos e meninas invadem e se instalam durante um determinado período do dia, no meio da tarde e, sobretudo, à noite. Durante a pesquisa de campo, deparei-me com cerca de seis lugares que eram ou tinham sido mocós<sup>15</sup>. Com exceção de um,

---

*crack*. Pelo que vi, usa cabelos curtos, parece ser bonita, tem 16 anos. Sua relação com a droga é mais intensa do que vi com outras meninas. Talvez pela sua permanência mais longa na rua.

<sup>15</sup> Para se ter uma localização mais nítida, indicarei aqui as ruas onde encontrei esses mocós ou a indicação deles.

— Um cubículo no corredor externo do Terminal Central

— Um sobrado abandonado próximo à rua Saldanha Marinho

que ficava ao lado do Centro de Convivência, no Cambuí, todos se encontravam no centro. Havia outros lugares apontados por Lúcia e as outras educadoras, Margô e Suzana, como antigos mocós, desativados já há um tempo; com certeza, havia alguns desconhecidos por elas. Dos seis que citei, dois já haviam sido fechados. Os outros descobrimos pelos rastros deixados nesses estabelecimento.

Havia um atrás da Casa Dia, em um corredor externo do Terminal Central. Do outro lado do corredor, havia um quartinho. Na hora em que aparecemos no mocó não havia ninguém, provavelmente haviam ido à cata de dinheiro, mas foi possível observar o que restou lá. Nesse lugar meninos e meninas se reúnem para várias atividades, em um mesmo

---

— Um outro cubículo, já desativado, na Av. Francisco Glicério. Era uma entrada de prédio, que após a invasão, foi fechada com grades de ferro. No entanto, restos de papelão, e pedaços de roupa restavam ali como entulhos.

— Um canto de um terreno cimentado de esquina, situado à rua Regente Feijó, próximo à rua General Osório. Ana me disse que encontrou os meninos ali dormindo algumas vezes no verão; no inverno eles procuram mais lugares fechados.

— Um terreno, onde funcionava uma fábrica antiga, entre o Largo do Ferroviário e o Terminal Central. Havia um portão de zinco que fechava o terreno, e estava arrombado em uma pequena parte. Era por ali que entravam.

— A parte de cima de uma casa antiga, ao lado do Corpo de Bombeiros, no quarteirão detrás do Correio. A parte debaixo da casa é uma loja, e a de cima estava trancada. Segundo os educadores da Pastoral, meninos e meninas deram um jeito de arrombá-la. Certo dia, esta parte superior pegou fogo, e os bombeiros nada puderam fazer, pois estavam sem água. Eles, assim como os comerciantes da área, acreditam que o fogo tenha sido efeito de um descuido das crianças.

— Uma casa antiga no Cambuí, próximo ao Centro de Convivência. Quando os educadores me mostraram, ela já tinha deixado de ser mocó, pois estava com luz, limpa por fora, e com indicações de ter gente morando ali. Segundo os educadores, haviam algumas no Cambuí, que foram, aos poucos, fechando.

— Tive notícia da existência de um mocó próximo ao balão do Timbó, que fica na Av. Brasil, uma avenida importante, que dá acesso a bairros como o Guanabara, Barão Geraldo. Lá havia três meninos pedindo no semáforo, e eles se instalaram, segundo duas agentes da Pastoral, em um casarão abandonado.

Estes são os mocós que pude ver durante o período mais intenso da pesquisa. Atualmente, outros foram criados, seguindo o mesmo ritmo de surgimento e desaparecimento que os dois que descrevi mais minuciosamente. Praticamente, todos são identificados a partir do mesmo processo de apropriação, mesmo modo de uso, e pela indicação similar de objetos materiais que ali são abandonados.

local (por sinal, pequeno), eles dormem, comem, defecam, transam, conversam, fumam *crack*. As atividades estão enunciadas no material deixado no lugar. Havia papelões por toda a parte. Por cima deles, sapatos jogados, ao lado de camisetas rasgadas. Em um canto, fezes recentes juntavam uma quantidade considerável de moscas. No meio dos papelões, havia restos de comida em marmitex de alumínio, com um garfo abandonado dentro, junto com garrafas de pinga. E, por toda parte, dentro do cubículo e por todo o corredor, incontáveis latinhas de Coca-cola, furadas. As latinhas são usadas como cachimbo para pipar o *crack*.

A aparência do lugar é caótica. É um espaço de tamanho pequeno (2,70 m x 1,20 m), para caber o que as educadoras suspeitavam ser no mínimo 6 crianças. Descrevi o mocó com base no que vi e no conhecimento das educadoras, que já puderam presenciar as crianças em tais lugares, e que também ouviram a própria descrição delas. Tudo se mistura, restos de comida e pedaços de roupas antigos se esfacelam e se juntam com o que acaba de ser deixado. Os outros mocós pareciam maiores. O da Saldanha Marinho já estava abandonado. Era um sobrado antigo, com várias partes caindo, quase sem piso; mas os cantos se mantinham, com os traços da “cultura” do *crack* e de algumas noites ali dormidas se restringindo a um canto. Quando entrei, deparei-me com as mesmas coisas que havia visto no outro: roupas, fezes, latinhas, roupas, absolutamente misturados. A visão que tive foi de um espaço recortado em meio à geografia do sobrado, onde parecia ter se concentrado as várias funções já enunciadas.

A peculiaridade dos mocós está no fato de que, diferentemente dos acampamentos - “moradia” temporária de crianças e adolescentes em espaços abertos da cidade - essas apropriações de cantos preservados do “olhar” público, permitem que eles exerçam de forma reservada as atividades efetuadas naqueles - como comer, dormir e, sobretudo, fumar *crack*. Além disso, possibilitam a efetivação de atos tidos como de domínio privado, como é o caso das relações sexuais. Os acampamentos dão margem à interação contínua entre meninos e outros personagens sociais que ocupam o mesmo espaço. As práticas dos meninos são feitas sempre em relação a um outro alguém e geram reações imediatas. Já o mocó é o *esconderijo*; as práticas efetuadas ali fogem aos olhos dos transeuntes e dos policiais. É o exercício privado de sua sociabilidade.

O ato de “se mocoçar” pode ser visto como a procura de refúgio, de isolamento dessa rede que os envolve; talvez mesmo de um exercício de sociabilidade particular, vinculado a um estímulo que os une, que é a droga. Os mocós chegam a provocar uma idéia de domesticação específica do espaço. Eles não são privilégios dos meninos e meninas de rua. Magni descreve intensamente os refúgios dos habitantes de rua do centro de Porto Alegre: espaços pequenos, instalações provisórias que tentam, na concepção da autora, subverter a ordem classificatória dos espaços urbanos, uma vez que os lugares escolhidos para esta “breve” moradia funcionam como ponto de passagem, ou possuem uma funcionalidade voltada para o lazer temporário das pessoas (como as praças, por exemplo). Ao utilizarem esse espaço, trazendo para ele recursos materiais já utilizados e colocados no lixo (como restos de comida, latinhas ou garrafas, objetos que perderam sua utilidade e foram

jogados fora, como cadeiras quebradas, canecas), os moradores das ruas sobrevivem do que a “sociedade sedentária rejeita”; reformulam-no, re-significam suas utilidades ( como o caso das latinhas de Coca Cola utilizadas para pipar o *crack* ). É uma forma, segundo Magni, de conformar um espaço doméstico (Magni, 1995: 27).

Embora eu concorde com a autora que a re-significação de utensílios desprezados pela “sociedade sedentária” possa constituir uma espécie de domesticação, e que a privacidade que concebemos como própria do espaço privado de nossas casas só encontre possibilidade de existir nesses pequenos espaços isolados da movimentação da rua, penso que, pelo menos no caso das crianças e adolescentes, a própria efemeridade na apropriação do espaço limita a classificação desses lugares enquanto espaços privados. Se os mocós parecem enunciar uma tentativa de fixação e “privatização” de códigos sociais, esta se enfraquece pela própria dinâmica que norteia os passos de meninos e meninas. O uso que fazem dos mocós também é efêmero, imprevisível, curva-se à sua contínua itinerância, seja porque eles são expulsos dos lugares dos quais se apropriam, seja porque acharam um lugar mais interessante ou mais próximo de suas atividades, ou mesmo porque, individualmente, deslocam-se à procura de outros ‘agrupamentos’ (procedimento freqüente pelos laços efêmeros que se estabelecem entre eles). Ao meu ver, os mocós parecem ser concebidos como um espaço transitório, “breve”. Como o deslocamento parece ser o mote desses meninos e meninas, eles utilizam o espaço a princípio planejado para “ficar”, para “estar”.

Mesmo assim, talvez os mocós tragam à nossa memória o que as crianças possam ter de mais próximo de um espaço recluso, fechado, cujas atividades só as crianças e adolescentes contemplam. Mas acharia difícil dizer que isto seja um aspecto da domesticidade que temos em nossas casas, transferido para o espaço público, pois não é um lugar que poderia ser pensado como fruto de suas referências desse espaço doméstico, que pressupõe uma lógica de organização de limpeza, de ordenação de objetos, de separação entre o que é considerado sujo e limpo.

Há uma outra lógica na mistura de materiais e atividades que, na concepção geográfica que se faz de uma casa, estão separados. Tenho como hipótese de que o uso dos mocós não remete a uma forma de privatização doméstica do espaço, no sentido de reproduzir uma casa. Em primeiro lugar porque, como já foi colocado, a utilização desses espaços obedece ao deslocamento contínuo. Vivido como um espaço transitório, ele revela sobretudo as noites de pipada, de aventura, nas quais deixam-se levar pela contingência que molda suas práticas sociais. Para além disso, vistos como um espaço de refúgio pelos garotos e garotas, o mocó tem a propriedade de os congregar, o que não acontece no dia-a-dia de suas andanças pelas ruas, onde o mais seguro é não andar mais do que três crianças juntas.

Portanto, parece ser um lugar protegido, voltado mais ao exercício de sociabilidade provocado pelas aventuras e experiências lúdicas compartilhadas do que um espaço de reprodução das representações domésticas do espaço. As práticas como comer, “transar”, defecar, dormir, são conseqüências “fisiológicas” e “funcionais” de seu

“agrupamento”. Refugiados, alterados pelo uso do *crack*, os meninos tornam o mocó um espaço aglomerador de funcionalidades que, dentro de uma ordem doméstica disseminada no imaginário dos demais segmentos sociais, permanecem espacial e simbolicamente segregados. Esta ordenação do mocós remete ao caráter contingencial que molda o cotidiano das crianças e adolescentes de rua<sup>16</sup>.

Um outro elemento que parece colocar em questão o mocó como um lugar “domesticado” são os pertences de meninos e meninas. Magni descreve em seu trabalho que os utensílios achados no lixo ou jogados pelas ruas são apropriados e re-significados pelos moradores de rua. Quando estes se instalam em algum canto, arrumam seus pertences com cada coisa em um lugar. Quando saem de lá, carregam tudo consigo: cadeiras, panelas, pratos, baldes, etc. No caso dos meninos e meninas de rua, ao menos em minha experiência de pesquisa, não há uma retenção de utensílios ou elementos materiais. O que os meninos usam em suas experiências noturnas, deixam nos mocós. E saem dele quase sempre com apenas a roupa do corpo. Diferentemente dos outros habitantes de rua, como os mendigos, por exemplo, as crianças e adolescentes não levam mochilas, sacos, contendo pertences pessoais. Tampouco trazem os

---

<sup>16</sup> É preciso dizer que, embora o caráter momentâneo, imprevisível acabe por delinear a organização espacial dos mocós, meninos e meninas expressam, em seus discursos, a separação funcional de suas necessidades fisiológicas. Como já foi explicitado no Capítulo I e será retomado no Capítulo IV, o discurso de meninos e meninas sobre a necessidade de estarem limpos revelam que o padrão de higiene que se projeta hoje socialmente, seja pela escola, pela educação familiar (que às vezes inexistente na casa destes meninos e meninas), ou pela mídia, está introjetado em suas representações sobre o indivíduo limpo, digno, reconhecido socialmente de forma positiva.

No entanto, no tipo de atividade noturna em que essas crianças e adolescentes mergulham, tais representações parecem ser colocadas entre parênteses, em virtude de outras negociações que fazem parte da vivência de rua, e que são igualmente de interesse dos meninos, como é o caso das experiências lúdicas.

raros objetos particulares para os mocós. Quando os têm, espalham por outros cantos da cidade, protegidos ou longe do “olhar panóptico”, como será descrito mais a frente

E, por fim, embora o mocó seja um espaço recluso, não está totalmente invulnerável à intromissão alheia. Embora seja muito perigoso se aproximar de um mocó onde os meninos estão pipando, sem sua prévia permissão, com o risco de violência se eles não identificarem as pessoas, eles não parecem ter total controle sobre esse espaço. Pude presenciar a visita de policiais a esses locais, e os educadores relataram inclusive a violência física destes nos mocós, em outras ocasiões. Outros habitantes de rua os visitam e não posso afirmar que sejam convidados. Em uma conversa com educadores, soube que um mendigo resolveu dormir em um mocó uma noite e quis estuprar uma garota. Os outros meninos tentaram defendê-la, mas diante da ameaça física (o homem possuía uma faca), nada puderam fazer. Por serem vistos como “fora do lugar” e, passíveis de intervenção, estão sujeitos a estes tipos de submissão.

De qualquer forma, o uso desses espaços reforça a prática de subversão de uma ordem urbanística. Quando ocupam pontos de passagem de transeuntes - como as viadutos ou esquinas onde dormem - ou espaços de lazer voltados para a sociedade sedentária - como praças de lazer -, “invadem as fronteiras simbólicas que deveriam demarcar os limites para as classes sociais” (Magni, C. 1995: 17). Chamam atenção para o modo como esta lógica planejadora da cidade, que joga segmentos sociais menos favorecidos para circuitos territoriais periféricos, não dá conta de manter seus limites.

Mas os mocós indicam mais que esta resistência. O ato de mocoçar é a apropriação de espaços na cidade não preenchidos pelos processos político-econômicos que tornam a cidade funcional; são espaços esvaziados de significação para a ordem urbana, tornam-se, portanto, lugares esquecidos, ociosos. Esses espaços carregam uma história consigo, mas ela é desconsiderada, obscurecida diante da sobrecarga de imagens comerciais que povoam a cidade. Utilizando uma analogia que Wim Wenders faz com o cinema e a cidade, o excesso de imagens, a fugacidade em ambos os “espaços”, nubla a visibilidade e esvazia os lugares de significação. Assim, a visão da cidade se aproxima das imagens cinematográficas contemporâneas: “como elas, as cidades estão cada vez mais alienadas e alienantes; como as imagens, as cidades nos constroem a viver com frequência cada vez maior ‘experiências de segunda mão’, e têm uma orientação cada vez mais comercial” (Wenders, W 1994: 184)<sup>17</sup>.

Na visão do cineasta, tal processo, que é parte constituinte da fragmentação que percorre o trajeto atual do cinema e da televisão, torna a paisagem destituída de sua história e de sua significação. É como se a sobrecarga de imagens obscurecesse os “personagens suplementares” que podem ser vistos quando se volta o olhar para uma paisagem a princípio obscura, vazia. Na opinião de Wenders, a apreensão da imagem da cidade se faz pelo enfoque no que é pequeno, vazio. Este olhar abrange a superfície, mas permite também apreender *um tempo* entre as brechas da cidade. A atenção no pequeno atenua o efeito

---

<sup>17</sup> Wenders, Wim “A paisagem urbana” in *Revista do patrimônio Histórico e artístico nacional*. 1994

estonteante da simultaneidade de imagens, e, portanto, da superficialização do espaço.

A preocupação do autor é resgatar uma história que dê significação ao que se vê. Embora não seja esse especificamente meu objetivo, suas idéias remeteram-me aos passos que eu estava seguindo. Pois, no acompanhamento do trajeto desses meninos e meninas e, especificamente ao vê-los “criando” esses mocós, percebi que a apropriação desse espaço é uma tentativa insistente de se situar na cidade. Sua constante presença nestes chama atenção para a existência de sujeitos que, em sua prática cotidiana, re-significam lugares “esvaziados” e se colocam na disputa dos limites simbólicos que são impostos para colocar “cada um em seu lugar”. A utilização dos mocós tem como consequência um diálogo - absolutamente conflituoso - com a ordem oficial, e põe em questão incessantemente a imagem de controle funcional que o planejamento urbanístico insiste em construir. Os lugares os quais ocupam são memórias esquecidas, que, em geral, cidadãos desatentos, apressados, não se atêm a observar; lugares esquecidos, pequenos, que fogem a uma imagem de bela estética ou de centro comercial. À medida em que as crianças deles se apropriam, tornam-no visível, e apontam para uma continuidade temporal deste local, antes apagado no tempo e agora preenchido com a significação da desordem, do perigo. Dessa nova imagem, acionam-se mil atitudes: reclamação de vizinhos, medos, desprezos.

O mais curioso é perceber, percorrendo esse itinerário, que a rotatividade de mocós pelo centro da cidade é representativa tanto da circularidade dessas crianças e adolescentes quanto de sua fuga

incessante da pressão ordenadora, da política limpadora da cidade. Os meninos abandonam os mocós quando vizinhos se incomodam e reclamam ou a imprensa os enfoca, chamando a atenção da polícia. Ao deixarem um mocó, deixam suas marcas sem, no entanto, indicar seus rastros, e logo invadem outra casa. Esse movimento de perseguição e fuga reforça a intensa negociação de apropriação do espaço urbano. Duas semanas após eu ter visitado o primeiro mocó, atrás do Terminal Central, voltei a ele. Qual não foi minha surpresa ao ver que todo o lixo deixado pelos meninos fora removido e estavam fechando a porta do cubículo com cimento. Logo depois descobri que aquele mocó tinha sido objeto de reportagem televisiva no dia anterior. O segundo mocó, mais antigo, um mês depois de minha primeira passagem por lá, havia sido todo fechado com tábuas de madeira.

O processo é interminável. Ao chamado dos vizinhos ou da imprensa, o olhar “oficial” os encontra então, e exerce seu poder disciplinador. Porém, dura pouco tempo. Se pudéssemos inserir a cidade em um radar, poderíamos ver pontos de luz que se acendem e apagam continuamente por toda sua área, e cuja movimentação está ligada a um indicador que, onde toca, apaga a luminosidade. Tal persistência de ocupar os espaços é percebida quando acompanhamos o trajeto de quem acende tais luzes, que são as crianças e adolescentes de rua. Seguir suas movimentações, a estranheza do seu cotidiano, permite-nos enxergar não “a superfície visível da cidade, mas o que se delineia contra esta visibilidade” (Certeau, 1994a:2).

Após essa reflexão sobre os mocós, voltemos ao itinerário. Depois de passarmos pela Saldanha Marinho, subimos novamente ao Terminal Central, e de lá para o Bosque, bairro onde fica a Pastoral do Menor. Aqui fechamos um trajeto: Avs. Francisco Glicério, Moraes Sales, Francisco Glicério, Praça da Catedral e Largo Rui Barbosa, Calçadão, Terminal Central, rua Saldanha Marinho. Com o passar dos dias da pesquisa porém, esse trajeto foi sofrendo algumas alterações. Passávamos da Glicério diretamente para o Largo do Rosário, íamos até praça da Igreja do Carmo, que ficava uma rua abaixo, contornávamos o quarteirão até voltarmos à avenida, atravessávamos a rua em direção ao Fórum, entrávamos no Calçadão, e seguíamos o percurso já descrito.

Lugares como o Terminal Mercado, o Cambuí, e a avenida Campos Salles, parte eventual do percurso dos garotos e garotas, e que já foram “acampamentos” denunciados pela imprensa também foram percorridos, só que ocasionalmente, pois no momento da pesquisa esses pontos já haviam mudado, e quase não passava nenhuma criança de rua por ali. Vale dizer que esse trajeto que descrevi inclui as principais ruas e praças de referência de minhas observações. Não esgotam naturalmente, as ruas do centro, nem tampouco as andanças dos sujeitos em questão.

Durante três meses, percorri essas ruas, acompanhada dos educadores da Pastoral. Na primeira metade desse tempo, encontrávamos irregularmente os meninos e meninas. Às vezes passávamos dois dias sem encontrar ninguém; outras encontrávamos da forma como descrevi há pouco: dois ou três, (algumas vezes apenas um) adolescentes dormindo, ou tentando arrecadar dinheiro para comer e comprar *crack*, ou simplesmente perambulando pelo centro. Nessas

atividades, ocupavam espaços abertos, normalmente destinados ao trânsito de pessoas, como as calçadas, as portas de bancos e de casas, o próprio calçadão. Eram nesses lugares, em meio a pedestres passando, que conseguíamos, ainda que de uma forma desconfortável, conversar com eles.

Foi interessante perceber que, enquanto andávamos, estávamos imersos na multidão perambulante, éramos simples transeuntes. Mas a partir do momento que nos aproximávamos dos meninos, a atenção dos transeuntes deslocava-se para nós e os meninos. O nosso contato com estes interferia em nossa caminhada, na deles, e se imprimia nos olhares do passantes. Quando nos sentamos com Manoel para conversar, no canto de uma loja, em uma esquina, várias pessoas diminuíam o passo para olhar a conversa, chegando às vezes a me constranger.

Não que necessite da presença de educadores para chamar a atenção sobre essas crianças e adolescentes. Quando estão dormindo nas praças, andando de forma cambaleante pelas ruas, sujos, drogados, ou armando cenas com comerciantes, congregam-se sobre eles olhares oscilantes: pessoas passam balançando a cabeça com pena, outras soltam expressões não muito amistosas. A reação é sempre parte do olhar do transeunte, que ao passar, leva para sua memória fragmentos das enunciações desse espaço. O transeunte não visualiza a trajetória dos menores; não os encara como um trajeto contínuo; ele os vê como parte da paisagem urbana e de todas as misérias produzidas pelo crescimento da cidade. Nesse sentido, as crianças e os adolescentes fazem parte do panorama fora de controle que é diagnosticado pelo senso comum. Ela é

registrada pelo olhar, vinculada a sentimentos de pena, de revolta e esquecida logo em seguida, diante da sensação de impotência.

Mas parar no trânsito urbano para estabelecer contato com as crianças gera uma outra reação. É como se os passantes pudessem canalizar suas reações a partir do educador. Assim, em vários de nossos encontros, quando sentávamos com meninos e meninas nas praças, em escadarias, nas portas de lojas ou casas abandonadas ou nas sarjetas, o ritmo dos pedestres se modificava. Em duas situações isto chegou a ser inusitado. Em uma caminhada pela praças das Lojas, encontramos um garoto, bem pequeno, dormindo profundamente no chão, em frente a C&A. As vendedoras da loja estavam a olhar, assim como as pessoas que estavam à volta. Quando chegamos perto do garoto, para tentar acordá-lo — o que foi inútil —, muitas pessoas pararam; uma pequena multidão aglomerou-se à nossa volta; algumas mulheres diziam: “se eu pegasse a mãe dele, eu matava!” ou “ele deve estar drogado”; ou ainda “será que ele está desmaiado”... Assim, descortinou-se uma série de comentários que em nada ajudavam, e acabaram por nos fazer desistir da já difícil tarefa de tirá-lo de lá.

Uma outra vez, estávamos andando pela praça em frente à Catedral, e, dentro de um dos quiosques telefônicos, havia um menino, dormindo, encostado ao vidro do posto. Lúcia o reconheceu, era o Bira<sup>18</sup>, que havia sumido um tempo. A educadora se aproximou para chamá-lo.

---

<sup>18</sup> O Bira tem 15 anos, já está na rua há bastante tempo, segundo Lúcia. Não tem família aqui; a avó, que poderia ficar com ele em São Paulo, não o acolhe porque o tio que mora com ela não o aceita. Assim, ele fica a perambular pelas ruas de Campinas, muitas vezes tomado pelo efeito da cola (ele é bem conhecido por cheirar muita cola, não sei qual é o seu contato com o *crack*). Encontrei-o alguns dias andando sozinho, mas tenho notícias da permanência dele com os outros nos mocós à noite.

Bira, quando acordou, estava totalmente “grogue”, mal conseguia abrir os olhos. Estava bem sujo, com uma calça larga encardida, os pés muito machucados. A cara estava suja e cheia de restos de cola. Sentamos do lado de fora do quiosque e ficamos a conversar. Em seguida, chega um senhor, desconhecido dos educadores, e também de Bira, e fica a nos observar intensamente, distante apenas cerca de 1 metro. Entre a curiosidade e o direito que o transeunte garante a si mesmo de interferir na realidade da criança (que parece, aos olhos de quem passa, estar ali pedindo ajuda ou intervenção), permaneceu ali, de forma constrangedora, quase a participar da conversa.

E situações como esta se repetiram inúmeras vezes. Mas haviam outros olhares, que iam para além da curiosidade, e que eu, novata no trabalho de rua, só fui apreendendo aos poucos: é o olhar especulatório de traficantes, ou pessoas ligadas a eles, de interceptadores de mercadorias, de policiais à paisana, que ficam a vigiar o que as crianças dizem e como agem pelas ruas. Esta vigilância, para o olhar do transeunte comum, não é geralmente visível. Mas são imediatamente reconhecidos por meninos, que por sua vez o decrevem. É como uma rede de códigos, interrelacionados, mas incógnitos na fisionomia mutante da cidade. Não o percebemos senão quando nos aproximamos dos meninos. Esta rede se revela quando passamos a fazer parte dela, como os educadores de rua. Não necessariamente as pessoas que estão sentadas nos bancos das praças a passar o tempo ou descansarem, ou mesmo homens que ficam a conversar em esquinas, estão de fato nestas atividades, como eu ingenuamente acreditei. Em alguns momentos de minha experiência de campo, participando da relação entre os

educadores e os adolescentes, fui entendendo isto. Como a situação que descrevo a seguir.

Estávamos Margô e eu em busca de algumas das crianças; era meio de Janeiro e não havíamos encontrado um mesmo garoto ou garota duas vezes. Passando pelo Largo do Rosário, deparamo-nos com Zeca, Júlio e Daniel<sup>19</sup>, três garotos que estão há um tempo considerável na rua (Júlio por exemplo, está há três anos). Enquanto durou minha pesquisa, eu costumava vê-los sempre juntos. Os educadores da Pastoral estavam à procura de Zeca, pois tinham ouvido falar que ele havia levado um tiro. Os três estavam sentados no banco, conversando, brincando e abraçando uma garota, bem branca; parecia mais velha, era magra e estava cheia de manchas roxas. Chegamos perto e os cumprimentamos. Eles, a princípio, não reconheceram Margô, mas nem estavam muito preocupados com isso. Ela disse que estava preocupada com Zeca, por causa do tiro. Mas fora Júlio que havia levado um tiro; ele levantou a camisa e nos mostrou os pontos. Logo em seguida, a conversa se concentrou na menina. Segundo os meninos ela era estrangeira, “australiana” disseram eles, ela

---

<sup>19</sup> Zeca tem cerca de 13 anos, é pequeno, franzino, bastante chorão e agressivo. Em nossas conversas, oscilava entre uma agitação que eu qualificaria como própria de uma criança, e um olhar desconfiado, magoado que antecipava sua agressão verbal. Esteve várias vezes na FEBEM.

Já Júlio é um pouco mais velho, tem 15 anos. De feições muito belas, percebi várias referências elogiosas das meninas sobre ele. No entanto, gabava-se de ser “o garanhão” da rua. Era bem agressivo e instável, e os educadores tinham uma certa dificuldade de lidar com ele. Durante o período da pesquisa, foi para a casa de seus pais e retornou à rua duas vezes.

Conheci pouco de Daniel. Um garoto também bonito, de estatura média, 14 anos, apareceu em meu itinerário por apenas duas vezes. Na segunda vez, recalmou aos educadores que havia apanhado muito de madrugada, de uns homens que estavam em uma perua. Apesar do medo, sua indignação era grande, e chegou a dizer que iria “armar um esquema” para descobrir quem o tinha agredido, a fim de que ele pudesse matá-lo. Apesar destes eventos ocorrerem, duvidei que ele fosse levar adiante seu plano. É difícil medir forças com prováveis grupos de extermínio (sua ação não é rara em Campinas) que se disfarçam com coletes do Juizado, não possuem um carro que seja identificável, e acima de tudo, possuem armas.

os corrigiu, disse que era argentina, maior de idade, e estava clandestina no país. Chamava-se Jessy, estava com uma bermuda e uma mini blusa, contou-nos que já tinham tentado estuprá-la, e que agora ela andava com os meninos porque eles eram legais, não agiam com violência.

Os meninos, por outro lado, estavam muito animados com a presença de Jessy. O tempo todo ficavam dando abraços, beijos, e pediram a gente que ensinássemos logo o português para ela. “Faz ela aprender nossa língua logo, tia, porque aí eles não descobrem que ela é clandestina”.

Enquanto eu ouvia suas aventuras, notei que, ao nosso lado, encostado à barraquinha, que estava fechada, três homens ficavam a observar intensamente toda a nossa conversa, e fixavam o olhar em Jessy. No começo, pensei que estavam esperando para assediá-la, como fazem tantos outros com as meninas que ficam na rua. Mas quando saímos de lá, Margô nos disse que provavelmente eram interceptadores de mercadorias roubadas, com quem os guris trocavam seus objetos “adquiridos” em troca de dinheiro ou droga. Segundo Margô, e também outros educadores, era recorrente os trabalhos de abordagem serem acompanhados da vigilância de tais homens. Eles ficavam geralmente pelo calçadão, ou nos bancos das praças do Fórum e do Largo do Rosário. Ficam atentos ao que meninos e meninas falam, tentando perceber alguma “cagüetagem”<sup>20</sup> das atividades tanto dos interceptadores quanto dos traficantes. Quando há necessidade de contato, tais homens se

---

<sup>20</sup> A palavra “cagüetagem” é utilizada não somente pelos meninos, mas já faz parte de gíria coloquial, e indica relatar as atividades ilícitas de outrem. É utilizado muito nos diálogos que tem como referência as atividades fora da lei.

dirigem apenas aos guris, ignorando a presença dos educadores, e reforçando a relação de ameaça.

Outra situação que me revelou uma relação nem sempre perceptível aos olhos dos passantes é a relação das crianças com os policiais do Juizado de Menores. São agentes que andam pelo centro à paisana, normalmente com uma pochete com seus instrumentos de identificação: os documentos e uma arma. Enquanto estamos conversando com os meninos, eles transitam por ali. O reconhecimento de que são policiais só foi feito por mim através das crianças. Lara, encontramos pela primeira vez no Largo do Rosário, foi quem me apontou primeiramente.

A segunda vez em que os percebi também foi apontada pelas meninas. Nos dias que fazíamos o trabalho, Margô e eu encontramos três meninas, Lara, Soraia e Mara junto com Pequeno<sup>21</sup>, um garoto pequeno, que era “amadrinhado” das meninas. Estavam na esquina da Praça do Carmo, em frente à padaria Orly. Soraia saboreava a comida de um marmiteix. Pequeno e Mara estavam pedindo dinheiro na padaria. Uma funcionária tentava expulsar os dois. Havia bastante gente à frente da padaria, alguns homens conversando por ali. As meninas estavam encostadas junto ao meio fio, e falavam muito alto e rápido. Soraia deu o que sobrou da comida para Pequeno e ficaram contando as moedas para

---

<sup>21</sup> Pequeno é um garoto de 10 anos, aproximadamente. É agitado, porém não fala muito. Ficava sempre com as meninas, pois era protegido destas. Segundo as meninas, o irmão de Pequeno, que está na FEBEM, havia pedido a elas que cuidassem do menor. Pequeno grudava nas meninas, passava muito tempo acariciando-as, brincando com elas. Envolveu-se também nas experiências com a cola e o *crack*, e um dia foi levado ao Hospital Mario Gatti em função de uma *overdose*. Foi levado para a casa da mãe e da avó, fugiu novamente. Soube depois que estava preso na FEBEM. Andava muito sujo, descalço e, por vezes com um pedaço de madeira na mão.

comprar pedras de *crack*. Nós tentávamos ouvi-las, mas estava difícil. Era uma esquina movimentada, lugar de passagem de muitos transeuntes e de carros também.

Lara virou-se para a gente, apontou dois senhores que estavam na esquina conversando e olhando para elas, e disse: “Olha lá tia, aqueles dois são polícia do Juizado à paisana. A gente já apanhou daquele ali.” Em seguida, em meio à barulhada que faziam, parou um homem, de óculos escuros espelhados (eu não podia ver seus olhos), vestido com calça jeans e camiseta, uma pochete pendurada nos ombros, e disse : “Oi, meus queridos”. Olhei para ele imaginando se era algum conhecido das meninas da rua, mas nem deu tempo para tais reflexões, pois, em questão de segundos depois, ele fechou o semblante e falou para as crianças: “Chispa todo mundo daqui, vamo”. Olhou para mim, que estava com bermuda e uma camiseta velha, além de um boné e perguntou-me se eu era nova na rua. Porém, nesse meio tempo, ele nem havia terminado de falar e as crianças já tinham sumido. Fiquei perplexa, olhando para ele, sem me mexer. Então, ele começou a conversar conosco, perguntou-nos de onde éramos, disse-nos que era do Juizado, e que fez aquilo para não ter que levar ninguém preso. Na conversa, exemplificou os casos em que tentou ajudar as crianças a retornar para casa, embora muitas quisessem ficar na rua, e revelou conhecer bem os que nela permaneciam. Disse-nos também que muitas vezes os meninos e as meninas ligavam de madrugada para pedir ajuda, com medo dos traficantes. Depois disso, juntou-se aos outros dois senhores que haviam sido identificados pelas meninas.

Após perceber estes sujeitos - os interceptadores de mercadorias, os policiais à paisana - passei a identificar quantas fronteiras liminares, da ordem e da contra ordem, cruzavam-se nas interações entre crianças e adolescentes, transeuntes, educadores e instituições, traficantes, ambulantes, marginais. Essas fronteiras somente me foram perceptíveis à medida em que eu caminhava com educadores, e à minha frente destacavam-se os meninos e os personagens com os quais fazem a interlocução. A rede de significações que perpassa o universo dos meninos e meninas de rua está presente tanto na superficialidade totalizante da cidade, enquanto um recorte da realidade fora de controle do planejamento das autoridades, como em sua profundidade múltipla, que não pode ser absorvida em um olhar, que funciona dentro da dinâmica da fragmentação.

Em meio a esse panorama de entrecruzamentos, foi essencial perceber uma contínua dinâmica das crianças e adolescentes que oscila entre submeter-se a esses agentes com quem estão ligados, e a fuga desses domínios, em busca de reforçar uma “sensação” de liberdade que eles associam à permanência na rua. Se por um lado apanham ou submetem-se a traficantes e a polícia ou concedem sua atenção e obediência às práticas de reintegração, por outro não se moldam a nenhum desses universos. Transitam por eles conforme suas necessidades e a sensação de perigo, costurando-os. A recusa em serem absorvidos nesses mundos e a volta freqüente às ruas indica uma tentativa de reforçar sua situação de rua, sua identificação nela. A ação desses sujeitos que os cercam cria imagens identitárias que, por sua vez, são reforçadas pelos próprios garotos, embora com uma conotação

positiva: eles se sentem pertencendo às ruas. A oposição liberdade/submissão encontra lugar no cotidiano ambíguo dessas crianças e adolescentes e direciona a construção de seu universo de valores.

Mas ela também indica o quanto os meninos estão presos a ação de outros sujeitos. Como apontam Silva e Milito, a presença na rua indica alguma negociação e freqüentemente uma submissão dos meninos ou a traficantes, ou a “pais de rua”, adultos que supervisionam as formas de se obter dinheiro, ou a polícia que ameaça. Assim, na visão dos autores, resta saber até que ponto o menino é sujeito das relações que ali se estabelecem. Mesmo enredados, meninos e meninas resistem à sujeição completa, burlam os códigos estabelecidos, reafirmando assim como ficam nas fronteiras desses mundos. E isso os vulnerabiliza. “Essas peças soltas da engrenagem ( as crianças que resistem) tornam-se vulneráveis. (...) Vulneráveis são as peças soltas, ou porque desprotegidas e incontrolláveis ou porque chegam a um ponto que almejam a uma autonomia” (Silva e Milito 1995: 28).

Se nas primeiras semanas do ano não encontrávamos quase ninguém nas ruas, no final de Janeiro a movimentação pareceu aumentar. Deparamos com mais crianças, algumas repetidamente, mas sem nenhuma regularidade, apesar de termos noção da “rotina” das crianças. Mesmo assim, essa rotina nos ludibriava, pois não nos revelava o tempo de suas movimentações. Dessa forma, procurá-los também era uma questão de sorte.

Durante alguns dias, praticamente não vimos ninguém. Resolvemos então irmos ao Vila Rica, pois os próprios meninos disseram que estariam mocosados lá. Passamos uma tarde enfrentando as perigosas ruas do bairro, com um “olheiro”<sup>22</sup> em cada esquina a nos olhar, e nada de criança ou adolescente. No dia seguinte, uma educadora que passou por lá viu os meninos pedindo no semáforo.

Dessa maneira, o trabalho de contato, de “abordagem” é também uma perseguição, um rastreamento incessante de passos, uma codificação da imagem do menino de rua efetuada pelo olhar que define são os “nossos meninos”. Sobretudo, é uma busca quase unilateral de “salvação” dos meninos, atenuada pelo fato de que muitas vezes, os meninos e as meninas desejam o contato com os educadores. Nessa prática do caminhar, pensei por algumas vezes que muito mais que procurar, é preciso deixar-se achar.

A trajetória do educador é curiosa. Implica em riscos e constrangimentos. Riscos com esses sujeitos sociais classificados como “marginais”, que exercem certa dominação sobre os meninos considerando as tentativas de tirá-los das ruas um roubo de mão-de-obra e uma ameaça ao sigilo de suas atividades; riscos como a polícia, que nem sempre vê como vantagem a prática de “re-socialização” (apesar dessa visão não pertencer ao discurso policial formal). E risco de não conseguirem comunicar-se com os meninos. Devo ressaltar que faz parte

---

<sup>22</sup> Esta palavra “olheiro” foi utilizada pelos educadores da Pastoral para designar pessoas que ficavam nas esquinas desse bairro a observar o movimento de pedestres e carros. Segundo os educadores, sua função era registrar qualquer anormalidade no movimento do bairro que pudesse indicar risco para os traficantes. Acredito que esse termo seja utilizado em uma linguagem coloquial quando se trata do tráfico.

do trabalho só se aproximar do garoto ou da garota que se dispõe a conversar ( seria assim mesmo que não fosse regra, porque os meninos só falam de fato com quem eles querem).

Desse modo, o primeiro passo é reconhecer quem são as crianças e os adolescentes de rua. Caminhando pela cidade, os educadores param e observam meninos e meninas que nela circulam. Nesse período de reconhecimento, pairam muitas dúvidas, pois nem as roupas sujas, nem o cabelo despenteado, nem o fato de estar pedindo no semáforo (como já illustrei no capítulo I), tampouco a perambulação sozinhos na rua são atitudes que definem seguramente os jovens habitantes de rua. As tentativas de abordagem geram assim muitas confusões e embaraços, como o caso de educadores se aproximarem de uma criança e, pouco tempo depois, serem inquiridas por seu pai, que chega logo em seguida, ou de inquirir certos garotos ou garotas sobre o que fazem, de onde são, e obter em retorno silêncios medrosos ou respostas grosseiras, dizendo que não são da rua.

Os educadores, quando encontram crianças que estão trabalhando na rua, para em seguida retornar para casa, estabelecem também um contato, para indicarem instituições que oferecem recursos de trabalho e escola, com benefício para família, como é o caso do externato São João. O intuito dos educadores é evitar a atração pela rua. E, nesses casos, são recebidos com muita desconfiança por tais crianças. Nas várias vezes que os abordamos, em especial grupos de irmãos que andam juntos, houve uma grande relutância em fazer contato. O que se sente principalmente é a presença do medo.

No caso dos meninos e das meninas de rua, a aparente indiferença e, muitas vezes, a hostilidade tomam conta deste contato. E, de certa forma, estas são duas formas de expressão que diferenciam essas crianças e adolescentes. É uma postura desafiadora, aparentemente arrogante e indiferente, que toma seu modo de andar, de falar. Foram poucas as meninas e os meninos, novos para a Pastoral, que os receberam sem estarem ariscos na primeira vez. Por outro lado, a gradual identificação de que os educadores pertencem à política de atendimento possibilita a conversa, aos poucos eles vão se abrindo. Gradualmente, também fui me acostumando a lhes identificar por este olhar. Os educadores às vezes diziam “estes são os nossos meninos”.

À medida que o contato se estreita, meninos e meninas respondem aos educadores quando lhes convêm. Se chegávamos em uma hora em que estavam estabelecendo algum tipo de “contato”, preparando um furto, esperando para pedir, ou indo pegar o *crack*, simplesmente desvencilham-se de nós. Quase atrapalhamos Júlio umas duas vezes nessa situação. Na primeira vez, ele pedia dinheiro no Mac Donald’s, e chegamos Suzana, eu e Mauro, um outro educador. Fomos falar com ele, mas ele disse: “agora não vem não que eu tô com fome e preciso pedir aqui.” Ficamos então quietos, até que ele conseguiu um sanduíche e sentou-se ao nosso lado, sorridente. Daí começou a conversar.

A segunda vez foi no Largo Rui Barbosa. Quando chegamos lá, ele estava juntamente com Zeca e um menino que não reconhecemos. Quando estávamos chegando perto, eles, entretidos com algo que viam ao longe, foram se afastando. Chamamos por eles. Júlio olhou para trás e falou: “Agora não vai dá, tia, tenho um negócio importante para fazer”. E

sumiram. Situações como estas foram um tanto quanto comuns em minha trajetória de pesquisa. Quando havia algum “negócio” acontecendo, como obtenção de drogas, ou outro tipo de aquisição de objetos, eles conversavam entre si e sumiam, esquivando-se sempre quando perguntávamos onde iam.

No entanto, também se dispunham a ficar conversando conosco, querendo saber sobre as possibilidades de irem para instituições como a casa do Jerry, ou a Fazenda do Padre Haroldo, contavam-nos quando a polícia batia neles; enfim viam nos educadores - e, naturalmente me colocavam entre eles - o ponto de apoio para suas necessidades. E, embora soubessem que os educadores que estavam comigo eram da Pastoral, e que haviam os outros do Movimento, as reivindicações eram as mesmas. Quando estão reivindicando, utilizam-se de um discurso pronto, de vitimação, de que querem sair da rua, largar o *crack*, de que os tios das instituições são muito duros... (não que não haja veracidade aí). Mas o que percebi é que tal discurso se forma a partir do momento em que os abordamos.

É curiosa esta relação. Observei, ao chegar com os educadores nas ruas, junto aos meninos, que havia em primeiro lugar, aquele jeito indiferente, quase que não nos percebendo. Depois de um tempo de conversa, muitas das respostas faziam parte do discurso da vitimação. Mas percebi que, à medida em que eu os ia conhecendo melhor, tendo uma presença mais assídua junto a eles, esses discursos iam dando espaço para outros assuntos, eles falavam deles, de suas aventuras pelas ruas, das sacanagens de seus colegas ou da polícia, das suas viagens com

o *crack*, iam exprimindo carinho, e a gradual confiança que iam depositando em nós.

Ao mesmo tempo, fico com a sensação de que enquanto sujeitos sociais, os educadores são uma espécie de “padrinhos impessoais”: são as tias, ou tios, de quem eles nem sempre lembram o nome ( a não ser de educadores que estão há muito tempo atuando nas ruas, como é caso de Lúcia, da Pastoral, ou dos educadores do Movimento). Se não os esquecem, utilizam-nos de acordo com interesses imediatos, quando estão dispostos a sair das ruas, ou a reivindicar seus direitos junto aos médicos, etc. Por vezes, aproveitam-se das divergências políticas e pessoais entre as entidades de atendimento, esimulando algumas discussões, e tomando partido dos interesses que mais lhes convêm. Nesse sentido, não é uma manipulação estratégica - como algo arquitetado, planejado. Porém, parece ser mais uma forma de adequar os objetivos das “práticas salvadoras” a seu contexto real, que é o da negociação incessante de seus interesses<sup>23</sup>.

Percorrer esse itinerário à procura de meninos e meninas que habitavam as ruas, em busca de suas enunciações pedestres, foi meu ponto de partida. A julgar por alguns dos encontros que aqui elucidei, penso que foi uma tarefa significativa. Foi possível captar um pouco de

---

<sup>23</sup> Como eu já dissera em nota no capítulo anterior, apesar do trabalho da Pastoral do Menor ser semelhante, em termos práticos, ao do Movimento Nacional, havia divergências políticas, além de algumas pessoais. A acusação mais grave que ocorreu no contexto de minha pesquisa, foi com relação à postura perante a polícia e os meninos. Lúcia da Pastoral, acusava o Movimento de estimular os meninos a apenas exigirem seus direitos, sem se aterem a seus deveres. Jéssica e Altair, coordenadores do Movimento, diziam que a Pastoral era omissa, sobretudo no que dizia respeito à violência policial contra os meninos. Por essas razões, não há um trabalho em conjunto que possa ser feito entre a Pastoral e o Movimento, o que acontece em muitas outras cidades. Com isso, penso que há uma perda relevante para os meninos, uma vez que as lutas pela garantia de certos direitos perante a cidade perde uma significativa parte de sua força de coesão.

suas relações, representações, discursos construídos a partir de cada encontro na rua. Se não apreendi a totalidade de relações que constituem seu universo de sociabilidade, descrevi, não obstante, momentos em que a dinâmica circulante, efêmera, ambígua, que produz suas práticas e é produzido por elas, revela-se.

Tentei passar a sensação do tempo fragmentado que perpassou esse itinerário. É o tempo através do qual se estabelece sua linguagem como a possibilidade de comunicação entre eles e eu, enquanto pesquisadora, “uma linguagem a traduzir a própria fragmentação de sua existência na rua ou a indicar o caráter irrevogavelmente lacunar de nosso acesso a ele, a precariedade e intermitência de nossos encontros.” (Silva e Milito 1995:73).

Se há uma rotina vivida por eles, nela está contido este tempo fragmentado e circulante, reiterativo, uma vez que o cotidiano de perambulação, de procura do *crack*, embora possa por algum tempo permanecer o mesmo, está sempre sendo quebrado em função dos atritos das negociações das fronteiras simbólicas entre os vários sujeitos sociais que disputam esse espaço, de acordo com a pressão da polícia, que os desloca periodicamente; com os traficantes, cujas mãos ora os afaga, abrigando-os inclusive em seus domínios, ora os assusta e expulsa<sup>24</sup>. Ou

---

<sup>24</sup> Para dar uma idéia de como a relação de meninos e meninas com os traficantes passa pela mesma dinâmica de conflito e de ambigüidade que eles têm com outros sujeitos sociais, darei uma situação que me foi contada por Marta, uma menina maior de idade, mas que se passa por menor, andando com os garotos e garotas com quem convivi. Em algumas vezes em que a encontrei, ela me falava das estadas na casa de uma traficante que segundo ela, constantemente fornecia *crack* às crianças. E também falava de outros traficantes, cujas casas ela frequentava para pipar. Marta havia me dito que a traficante fornecia a droga e era legal com eles; mas quando alguma das crianças deixavam de pagar, havia punições, como ordenar aos próprios colegas da garota ou do garoto que batessem nele(a). Um tempo depois dessas conversas, Rita, outra menina que conheci mais a frente da pesquisa, havia me dito que os traficantes os expulsaram do Vila Rica, pois os assaltos nos semáforos tinham chamado atenção da polícia, que ao ir ao bairro para procurar as

os desejos repentinos de voltar à casa, de rever amigos, de ir para Santos<sup>25</sup> se divertir.

Apesar da fragmentação do espaço e do tempo, acompanhar seus passos remeteu-me ao olhar que Wenders sugere - um olhar voltado ao tempo que escorre das brechas, das invasões incessantes que meninos e meninas fazem no espaço urbano. Frente à simultaneidade de imagens, fixei-me em uma forma diversa de me apropriar da geografia planejada da cidade. Mais do que ocupar os espaços aparentemente residuais que a limpeza urbana planejada insiste em eliminar, os meninos adicionam uma nova fronteira de negociação da apropriação dos signos urbanos. Nesse sentido, a maneira com a qual se utilizam desses espaços e a temporalidade efêmera que marca esta utilização constroem uma outra cidade, dentro da "Cidade".

Se nos atermos a essa paisagem, podemos percebê-los como personagens que parecem estar mimetizados na metrópole. Há uma primeira visibilidade dessas crianças e adolescentes, que vem dos registros das imagens de perigo e de desamparo que a sensação de

---

crianças e os adolescentes, acabava por perseguir os traficantes também. No entanto, recentemente, eu soube que os meninos haviam voltado a se mocozar no Vila Rica.

A ameaça dos traficantes sobre meninos e meninas incita seu deslocamento. Na Avenida das Amoreiras - caminho do centro para o Vila Rica - havia um cruzamento onde as crianças pediam dinheiro para o *crack*. Certa vez, comerciantes da redondeza picharam uma placa nesse cruzamento indicando ser um ponto de tráfico. A imprensa notificou, os traficantes se irritaram. Ameaçaram os comerciantes, apagaram os escritos, expulsaram as crianças dali.

Além dessas ilustrações, vale dizer que por várias vezes que perguntávamos de um ou outro garoto que havia sumido, tínhamos notícia de que estava sendo ameaçado de morte por não ter pago a droga, ou por ter delatado algum traficante.

<sup>25</sup> Houve momentos, em especial perto do Carnaval, ou de outros feriados, que algumas das meninas e um ou outro garoto, iam para Santos. Segundo os educadores, essas viagens era uma espécie de aventura que tinha como justificativa arrecadar mais dinheiro, pois era uma cidade que se enchia nos feriados. Outros me diziam que era pela diversão.

estarem “fora do lugar” causa aos cidadãos. Assim, como descreve Arantes: “ Crianças e adolescentes vivem a sua condição híbrida de serem culturalmente invisíveis, que mimetizam a paisagem urbana como se fizessem parte dela, e ao mesmo tempo são objeto de ações caritativas e de políticos sociais” (Arantes, 1994: 194). Ou seja, em meio a esse mimetismo, o olhar de medo e de pena destaca-os da paisagem.

No entanto, há uma outra forma de destacá-los. Acompanhar a trajetória de meninos e meninas deu-me uma dimensão singular da ligação entre suas condutas e representações e o modo nômade com que utilizavam os espaços do centro da cidade. Esta simbiose é construída a partir do que Magni chama de “visão itinerante”<sup>26</sup> de mundo. Ou seja, a imagem do mundo é construída à medida em que o nômade o percorre. Nesse sentido, as ambigüidades, contradições e efemeridades que apreendi durante minha pesquisa são projeções dessas imagens. Ao circularem incessantemente por ruas, pelas casas, instituições assistenciais ou repressivas, meninos e meninas arrastam consigo memórias, valores, experiências, atos, visões múltiplas, que são resignificadas e condensadas na vivência de rua. A partir da dinâmica da circulação, da efemeridade, é que seu mundo de rua se constrói e que suas práticas cotidianas são constantemente reformuladas.

Tal construção itinerante de mundo tem um efeito no espaço urbano. Instaura-se uma maneira diversa de percorrê-lo.

---

<sup>26</sup> A expressão “visão itinerante” foi retirada por Magni do livro de Leroi-Gourhan, *O gesto e a palavra*. Vol 2. Memórias e ritmos. Lisboa: edições 70. A visão itinerante contrasta com a visão irradiante, hierarquizante e centralizante, sobre a qual se assenta a sociedade sedentária. Apesar dos dois pontos de vista existirem em qualquer sociedade, o autor coloca que um deles se sobrepõe ao outro.

Compartilhando a visão de Certeau, caminhar é uma forma de atualizar o espaço, torná-lo dizível, significativo. O itinerário dessas crianças e adolescentes fala sobre o difícil empreendimento de atravessar fronteiras, transgredir uma limitação que é imposta, de se mostrarem parte do mundo que insiste em excluí-las. Para além da enunciação da “guerra de lugares” que faz parte da experiência contemporânea, o caminhar é também um deslocamento constante de sentidos do urbano. Pode-se visualizar a cidade apenas pelos traços que meninos e meninas deixam, seguindo o medo, os conflitos, a desordem, ou mesmo seus corpos deprotegidos. No entanto, são traços que invadem as mesmas esquinas, praças, terrenos, passagens que utilizamos funcionalmente, no dia-a-dia, sem mesmo percebê-las. A efemeridade dos sentidos do espaço é garantida pelo ato de caminhar. Pois as linhas que os passos traçam indicam a “ausência daquilo que passou” (Certeau, 1994a), daí o fato de que a legibilidade desses traços escape à visão dos praticantes da cidade. “O traço que se deixou para trás é substituído pela prática”, Certeau nos diz. Assim os praticantes da cidade reforçam a heterogeneidade na apropriação dos signos urbanos, abrem espaço para as resistências a uma “semantização” única e hegemônica.

Por outro lado, a retórica ambulante que se faz no caminhar, pelo seu caráter de constante êxodo, é expressão também de uma “falta de lugar”, como coloca Certeau: “Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar - uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas),

compensada pelas relações e os cruzamentos destes êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta pelo signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade” ( Certeau 1994a: 183).

A visão “itinerante”, que constrói o universo de meninos e meninas em sua situação de estarem nas ruas, não poderia ser indicativo melhor desse processo: as suas constantes andanças marcam uma peregrinação em busca de seu reconhecimento enquanto sujeito social, que se faz pelo desafio à funcionalidade comercial e à espacialização de um prazer ao qual eles não podem se misturar. O efeito de sua movimentação é a criação de mais uma paisagem no meio urbano, instaurando mais uma fronteira através de sua temporalidade fragmentada e circulante.

Se a retórica pedestre é uma busca constante de lugar, cujos passos se apagam após o deslocamento dos sujeitos, apreender a enunciação ambulante de forma que pudesse nos parecer legível demandou uma forma específica de meu olhar enquanto pesquisadora. Tive de seguir seus rastros, caminhar também obedecendo a um circuito que muitas vezes me burlou. Traçei o itinerário descrito inúmeras vezes; como uma experiência de enunciação, experimentei percorrê-lo de maneiras diferentes. Houve dia em que comecei pelo ponto final, como a Casa Dia, por exemplo. Em outros, mudei a ordem das ruas, em uma tentativa de localizar as passagens, as evidências, os efeitos do que essas crianças haviam deixado, ou logicamente, as próprias crianças. Não havia nenhuma garantia de que poderíamos encontrá-las. Em alguns dias, em geral “ruidosos”, podíamos encontrá-las e também presenciar conflitos delas com os transeuntes, com os comerciantes, roubando, cenas, enfim,

que temos cotidianamente em nossas casas pela imprensa. Ou podíamos conviver com elas em sua breve tranquilidade, quando acabavam de acordar ou de comer, ou mesmo quando vinham especialmente para sentar com os educadores e conversar.

Já em outros dias de minha experiência itinerante, na sua maioria, solitárias, eu caminhava pelas ruas da cidade acompanhando o movimento silencioso dos transeuntes, em seu caminho para bancos, cartórios, lojas. Passava pela Catedral, e lá estavam as prostitutas, os guardas, os artistas de rua, todos estavam ali, imersos em sua rotina. Quanto aos garotos e garotas, nada. De repente, eles sumiam sem que alguém pudesse indicar seu paradeiro pelo centro. Nos mesmos lugares em que os encontrava por dois dias seguidos, por exemplo, não havia sinal, nos dias seguintes, de que eles pudessem ali ter existido. Assim, apesar de podermos identificá-los entre os personagens da cidade, não há como precisar suas movimentações cotidianas apenas a partir da observação regular desses locais de que se apropriam.

É preciso, sobretudo, destacar sua visibilidade. E, para isso, é preciso atenção no próprio olhar observador. Mesmo que estejam andando pelo centro, nada indica que meninos e meninas irão necessariamente ser notados. Pela sua propriedade mimética, ou seja, por parecem tão parte da paisagem urbana, os cidadãos só os visualizam quando atitudes que envolvem violência, como assalto, ou ameaça policial ocorrem. Do contrário, “menores de rua” são codificados na mentes das pessoas como “pobres garotos, porém perigosos”, e mantidos a uma distância emocional que impede a curiosidade sobre sua trajetória. Tal distanciamento é um efeito diagnosticado por Simmel, sobre a vida

nas metrópoles: a melhor adaptação da mente humana à sobrecarga de estímulos visuais, da multiplicidade de imagens e do ritmo intenso que são próprios da vida metropolitana é criar uma ausência de reação emocional, um distanciamento subjetivo (Simmel, G 1973).<sup>27</sup> É a forjação da indiferença. O olhar do transeunte sobre a movimentação estonteante do centro da cidade é filtrado sempre pelo distanciamento, pelo medo, por um voltar-se a si mesmo. A percepção que ele tem dos personagens com os quais caminha limita-se ao evento fragmentado que ele presencia, somado à absorção das imagens desses personagens compostas pela mídia. Assim, se ele ou ela vê uma criança dormindo ao lado do viaduto, tudo o que lhe fica como registro é o sentimento de pena, associado à imagem de “menor de rua”. E, no momento seguinte, tal imagem, já tão recorrente no espaço urbano, é deixada para trás.

Perceber os passos enquanto um trajeto exigiu, então, uma outra atenção, menos superficializada. Foi preciso mergulhar na multidão em uma espécie de *flânerie*; acompanhar seu fluxo, com uma atenção no estranhamento do cotidiano, nas atitudes singulares, nos lugares esquecidos. Mas há uma diferença: o olhar do *flâneur*, que Benjamin descreve, contempla a cidade com uma consciência torpe; ele não vê seu quadro barulhento, desgastado. O *flâneur* mantém uma consciência sobre a realidade social, mas entre ele e essa paisagem social há o que Benjamin concebe como um véu; a cidade é uma fantasmagoria. Ele vive em um quadro panorâmico, embriaga-se no “efeito narcotizante” da multidão. Mas não percebe seus sujeitos senão em sua fisiologia mais

---

<sup>27</sup> Simmel, G. “A metrópole e a vida mental” in *o Fenômeno Urbano org* (Otávio Velho), Zahar, RJ, 1973 (1902)

superficial, ou em sua diluição na massa urbana. Os sentidos do *flâneur* parecem estar anestesiados e, nesse ponto, assemelha-se ao comportamento que Simmel descreve. A multidão serve para o *flâneur* muito mais como um refúgio para seu tédio, um espaço para se perder nela sem fazer parte dela. “... mas também havia o *flâneur*, que precisa de espaço para agir, e que não quer privar-se de sua privatização” (Benjamin, W 1991: 81)<sup>28</sup>

Em minha pesquisa, parte desse véu se dissolveu, pois minha procura resultou em um envolvimento necessário com essas crianças e adolescentes, tornando-me inclusive parte da experenciação deles pelos trajetos. Ao andar pelo centro, minha visão de seu movimento era fortemente referenciada por essa procura. O trabalho de campo tinha como objetivo buscar uma enunciação pedestre, e implicou em duas enunciações. Trata-se aqui de relatar encontros de duas caminhadas, a minha e a deles. Como já disse anteriormente, é a enunciação retórica de uma enunciação pedestre.

Nesse sentido, o meu relato, o itinerário que descrevi, foi uma prática do espaço das ruas. A experiência relatada expressa uma forma de organização do espaço que se revela pelo deslocamento, e pela negociação entre sujeitos sociais. “Relatar” significou praticar o espaço<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Benjamin, W “A Paris do Segundo Império em Baudelaire” In *Grandes cientistas sociais* (org) Flávio Kothe Ed. Ática, SP 1991

<sup>29</sup> Tomo novamente Certeau como inspiração. O autor faz uma diferenciação entre espaço e lugar. O lugar é uma ordem que revela a configuração instantânea das coisas, distribui os elementos em suas relações de coexistência. O lugar possui a estabilidade de um “próprio”.

Já o espaço é “o efeito produzido pelas operações que o orientam, o o circunstanciam-no, temporalizam-no e o levam a funcionar em unidade polivalente, de programas conflituais ou de proximidades contratuais.” Ao espaço, faltam o “próprio” e a univocidade do lugar; o espaço se faz na mobilidade, “é um lugar praticado”. (Certeau 1994a:202).

em questão, concentrar meu olhar na movimentação que moldava a rotina dos personagens, em meio a multidão. Tal empreendimento exigiu que eu negociasse minha posição enquanto pesquisadora e enquanto cidadã, especialmente em situações onde a tensão ou a sensação de impotência me envolvia.

Foi preciso também aguçar os sentidos para perceber a gama de relações em que meninos e meninas estavam envolvidos, os olhares de comunicação semi-ocultos, a forma absolutamente rápida de falarem, as saídas rápidas em meio a uma conversa. Foi, por fim, acompanhar um trajeto para deixá-lo falar. Somente assim pude absorver o modo como a visão itinerante se construía, pude apreender de que modo havia a continuidade em um universo fragmentado, tornando-me legível a sua conformação enquanto sujeitos sociais.

## *2. Uma Parada: encontros no Largo do Rosário*

Como já havia colocado anteriormente, não especifiquei o Largo do Rosário aleatoriamente em meus dados de campo. Ele acabou se tornando, a partir do segundo mês de pesquisa, um ponto de encontro entre os educadores da Pastoral, eu, os meninos e meninas. Partíamos sempre dele para depois efetuarmos o trajeto de “abordagem”. Se havia algum dos meninos ou meninas ali, ficávamos por ali conversando, brincando, pelo menos por quarenta minutos ou mais.

É preciso observar, contudo, que o Largo é parte do itinerário. Pode ser visto como um dos pontos de breve fixação que os meninos escolhem em sua circulação cotidiana. Isto implica em dizer que nossos

encontros ali eram também entrecortados pelos seus repentinos deslocamentos, e aparecimentos, apesar de durarem mais tempo que nas esquinas onde nos deparávamos com eles.

Durante minha passagem pela praça, tive a oportunidade de coletar de forma mais sistemática os depoimentos fragmentários que aludiam aos lugares que percorriam e às pessoas que conheciam. A estes depoimentos somam-se os acontecimentos no próprio Largo. As discussões apresentadas a seguir contemplam estas observações descritas da forma que me apareceram: misturadas, entrecruzadas.

Nesse “encontro” de maior prolongamento ficaram mais evidentes como a relação entre casa/ instituição/rua está o tempo todo presente no cotidiano de meninos e meninas de rua. Valores advindos desses três circuitos sociais diversos contrapõem-se, interam-se, mas sempre em uma movimentação, que acompanha o tempo fragmentado do espaço urbano. É porque o mundo da casa e das instituições está sempre sendo re-significado nesse universo. Eles englobam o cotidiano que constitui um saber de rua.

O Largo já foi habitado pelas crianças várias vezes. Já foi, pouco tempo antes, lugar de encontro com educadores tanto da Pastoral quanto do Movimento, foi também um dos “acampamentos de menores” registrados pela imprensa. Mas neste ano, até o momento em que estou descrevendo, apenas um ou outro passava ou dormia por ali. Vale ressaltar que a descrição que faço da praça remete ao período anterior à sua reforma, em maio de 1996, quando a Prefeitura fechou o Largo para reformá-lo segundo a imagem que ele possuía antigamente. Da descrição

atual, restaram algumas árvores e os bancos. Foram adicionados postes de luz com estilo do início do século.

O Largo do Rosário<sup>30</sup> se assemelha a um grande pátio, circundado por grandes prédios comerciais, e bancos. É ladeado pela avenida Francisco Glicério, e pela rua Barão de Jaguará; em ambas, o fluxo do trânsito é intenso. É também uma praça dos comestíveis. Na esquina do Largo com a Glicério fica o Pizza Hut; na outra, com a Barão de Jaguará, há uma lanchonete que espalha suas mesinhas pela calçada do pátio. Na sua lateral, atravessando a rua General Osório, há a famosa lanchonete Giovanetti. Na rua Barão de Jaguará, em frente ao Largo, ficam o Éden Bar, um restaurante movimentado, e o Fran's Café.

Os bancos, os prédios e as lanchonetes são os estabelecimentos que ficam à sua volta. Há ainda a arquitetura interna. Uma grande marquise em forma de U traça uma linha que acompanha suas margens; embaixo dela, ao lado da rua General Osório, há um carrinho de pipoca e doces; ao seu lado na esquina desta rua com Barão de Jaguará, uma banca de jornal. Do outro lado, na entrada do Largo, próximo ao Pizza Hut, existe outra banca, com intensa circulação de pessoas; às suas costas, voltado de frente para o centro do Largo, uma banca de livros espíritas. Um pouco mais para o meio da marquise fica uma pequena banquinha, nem sempre aberta, que tem farelos para alimentar as centenas de pombos que vagueiam pelas árvores que lardeiam a marquise. Caminhando adiante, em frente às mesinhas da lanchonete, outra banca de jornal.

---

<sup>30</sup> O desenho do Largo do Rosário localiza-se em anexo

Embaixo da marquise, canteiros de plantas, feitos em uma inclinação de cimento, formam um bom lugar para encostar e sentar (embora não muito confortavelmente); e, em volta dos canteiros, vários bancos ocupam dois terços da construção em U. Os bancos ficam longe da General Osório, mais perto do calçadão formado ao lado da marquise. Entre os bancos, há uma torneira, onde meninos e meninas muitas vezes lavam seus rostos, mãos e cabelos, embora eles tenham medo de abrir a torneira, pois dizem que dá choque. Espalhados pelo Largo, vários telefones públicos.

Uma vez descrito o cenário, indico agora seus personagens mais comuns, para além, obviamente, dos educadores e dos meninos e meninas da rua. A julgar pela sua localização entre duas ruas importantes do centro, com uma série de bancos, lojas, cartórios, e lanchonetes, e ainda estando em frente à Praça do Fórum, dando acesso às ruas importantes do ponto de vista bancário e comercial, é um lugar por onde passam muitos transeuntes. Ainda assim, é possível distinguir alguns personagens.

Pelos bancos, espalham-se idosos, que ficam a conversar ou simplesmente a observar; mendigos e bêbados às vezes se sentam por ali, embora sua presença não seja numericamente forte, como em outras praças do centro. Nos bancos ficam também homens que aparentemente nada fazem ali; ficam por horas ali sentados. Neles se incluem, como presenciei, os que ficam a vigiar os meninos.

Todos os dias, aparece um carro de reportagem televisiva, da Globo, do SBT, e estacionam em frente aos bancos. Fazem reportagem

cotidianamente, sobre alguns dos bancos ali, ou empresas estabelecidas nos prédios, ou ainda dos “menores” de rua, às vezes do próprio Largo.

Em vários pontos do pátio podemos encontrar jovens homens ou mulheres com uniformes de escolas de computação, ou agência de viagens, abordando pedestres para fazer pesquisas estatísticas. Na maior parte, são garotas jovens e bem arrumadas, em seu empreendimento de marketing.

Não poderia faltar a polícia, que quando não se instala com um carro ou tanque (do tipo caminhão tanque), pelo menos ali passa todos os dias. É uma presença considerável, embora estivesse ausente em várias das nossas incursões ao Largo, o que possibilitou um contato mais longo com as crianças e adolescentes.

A estes personagens devemos somar uma multiplicidade de outros, que aparecem muito rápida, ou ocasionalmente, ou que são somente passantes. Com a descrição de nossos encontros, outros sujeitos se tornaram mais evidentes, a partir da relação que estabelecerem com os meninos.

Em meio a essas pessoas, estão os meninos e meninas que habitam as ruas. Podemos encontrá-los dormindo ali, em cima de papelões, que ficavam jogados, junto aos canteiros. À noite eles têm o costume de subir em cima das marquises, para ter um sono mais sossegado, dizem eles. De dia, no verão, é insuportável. Param ali muitas vezes para comer também. Depois jogam os marmitex pelos canteiros, lavam-se na pia, e saem por aí.

No início de minha pesquisa, em janeiro, eu havia apenas visto uma garota, Regina. Quando começamos a frequentar diariamente o Largo, começaram a aparecer as demais, de quem eu já havia ouvido falar pelos educadores ou pelos meninos. Ali conheci Lara, Soraia, Mara, Rosane, Eliane, Luti, Marta, Roberta, e Ivone. Conheci-as em praticamente dois dias. Eis um pouco de histórias sobre elas.

Lara tem 17 anos; é magra, bonita, chama atenção pelo seu cabelo liso, castanho, em um corte tipo Chanel, e também pelos enormes olhos castanhos, amendoados, levemente oblíquos, possui um semblante de índia. Tem um sorriso muito doce e é bastante carinhosa. Mas sua relação com as meninas é muito instável. Muitas vezes presenciei Lara em atrito com as colegas ao seu lado, ou reagir agressivamente às atitudes ofensivas ou negativas de transeuntes. Ela é também bem expansiva, mexe com as pessoas na rua; conhece muita gente que trabalha por ali; e parece mentir bastante, a julgar pelas histórias malucas e aparentemente inverossímeis que contou sobre sua vida. Tive um contato intenso, apesar de curto, com ela. Depois de fevereiro, não foi vista mais nas ruas do centro, fica no Vila Rica, ou então na casa de traficantes com quem tem um contato estreito.

Soraia tem a mesma idade. Baixinha, nem magra, nem gorda, com cabelos curtos, branca, tem um sorriso bem doce, que quebra os traços angulosos e duros de seu rosto. Quando está com o semblante fechado, e suja, pode ser facilmente tomada como um menino. Seu comportamento na rua oscila de tal forma que confunde totalmente as pessoas à sua volta. Há bastante tempo na rua, ela é capaz de cooperar totalmente no trabalho dos educadores quando lhe convém. Uma vez que não está

disposta, ela pode atrapalhar todo o trabalho com as outras meninas e meninos, chamando-os para sair dali, atraindo-os para outras atividades. Embora não deixe de ser solidária com os colegas, ela exerce uma atração que os congrega à sua volta, e instiga as situações que considera mais convenientes.

Os policiais do Juizado consideram-na uma caso perdido, e uma má influência para as crianças. Várias instituições de acolhimento, como o Convívio Alegre, por exemplo, consideram-na impossível de se lidar, e não aceitam sua presença, principalmente depois que ela e Eliane quebraram o local inteiro, quando já estavam insatisfeitas com a permanência por lá. Os educadores oscilam entre o sentimento de carinho nutrido por ela - que observei nos educadores da Pastoral, do Movimento e mesmo os da Prefeitura, que já a conhecem de longa data - e a indignação quando presenciavam algum boicote que ela faz a eles, ou que outros meninos fazem por influência dela; ou mesmo das desavenças que ela cria entre estes.

Sua dissimulação confundiu muito minhas observações, e, embora eu não possa garantir quando ela estava falando a verdade ou não, sempre restava aquele fundo de confiança no “educador-ouvinte” para que ela falasse gratuitamente sobre sua vida, como desabafos.

Mara deve ter a mesma idade que as outras duas, 16/17 anos. É um pouco mais alta que Soraia, magra, com o cabelo crespos, dentes levemente para a frente, era mais arisca. Não consegui estabelecer um bom contato com ela. Praticamente não respondia às minhas perguntas ou observações. Andava sempre com Soraia ou Rosane, embora, no caso

dessas meninas a troca de “parceria” entre elas era bem comum. Em vários dos encontros, no Largo ou nas caminhadas pelas ruas, ela nos reconhecia, cumprimentava, mas permanecia indiferente. Aos poucos, percebi que tinha um contato estreito com os educadores do Movimento.

Eliane também permaneceu um tanto quanto distante de mim durante os contatos. Praticamente não conversava comigo, mas participava das conversas. Tinha um diálogo com Suzana e Margô, e era também bem ligada ao pessoal do Movimento. Eliane chegou a participar do encontro do Movimento em Brasília, no ano de 1994. Ela é alta, bem magra, mas com um belo corpo de adolescente, tem grandes olhos tristes e um relutante sorriso doce. Carrega o tal olhar indiferente, expressa sua reserva. Mas é gentil.

Rosane é uma garota bem curiosa. Baixinha, de pescoço curto, cabelos bem crespos, olhos negros, ela é bem agitada, fala muito e rápido, e tem um belo sorriso. É também muito brava, expressa sua revolta pelas coisas. Pelo que educadores me contaram, tem um comportamento exemplar nas instituições até que nenhuma desavença aconteça. Parece se adaptar bem ao esquema institucional. Por outro lado, participa ativamente de furtos e das pipadas do *crack*. Em vários dias em que a procuramos no Largo, as outras meninas disseram que estava sendo perseguida ou pela polícia, ou traficantes estavam procurando-a em virtude de eventuais “mancadas” que ela dera, e mesmo grupos de rapazes de um bairro vieram procurá-la para matá-la, pois ela havia assaltado a namorada de um deles armada de faca. Ela participou, quando se encontrava no Largo, intensamente de nossas conversas.

Luti é uma garota negra, de traços muito bonitos; tem 16 anos e, na época, estava grávida de 6 meses de um menino que também era da rua, o Lúcio, também de 16 anos. Porém ele está preso na FEBEM. Ela é baixinha e tem um corpo *mignon*; sua barriga estava durinha, não muito grande. Não vejo outra definição para ela que não “espevitada”: falava alto, mascando um chiclete o tempo todo, e era muito agitada. Mas era também muito esperta e brava. O modo de tratar os transeuntes expressa a indulgência de seu comportamento. Quando queria um sanduíche, ou sorvete, ou mesmo cigarros, das pessoas que passavam ela se levantava, ia rapidinho atrás da pessoa, com o corpo arrebitado, e dizia: “Fia, me dá seu sorvete?”. Nenhuma cara de piedade; ela simplesmente pedia, pegava, não agradecia. Aos que não davam ela sentava-se ao nosso lado e soltava uma séries de imprecações.

Quando comecei a pesquisa, ela estava na casa de D. Dalva, mãe de Lúcio, que resolveu acolhê-la. Quando voltou às ruas, disse-me que só voltaria lá quando Lúcio saísse da FEBEM. A partir de então, voltou a frequentar as ruas, em especial as do Vila Rica e a fumar muito *crack*. Muitas vezes foi pega pela rua, roubando. Soube que ela dera à luz no início de junho, um menino chamado Lúcio.

Conheci Marta e Ivone juntas quando ia ao SAF - Serviço de Assistência à Família. Elas conversavam com uma senhora que ali trabalhava, junto ao portão. Lúcia reconheceu Marta e, desde então, fui percebendo sua constância pelas ruas. Ela é mulatá, um pouco cheinha. Tem 19 anos, mas passa tranquilamente por 17; cabelo crespo, olhos bem negros, lábios cheios. Ela, como as outras, oscila entre a desconfiança e o carinho. Sentou-se conosco por várias vezes no Largo, e

conversava bastante; era disposta a responder perguntas, contar suas histórias, mas parecia às vezes estar fora dali. Naturalmente que associei isto ao *crack*, porque, na maioria das vezes em que a víamos ela ainda estava “chapada”. Ela me despertou a sensação de dissimulação que senti em Soraia. Recentemente, foi apanhada por assalto, identificada como maior, indo então para uma penitenciária feminina.

Já Ivone é mais transparente. Mulata também, com grandes olhos, cheinha de corpo, bem forte, é muito carinhosa e engraçada. Fala bastante da rua e de si mesma. Anda com as meninas, embora não participe de todas as suas práticas; não rouba, tem vergonha de pedir, não fuma *crack* e evitava dormir na rua. Ela saiu recentemente de uma instituição e está procurando outra para ficar. Foi uma das que mais esteve presente no Largo do Rosário. Ela nos diverte com suas histórias sobre seu “segurança” (um homem, segurança dos camêlos), por quem ela é apaixonada. Da última vez que a encontrei, em junho, estava dormindo em um albergue noturno e o Movimento havia lhe conseguido uma indicação de trabalho.

Roberta foi a última garota que conheci em minha pesquisa, e só a vi por duas vezes. Mas ela é antiga na rua também. Deve ter em torno de 16 anos, morena, magra, muito faladeira e rápida. Estava com as outras, e é consumidora de *crack* como todos desse circuito, com exceção de Ivone.

Por lá passaram, não com tanta frequência, Karnak, Júlio, Jorge, Pequeno. Nesse período, houve então um grande contato com as meninas, embora várias vezes elas vinham acompanhadas dos garotos.

Quando voltei às ruas, um mês depois, novos rostos surgiram, mas vale marcar principalmente o de Toco e Amaral, que passaram a ser sempre encontrados com as meninas.

Toco é um adolescente, que deve estar perto dos 17 anos, traços de mestiço, parece mais velho, apesar de sua estatura baixa. É bastante sorridente e brincalhão. Encontrei-o por várias vezes com Marta, Soraia e Mara; assim como junto dos outros garotos. Mas não foi possível aprofundar meu contato com ele, em virtude dos meus encontros nesse período, após os três meses intensivos, serem muito breves e inconstantes.

Já Amaral é um menorzinho, tem em torno de 12 anos. É negro, tem os cantos externos dos olhos voltados um pouco para baixo, dando um semblante um tanto quanto triste. Mas é aberto, sorridente também. Segundo os educadores da Pastoral, ele estava bem na fazenda do Pe. Haroldo, mas quando voltava para casa acabava por entrar em contato com o mundo do *crack* e voltava às ruas.

Os encontros no Largo do Rosário propiciavam aos educadores - e mais ainda a mim - mais tempo e calma para lidar com as meninas e os meninos. Quando chegávamos, íamos primeiro às questões práticas: levar à casa do Jerry ou à Casa Dia quem havia marcado para negociar uma vaga em tais instituições; marcar médico para quem precisa, ouvir suas reclamações sobre a polícia, verificar algum outro problema. Depois destas perguntas - às vezes elas não eram necessárias - ficávamos a conversar com eles; trazíamos alguns jogos educativos, lápis e papel.

Desses “papos” saíam vários depoimentos. Em meio às brincadeiras, os educadores e eu fazíamos perguntas sobre as suas casas, sobre a escola que freqüentaram, sobre a vida na rua, o dia anterior. Às vezes, as perguntas eram dispensadas. Havia dias em que eles chegavam excitados, dispostos a falar. Falavam espontaneamente sobre tais temas, inclusive tecendo comentários entre si, que não entendíamos muitas vezes; ou então revelando as aventuras dos outros.

Tratava-se ali não somente de uma relação de convivência entre educadores e adolescentes, mas de uma relação de convivência entre eles. Muito das desavenças entre eles apareciam ali, ainda que de uma forma tão sutil que nem sempre era fácil apreender. Da mesma forma repentina como chegavam, iam embora, já em vista do *crack*, ou de alguma aventura prenunciada em outro canto da cidade por seus companheiros.

Enfim, em meio ao trajeto dinâmico que seguíamos, essas “reuniões” representaram para mim uma referência de estreitamento de relações; afinal, os educadores estavam ali esperando que sua ajuda fosse requisitada; e para os meninos e as meninas era um ponto de parada em meio à sua andança diária, seja para de fato requisitar algo, seja para simplesmente conversar. A relação educador/criança se intensificava.

#### *A) No Largo; bairro/ casa/ domesticidade*

Nas idas ao Largo, uma coisa muito curiosa que notei foi a relação tanto dos meninos, quanto das meninas, com jovens da mesma idade, ou

peessoas um pouco mais velhas, distantes do circuito da rua, mas que têm essas crianças, de alguma forma, como referências. A primeira situação que expressa isto são pessoas que passam por ali, e vêm perguntar a eles sobre o paradeiro de primas, vizinhas, parentes que estariam pelas ruas; enfim, os guris funcionam como que posto de informação de jovens sem paradeiro.

Em um dia, quando Mauro e eu conversávamos com Lara e Pequeno, que estavam deitados no chão do Largo, espreguiçando-se, um rapaz, acompanhado de uma garota, aproximou-se para perguntar sobre o paradeiro de uma menina. Lara reconheceu o nome e disse que ela estava no jardim Tancredão. Em uma outra vez, Chico - outro educador - e eu encontramos Karnak, Soraia, Rosane, e Luti. Apareceu então um rapaz de boné, perguntando por uma "Mônica". A descrição do homem bateu com a figura de uma menina conhecida pelas crianças, mas que eu nunca havia visto. Os meninos indicaram seu paradeiro. Isto revela também que o circuito dos meninos pela rua, embora amplo, tem uma circuncrição que permite que todos se conheçam. Inclusive em um caso já citado no Capítulo I, Ivone diz que dois garotos que vimos não eram de rua; uma das razões dadas por ela é que ela nunca os tinha visto por ali.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> É importante notar a minha pesquisa não se estendeu a outros bairros, onde há uma circulação de crianças e adolescentes pelas ruas; existe tanto os "na rua" quanto "da rua". E, portanto, a afirmação de Ivone perde um pouco de sua força, pois nada garante que ela conhecerá todas as crianças de rua. Porém, devemos lembrar que o centro da cidade é uma importante referência de circulação, e a impressão que tenho é que, em algum momento, garotos ou garotas que estão em outros bairros acabam por conhecer os que circulam pelo centro. É o caso de três meninos que estão pedindo dinheiro no balão do Timbó, e estão mocosados por lá mesmo. Na conversa com Suzana e Laura, os meninos disseram conhecer as meninas: Rosane, Soraia e outras.

A segunda situação é a de colegas de bairro dos meninos que passam pelo centro e que são pertencentes a mesma faixa etária. Percebi vários momentos disso. Há os que passam para encomendar a “casca”. Outros conhecidos do bairro, passam por ali sem aparentemente reconhecê-los, embora o inverso não aconteça, pois os meninos já os reconheceram. Há também os que os acompanham em suas “aventuras”, pipando, ou roubando juntos. Mas, sobretudo as meninas, costumam passar algumas noites na casa de amigas, no bairro onde moravam, ou outro bairro de referência, como o Vila Rica, por exemplo. Voltam de banho tomado, com roupas limpas, e normalmente acompanhadas de tais amigas.

Assim foi com Lara, que um dia trouxe Ana Paula, uma menina de 16 anos, que morava no Vila Rica. Ela passou uma tarde conosco ali, disse que estava acompanhando o pique de sua amiga, e depois voltou para sua casa. Em outro dia, quando estávamos com Marta e Ivone jogando dominó, aparece Eliane pendurada no ombro de uma amiga, que não era de rua. Eliane vestia-se com o mesmo estilo de sua amiga: shorts curto, mini blusa, tudo absolutamente limpo. Passou por nós, perguntou por Rosane, e logo em seguida, foi embora “circular” com sua amiga.

Entre as pessoas que trabalham no centro da cidade, há, naturalmente, quem conheça os meninos e as meninas de outros lugares, principalmente da época em que estes moravam nas casas de pais ou parentes. Pude presenciar alguns dos encontros entre homens ou

---

Se não são os “novos” que circulam pelo centro, o inverso se faz também; são os meninos e meninas que habitam o centro que acabam por circular também pelos bairros. Em minha investigação, soube que muitas crianças ficam a pedir dinheiro e fumar *crack* em bairros vizinhos ou distantes aos que moram.

mulheres mais velhos com os garotos. Como, por exemplo, a varredora de rua que reconheceu uma das meninas, ou o segurança do Hospital Mário Gatti, que Lara chama de “meu Tio”; ele mora no mesmo bairro que a mãe de Lara. Encontros como este aconteceram algumas vezes, e vieram acompanhados de amistosidade.

Mas esse contato com pessoas de seu antigo bairro ou de referências vizinhas não contempla somente proximidade e afeto. Revela também muito do preconceito que envolve a imagem dessas crianças. Soraia reforçou essa hipótese em uma de nossas conversas. Em resposta a minha pergunta de que se ela achava que a olhavam diferente por ser de rua, ela disse: “olham sim, tia, eles acham que a gente não é nada, não respeitam a gente”. E essa afirmação esteve em várias das falas dos adolescentes, quando se referiam especialmente ao tratamento que recebiam de comerciantes, policiais, ou de antigos vizinhos<sup>32</sup>.

O preconceito ficou expresso, de uma forma nublada, nesse mesmo dia, pois era o dia em que Ana Paula estava. Eu estava sentada no chão, com Rosane ao meu lado esquerdo, logo depois Soraia, à minha direita, sentada em um banco, estava Ana Paula, ao seu lado Lara. Ana Paula estava vestida com um short e uma mini-blusa, estava arrumada e tinha um ar indulgente. Olhava Soraia e Rosane com certo despeito. Contava

---

<sup>32</sup> O preconceito com a imagem do “menor de rua” acaba por ser introjetado nos meninos e meninas. Quando perguntei a Soraia porque ela achava que eles não eram respeitados, sua resposta foi: “Porque eles acham que a gente é aquelas pessoa que fica robando por aí”. E você não rouba? “Eu não, tia, tá loco?”. O curioso é que Soraia rouba, e maior parte dos educadores tem conhecimento disto. Em meio às suas interações sociais, os garotos oscilam entre assumir orgulhosamente a sua condição de “criança de rua”, que possui autonomia e liberdade, e a vergonha de serem destituídos de sua condição de criança e adolescente para serem vistos como párias.

que fumava “casca” e não precisava nem comprar, porque tinha amigos que passavam em sua casa e entregavam para ela.

As meninas escutavam com um olhar de desconfiança. Ninguém dizia nada. Havia um copo embaixo de seu banco, e Soraia pediu que passasse a ela. Ana Paula olhou com desprezo e disse: “eu, hein, que folgada !”...e não pegou. O olhar de desconfiança de Soraia deu lugar à hostilidade e ela disse: “você ainda vai ver só”. Em seguida, Ana Paula ficou me cochichando ao ouvido fofocas sobre Lara, sua “amiga”. “Você sabia que ela já tem 18 anos e tem um filhinho de dois? Mas ela mente para todo mundo”. De qualquer forma, independente deste diálogo, Soraia e Ana Paula participaram do resto dos acontecimentos da tarde tratando-se como se nada tivesse acontecido, e, ao fim da tarde, Lara foi para o Vila Rica com Ana Paula. Ao perguntarmos a esta se ia dormir na rua, a recusa foi veemente: “ Imagina que eu vou ficar na rua !”.

Esses breves encontros revelam a existência de uma classificação das crianças e adolescentes como sendo de fato “da rua” portanto, ausente do lar, caracterizados pela sujeira e pela vadiagem. Os olhares e as atitudes de desprezo dos quais meninos e meninas se ressentiam são representativos disto. Mas são encontros que apontam, por outro lado, para as relações de continuidade entre o local de onde vieram e a vida na rua. Daí a ambigüidade no contato, reforça-se o estigma que já lhes é imputado, mas expressa-se uma familiaridade, uma interconexão de dois mundos que, aparentemente, são colocados como contrapartida um de outro: o doméstico, que é a casa, o bairro; e a rua, ausência da casa, a sensação de abandono. As crianças são conhecidas, mas ainda são outras, são “da rua”.

A relação de continuidade se torna mais forte ainda quando se referiam à casa. Como eu já havia dito, são poucas as crianças que cortaram definitivamente os laços familiares. Seja voltando espontaneamente, ou obrigadas por força do juizado, a casa é ainda referência obrigatória. É *ponto de passagem* em seu itinerário. De repente, Marta some; quando volta disse que estava na casa da avó; Pequeno costumava passar rapidinho pela casa de sua mãe e de sua avó, para tomar banho e fugir de novo. É esta a movimentação.

Não necessariamente a casa dos pais, mas casas de parentes. Nem todas fazem parte de famílias violentas; muitos têm um relação de carinho<sup>33</sup> com mãe ou pai. Sabemos também que outros motivos podem levá-los à saída, como a fome, o espaço mínimo em que moram seus pais e irmãos, a falta do que fazer em casa, enfim, uma série de coisas. De qualquer forma, as crianças com quem trabalhei tentaram o retorno à casa por inúmeras vezes, e estão de volta às ruas. Como no caso de Júlio que, durante esses três meses, voltou à sua casa, e a estudar. Os

---

<sup>33</sup> O universo da casa dessas crianças tem, em geral pela mídia, e também nas pesquisas sobre criança e família, a característica do abandono e da violência contra os filhos enfatizada. Alguns dos garotos que conheci não vieram para as ruas condicionados apenas pela violência, mas por outros fatores também como a fome, ou casas que tinham um cômodo para 8 pessoas, tornando a convivência insuportável; ou a falta do que fazer, tornando a rua um grande atrativo. Acima dessas razões, há a questão econômica que norteia o fluxo casa/rua no casos dessas famílias que possuem renda mínima, deslocando seus filhos para contribuir na renda familiar.

Não é minha intenção minimizar o papel da violência no contexto dessas famílias. Ela de fato está muito presente na realidade dos “meninos de rua” em geral, e também em alguns dos casos em que citei. Mas pude presenciar algumas relações de carinho entre mães e filhos, como no caso de Lúcio, que estava preso no 5º DP, a delegacia que cuida especificamente dos problemas da infância e adolescência. Fomos visitá-lo, eu e educadores da Pastoral, acompanhados de D. Dina, mãe do menino. O encontro afetivo já era esperado, pois D. Dina estava muito preocupada com o filho. Mas foi muito revelador para mim perceber o alívio e a afeição de Lúcio quando a viu, pois eu já presenciara várias referências não muito amistosas de meninos e meninas sobre seus pais. Cenas como estas aconteceram algumas vezes, em outros momentos relatos sobre família exprimiam este carinho. Isto pode indicar que a família ainda é uma referência positiva para alguns desses meninos.

educadores disseram que o viram por aí arrumadinho, limpo, andando orgulhoso pelo centro. Sua casa fica no Vila Rica. Dias depois, encontrei-o do mesmo jeito que quando o conheci, descalço, sujo; voltou às ruas. Perguntei porque voltou, não se deu ao trabalho de responder. Outros garotos responderam a essa pergunta, todos praticamente da mesma forma: voltavam porque brigavam com os pais, por causa do *crack*, etc.

Essa circularidade casa/rua é muito comum na trajetória dos meninos, e não pretendo me aprofundar nela porque demandaria uma pesquisa mais intensa de campo, e das trajetórias dos meninos ao longo, pelo menos de seis meses. E também porque minha intenção é mais a de indicar que presença tem a referência familiar na rua. Em meio às conversas com as meninas, ela esteve bastante presente. Um dia, Soraia trouxe seu álbum, que ela deixa guardado na banca de livros espíritas. Eu o folheei em busca de vestígios da casa. E encontrei. Ela aponta, com carinho, para a mãe, para a irmã, de quem ela tem várias fotos, e que, segundo ela, está também na rua; para o sobrinho, que ela adora, amigas de Sumaré (seu lugar de origem). Às fotos dos personagens da casa, vão se somando personagens da rua. Havia duas meninas na foto junto com Soraia. Pequeno identificou uma delas, era Lia, sua “namorada”, que ele disse estar em Itatinga<sup>34</sup>. Havia outras fotos de meninos e meninas da rua junto com Soraia.

Em uma outra vez que vimos o álbum, quando peguei a foto de uma menina, ela disse: “essa pode jogar fora, tia. É minha prima. Peguei

---

<sup>34</sup> Itatinga é um bairro de prostituição em Campinas. E os educadores me confirmaram. Lia de fato está lá, com outra menina menor de idade.

nojo dela.”. Quando Karnak perguntou porque, ela explicou: “Ah, ela ficou falando para minha mãe que me viu aqui grávida, roubando correntinha. Ela mentiu, aquela vaca ...”. O interessante é que quando Soraia pegava o álbum, os outros se interessavam em escutar suas histórias, em saber dos casos. E as personagens da casa se misturam às de outras realidades vividas agora por ela, que, progressivamente, vão se entrelaçando com as referências familiares, e envolvendo sua vida em um panorama maior de relações.

No caso de Ivone, as lembranças de casa são poucas. Vivendo em instituições há um bom tempo, ela guarda em sua agenda o papelzinho que identifica o túmulo da mãe, que morreu no ano passado. Não conheceu o pai, e diz que a única irmã, que é branca, não a aceita por causa de sua cor. A maior parte das fotos é de amigas do Convívio Alegre, por onde ela passou bastante vezes. Uma dessas fotos estava rasgada ao meio, e só aparecia uma garota nela. Perguntei quem era e ela a chamou de irmã. Logo depois desmentiu: “Brincadeira, tia, ela é minha amiga. Mas como a gente é muito junta, eu chamo ela de irmã.”. Ivone também fala com animação dos acontecimentos e das fotos guardados em sua agenda.

Termos como “irmã”, “tio”, “tia”, “mãe”, “pai” são aplicados a amigas e amigos, a homens e mulheres mais velhos, que trabalham pelo centro e mantêm uma relação de proteção para com eles, como um segurança de loja lá da área da boca, que Ivone chama de o “segurança pai”, ou como algumas catadoras de lixo, com quem eles têm uma relação amistosa, em suma, pessoas que são tidas como referência, carinho e proteção.

Essas crianças também assumem o papel de protetores com relação às outras menores ou a seus próprios irmãos quando aparecem nas ruas. Regina possuía uma irmã nas ruas, adolescente também. A irmã de Lutti, tinha saído há pouco tempo das ruas. Quando visitei Lúcio no 5º DP, descobri por sua mãe que ele tinha um irmão, Reinaldo, que esteve muito tempo na rua e estava em casa naquele momento. Meses depois, os meninos e os educadores me disseram que ele voltara às ruas. Entre os irmãos adolescentes, não há tanta questão em andarem necessariamente juntos, mas quando o irmão é pequeno, não somente o mais velho protege, como também os outros que andam com este.

Este é o caso de Pequeno. Como já coloquei, ele era meio protegido de todos, em especial das meninas e, particularmente de Lara. Encontrei-a várias vezes andando com ele, dando broncas, protegendo. Essa relação de protegido chegou a tal ponto que, uma vez em que a avó de Pequeno veio recolhê-lo nas ruas, Lara foi atrás, enfrentou uma série de imprecações da senhora, e brigou para que ele fosse solto, pois Pequeno não queria ir com a avó, dizia que ela batia nele.

Nessas relações descritas acima, a casa se expressa na rua. Às lembranças familiares se somam “incorporações” de pessoas que são de outras partes do circuito: ou são da rua, ou são conhecidas através da rua; ou então são das instituições pelas quais passaram, acabando por ser incorporadas dentro de um panorama de referências que classificamos como familiares. Mas tais referências se acomodam a um universo bem diverso da casa. O que reforçam na adoção de termos familiares, ou nas relações de proteção, é uma tentativa de classificação de pessoas que lhes são próximas, afeiçoáveis, menos perigosas (uma possível articulação de

“estilhaços familiares”, como sugerem Silva e Milito [Silva e Milito 1995: 96]). Em nenhum momento percebi essas enunciações como um comprometimento com os sujeitos que assim são chamados. Há inclusive uma frouxidão de laços, diferentemente do que Sandra Mara Herzer descreve em seu livro, sobre a vida das meninas na FEBEM, onde se forjam papéis familiares entre as garotas, reproduzindo a relação mãe/pai/ filhos (Herzer, S.M. 1982)<sup>35</sup>. Os termos utilizados nas relações na rua carregam sua conotação de proximidade, afeição e proteção. Mas nenhum vínculo mais profundo; mesmo o tratamento com as crianças menores tem o limite da individualidade que é exigida em seu cotidiano. Ou seja, em caso de perigo, é cada um por si.

Os termos “tio” e “tia” também podem denotar um “apadrinhamento impessoal” dos sujeitos que circulam pelas ruas. Meninos e meninas utilizam esse termo para se dirigir a qualquer pessoa a quem estão pedindo alguma coisa, para qualquer um que venha conversar com eles. Pareceu-me mais um certo apelo, como se chamar os transeuntes de tio ou tia fosse lhes garantir um reconhecimento de sua pouca idade, e de uma responsabilidade que teríamos com eles. É um reforço da imagem da vitimação que eles utilizam bem quando necessitam.

Do mesmo modo como meninos e meninas incluem as referências de família, refazendo-a, os indícios de domesticidade também se resignificam. O que é deixado nos mocós são rastros de uma prática fugaz, que é a pipada. Fora as pedras de *crack* nada ali resta para guardar. Mas,

---

<sup>35</sup> Herzer, Sandra Mara. *A queda para o alto* ed. Vozes, 1982 SP

se por um lado, o abandono de cobertores, roupas e sapatos pelas ruas enuncia um desligamento do que poderíamos chamar de “cultura do preservar”, os cantinhos da cidade guardam o que a memória simbólica insiste em manter. Em buracos nas paredes do terminal Central, ou na banquinha de revistas espíritas do Largo do Rosário, meninos e meninas guardam cobertores, doação de transeuntes, roupas boas, remédios, álbum de fotografias, tudo o que elas consideram em uso ou que tem significação afetiva. Pelo centro, espalham-se cantos em que se organiza um “espaço” de preservação de bens individuais.

Em um dos dias em que Luti estava no Largo conosco, passou uma mulher, que parou e ficou a olhar para sua barriga. A mulher balançava a cabeça, com pena, e comentava com Luti e com os educadores: “Tão novinha, que coisa. Diz o que a criança está precisando?” Luti disse que precisava da banheirinha. A mulher então disse que daria a banheira, mas o problema era como encontrá-la no centro, em uma hora certa. Luti disse: “Se ocê num me encontrá, pode deixar aqui nesta barraquinha de livro espírita que a mulher entrega pra mim”. Por dias Luti foi à barraquinha para verificar se a mulher havia lhe dado a banheira, o que não aconteceu<sup>36</sup>. Outras de suas coisas permaneciam guardadas lá, assim como de muitos outros.

A barraquinha de livros seria o lugar mais tradicional. Mas meninos e meninas inventam locais dos mais inusitados para guardar seus “pertences”. Em várias fendas nos viadutos, embaixo de arbustos, ou

---

<sup>36</sup> Não são raros casos como este; pessoas que se sentem penalizadas com a situação de abandono, recorrem às promessas de doações, aliviando assim o peso; logo, depois o caso está esquecido. Esta é uma das situações que marcam a relação entre o transeunte e a criança e o adolescente.

mesmo no Movimento ou na antiga casa aberta, podíamos encontrar vestígios de sua presença. Ivone chegou ao limite de “muquiar”<sup>37</sup> um tênis. Assim ela nos contou: “Outro dia, né, eu tava com o pé sujo e ‘muquiei’ meu tênis Rainha ali naqueles arbusto (no Largo, embaixo de uma das marquises). No dia seguinte a tia que limpa as ruas varreu ele com o lixo, varreu meu tênis”. E Rose então lhe perguntou: “Mas você não pediu o tênis para ela?” “Eu não, tava com vergonha”.

Quanto a pertences que garantem sua identidade pessoal, como documentos, ou papéis importantes, estão espalhados. Os de alguns garotos ou garotas estão no Juizado, outros estão no Movimento. Há ainda alguns na Casa Dia. Naturalmente muitos desses meninos ainda têm seus documentos presos com os pais. Mas, estando em qualquer desses lugares, as passagens dos meninos por instituições penais ou assistenciais, ou as tentativas de volta à escola implicam na necessidade do garoto ou da garota procurarem seus documentos. O que percebi nessa prática é que, mais que os outros habitantes nômades da cidade, como os mendigos, por exemplo, as crianças estão sempre vinculadas a um tutor; isto não cria em nenhuma hipótese um controle sobre o dia-a-dia delas. Quando um menino ou menina deseja se esquivar de alguma forma de controle, eles simplesmente somem. Mas, por outro lado, reforça a ligação entre universos pelos quais ele circula, assim como a limitação da autonomia que eles gostam de garantir.

No que se refere à dispersão de seus bens materiais por cantos da cidade, vejo-a como uma forma peculiar de domesticidade. Se, com

---

<sup>37</sup> Esta expressão indica esconder algo, no caso enterrado.

relação ao que deixam nos mocós, podemos entender como sugere Magni, ser ele um efeito da mobilidade constante, que se mistura com o desapego material, com a adaptação à escassez e a simplicidade, e com a efemeridade das relações, estes bens, normalmente escondidos dos transeuntes e, muitas vezes dos próprios colegas, podem evidenciar a busca não necessariamente por uma domesticação do espaço, mas antes uma preservação individual de signos que remetem a outro local que não a rua. Muitos dos objetos e utensílios guardados são roupas boas que ganharam de casa ou presente de conhecidos; outros, são remédios. Enfim, objetos que não são necessariamente para dividir ou desprezar, como são feitas das roupas velhas doadas, dos cobertores em que se enrolam até ficar insuportavelmente sujo, ou utensílios para comer ou pipar o *crack*.

Em suma, essas três dimensões entrecruzam-se no que diz respeito à fluidez entre o espaço da casa, do bairro, enfim do que é considerado doméstico, e o espaço da rua. No entanto, mais do que apontar para a ligação entre os dois “mundos”, penso ser necessário dizer que se trata de enxergar como a casa *pode ser vista da rua*. Em outras palavras, apesar das referências do mundo doméstico, as condutas dessas crianças e, mesmo as representações que evidenciam a respeito da casa, são antes fragmentos do “mundo privado” tragado pelas ruas que habitam. Esses fragmentos, re-significados, acompanham a absorção alucinante que a circulação faz dos valores aos quais têm contato. Sendo mais precisa, a existência de referências familiares e de domesticidade não implicam a um retorno fácil ao imaginário da casa. Em um modo de vida itinerante, são memórias de um passado bem próximo, ponto de apoio em seu

trajeto, e domínio ao qual muitos sentem que não pertencem. O mundo “doméstico” é então reapropriado, reinventado para tratar dos demais usos do espaço das ruas e das novas relações que emergem cotidianamente.

### *B) No Largo; as instituições*

As instituições são um dos assuntos mais cotados de nossas conversas; afinal, os educadores são um dos principais agentes mediadores entre as crianças e as instituições de acolhimento. Nesse sentido, uma das tarefas que elas mais cobravam era que lhes arranjassem lugar nas casas de atendimento.

O que não é necessariamente uma tarefa fácil. Grande parte das meninas e dos meninos dificilmente são aceitos de volta nas instituições por onde passaram. A razão disso é a bagunça que aprontam por lá, ou sua recusa em seguir as regras estabelecidas; ou seja, acabam não se adequando ao perfil de tais lugares. Dos personagens descritos neste capítulo, somente Pedro saiu de fato das ruas, depois de ter passado pela clínica particular Souza Novaes. Durante o trajeto da pesquisa, incluindo esta estadia no Largo do Rosário, notávamos a ausência de alguns. Descobríamos em seguida que estavam em algumas dessas casas<sup>38</sup>. Lara

---

<sup>38</sup> Este é mais um indício da composição fragmentária dos vários trajetos pessoais. Quando algum garoto ou garota sumia da rua, acabávamos por saber seu paradeiro, principalmente através das outras crianças que como eu já dissera, sabem de tudo que ocorre em seu universo. As informações indicam que o caráter

passou duas semanas no Convívio Alegre. Eliane acabara de fugir da casa de Guadalupe; Soraia chegou a pedir a Robson, um educador do Movimento, que a levasse até o Rio de Janeiro para ficar na Souza Novaes, onde se localiza a clínica destinada às meninas. Três semanas depois chamou-o de volta para buscá-la.

O fluxo de idas e vindas é incessante. Quando cansam da vida da rua, de pipar, recorrem a alguma instituição. Logo se cansam delas e voltam para as ruas. Rosane, no final de fevereiro, ligou para a Pastoral, desesperada, pedindo para arranjam uma vaga em algum lugar naquele dia, porque senão ela ficaria na rua e não conseguiria evitar o uso de drogas. Ligamos para inúmeras das entidades disponíveis, mas ou não tinham vagas, ou não a queriam, pelo que ela já tinha aprontado nesses estabelecimentos. Por fim, levaram semanas de negociação, até que Rosane desistiu por um tempo.

Marta me disse um dia: “Tia, consegui um lugar na fazenda do Pe Haroldo, mas eu só posso ir para lá no dia 12. Até lá (e isto eram duas semanas) ele disse que eu preciso de um lugar para ficar. Arranja para mim?”. Comuniquei ao pessoal da Pastoral, ela pediu também aos educadores do movimento e, até o dia 12, nada feito.

A inconstância das crianças nas casas de atendimento revela a superposição de valores que se dá na relação entre espaço da rua, espaço “não-rua”. Meninas e meninos não são hostis às atividades institucionais; até apreciam algumas delas, em especial na área do aprendizado e o

---

contingencial de seu cotidiano não impede o estabelecimento de uma rede de informações; ou seja, de localizações espaciais dos sujeitos com quem convivem.

carinho das “pessoas” legais das instituições. Mas não suportam nem a imposição de regras, nem o conservadorismo moral da maior parte das instituições que são de caráter religioso. Ivone e Marta diziam outro dia: “Lá (na casa do Jerry) até é legal; e nós até gostamos de rezá; mas o tempo todo eles fazem isto”. Muitos dos hábitos exigidos das casas de acolhimento vão de encontro com sua prática diária na rua. A questão sexual é uma por exemplo. Dentro das instituições, homens e mulheres permanecem separados, e o tipo de vida “promíscua” que eles têm ali fora é, segundo o que relataram educadores e crianças, condenado.

Por outro lado, para as instituições, o diálogo também se dificulta em função da agressividade das crianças. Além disso, as casas não têm condições de enfrentar a questão da circularidade, que se impõe no modo de vida dos meninos. Diante da agonia impaciente dos meninos frente à rotina previsível, os funcionários das entidades ficam de mãos atadas. A própria estrutura, enquanto instituição, acaba por ignorar a diversidade de valores que constrói o universo dos meninos. Interpreta as necessidades mais importantes dos meninos como sendo as imediatas e básicas que é atribuída a um ser humano: casa, comida, banho, carinho.

Mas ignoram o sabor de aventura, a importância do desafio, e da movimentação irregular de seus corpos. “Satisfeita esta (carência material) e retirado o menino da rua, a plenitude das satisfações asseguradas, das necessidades preenchidas não é suficiente para aplacar necessidades simbólicas e assegurar satisfação e auto-realização que o espaço da rua parece garantir e aplacar.”(Silva e Milito 1995: 143).

As “bagunças” nas instituições são, por vezes, resultados de disputa de atenção, roubo de pertences pessoais, intrigas. No caso do Convívio Alegre, há dois anos, Soraia, Eliane e Mara se instalaram lá. De início tudo bem. Cooperavam com o serviço de limpeza, tinham comportamento exemplar. Depois de um tempo, passaram a se impacientar, criar intrigas e, diante da reação punitiva, quebraram a casa inteira. A casa do Jerry também conta uma história desta com Rosane. Esta diz que a culpa é de Soraia, que “feiz as coisa e botou a culpa em mim”. Poucas são as crianças e adolescentes que permanecem em apenas um local.

Mas muitas das atitudes agressivas voltadas às instituições de atendimento são geradas, segundo as revelações nas conversas na praça, por inconformações pelo modo preconceituoso ou autoritário com o qual foram tratadas, ou por reagirem ao que não concordam. Rosane me contou que quando ela estava na casa de Guadalupe, elas aprendiam uma série de coisas, inclusive fazer saquinhos para embalar perfumes. “Nós gostava muito da tia lá, e a gente fazia tudo direitinho. Mas aí, chegou uma outra mulher, que não se dava com a tia. Aí, no Natal, a tia fez uma árvore de Natal com a gente, toda bonita. A outra chegou e trocou a árvore, pôs uma que ela tinha feito. A tia ficou super chateada. Aí a gente se revoltou e quebrou tudo, todos os enfeites. No outro dia, elas fizeram uma reunião, e falaram que iam fechar a casa. Nem quiseram conversar. Daí, a gente foi para a rua.” A agressividade é uma reação primeira a não correspondência dos anseios que tem essas crianças de um lugar idealmente criado para sua “recuperação”. A reivindicação se faz presente muito cedo nas vidas dessas crianças na rua.

Para além disso, todo o aparato político-social que os envolve acabou por favorecer a idéia de que a sociedade como um todo é responsável por eles. Quando entidades prometem vagas e depois retrocedem, dizendo que não há vagas para as meninas, a revolta é demasiadamente grande. Uma vez chegamos no Largo e estava Rosane, com Soraia, Luti e Karnak. Mal chegamos e ela começou a despejar uma série de reclamações. “O Jerry falou que tinha vaga pra mim, agora fui lá e a mocinha que tá lá disse que não tem mais lugar. Então por que promete ?”. Essas afirmações elucidam bastante uma reação agressiva aos não cumprimentos de promessas. O CAP’s (indicado na nota 9) teve seu prédio apedrejado por garotos que tiveram seu almoço negado, em uma tentativa do centro demonstrar que seu trabalho não era caritativo, como as crianças pareciam entender. Durante minha permanência junto à Pastoral, ouvi vários casos desse tipo, que envolviam as crianças e adolescentes com as quais eu estava em contato.

Atualmente, as casas abertas, que funcionavam como uma espécie de parada em seu trajeto para tomar banho, comer, brincar, não funcionam em Campinas. Nos encontros com os meninos e as meninas pelo percurso do centro, eram muitas as reclamações; nem todos têm essas relações com pessoas dos bairros que conhecem, ou podem voltar para as casas. Reivindicavam então um lugar que lhes concedesse principalmente o direito de tomar banho.

No entanto, apesar dos conflitos, a busca dos meninos por estar em uma das instituições é incessante. Recorrem sempre a elas como uma espécie de “tábua de salvação” para seus problemas. Mas a certeza de querer ir à instituição é tão forte quanto a do que eles farão quando

acordar; ou seja, é pouca. Sempre imprevisíveis, podem ir ou não às entidades em que se comprometeram a ir. E saem sempre que querem, e são muitas as vezes. As instituições de atendimento fazem parte da vida desses meninos e meninas tanto quanto sua casa. Dela carregam os estresses das negociações fronteiriças, mas também trazem as amizades, as referências de hábitos que consideram bons quando cansam da rua; e também vem dela uma parte do estigma que os reforça como “diferentes de outros demais”.

Fora do circuito institucional, duas entidades, como já foi colocado anteriormente, trabalham diretamente com meninos e meninas na rua: a Pastoral do Menor e o Movimento Nacional. Nenhuma delas possui algum local como as outras entidades para abrigar as crianças<sup>39</sup>. O trabalho, já descrito, se faz sobretudo na rua. Com relação a essas atividades, os meninos e as meninas se identificam. Vêem os dois movimentos como ponto de apoio, e parecem gostar dessa atenção que é dada a eles nas ruas. Na concepção dessas duas entidades, o trabalho na rua é importante pela aproximação com a realidade dos meninos, e por ajudá-los a se tornarem conscientes de sua condição como cidadãos. Portanto, a rua é sinalizada, para educadores dessas instituições, como tendo um potencial para a ação reformadora.

No entanto, se o sucesso do trabalho pode ser creditado, por um lado, a interação livre que é possibilitada na rua, entre educador e criança ou adolescente; por outro, este espaço é também visto como

---

<sup>39</sup> Cinco meses depois do término de minha pesquisa de campo, a Pastoral do Menor abriu uma casa aberta para atendimento durante o dia a crianças e adolescentes em situação de rua.

limitado pelas próprias referências tradicionais, ou normativas de “equilíbrio” do indivíduo. Ou seja, mesmo que o trabalho na rua esteja surtindo efeito, ele será somente uma medida paliativa se não se puder realocar o menino ou a menina para qualquer instituição em que ele possa ter acesso a banho, comida, abrigo, e onde ele possa estar distante do *crack*. A possibilidade de mudança de vida se faz, segundo profissionais e educadores das entidades, pela ausência do cotidiano da rua. O problema é que, em virtude do forte esquema disciplinador das instituições, a criança ou o adolescente volta às ruas. Isto cria um problema cíclico que se origina da visão da rua como um “vazio espacial”. Em outras palavras, a rua é vista pelo aparato político institucional, como uma possibilidade vazia de expressão social positiva. O grande desânimo de quem trabalha nas ruas com eles é que a uma certa hora, nada do que se pode fazer dentro do “espaço limitado” da rua pode ajudar meninos e meninas.

Coloca-se ainda um outro problema: os meninos incluem em sua rotina a busca por uma resposta a seus anseios, através da ligação com as instituições e mesmo com os educadores. Acaba, conseqüentemente, dependendo deles. A autonomia imputada à imagem dos meninos, e desejada por estes, oculta-se pelo fato de que a luta para sair das ruas, obter um emprego, ou voltar à escola, é sempre efetuada pela instituição ou pelo educador (Silva e Milito 1995: 144). Acatando decisões que não saem de suas mãos, e submetendo-se à pressão de ter que dar certo no emprego ou na escola, meninos e meninas muitas vezes não resistem à adaptação e voltam às ruas. É o caso de Pedro, cujo desastrado processo para se equilibrar após o tratamento da dependência do *crack*,

desestimulou-o em continuar o emprego e freqüentar a escola, requisitos exigidos para ser aceito de volta “ao circuito social” e para obter ajuda da Pastoral.

### *C) No Largo; as “práticas de rua”*

Os discursos e lembranças sobre família e instituições misturavam-se às cenas do cotidiano da rua, de um modo fragmentado, desordenado, fluido, enfim, de acordo com o espaço que o compõe. As meninas e os meninos sempre chegavam com histórias para contar. Na maioria das vezes, ficavam saboreando as aventuras do dia anterior, as fugas da polícia, os acontecimentos nos mocós, a história de alguém conhecido. Ficavam a se espreguiçar, sentados no Largo, recém-acordados, às vezes alimentados, às vezes não; sentam-se e ficam a conversar, agradar-se, a brincar, a discutir.

Ressalto que tais momentos não aconteciam nunca de forma sistemática. Várias incursões minhas, junto com os educadores, ao Largo do Rosário, deram em nada. Soubemos de alguns dias em que estavam atrás da droga, ou tinham se movimentado para outra área da cidade. Poucas vezes, se eu levar em conta a minha assiduidade ao local, eles apareceram em mais que dois. Mas sua presença me presenteou cenas suficientes para que eu pudesse registrar algumas das vivências.

Quanto a contar histórias, suas aventuras, por exemplo, devo dizer que esses adolescentes adoram ser ouvidos, e ainda mais quando se trata de narrar os acontecimentos de sua vida. Em especial, gostam de narrar

as “pirações” que vem após pipar o *crack*. Em um dia em que estavam Rosane, Soraia, Lara, Pequeno, ficaram muito tempo a contar as loucuras de Rosane há duas noites anteriores, em que ela começou a correr alucinadamente, por cima de muros, e cortou o pé com cacos de vidro. As meninas diziam que ela havia tido *overdose* e Soraia reclamava que ficara sozinha para socorrer Rosane. Esta narrava sua aventura para seus companheiros e para os educadores; alguns colegas adicionaram outros momentos da cena contada. Eles falavam praticamente juntos, era difícil entender, e todos se divertiam com a situação de alucinação de Rosane.

As cenas lúdicas são motivo de divertimento. No dia em que encontrei Lara e Pequeno, no Largo, deitados preguiçosamente, brincando um com o outro, eles me contaram de uma “viagem” que tiveram no dia anterior, ao cheirarem cola. Ambos contaram, rindo, que viram dois cavalos pretos, correndo para longe. Perguntei se viram a mesma coisa de fato, e Leila me disse: “É sim tia, dá pra fazer isto quando a gente cheira cola. Um fala pro outro o que está vendo, e aí a gente vê junto!”. Há uma ligação forte, que penso ser um tanto quanto óbvia, entre algumas dessas aventuras e o uso de drogas. São suas viagens, particulares ou coletivas que partem do consumo de cola e *crack*, principalmente<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> O *crack* é tido, no contexto etnográfico em que pesquisei, como o maior problema dos meninos e meninas de rua, e como o principal atrativo da rua. Embora seja relevante apontar para os efeitos devastadores da droga no organismo dos meninos, assim como apontar para a dificuldade de comunicação provocada pelo seu uso, penso que utilizar a droga como “o problema” é partir para soluções paliativas de auxílio ao “menor”; pois a cola, o *crack*, a maconha e a cocaína, os produtos de propriedades alucinógenas, tais como esmalte, benzina, tinta são utilizados pelos meninos mais como um elementos expiatórios para aliviar o peso da culpa que se projetam neles do “desvio social”; ou seja, a inaceitabilidade da presença desses meninos e meninas em um local que não sejam suas casas e a escola é apenas relativizada quando se justifica sua ida às ruas pela atração incontrolável das drogas. Mesmo que os meninos justifiquem o uso de drogas como aliviantes de sua fome e desespero, penso que não se deve imputar a esses elementos a razão de sua

Outras práticas cotidianas também podem gerar sensações de aventura. No trabalho do Largo eu as percebi por situações de tensão, que também vivenciei. Estando ali com eles, observando a passagem das pessoas, compreendi toda a movimentação de furtos de relógios, em especial. Começando pelos olhares que acompanhavam os pulsos balançando com a caminhada, a codificação da marca e, portanto do valor, e a troca de olhares avaliando as possibilidades de efetuar o ato. Com alguma sorte, não presenciamos nenhum deles. Mas nada garantia que eles não iriam pegar. Era sempre um momento de apreensão. Em um dia cheio de policiais no Largo, Roberta perguntou que horas eram a uma mulher que passava, em seguida disse: “É um Rolex” Colocou as mãos na cabeça “Vale 20 conto, e esses cara (a polícia) aqui empatando”. Perguntei então: “Mas 20, só vale isso?” “Não, tia, vale 60, mas a gente consegue vender por 20. Um Rolex, que custa cento e tanto, a gente vende por 30!” “Mas você não acha pouco?” “Eu não! Não paguei nada por ele; não me prejudica”. As possibilidades de pegarem relógios nos momentos em que estávamos com eles sempre foram criadas, e me deixavam bastante tensa.

Assim como a provocação com a polícia. Em um dia havia um “tanque” da polícia militar no Largo, com três policiais armados de rifles. Estávamos eu e Suzana, junto com Roberta, que tinha acabado de chegar. Conversávamos com ela. Então ela viu um outro policial militar correr para pegar o ônibus, do outro lado do Largo. E gritou: “Corre”, bem alto.

---

permanência nas ruas. Outros motivos, como o medo da violência familiar, a falta de perspectiva na sua volta ao circuito casa/escola, a auto estima baixíssima, revelando o quanto este menino ou menina se acha incapaz de fazer parte desse circuito sedentário de forma bem sucedida, podem de forma mais significativa do que a droga, indicar a importância da rua para sua vivência cotidiana.

Os outros policiais passaram a encará-la; ela os encarou de volta, porém em silêncio; divertia-se com isto. Depois nos disse que estes policiais eram novos no pedaço; ela não conhecia, tinha que ficar observando. Enquanto ela estava lá, a tensão permaneceu.

Outro momento de apreensão foi quando Jorge resolveu pipar o crack no próprio Largo. Sendo uma praça aberta, de muito fluxo, seria difícil ele ocultar a droga. Estavam ele e Marta, junto a Suzana e a mim. Jorge pediu a pedra para Marta, que tirou-a do bolso e escorregou em sua mão. Jorge levou a pedra para o outro banco, ao lado, mais as cinzas de cigarro e a latinha de Coca, usadas para obter a fumaça. Em uma questão de dois minutos, os olhos de Jorge se toldaram; ele já não falava muito. A tensão veio do fato de que estando fazendo acompanhamento dos meninos, seria muito fácil comprometer o trabalho da Pastoral, com a acusação de omissão ou incentivo ao consumo da droga. Se isto nos pareceu um fantasma, para eles nada significava. Sabiam do risco de serem presos ali; aparentemente, não parecia importar. Aliás, por várias vezes, tanto nas paradas no Largo, quanto nas caminhadas, situações de risco eram freqüentemente provocadas por eles.

As “aventuras” normalmente são compartilhadas, e evidenciam uma convivência social forte, embora seja complicado dizer que constituam grupos. Apesar de praticamente conhecerem uns aos outros e se cruzarem sempre pelas ruas, a rotatividade de agrupamentos é muito alta. Nos mocós, segundo informações dos educadores da Pastoral, durante certo tempo as mesmas pessoas o freqüentam; mas muitos trocavam de “grupos”. Ocasionalmente andam sozinhos, mas observei que a maioria deles andam em dois ou três. É bem menos comum

andarem em bando. Segundo Pedro, andar em três é o limite, para não dar “bandeira”. De fato, em um sábado, andando pela cidade vazia, deparei-me com um bando, que incluía Rosane, Marta, Jorge, Mara, e mais dois garotos. Olharam-me, reconheceram, mas não pararam, estavam com os olhos parados, pareciam “chapados”<sup>41</sup>. Andavam em direção à Moraes Sales. E era uma imagem assustadora aos olhos dos transeuntes, principalmente pelo ar de desafio do grupo, que cortava em parte o clima silencioso do centro naquele sábado. Mas, com exceção dessas poucas vezes, a fluidez dos “agrupamentos” é significativamente alta.

As relações entre eles são bem tênues. Junto com o reconhecimento de serem pares e de necessitarem uns dos outros, convive uma disputa de individualidades. Seria muito difícil afirmar que há uma relação de liderança entre eles. Alguns adolescentes, como no caso de Soraia ou Regina, parecem exercer algum tipo de domínio, em especial sobre as meninas e outros meninos menores, para roubar ou passar drogas. Lúcia indicou-me um menino que eu não conhecia, e que exercia grande influência sobre os demais meninos. Porém, a individualidade impera no circuito da rua; é preciso sobretudo estar “cada um por si” e não virar “laranja”, gíria usada por eles para explicitar quando alguém foi pego no lugar do outro. Mas, apesar de muito tênue e estável, o exercício de liderança muitas vezes é explicitado.

Pode ser o caso de Soraia; ela de fato congrega várias meninas e meninos à sua volta. E de uma forma bem sutil. Quando o Largo do

---

<sup>41</sup> Expressão recorrente para indicar um estado da pessoa que está sofrendo efeitos da droga.

Rosário foi fechado para reformas, as crianças se deslocaram para perto do largo do Carmo, em frente à Padaria Orly. Eles ficam na esquina desse estabelecimento, pedindo dinheiro para os clientes ou comida para os funcionários da padaria. Quando cheguei com os educadores, ela estava sentada na lateral da padaria; havia acabado de acordar, estava sonolenta e não conversava muito. Aos poucos, porém, outros garotos chegaram e ela passou a falar. Pegou algo na padaria e ficou comendo ali. Logo havia cerca de 8 crianças em uma mesma esquina, envolta em seus cobertores, falando muito. Depois de uma meia hora ali, o funcionário da padaria, incomodado com o assédio e o barulho das crianças, expulsou-nos de lá. Disse para irmos ao Largo.

Minha primeira iniciativa, assim como a dos educadores, foi a de chamarmos os meninos para o Largo. Mas, Soraia, que permanecia sentada, fumando um cigarro, falava rápido e baixo aos outros para não saírem. Interpelada pelos educadores, virou-se sorrindo e disse: “Ah, não, tia. Vamo ficá aqui mesmo”. E simplesmente ficou. Ela, os outros e, conseqüentemente, os educadores e eu. Quando íamos embora, o dono da padaria voltou a expulsá-los com mais ênfase, conseguindo que eles saíssem.

Cenas assim sempre me surpreendiam quando eu estava com Soraia. O desafio colocado por ela, de resistir ao deslocamento imposto por legitimadores da ordenação oficial do espaço, estende-se às demais crianças e adolescentes de meu circuito. Com menor ou maior ênfase, a permanência turbulenta nas esquinas e praças da cidade incita este conflito, e reitera a negociação entre duas ordenações distintas - a nômade e sedentária - embora imbricadas.

Em vários momentos, percebi como o “se virar” impera sobre o sentimento de união. Ivone sofria bastante com esta situação, principalmente porque não acompanhava as atitudes que garantem a sobrevivência na rua. Por duas vezes foi perseguida porque estava acompanhada de Rosane e outras meninas, que roubavam relógios. As meninas escaparam, e ela apanhou. Ao fim de tudo, ela disse que Rosane ainda a xingou. Ivone tinha uma atenção especial com Rosane, porque era a única, dizia, que não queria que ela se envolvesse com as drogas. Porém, depois do segundo episódio em que apanhou no lugar dela, mudou de idéia: “Também não quero mais saber dessa não. Além de apanhar dos home, e ser algemada no lugar dela, ela ainda me chama de filha da puta.”. Situação de “sacaneação” como estas aconteceram várias vezes.

A viração exige uma competência do indivíduo para que ele aprenda as regras do cotidiano. Estas se fazem na contingência, portanto, variam de acordo com as necessidades do dia, porém, obedecem a um saber comum: aprender a se defender sozinho, incorporar as maneiras rápidas e maleáveis de “obter” objetos materiais que lhes interessem, conhecer os discursos com os quais têm que operar para sobreviver. Embora esse saber seja, de certa forma, compartilhado por meninos e meninas, e passado aos mais novos através da convivência, a ênfase desse aprendizado está na sua apreensão individual.

Mas o reverso também pode ser notado em seu cotidiano: a solidariedade. Enquanto estão juntos, dividem tudo que obtêm. Roupas transitam de um corpo para outro, em uma divisão de bens materiais que depois são deixados de lado. Os cobertores são compartilhados e, até

o elemento mais precioso, o *crack*, quando estão juntos, dividem. Em todas as situações em que os encontrei comendo, não havia nada que não fosse compartilhado. Quando um acabava de comer, repartia a sobra do marmitex. Em uma vez em que encontramos Júlio no Mac Donald's ele havia conseguido um sanduíche pequeno, e brincamos com ele, agora vai ter que dividir tudo. Ele imediatamente nos ofereceu o sanduíche e insistiu para que comêssemos.

Essa solidariedade não se restringe ao próprio grupo, eles a estendem para as outras pessoas à sua volta, esperando que estas compartilhem do mesmo pensamento. Assim, os objetos de desejo que passavam por eles acabavam sempre sendo obtidos, de uma forma muito rápida. Sorvetes, pipocas, sanduíches, refrigerantes, cigarros, tudo isto as meninas pediam aos transeuntes, no momento em que cruzavam com eles, gerando, na maioria das vezes, susto e, como segunda reação a doação, quase que automática. Os que se recusavam a dar, eram fruto de xingamentos e maldições. Uma vez, Luti viu uma mulher que entrava no banco com uma Coca Cola. E ela estava com vontade de tomar coca. Correu até a mulher no momento em que esta entrava pela porta giratória, sumindo para dentro do banco.

Voltou pouco tempo depois, sorridente e dizendo: "Pedi pra mulhé, ela não queria me dar; entrei no banco e ficamo presa na porta. Aí eu disse pra ela que se ela não me desse eu ia entrá no banco com ela. Aí ela me deu". Fiquei indignada. Perguntei-lhe se ela não achava que a mulher tinha o direito de não dar se não quisesse, ao que ela me respondeu: "Ué, não é pra dividir tudo entre os irmão?". Aqui evidenciava-se novamente o deslocamento de conceitos, valores, para a lógica do "se

dar bem na rua”. Retiram a conotação da partilha fraternal, espontânea de bens, de onde surge este conceito de dividir entre os irmãos, para incidir sobre o caráter da obrigatoriedade do compartilhamento, infringindo inclusive nossos valores “sagrados” do direito individual.

Isto parece indicar também uma resposta dos meninos à aparente indiferença das pessoas que os cercam e às quais eles atribuem uma responsabilidade parcial pela sua situação de miséria. O “outro” teria como obrigação ressarcir-los de um mal social que sobre eles incide. Como no caso de Júlio, que, em um dia de extremo mau-humor, resolveu pedir dinheiro na porta de um banco; dizia-nos que estava com fome. A cada pessoa que entrava ou saía do banco, Júlio acionava sua expressão sofrida, pedindo dinheiro; a cada um que negava, o menino soltava imprecações, gritava, até chamar a atenção do guarda no interior do banco. Do lado de fora, Júlio ofendia o guarda, criando uma tensão quase palpável.

Esse tipo de conflito expressa consideravelmente a cobrança dos garotos por uma resposta dos sujeitos que os cercam a seus problemas. Um dos educadores nos relatou que um menino (que não conheci), o Foca, andava com Regina pela avenida Campos Salles, ao passar por uma quitanda, tentou roubar uma pera e levou um tapa do segurança que olhava o estabelecimento. Bravo, Foca olhou para o homem e disse: “Não quer me deixar roubar então dá a pera pra eu comer que eu tô com fome, pô!”. O segurança acabou por comprar-lhe uma pera, que o menino tomou sem agradecer. Pressionado por Regina, que também queria uma fruta, o segurança expulsou-os dali. Aqui se expressam a

caridade, o incômodo, a culpa, presentes nas interações cotidianas que ocorrem nas ruas.

A solidariedade vivida ou projetada não elimina o caráter da individualidade, que se intensificou com o a entrada do *crack* no circuito de meninos e meninas. Marta me dizia, em um desses dias de parada no Largo, sobre as dívidas com os traficantes: “Ela faz nós pagá; senão ela (Regiane, traficante) fala pra gente não subir mais no Vila Rica”. Quando os traficantes não estão satisfeitos com algum dos meninos ou meninas, pagam seus colegas para baterem neles: “É, tia, pela droga, eles fazem tudo. Tinha um monte de meninos que andava com a gente, agora...”.

Tal fluidez nas relações de companheirismo e de solidariedade são coerentes com esse modo itinerante de vida, e se estende para outros habitantes das ruas. A relação de solidariedade é facilmente rompida em função das negociações de sobrevivência. Essa sociabilidade “interna” revela então uma ambigüidade que penso ser constituinte do próprio espaço urbano onde as singularidades dos trajetos sociais, ao mesmo tempo em que permitem o reconhecimento de uma prática comum, isto é, de um universo de “meninos de rua”, diluem essa visão no seu cruzamento com outras singularidades. Ou seja, a solidariedade, uma das instauradoras da convivência entre as crianças e os adolescentes, perde-se quando quebrada pela presença de uma outra forma de sociabilidade, que é o uso da droga e, através dela, a conseqüente passagem pelo universo do tráfico.

A primeira parte deste capítulo se ocupou em mostrar o itinerário que os meninos percorrem no centro de Campinas, em uma tentativa de

apreender seus passos. Na segunda, tive possibilidade de perceber mais claramente, em meio a esse caminho, a entremeação (*bricolage*) de valores de universos múltiplos e diferenciados que compõem, de forma fragmentada, o universo da rua. No entanto, penso que seria interessante revelar o tempo em que esta multiplicidade de interações e imagens se processa no Largo do Rosário, pois várias dessas falas e das atitudes que apontei, foram feitas de forma simultânea ou muito rápida. Trato agora, nesta terceira parte, apenas de descrever uma das cenas, uma tarde em que passamos ali, para que se possa ter uma idéia do ritmo das relações fronteiriças.

#### *D) No Largo, um dia "sui generis"*

Era início de fevereiro e fazia muito calor. Cheguei ao Largo antes dos educadores da Pastoral, havia combinado de encontrá-los lá. Naquela tarde não havia polícia, tampouco carro de reportagem. Muitas pessoas transitavam por ali àquela hora. Resolvi sentar-me em um dos bancos, de costas para a marquise. Virei-me e olhei para o outro lado da praça e lá estava Soraia, comendo. Resolvi esperá-la comer para chegar perto; mas nesse ínterim, chega Lara, com um marmitex na mão, junto com Rosane, Ana Paula, e Pequeno. Eu ainda não conhecia nem Rosane, nem Ana Paula. Lara me viu, chamou Soraia e sentaram-se todos no banco onde eu estava e em volta dele. Lara e Ana Paula haviam conseguido dinheiro para um marmitex. Ficavam dando uns pedaços para o Pequeno. Rosane me pediu dinheiro, eu disse que não tinha.

Pequeno estava irriquieto, alegre, andava para lá e para cá. Estava bem mais limpo que no dia anterior. Perguntei onde ele havia tomado banho e conseguido roupa limpa; ele me disse que tinha ido à sua casa, que é também a da avó. Moram lá também sua mãe, sua irmãzinha. Ele não quis ficar em casa, ninguém me explicou o porquê.

Ficaram a comer e conversar sobre a *overdose* de Rosane. Perguntei a Lara porque ela tinha deixado de ir ao médico de manhã, com a Ana. Ela respondeu que tinha voltado a usar pedras, e por isso não foi. Estava quieta, parecia triste. Ficava ali cuidando de Pequeno, ensinando-lhe “modos”: “Senta pra comer, Pequeno. Come direito e quieto.”

Nesse meio termo, chegaram Margô, Suzana, Laura e Chico, os educadores da Pastoral. Sentaram-se por ali, espalharam os jogos educativos. Margô e Suzana foram levar Rosane ao médico. Ficamos Laura, eu e Chico com os outros. Soraia tinha ido ao banca de livros espíritas e pegara seu álbum. Conversamos sobre o álbum, sentadas em um banco; mostrou-me sua mãe e irmã, comentou sobre as fotos de suas outras colegas de rua, estava doce e tranqüila. Pequeno e Ana Paula se aglomeraram para ver também.

A essa altura, Lara se aproxima, com o bebê de uma mulher que havia parado ali para descansar. Ela deixara Lara pegar. Esta, mais Soraia, ficaram entretidas com o bebê, bastante enternecidas. A cena era estranha, eu estava um pouco apreensiva. Andaram com ele um pouco por ali, depois o devolveram. Perguntei se ela gostava de crianças, ela

disse que adorava, que sempre que voltava em casa ficava cuidando de sua sobrinha.

Soraia passou então a se entreter com um jogo de letras, de formar palavras. Ana Paula foi incluída na conversa, enquanto Pequeno ficava andando e brincando ali em volta do banco. Quando perguntei se elas achavam que as meninas de rua eram vistas de forma diferente, Ana Paula afirmou e Soraia concordou, dizendo: “As pessoas pensam que nós somos tudo marginal, fica roubando que nem os trombadinha”. E eu perguntei: “Menino de rua então não rouba ?” . Ela me disse que meninos e meninas como eles não roubavam.

Enquanto conversávamos, o telefone público em frente começou a tocar incessantemente; havia muitas pessoas por perto, mas ninguém sabia o que fazer. Lara e Pequeno começaram a ficar agitados, foram até lá fingir que iam atender o telefone, por fim começaram a chamar por alguém no Largo que quisesse atender. Essa situação durou um certo tempo.

Antes dos educadores chegarem, as meninas haviam falado de uma mulher, muito feia, “com cara de morte”, segundo elas, que disse-lhes que pagaria cem reais para cada uma para matar o marido dela. As meninas tinham se assustado com as feições da mulher, achavam que era bruxa. E eis que a mulher reaparece. Lara aponta para ela no telefone: “Olha lá, a morte”. As outras meninas a reconheceram. Tal mulher desligou o telefone, e veio caminhando até nós. De fato ela não tinha um rosto bonito, mas estava bem vestida, era magra, tinha um porte entre o elegante e o “perua”. Chegou até o banco, não me olhou. Apenas

cumprimentou amavelmente as meninas, e chamou Lara, Rosane e Soraia para um canto. Segundo o que Lara falou depois que voltou para perto de mim, a mulher prometeu um carro para elas se matassem o marido dela. Mentira ou não, fato é que Soraia olhou para ela e disse: “Deixa de ser cagüeta”. E voltou a sentar. A mulher foi embora e ficou por isso mesmo. Fiquei a pensar se aceitariam a proposta.

Mas, assim que a mulher sai, Pequeno vai tomar água. Lá ele mexe com três garotos engraxates, que o abordaram e começaram a importuná-lo. Pequeno começa a gritar, enquanto os meninos o seguravam e caçoavam dele. Lara fora em socorro dele. As outras garotas não se meteram. Soraia disse: “Deixa quieto, nem vamo lá”; depois do acontecido advertiu Pequeno: “também, foi provocar”.

Enquanto eu permanecia sentada no banco com Soraia ao meu lado fazendo figurinhas com papel, Chico e Laura estavam conversando e brincando com as outras meninas, sentados no chão. Pequeno continuava rodeando o banco. Alguém disse que a avó dele estava por ali no centro; ele confirmou. Mas comentou enfaticamente que não voltaria para casa.

Foi nesse contexto que se sentou a meu lado um rapaz, vendedor de cosméticos. Era magro, usava um óculos de lentes grossas, e começou a puxar papo. Perguntou-me se eu estava trabalhando com a “molecadinha”, e eu confirmei. Em seguida, quis me mostrar os produtos que vendia. Eu lhe disse que estava ali trabalhando, mas ele respondeu que só queria me mostrar. Parecia empolgado com sua demonstração. E

foi me mostrando, shampoos, hidratantes, cremes de todo o tipo. Ana Paula se aproximara e, junto com Soraia e Pequeno, ficam a observar.

A uma certa altura, o vendedor expôs um pequeno tubo de vidro, dizendo que aquele era o perfume do Jorge Tadeu, personagem de uma das novelas da Globo. Ele abre para mostrar o cheiro, e todos, naturalmente querem cheirar. Depois de passar pelos quatro, ele guarda de novo, dizendo que aquele era um brinde que vem com a aquisição de um creme. Ele então se empolga e resolve passar um creme em minha mão como demonstração, desconsiderando meu embaraço frente à situação. E as meninas apenas olhavam. Depois do bem sucedido creme nas mãos, resolveu transferir o experimento para meu rosto; eu me recusei, constrangida e ele ficou a insistir, dizendo que era pouco tempo e já foi colocando o creme em meu rosto.

Meu embaraço aumentara; creme de limpeza em pleno Largo do Rosário já era suficientemente constrangedor. Mas simultaneamente, dois acontecimentos complicaram o caso. Pequeno estava a minha frente; detrás dele aparece uma senhora forte, de cabelos compridos pretos, com o semblante fechado. Era sua avó. Ela o pegou pelo braço, dizendo que ele iria com ela para casa. Pequeno começou a gritar escandalosamente enquanto sua avó atravessava o Largo prendendo seu braço. Chamou a atenção de todos. Chico e Lara se levantaram, Lara saiu correndo atrás do menino e sua avó, que atravessou a rua em direção a um prédio onde funciona um departamento do Juizado. Ela ficou lá discutindo com os educadores da Casa Amarela, que ali se encontravam, e atraindo muitos curiosos. Lara e Chico se juntaram a eles.

Eu não podia sair do banco porque o homem, que parecia não perceber o que estava acontecendo, continuava a passar o creme em meu rosto. Nesta hora, Soraia desceu sua mão sutilmente à sacola do vendedor, e pegou o aclamado perfume. Em seguida, Ana Paula lhe afana um creme. Eu, absolutamente perplexa e impotente, assistia a tudo sem controle das coisas; o vendedor, que percebera o roubo, ficou atrapalhado; não sabia se continuava com a demonstração ou se verificava seus produtos. Ele disse: “A molecadinha tá roubando minhas coisas”, o que aumentou ainda mais meu embaraço. Não disse nada e olhei para trás. Soraia estava a uma certa distância e pedia para eu não delatá-la. Já Ana Paula enfiou o creme que roubara na sacola de Laura.

Foi tudo muito rápido. Apesar de lamentar o roubo, o homem parecia mais interessado no sucesso de sua performance. Mandou eu lavar o rosto ali na pia para ver com ficou macio. Ansiosa por me desvencilhar dele e de seus cremes, lavei logo o rosto, elogiei a maciez, e disse que não poderia comprar nada. Ele então recordou-se do roubo. Eu lamentei, pedi desculpas, mas disse que nada podia fazer. E não podia mesmo. Soraia estava por ali, mas denunciá-la seria quebrar um elo de confiança, embora ela já o tivesse feito. O homem foi embora e eu fui então até o centro do Largo onde estavam Ana Paula, Soraia e Cássia. Depois da devida bronca nas duas meninas, Soraia, com uma cara inocente, pediu desculpas. Eu fui em direção aos gritos de Pequeno, que continuava a chamar a atenção.

Chegando lá, percebi que Lara estava em atrito com a avó de Pequeno, que a chamava de “biscate”. Depois de bastante conversa com os educadores da prefeitura que estavam dentro do prédio, e diante da

insistência alucinante do menino de sair dos braços da avó, ela finalmente o soltou. Ele saiu em direção à rua, com Lara atrás. A avó creditou a vontade de Pequeno ficar nas ruas à influência de Lara. E uma educadora da prefeitura, olhando para Lara que já ia à distância, supôs que ela fosse uma aliciadora de menores!

Soraia já estava ali entre o grupo dos educadores; ela então tira o perfume do bolso para mostrar a eles. Praticamente ao mesmo tempo, quando olho para o lado oposto, o vendedor de cosméticos vinha passando de volta, e seguramente iria vê-la com o perfume. Atravessei a rua de volta ao Largo e fiquei à espera do que ia acontecer. Em alguns minutos Soraia volta ao Largo, junto com Chico. Nós nos juntamos a Pequeno, e eu adverti Soraia do perigo de sua displicência em exhibir o perfume; ela me disse então que o havia devolvido, e pedido desculpas. Fiquei mais tranquila.

Lara e Ana Paula tinham ido embora, e, chegaram ali Eliane, Rosane, Mara, Luti, junto com Margô e Suzana. Sentaram-se no chão, perto de um banco, abriram um pote de sorvete que tinham acabado de ganhar. Fizeram um várias pás de papelão e sentamo-nos com elas. Luti sentou-se no encosto do banco e começou a preparar uma tinta para alisar e pintar cabelos. Abaixou a cabeça e Eliane passou em seu cabelo. Depois pegaram Pequeno e pintaram seu cabelo. O garoto estava se divertindo muito com aquilo. As meninas lhe diziam: “Pequeno vai namorar todas as garotas do *bairro*”.

O final da tarde pareceu se acalmar, com essas tranqüilas tarefas domésticas feitas nas praças. Mas eu permanecia atordoada com tantos

acontecimentos. Para as meninas, para Pequeno, para Soraia parecia que não havia acontecido nada. Por fim, Soraia se aproximou das meninas e mostrou sua nova aquisição, o perfume de Jorge Tadeu. Olhou para mim sorridente e triunfante, disse calmamente: “eu não devolvi, tia.”

No dia seguinte, soube que Pequeno havia tido uma *overdose* e foi parar no Hospital Mário Gatti. De lá, foi forçosamente para casa. Recentemente, soube que ele estava na FEBEM. Lara foi para um tratamento no Convívio Alegre. Duas semanas depois sumiu do circuito das ruas. Desde então, tudo o que sei é que está grávida novamente, de um traficante, e que vive pelo Jd. Itatinga. As outras garotas vão e voltam irregularmente para as ruas.

É curioso observar que, um mês depois do intervalo que dei na pesquisa de campo, no final de maio, fecharam o Largo do Rosário para reforma. Disseram que as marquises estavam caindo, mas parece haver controvérsias. O Largo, como descrevi, não existe mais. Colocaram abaixo as marquises, algumas árvores, trocaram o calçamento. As banquinhas espalharam-se nos cantos do Largo, voltadas para as ruas. Há agora bancos de madeira e postes de luz de um estilo antigo. Com a queda das marquises e a nova iluminação, não há pontos de refúgio. Mesmo assim, em meio às barracas, podemos encontrar, quase que diariamente, “meninos e meninas de rua” dormindo ali, imunes à passagem indiferente dos pedestres.

A importância de narrar este dia em particular se deu pela sua vantagem de ter trazido à tona, mais que nos outros dias, a multiplicidade de eventos quase simultâneos, que envolviam os meninos e meninas, e os que os cercavam, como os educadores e eu. Foram, sobretudo, experiências enunciativas dos entrecruzamentos de interações sociais que se fazem de forma dispersa, imprevisível, respondendo às movimentação ininterrupta da rua.

Podemos considerar o relato que constituiu este capítulo como uma forma tríplice de expressar o processo temporal e espacial que conforma a “visão itinerante” de crianças e adolescentes de rua. Primeiramente, há a descrição do itinerário, que o revela como uma prática circulante e fragmentária do espaço, e através do qual meninos e meninas projetam sua visibilidade social.

A parada no Largo do Rosário foi uma pausa no trajeto, permitindo revelar o entrecruzamento de fragmentos de memória, eventos e discursos que constituem o universo dos garotos, considerando a temporalidade fragmentária que o delinea.

E, por fim, o relato deste dia constituiu uma tentativa de reforçar a forma pela qual a dinâmica itinerante enreda os meninos e os demais personagens à sua volta, entre os quais me incluo. A descrição da cena pretendeu ser uma organização textual desse espaço, tornando os meninos e as meninas visíveis em meio à multidão que anestesia o olhar do observador que a vê de fora, como um todo.

Se existe um processo de continuidade temporal, que configura as trajetórias individuais da vida das crianças e adolescentes, ele não pôde

ser apreendido em nossa simples permanência no Largo. Dali pude apreender códigos de sociabilidade, mas todos me apareceram como pedaços dispersos da memória, misturando valores que se perdem no ar. As histórias de suas vidas, seus itinerários cronológicos, demandam uma resistente caminhada em busca de seus passos, passando inclusive pelos circuitos de casa e instituição.

Todavia, o ato de caminhar pelo centro proporcionou-me uma instigante forma de visualizar a relação desses meninos e meninas com o espaço. E, principalmente, perceber como se articulam, na rua, três dimensões espaciais que são referências centrais no circuito de tais sujeitos: a casa, a rua, e as instituições. Em minha análise, acabei por perceber um paradoxo. No circuito da rua, as três instâncias se tornam evidentes nas práticas e discursos, mas suas representações *permanecem* nesse universo enquanto *passagem*, dotados de um caráter de transitoriedade, sujeitos a permanentes significações. E, apesar dessas três dimensões serem importantes, o espaço da rua, por ser ele o espaço de recorrência constante dos meninos e meninas, e pela fragmentação que o constitui ser uma de suas particularidades mais significativas, condensa e re-significa as passagens dos três universos. É nisto que penso poder conceber como um “saber de rua”.

Através desse conhecimento específico, meninos e meninas criam uma territorialidade itinerante, que se pauta por uma nova codificação de valores, desencadeada pelo mecanismo nômade, construída pelas necessidades e pelos interesses que norteiam seu deslocamento. O “território” nômade (uma perambulação entre pontos [Guattari

1981<sup>42</sup>) não é delimitado, flexibiliza-se em consequência da deriva que o caracteriza. A reterritorialização dos códigos advindos de outros espaços sociais obedece a esta flexibilidade, e condensa-se em um novo código, que, para além de se contrapor aos mecanismos da ordem “sedentária”, possui uma especificidade que substancializa a rua no cotidiano de meninos e meninas. Este código se torna não apenas uma resposta aos mecanismos que procuram excluí-los socialmente, mas uma nova forma de viver e conceber o tempo e o espaço urbanos.

Localizando pontos de fuga do espaço urbano, re-significando lugares de passagem, ou apropriando-se de espaços esvaziados do sentido comercial, funcional ou sedentário que marca os prédios do centro da cidade, meninos e meninas moldam uma territorialidade “delinqüente” no sentido em que, diferentemente de se colocar à margem, vive nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca (Certeau 1994b: 216). O “saber de rua” é o revés dos códigos oficializados, mas que se constitui em contínua movimentação; é o privilégio do *percurso* sobre o *estado* (Certeau 1994b:216).

No entanto, uma vez que a perambulação dessas crianças e adolescentes desencadeia incessantemente mecanismos de repressão, discursos de reintegração social e imagens preconceituosas, o conhecimento da rua, ao mesmo tempo em que é vivenciado, é também desafiado por essas outras ficções do conhecimento. Meninos e meninas mergulham em seu dia-a-dia aprendendo um modo de vida que está sendo sempre questionado, inclusive por valores creditados a universos

---

<sup>42</sup> Guattari, Felix. *A Revolução Molecular* SP, Brasiliense, 1981

que constituem para ele, pontos de passagem de seu itinerário. Não há certezas em suas vidas, tampouco uma singularidade de valores ou desejos. Porém, é contraditoriamente em meio a esse movimento conflituoso de produções de um saber que nascem as múltiplas imagens dessas crianças e adolescentes que vivem uma “situação de rua”.

A consequência dessa dupla movimentação é a presença de uma ambigüidade que oscila do discurso à prática e que permeia seu mundo como um todo. Mesmo criando uma vivência específica, que talvez lhes garanta uma certa identidade, seus valores, muitas vezes herdados de sua casa, ou da passagens pelas entidades assistenciais, não compactuam em grande parte, com suas condutas cotidianas. Há uma contradição constante entre suas práticas, muitas vezes de sobrevivência, e a negociação de sua imagem. Isto se evidencia, por exemplo, no modo como lidam com a sexualidade, ou nessa relação de solidariedade/individualismo.

O conhecimento da rua pode garantir um reconhecimento social; é daí que vem a sua proclamação liberdade; mas, ao mesmo tempo, torna seus desejos, suas visões de mundo como que toldadas pelo preconceito, pela insistência em lugares ordenados, ao qual já não necessariamente pertencem. Nesse complexo saber, perpassam poderes diferenciados, que permanecem espalhados pelo espaço da cidade, a serem apanhados nas zonas liminares de disputa social que se faz em torno dele.

A rua garante esta multiplicidade, que inclui riscos para a vida dos sujeitos que a enfrentam. Os riscos para os meninos de rua são

visíveis e eles reconhecem. Mas eu compartilho com Arantes a sua argumentação a respeito da escolha pela rua. Diz ele:

“Ainda que a transgressão dessas fronteiras tradicionais impliquem em risco a própria vida, o suposto desabrigo em que eles vivem parece ser vivido também como prazer de movimentar-se num universo onde há alternativas a escolher, onde os territórios aprisionam menos do que a casa de onde fugiram e à qual às vezes retornam. Assim, o caráter tênue dessas fronteiras simbólicas só pode ser interpretado como componente necessário de um modo de vida onde cruzar limites é vivenciado com prazer e desafio lúdico, além de justificar-se como útil para a sobrevivência.” (Arantes, A 1994: 200).

O desafio de fronteiras, o seu constante entrecruzamento, já é parte da vida desses meninos e meninas. Daí o vazio do retorno à casa ou a ida às instituições. A construção de seu mundo, seja ele temporário ou não, é feita a partir da itinerância. Suas demais referências são centrifugadas por ela. E pode se tornar opção de vida, uma vez que não há necessariamente alguma garantia de obter esta imprevisibilidade permanente em outras dimensões espaciais que já não o atraíam mais. Onde encontrar outro lugar em que ele ou ela possa se esfumaçar, ou tenha a chance tão grande de estar mimetizado?

A rua pode ser um espaço onde meninos e meninas permanecem em um tempo limitado. Porém, nesse caso, o tempo não tem importância. O que se torna relevante é que, no período em que estão nela, a mobilidade se torna a própria condição de sobrevivência; eu acrescentaria de se notar vivo. No caso dessas crianças e adolescentes,

assim como de outros “moradores de rua”, a itinerância pode ser uma forma de tentarem se situar socialmente. Como diz Stoffels, em sua pesquisa sobre mendigos: “A rua, como espaço no qual passa a viver um tipo de indivíduo socialmente estigmatizado ou psicologicamente deficiente, pode tornar-se o único espaço sócio-ecológico no qual o mesmo recompõe seu ego” (Stoffels 1977: 150).

## Capítulo IV

# O Corpo e o Circuito Itinerante: Privilégio das Ambigüidades

*“o corpo rompe  
de coisas desmedidas  
coisas de trajetória  
de sequóia e correnteza*

*desumanidades do tempo  
que carregam consigo  
o mais do trecho acumulado dos meus fôlegos”*  
*Álvaro Faleiros,  
Coágulos*

Tomo como enfoque deste capítulo o corpo: o que se pode ver dele em meio a essas práticas descritas, as noções de corporalidade explicitadas por meninos e meninas, a sociabilidade que se manifesta em seus corpos. Uma vez demonstrado no capítulo anterior o itinerário que norteou o eixo desta pesquisa, detenho-me agora no elemento que expressa de forma significativa as dimensões ambíguas, conflitantes, efêmeras, emergentes no espaço urbano.

Se o espaço atualiza um discurso social, o corpo o expressa. Sendo, sobretudo o elemento que carrega consigo a propriedade da itinerância, base da construção do universo desses meninos, o corpo evidencia as marcas da territorialidade itinerante, do limites de fronteiras que delineiam o universo do menino, das contradições e ambigüidades que são fruto do embate dos significados de uso do espaço da rua. Meninos e meninas, andando pelas ruas, sem referência fixa, têm sobretudo seus corpos como manifestação de sua experiência ambulante.

Para pensarmos estas manifestações múltiplas sobre o corpo, é preciso observar o que propicia sua ocorrência. Em outras palavras, pretendi compreender de que modo elas se inscrevem corporalmente, quais os limites das inscrições, para que ele pudesse abarcar todas essas ambigüidades. Parti para a pesquisa de campo com essas interrogações e, em seu decorrer, duas dimensões tornaram-se explícitas.

Uma dimensão mais evidente é a dos mecanismos de controle, impostos externamente ao indivíduo ou introjetados nele. Mesmo fazendo parte de um circuito de atividades cotidianas que se diferencia dos hábitos da maior parte das pessoas que habita as cidades, as crianças

e adolescentes de rua não escapam dos padrões de conformação corporal instituídos por esses hábitos, pelas imagens mediáticas homogêneas e comercializadas, ou pelas regras “civilizatórias” impostas ao indivíduo. A referência a tais padrões corporais é compreensível se observarmos que o corpo que visualizamos hoje na modernidade, ainda que diversificado nos vários contextos em que se insere, é marcado por processos históricos: o desenvolvimento do capitalismo, a consolidação da ênfase no indivíduo, e o controle do Estado. Esses três processos interconectam-se, e demandando um controle sobre os corpos dos indivíduos para que o controle da ordem e dos mecanismos sócio-econômicos seja bem-sucedido.

Nessa perspectiva, ressaltamos duas formas de controle que partem de tal historicização do corpo, ainda que de ângulos diferentes. Primeiramente, podemos pensar na circunscrição e proteção do corpo que se faz através de mecanismos disciplinares, amplamente descritos por Foucault<sup>1</sup>. A disciplinarização do corpo, desenvolvida desde o séc XVII, deriva da racionalidade capitalista de maior produtividade, que demandava um corpo com menor ônus político possível e maior força útil. Espalha-se então pelos aparatos oficiais, em prisões, escolas, hospitais, e outras instituições sociais, formas de correção, utilização do corpo, assim como tipos de sanções infligidas a ele, dotadas do que Foucault chama de tecnologia do corpo: um saber disciplinar que aumenta as forças do corpo, tornando-o útil; e, simultaneamente um poder que controla, torna-o politicamente obediente, dócil, reproduzindo

---

<sup>1</sup> Foucault, Michel *Vigiar e Punir* ed. Vozes, Petrópolis 1989  
*Microfísica do poder* ed. Graal, RJ 1979

assim relações de dominação (Foucault 1979: 145). Saber e poder aqui se articulam e sujeitam o corpo a um controle incessante de suas atividades. Reproduzem a dominação pelo controle exaustivo, normalmente sobre aqueles que sofrem um processo de sujeição: as crianças, os loucos, os colonizados (Foucault 1977: 127).

Nesse mesmo momento, a racionalidade iluminista, base ideológica desta articulação, moldou um aparato jurídico igualitário, nivelador, concebendo um sistema corregedor que tendia a universalizar os corpos. Há um reforço na individualização do corpo, em seu fechamento, em sua proteção. Um corpo circunscrito ao qual se garante direitos, mas do qual o sistema disciplinar cobra deveres. Na análise de Foucault, não se pode pensar na criação de direitos individuais sem percebermos que os mecanismos de dominação estão por detrás. A garantia de direitos individuais está diretamente vinculada à sujeição dessa política de poder inscrita nos corpos.

Para além da imposição do controle feita externamente ao corpo, há o autocontrole, que se naturaliza através das regras de comportamento, internalizadas no processo de socialização do indivíduo, e que Norbert Elias<sup>2</sup> descreveu minuciosamente. Elias se preocupa em indicar como a sociedade ocidental, da Idade Média até hoje, conformou-se a um autocontrole criado a partir de uma estrutura que molda e limita as emoções humanas. Tal estrutura projeta-se nos sentimentos de vergonha, de embaraço, de comedimento. Dessa maneira, o indivíduo controla e limita suas maneiras a partir da observação das regras do

---

<sup>2</sup> Elias, Norbert *O processo civilizador* vol.1 ed. Jorge Zahar, RJ 1939 (1990)

código de comportamento, que abarca atitudes a respeito das funções corporais, das regras de comportamento à mesa, ao relacionamento entre sexos e ao controle da agressividade.

Na análise de Elias, o código de condutas a ser seguido surgiu porque, com a criação de uma ordem de integração funcional entre indivíduos e instituições, a partir da formação do Estado Absolutista, uma rede de interdependência entre indivíduos foi criada. Nessa época também reforça-se a individualização de corpos; diferentemente da difusão de corpos observada na Idade Média, cria-se uma “distância civilizadora”. Porém, tal individualização só é possível quando o corpo é inscrito nessa rede de relações interpessoais e funcionais, que o posiciona socialmente, e favorece o objetivo do aparato racional criado nesse contexto, que visa ao comportamento racional, civilizado, socializador.

Elias mostra em sua análise o processo pelo qual gradualmente introjeção do controle pelo indivíduo foi se naturalizando, a ponto de atualmente seguirmos inquestionavelmente regras de comportamento social, acompanhadas de uma intolerância à sua desobediência. Em uma tentativa “otimista” de integração funcional da sociedade, o autocontrole indica manifestações de conduta social que se inscrevem nas singularidades dos corpos. Através, naturalmente, do distanciamento dos mesmos, com base no discurso civilizador que dá suporte à legitimação dos direitos humanos, uma vez que se pressupõe que a circunscrição das regras nos corpos limita-os em sua individualidade, e os protege graças a essa interdependência. Um caso a ser exemplificado é o controle da agressividade. O Estado Absolutista representa a constituição de uma monopolização da força física e do direito de aplicá-la - sendo que

atualmente o esforço para essa monopolização continua se mantendo, apesar dos desafios de forças, como o caso do narcotráfico, ou da justiça “com as próprias mãos”, por exemplo. Isto se reflete no controle emocional do sentimento de agressividade, que passa a ser controlada e moldada, ou seja, a violência física permaneceria distante através do controle do poder legitimador, mas também pelo processo de naturalização do controle corporal.

O corpo, assim, revela-se como um texto, no qual sobretudo increvem-se a lei e os procedimentos corregedores do indivíduo. Os instrumentos de controle transformam o corpo individual em um corpo social, “em tábuas de lei, em quadros vivos de regras e costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem real.” (Certeau 1994a:231). Os instrumentos conferem ao corpo uma escritura, efetuando o que Certeau qualifica como duas operações complementares: “...graças a ele (os instrumentos), os seres vivos são ‘postos num texto’, transformados em significantes das regras (é uma contextualização) e, por outro lado, a razão ou o *Logos* de uma sociedade se faz carne (trata-se de uma encarnação)” (Certeau 1994a:231)<sup>3</sup>.

Esta maquinaria instrumental, que funciona seja a favor da lei, homogeneizando indivíduos para articulá-los a um modelo social, seja a favor da intervenção médica (controlar os loucos e os “doentes” físicos ou sociais) ou correcional (escola, prisão, trabalho) que isola os corpos em projeções individuais do controle social, faz-se presente também nos

---

<sup>3</sup> Esta idéia compactua com a leitura que Clastres faz das referências à corporalidade em Kafka, como foi indicado no Capítulo I: a lei que se inscreve no corpo, este como uma superfície da escritura

múltiplos segmentos institucionais e espaciais contemporâneos. As reconstruções históricas dos dois autores em questão provocam reflexões sobre o corpo atualizado pela experiência urbana atual. Ainda que ele se revele de forma fragmentada, tais reflexões aludem às relações corporais a que meninos e meninas estão sujeitos. Há uma recorrente movimentação, policial, político institucional, religiosa, marginal, para retirar seus corpos da rua, uma vez que sua presença fere a legibilidade do texto da lei, da ordem simbólica e espacial, do território funcional, hierarquizado e fechado.

No caso dos mecanismos disciplinares, estes estão presentes hoje nas formas de organização e principalmente no discurso de instituições sociais, em especial as correedoras e as educacionais para crianças. Fazem parte, ainda que de forma nuançada, da exigência disciplinar de administrar tempo, movimentos, atividades, hábitos de acordo com a utilidade e a obediência. Assim, as tentativas de sujeitá-los a uma ordem social ocorre freqüentemente nas instituições de atendimento, na FEBEM, nas escolas, que já frequentaram ou que voltam a frequentar por um período de tempo, ou nos lugares onde conseguem trabalho; enfim, onde passam ainda que não fiquem por muito tempo. Instituem horários para acordar e dormir, para o exercício de atividades, regram as formas de sociabilidade, limitam o espaço em que podem andar. São formas disciplinares que permeiam uma parte considerável de seu universo, embora não consigam nele se fixar, a julgar pelas constantes insatisfações e fugas dos meninos.

O oferecimento de alternativas à rua recorre invariavelmente ao circuito casa/trabalho/escola, canalizando para um processo de controle

corporal ao qual garotos e garotas de rua, depois de tempo considerável na rua, tem muita dificuldade em se adaptar e não necessariamente desejam se submeter. No entanto, em seus discursos na rua, algumas dessas formas disciplinares aparecem, muitas vezes em uma tentativa de reforçar seus interesses. Refiro-me à reiteração, em suas falas, da necessidade de sair da rua como forma de solucionar os problemas criados na rua, como ficar doente, por exemplo, ou fugir das ameaças de traficantes.

O autocontrole é uma questão importante no que diz respeito à circunscrição corporal nesse universo de meninos e meninas. Principalmente porque ele se projeta de forma bem mais tênue do que nos universos de socialização da criança ou do adolescente que é educado essencialmente em casa e na escola. Como veremos mais a frente, os códigos de conduta social pairam sobre os discursos e mesmo sobre a atividade dos meninos e meninas, mais como um reforço do estigma a que são imputados e menos como mecanismo de integração funcional. A relativa consciência sobre o comportamento social idealizado está presente, em função de suas passagens pelas suas casas e, conseqüentemente pelos bairros onde elas se inserem; ou pelas curtas permanências nas instituições de atendimento; ou mesmo pelas suas breves incursões no imaginário televisivo. Em suma, compartilham da internalização de regras sociais com outros segmentos sociais. Mas não operam com ele da mesma forma, como veremos adiante, o que os leva a lidar com uma contradição entre o estigma, que eles assimilam, e o comportamento criado a partir das estratégias de vida na rua.

Tanto a análise de Elias como a de Foucault apontam para o gradual fechamento e a circunscrição do corpo, no caminho para uma universalização dos direitos individuais. Tendo como meta a integração social, ou a manutenção de uma assimetria de poder, a circunscrição de fronteiras corporais é o parâmetro que aciona o discurso humanista que hoje ainda se pretende hegemônico. Ao voltarmos o olhar, entretanto, para os meninos e meninas “de rua”, percebemos que essas intervenções projetadas sobre seus corpos, sejam elas explícitas ou não, pautadas por uma política de integração funcional ou de dominação, ao exercer seu poder de submeter, contradizem as próprias delimitações corporais conquistadas pelos direitos individuais. Ou seja, tais práticas se colocam acima do respeito à inviolabilidade corporal garantida por esses direitos, legitimando a violência física e moral sobre esses sujeitos.

As intervenções sobre os corpos dos meninos, assim como sobre os corpos de qualquer “excluído social” ou “marginal” - como os mendigos, os travestis, as prostitutas -, extrapolam a ordem legitimadora de poder sobre o indivíduo social disseminando-se por segmentos sociais e indivíduos que se colocam no direito de corrigi-los, puni-los, usá-los como bode expiatório ou mal moral a ser extinto. Entre esses grupos ou indivíduos, incluem-se os “exterminadores de menores”, os transeuntes enraivecidos ou indignados.

A partir desse quadro é possível pensar que, apesar da sociedade brasileira ter a representação do corpo circunscrito, protegido, fechado, como perspectiva ideológica, opera com ele de maneira contraditória. Em

uma instigante análise de Teresa Caldeira<sup>4</sup> sobre a tensão que se pauta entre a luta pela garantia de direitos individuais no sistema judiciário brasileiro e uma concepção de corpo que permitiria a inflição da dor como punição, as contraposições às representações sobre um corpo delimitado se enfatizam. Segundo a autora, a punição pela dor é considerada, pelos entrevistados em sua pesquisa, como uma função corretiva inquestionável no que diz respeito ao reforço de princípios morais e bom comportamento social. Ela é vista como uma linguagem compreensível a qualquer um que é submetido a ela. Na pesquisa de Caldeira, essa perspectiva se referenciava tanto à questão da pena de morte quanto ao ato de bater em crianças. É uma perspectiva que toma esses sujeitos - considerados não socializados, não reintegrados, irracionais - como donos de corpos passíveis de intervenção, portanto corpos abertos, não delimitados.

No caso brasileiro, a complicação está na convivência desastrada dessas duas perspectivas: a que retoma o parâmetro da necessidade de se garantir os direitos do indivíduo, resguardá-lo da violência física, tentando legitimar essa proteção pela lei; e a que coloca certas categorias sociais fora de qualquer posicionamento nas relações de interdependência, portanto, como não passíveis de manterem seu corpo delimitado e inscrito em uma interação. A violência não é uma emoção

---

<sup>4</sup> Caldeira, Teresa P. "Violence, the unbounded body, and the disregard for rights: the limits of democratization in Brazilian Society" Texto ainda não publicado.

Neste texto, Caldeira faz uma discussão sobre a importância de se pensar o corpo não circunscrito e a desconsideração aos direitos humanos para os limites da democratização no Brasil. Segundo sua investigação, o debate sobre direitos humanos e sobre a instituição da pena de morte tem como eixo central a tensão entre perspectiva da lei, do sistema judiciário e uma concepção de corpo passível de intervenção.

que se autocontrola em um processo “naturalizador” na visão dessas pessoas entrevistadas; ela se investe de um caráter coercitivo, disciplinar, que deseja reiterar a ordem representada. No entanto, não segue a estratégia pormenorizada, calculada, das disciplinas descritas por Foucault, porque deixa explícito o desejo de vingança que acompanha seus diálogos<sup>5</sup>. O discurso racionalista, humanista, que controlou estas transformações da cultura ocidental, permanece em conflito com óticas culturais de outra lógica, no qual a não circunscrição do corpo se manifesta.<sup>6</sup>

As hipóteses de Caldeira são um bom instrumental para pensar em um corpo que não só não tem limites definidos - a própria forma múltipla de expressões corporais no mundo contemporâneo, das concepções científicas ao campo da fotografia e das artes revelam bem essa abertura - mas que também está sujeito a intervenções tanto por parte do mecanismo controlador e oficial, quanto por parte de outros sujeitos sociais.

No caso de meninos e meninas de rua, um campo revelador dessas intervenções é o da violência. Uma vez que a vivência de seu circuito é fragmentada, meninos e meninas trazem consigo a memória das cargas de violência que estão dispersas em seu cotidiano. De suas casas, passando pela violência policial, por agressão de traficantes, de

---

<sup>5</sup> Em várias das entrevistas, o desejo de infligir dor não era justificado pela possibilidade do castigado “aprender” com aquilo. As respostas iam mais no sentido de revidar o ato do outro. Como o ditado: “olho por olho, dente por dente”.

<sup>6</sup> Caldeira se remete a outras manifestações de um corpo não circunscrito, como é o caso do carnaval, ou de intervenções médicas que são efetuadas sobre o corpo da mulher (Caldeira 199 : 39,40).

transeuntes movidos pela raiva e pelo medo, de grupos de extermínio, chegando à agressividade exercida entre eles, essas crianças têm inscritos em seus corpos os depoimentos dos conflitos que se constroem em meio à itinerância, na tentativa de se situarem espacial e socialmente. São cortes na cabeça, tiros, marcas de facadas, estiletadas, olhos machucados, corpos violentados.

A luta para garantir os direitos da criança e do adolescente, ainda que tenha caminhado significativamente com o ECA e com a implementação dos conselhos tutelares, não diminuiu de forma expressiva a vulnerabilidade desses meninos e meninas às mais variadas reações a suas presenças nas ruas. As marcas da violência são parte fundamental na constituição desse itinerário. E expressam, a meu ver, a conflito colocado por Caldeira, entre a luta por manter um modelo universal de garantia de direitos universais e a presença de óticas que se opõe a esse modelo ao excluir dele sujeitos considerados fora da possibilidade de socialização.

Por outro lado, se o corpo de delimitações imprecisas permite intervenções de tipos variados, pode-se pensar que nele também podem estar inscritas outras expressões sociais, outros saberes que não o disciplinar da escola, da família, das instituições. Uma outra textualidade, com outros códigos semânticos, e de sintaxe indefinida. Ou seja, sendo esse corpo vulnerável, aberto, permite também o registro de experiências e demarcações que escapem aos limites das intervenções. As noções corporais de meninos e meninas podem ser lidas dessa maneira. O “saber de rua”, que envolve sua adaptação ao cotidiano desta, inscreve e conforma seus corpos na contingência de seu trajeto, e de uma maneira

que os torna visíveis e passíveis de um reconhecimento, ainda que este seja difuso, múltiplo. Através dela, enuncia-se uma singularização de seus corpos, enquanto meninos e meninas “de rua”.

A vivência de rua não impede as intervenções, mas as relativiza. Ela é, sobretudo, expressão do diálogo com os mecanismos de dominação, e com outras instâncias sociais, sendo que tais diálogos podem indicar resistência ou contradições. Levando em conta que são crianças e adolescentes, estando portanto em uma faixa etária definida pela incompletude, as tentativas de se singularizarem parecem estar em incessante conflito, ou com a coerção dos processos de formação idealizados para a criança, que a delimita, torna-a dependente, e disciplinada; ou com o choque da violência exterminadora ou excludora que não os toma mais como criança e adolescente, mas sim como imagem do perigo e da sujeira.

O conflito cria ambivalências e contradições nas condutas e representações que compõem o universo dessas crianças e adolescentes, expressos de forma significativa no corpo, e ainda torna visível o vazio social no qual muitas das suas tentativas de singularizar-se enquanto um sujeito social acabam caindo. Foi a partir dessa perspectiva que investiguei as noções de corporalidade dos meninos e meninas que perambulam no centro da cidade. O corpo tornou-se para mim um *locus* enunciativo das práticas e das marcas que o singularizam, mas que são mutáveis dentro desta territorialidade itinerante. Considero esta a segunda dimensão que indiquei no início do capítulo. À medida que a pesquisa caminhava, um universo múltiplo, ligado às noções corporais e aos seus significados simbólicos foi se desvelando.

A descrição que se segue toma essa dimensão como enfoque. Na “sociabilidade ambulante” de meninos e meninas, optei por compreender como se entrecruzavam as referências dos lugares institucionais ou domiciliares por onde passavam ou dos quais tinham lembrança, as revelações das práticas e das representações que estavam associadas aos seus corpos. Naturalmente que os mecanismos de controle, as manifestações de violência e os conflitos explicitados acima fazem parte desse itinerário e, portanto, estão presentes na descrição. No entanto, não me preocupei em destacá-los, mas sim em vê-los em meio às expressões sociais que ali se manifestaram.

Vale dizer também que as observações estão vinculadas ao itinerário que percorri; portanto, à fragmentação que o caracterizou. Dessa maneira, não tive a pretensão de dar conta de todo o universo de corporalidade destes meninos e meninas - o que pressuporia uma investigação mais detalhada, além de uma incursão na intimidade perigosa dos mocós, o que não foi possível - mas antes de apontar para certas noções que estes trechos de ruptura me revelaram.

## *1. AS MARCAS CORPORAIS: DESPOJAMENTO E CONFLITO*

Um dia, combinei de me encontrar com Lúcia, Margô, Hilda, (outra educadora da Pastoral) na Praça do Carmo. Quando cheguei, elas conversavam com Toco e Amaral. Toco estava sentado no chão, encostado no canteiro à beira do qual se sentavam as educadoras. Já Amaral ficava perambulando pela praça. Ambos estavam muito sujos, descalços, com as roupas igualmente imundas. Toco conversava com Margô, mas com cara de poucos amigos. Estranhei, perguntei o que ele tinha, ele disse que não era nada, mas olhava Lúcia com aborrecimento. Logo Amaral começou a andar perto da esquina e Lúcia o acompanhou, conversando e brincando com ele.

Então, Toco nos disse, olhando Ana de longe:

- Cês querem sabe por que eu tô com essa cara? É por causa dela (e apontou para Lúcia). No dia em que nós foi lá no Conselho<sup>7</sup> pedi pra abri a Casa Aberta pra nós pode tomá banho, ela, ao invéis de ajudá, atrapaiô. Disse que a gente não precisava de banho.

Margô tenta conciliar:

---

<sup>7</sup> Toco se refere às reuniões semanais do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente, que congrega as entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes na cidade de Campinas, e inclui a participação da Pastoral do Menor e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. No dia referido por Toco, algumas crianças e adolescentes que vivem nas ruas foram até o Conselho, juntamente com os educadores do Movimento, para reivindicar a reabertura da Casa Dia , em sistema de casa aberta, para que eles pudessem ter o direito sobretudo do banho.

Segundo o esclarecimento que os educadores da Pastoral me fizeram, o argumento que Lúcia expôs, é de que seria importante reivindicar mais coisas, além do banho, para que pudesse se conceder uma vida mais digna aos pequenos moradores da rua. Com isso, ela queria chamar a atenção para que se melhorasse a própria política de atendimento a esse segmento que está nas ruas.

- Atrapalhar, não, Toco, ela só disse que banho não era o mais importante.

Nesse momento, Amaral senta-se ao lado de Toco, e Lúcia volta e ouve a conversa. Toco responde ao argumento de Margô:

E cês não acha que banho é mais importante porque cês toma banho todo dia, né, tão limpinha, bonitinha. Num fica qui nem a gente tá agora, olha aqui pro nosso pé. A gente passa na rua, e as pessoa chama a gente de porco, de imundo. Pensa que é fácil pra gente escutá isso? (Amaral acrescentava algumas exclamações de aquiescência)

Lúcia, que já havia se interado do diálogo e já sabia anteriormente que Toco a acusava de obstruir sua reivindicação, disse-lhe :

— Toco, você tá envenado contra mim, não fica, assim não. Você acha que vocês merecem só banho? Vocês merecem muito mais que isso, merecem uma vida melhor , e é isso que a gente tá tentando. Vocês precisam muito mais que um banho.

— Envenenado, nada, só tô dizendo as coisa que eu vi, eu vi você falar que a gente não precisava de banho. Sabe, comida, eu arranjo por aí, pedindo, dormir, eu me viro, mas toma banho? Onde é que eu vô fazê isso? Nós tem direito de tomá banho. A gente que é da rua não é cachorro, não!

Essa cena traz à tona duas questões relevantes. Por um lado, aponta para a relação educador (no papel de mediador)/meninos, que compreende não apenas um canal positivo de diálogo, mas também, como aponto aqui, alguns nós. As tentativas de entendimento mútuo enfrentam o fosso entre duas visões de modo de vida bem diversas: por

um lado, as instâncias de atendimento anseiam por uma política que, para tornar digna a vida dessas crianças e adolescentes, clama por meios de tirá-los das ruas. Sendo assim, antes do banho, é preciso que certas responsabilidades sejam tomadas pelos órgãos responsáveis pela questão da infância e adolescência, assegurando os direitos pleiteados pelo ECA: direito à escola, casa, comida, pequena jornada de trabalho, etc.

Por outro lado, o que reivindicam as crianças e adolescentes é que a política dirigida a eles lhes traga o que eles mais necessitam; mesmo agora e ainda na rua, uma destas coisas para além do *crack* - que eles sabem que não podem reivindicar - é o banho. Assim, embora eles compartilhem o discurso de uma vida melhor fora das ruas, ao menos nas conversas com os educadores, há outros interesses ligados às suas necessidades no lugar onde vivem e o qual não veem como necessariamente inadequado. A expressão “nóis da rua também é gente”, implica em desejar um reconhecimento na rua, como sujeitos que a ocupam. E tais afirmações batem de frente, de certa forma, com os pressupostos iniciais de bem-estar da criança e do adolescente, que conformam as atividades da política assistencial.

O desejo de “trazer o banho às ruas” é também revelador de como eles lidam com as noções de sujeira e limpeza. Tomar banho e permanecer na rua é também trazer a limpeza - signo associado à ordem - para o espaço onde seu corpo se torna vulnerável, seja fisicamente, pela possibilidade de serem agredidos pela sua aparência suja, seja simbolicamente, em uma tentativa de diminuir o estigma que pesa sobre eles. A limpeza é então resignificada na rua, e não em oposição a ela.

Foram muitas, durante os acompanhamentos nos trabalhos de abordagem, as reclamações sobre a falta de banho. Por várias vezes, eles ou elas chegavam em cobertores imundos, os pés negros e ásperos pelo acúmulo de sujeira, o cabelo rançoso, pele encardida, com muitas manchas de pele, os dentes amarelados, segundo os educadores, devido ao uso do *crack*. Sentavam-se, conversavam e comiam da maneira como estavam, salvo algumas vezes, quando acordavam, quando lavavam o rosto na pia do Largo do Rosário. Mas quando se encontravam sujos dessa maneira, a vergonha e o mal-estar ficavam nítidos em suas expressões. Viviam, então a requisitar um local para o banho e roupas limpas.

Quanto maior o tempo em que permanecem nas ruas, maior a espessura de sujeira que cobre seus corpos. Quando voltavam de uma visita a casa de parente ou de amigo, ou mesmo de instituições, apareciam limpos. À medida que faziam seu cotidiano ambulante, estavam de novo com a “aparência desgrenhada”<sup>8</sup>. Tal sujeira é fruto do suor, de restos de comida que grudam em seu corpo e cabelo, das aventuras das pipadas, que os levam muitas vezes a cair ou se arrastar em qualquer lugar. É fruto também do descuido que vem da rapidez com que circulam de um lugar a outro.

A reivindicação para estarem limpos convivem com as práticas que lhes cobrem de sujeira. Pois os cuidados com a saúde e a higiene pessoal são mínimos, se levamos em conta suas ocupações do dia-a-dia. Envoltos

---

<sup>8</sup> Desgrenhada seria um termo comum na linguagem coloquial, e usado por educadores e meninos como qualificativo da desordenação

na rotina do *crack*, associada aos constantes deslocamentos no meio urbano em busca de comida, ou fugindo de policiais ou traficantes, o cuidado cotidiano que temos com nossos próprios corpos não se inclui em seu modo de vida. O contato com lixo, que vem muitas vezes de sua busca por sobras recém-jogadas, ou a mistura do local de excreção com o de alimentação, ou de outras atividades, como é nos mocós, são reveladores dessa despreocupação.

Para dormir, procuram papelões e cobertores velhos. É muito comum os encontrarmos envoltos nesses panos e papelões, pelos cantos do centro, em portas de lojas ou bancos desativados, em praças, entre as barraquinhas do Largo do Rosário. No entanto, muitos dormem em contato direto com o chão, muitas vezes porque vão dormir entorpecidos, de manhã, sem disposição para pensar em como se arranjar. Outras vezes porque não têm a mesma sorte que seus companheiros, não encontram material com que se cobrirem.

A alimentação diária dos meninos, que não obedecia ao hábito regular de no mínimo três refeições, era feita normalmente de marmitex ou de sanduíches que conseguiam comprar ou obtinham de transeuntes. Ocasionalmente, conseguiam garfos de plástico. Selecionavam no marmitex o que queriam comer, às vezes deixando boa parte da comida de lado, boa parte do arroz e feijão, os legumes; no final, quando não havia ninguém que quisesse as sobras, jogavam os restos e os papéis ou alumínios que envolviam a comida em qualquer canto do chão, à espera da limpeza pública; bem raramente jogavam no lixo. Quando chegava mais um querendo comer, voltavam facilmente aos lugares onde jogaram os restos e abriam novamente para dividir. O manuseio com a comida,

depois de satisfeitos, é similar ao que fazem com o lixo. Não tendo onde deixar, largavam em qualquer lugar. Os mocós reúnem estes resíduos de uma forma significativa. De uma certa forma, deixam os resíduos porque os espaços apropriados para seu uso são “descartáveis” e, são deixados para alguém limpar. Os restos deixados por meninos e meninas são um elo de ligação com os agentes da limpeza pública que os persegue. Eles são, simultaneamente, causa e consequência dessa perseguição. E, acima de tudo, evidência dessa relação.

O uso que fazem das roupas faz parte de uma atitude que poderia ser classificada de despojamento. Meninos e meninas usam a roupa até gastar; ela é tão descartável como o lixo. Normalmente, não têm onde lavar a roupa; mas quando têm, não há disciplina para tanto. Na pesquisa pré-campo que fiz em uma casa aberta, eram poucos os que realmente as lavavam<sup>9</sup>. Como habitantes nômades da rua, seria difícil carregar pertences, sobretudo para suas aventuras cotidianas. As roupas que têm, trocam entre si, assim como o cobertor que usam.

São pouquíssimas as roupas que guardam e têm cuidado especial, como foi colocado no capítulo III. Lara, quando estava no Convívio Alegre, mostrou-me, orgulhosa, uma gaveta cheia de roupas que ela ganhara da instituição quando chegara lá. Pouco tempo depois saiu, e, naturalmente, não pôde levar tais roupas, pois não saberia nem para onde iria. Mesmo quando estão nas ruas, recebem muitas roupas de

---

<sup>9</sup> Fiz uma pesquisa pré-campo, em Ribeirão Preto, em 1992. Era uma casa aberta que pertencia à Pastoral do Menor, e funcionava entre 18:00 e 21:00 hs. Lá as atividades estavam restritas, na época em que a frequentei, a alguns jogos, banho, janta e a lavagem de roupa para quem quisesse, além do atendimento médico.

entidades filantrópicas, ou de transeuntes que a fornecem. Milton<sup>10</sup>, um garoto que já está há bastante tempo nas ruas observa com ironia essa profusão de doações. Ao conversarmos com ele no Largo do Carmo, disse que precisava de um banho, e também de uma roupa. E disse: “Não precisa trazer um monte de sacolas” e fez um imitação sarcástica com as mãos “só quero uma camiseta e uma bermuda”. A preocupação das pessoas em doar roupa expressa o que o olhar do transeunte codifica ao passar por meninos e meninas nas ruas: o corpo despojado, isento de cuidados, sujo, envolto em trapos choca, incomoda. E os meninos sabem disto. Se, por um lado, aproveitam-se dessas reações e reforçam a atitude mendicante para obter o que desejam, por outro lado, tal consciência lhes deperta reação e sentimento de vergonha, de embaraço, e de auto-afirmação. Daí também a busca pelos banhos.

Essas características - o desprendimento com relação a objetos materiais, o envolvimento com o que é considerado lixo pela sociedade “sedentária”, e o acúmulo gradual da sujeira diária, estendem-se a outros habitantes da rua (Magni 1994:32). Uma vez que estão sempre circulando, os nômades urbanos não podem carregar muita coisa, o que gera um desprendimento com relação aos utensílios materiais. Quando não conseguem comida com as esmolas, vão à procura das sobras jogadas

---

<sup>10</sup> Conheci Milton na Praça do Carmo; estava sozinho, e Lúcia abordou-o com facilidade, pois era um velho conhecido dela. É um menino de estatura média para baixa, cabelos castanhos escuros que estavam bem sujos, olhos castanhos bastante amargos e um tanto quanto hostis, naquele dia não me pareceu muito aberto a conversas. Esta foi a única vez em que conversei com ele. Vi-o depois em outros pontos da cidade, em dias que não fazia pesquisa; ficava a pedir dinheiro nos semáforos.

Milton era amigo de Karnak e Pedro; juntos eles dividiam os pequenos espaços para dormir, em especial, o canto da Av. Glicério com a Av. Moraes Salles. Meses após o término da pesquisa, soube que ele estava na FEBEM; e que estava namorando Luti (informação não confirmada pela garota).

no lixo. No que diz respeito à higiene pessoal, ela é exercida em locais públicos. Às vezes em banheiros públicos ou albergues. Mas muitas vezes em matagais, becos, onde for possível (Magni 1994:31). As marcas de sujeira são inscrições que dão indícios desse modo de vida. Imprime-se uma trajetória do cotidiano no que lhes sobra como mais forte instrumento de expressão, que é o corpo. São “signos genéricos que evidenciam o pertencimento do indivíduo ao segmento social que habita as ruas” (Magni 1994: 29).

As marcas de sujeira dizem respeito não somente ao tempo que estão perambulando pelas ruas, mas também à sua gradual vinculação com ela, a chegar a sua apropriação enquanto moradia (mesmo que esta não seja permanente, como já indicado aqui). Crianças e adolescentes recém-chegados às ruas, ou que ainda voltam várias vezes para casa, mantêm-se com uma aparência bem menos marcada por este despojamento quanto às roupas, ou ao corpo. Quanto maior o contato com a casa ou as instituições, maior é o cuidado com essa aparência. Ivone, que durante nossos encontros não dormia na rua - dormia em albergues ou na casa de alguma amiga -estava, na maioria das vezes com roupas limpas, o cabelo penteado, rosto limpo, batom. No entanto, pelo menos durante boa parte do dia, ela ficava a andar com as outras meninas e acompanhar suas atividades. Ivone possuía um caderno de perguntas, que ela pedia para suas colegas, ou mesmo para as educadoras, responder. Eram perguntas sobre namoros, sexo, gostos. Perguntei a ela se as meninas com as quais ela andava - Soraia, Marta, Rosane - não haviam respondido às perguntas. Ivone me respondeu que não havia dado a elas: “Ah, elas iam responder até a metade, iam sujar, e

eu não quero que suje o caderno. Eu ia deixá a Renata, porque não é desleixada”. No entanto, Ivone me afirmara pouco tempo depois que fizera o caderno a princípio para as meninas.

Se, por um lado, o acúmulo de sujeira é evidenciador de muitas de suas práticas e também de sua relação com o meio, há sempre o contraponto que é a projeção no mundo da limpeza. Assim, quando as meninas ou os meninos voltam da casa de seus pais, avós, amigos, ou das entidades de atendimento, trazem consigo a expressão de “estarem mais limpos”, de poderem voltar à rua sem a sensação de vergonha. Encontrei Soraia uma vez no Largo do Rosário. Estava limpa, radicalmente diferente de quando a víamos acordando na rua. Surpresa, eu a elogiei, e fui presenteada com um largo sorriso. Encabulada, ela disse que havia ido à casa da irmã, e tomado banho “porque tava precisando, né?”. Assim foi com Pequeno, com Lara, e os outros nesse tempo de pesquisa.

Tanto a questão da sujeira quanto o uso de roupas segue o mesmo procedimento. A idéia de estar limpo, de possuir uma roupa limpa e “ajeitada” confere a meninos e meninas a marcação de sua diferença com relação aos que estão na rua. Ocorre então um duplo processo: a sujeira os configura enquanto um “sujeito da rua”, “identidade” que por vezes eles assimilam seja de forma positiva (sensação de pertencimento à rua), seja, por vezes, negativa (introjetam o preconceito que lhes é projetado); por outro lado, a projeção da limpeza e das roupas boas e limpas expressa o desejo de não serem reconhecidos como um “outro”, pertencente ao mundo da rua, e sobretudo de corresponderem à imagem de criança ou adolescente “em seu lugar”, fora da rua.

Esse processo é contraditório e vivenciado cotidianamente por meninos e meninas. Tal contradição tornou-se clara para mim no caso de Pedro. Já saído das ruas, era constantemente elogiado, pelo seu novo visual: limpo, calça e camisa novas, mais gordinho. Na Pastoral, havia fotos de Pedro na rua. Ocasionalmente mostravam-lhe estas fotos; ele sorria, tímido, comentando a diferença. No dia de seu encontro com Karnak (ocasião em que conheci ambos, descrito no capítulo III), o contraste era notável. Meses depois desse encontro, Pedro havia entrado em crise, estava confuso, e sumiu das vistas dos educadores da Pastoral e da clínica Souza Novaes, onde estava tratando-se do vício do *crack*. Então, desapareceu.

Algum tempo depois, os educadores o localizaram através das meninas que estavam no Largo do Rosário. Pedro estava pipando a droga novamente; ia à noite à procura dos meninos na rua. Os meninos e as meninas o apelidaram jocosamente de “Arrumadinho”. Ou seja, Pedro não pertencia mais ao circuito da rua, já se diferenciava de seus antigos colegas; no entanto, não havia se adaptado à sua nova vida também. Já não pertencia a lugar nenhum. Seu deslocamento da vivência da rua tornou-se evidente em sua reinserção ao circuito da casa, do trabalho, da aparência limpa, cuidada, da qual ele se orgulhava. No entanto, havia a dificuldade do “re-alocamento”. Na relação com seus amigos da rua, as singularidades se contrastavam; nessa interação, as delimitações corporais contrapostas estavam explícitas<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A saída do menino ou da menina da rua é um movimento potente de reafirmação da situação de rua para os que ficam, ou seja, da singularidade do menino no espaço que vivencia. A situação descrita não é a única. Silva e Milito descrevem outra história: “Santo, (...) é dos três o que Claudia tem visto com mais frequência. Em março de 1993, o projeto o matricula em uma escola de rede pública e desde então está muito

O banho, as roupas, assim como o cuidado com a estética são signos “ritualizados” publicamente por meninos e meninas, no sentido de deslocá-los, simbolicamente, do circuito da casa para a rua. Quando as meninas, sobretudo, voltavam da casa de suas amigas, exibiam seu novo “look”: novos shorts, curtos, batom, cabelos arrumados. Em um dia no Largo do Rosário, em que estávamos eu, as educadoras, Ivone e Marta, chega Eliane, acompanhada de uma colega, desconhecida para mim, mas que não estava nos circuitos das ruas. Ambas estavam vestidas de forma similar ao estilo que descrevi acima. Andavam abraçadas, o olhar altivo, de forma bem sensual. Eliane se aproximou de nós, cumprimentou-nos, perguntou de Rosane. Em seguida, mal se despediu e saiu, grudada em sua companheira, pela av. Glicério. Era como brincar de um novo estilo. Assim como Daniel, que encontramos um dia andando com Júlio pelo Largo Rui Barbosa. Estava de camiseta e bermudas limpas, boné, um óculos Ray-ban, e descalço. Quando nos viu, ficou desfilando à nossa frente, divertindo-se com seus novos apetrechos, e com nossas brincadeiras elogiosas.

Divertem-se também com “mudarem a cara”, em especial. Em um dia, quando Ivone foi a uma loja de cosméticos comprar produtos para o cabelo, Renata foi junto e “apropriou-se” de um creme e um pente. Ao chegarem em frente à padaria Orly, onde estávamos os educadores, eu e outros garotos e garotas, fizeram uma festa. Soraia pegou o creme de Ivone, e começou a passá-lo em seu cabelo, que estava imundo. O

---

compenetrado, demonstrando cuidados especiais com suas roupas e aparência. Além da escola, também trabalha, a resistir decidido às freqüentes gozações dos outros meninos, a insinuarem que ele não passa de um babaca por ter capitulado à ordem do trabalho.” (Silva e Milito 1995: 75).

resultado foi um emplastro, que endureceu o seu cabelo. Perguntei a ela se era para se embelezar, ela disse que não, pois não era bonita, nem queria ficar. Mas estava divertindo-se em passar o pente em seu cabelo emplastado. Em outras vezes, encontrei as meninas passando “Alisa e Tinge”, uma espécie de tintura em seus cabelos em meio ao Largo do Rosário, passando inclusive no cabelo de Pequeno, como já descrevi no capítulo III. Em seguida iam lavar o cabelo na pia. Semanas depois, eu as encontrava com os cabelos novamente embaraçados e sujos. Não há sistematicidade nesses cuidados, como já era de se esperar. Há uma referência constante ao estar ou se fazer bonito ou limpo, mas esta diluiu-se em seu ciclo efêmero, vago, de atividades diárias. Em suma, passa a ser apropriado na dinâmica itinerante.

Os objetos de consumo tinham um efeito de exposição e divertimento semelhante. Tênis (roubados ou comprados), brincos, perfumes, colares, bonés, que compõem a aparência dos adolescentes hoje, em especial dos grupos presentes nos bairros de onde esses meninos vieram (como os funkeiros de Campinas, por exemplo), eram usados ocasionalmente por meninos e meninas. Diferentemente de gangues ou grupos de jovens de diversos segmentos sociais, que tomam o consumo como eixo organizador da marcação identitária, a apropriação desses materiais era feita de forma irregular, conforme o dinheiro que ganham ou roubam, ou a disposição para gastar o dinheiro em tais objetos ao invés de usá-lo para comprar *crack*. Para além da compra, havia a possibilidade do roubo, que por sua vez, é imprevisível e não pode ser recorrente no mesmo circuito, para não chamar atenção da polícia. Assim, estes objetos, do mesmo modo circunstancial que

chegavam às suas mãos, escapavam lhes. Eram esquecidos em alguma aventura, perdidos, estragados. Seu valor enquanto expressão de superioridade durava pouco e obedecia à mesma lógica do cuidado com os cabelos: um vivenciamento divertido, uma vaidade momentânea.

Apesar de seu caráter divertido e pouco duradouro, as atitudes descritas aqui são significativas para entender como o corpo expressa o embate de sentidos espaciais e temporais que molda a subjetividade dessas crianças e adolescentes. Pintar o cabelo, usar roupas bonitas e limpas, tomar banho, estar na moda, maquiar-se, tornam-se ritualizações que, na rua, transportam-nos para uma outra ordem de representação que não é a que estão inseridos, a dizer a representação de limpeza, de asseio, de ordem, de um cidadão concebido como comum (trabalha, estuda, tem casa, constitui família, têm 'teoricamente' seus direitos respeitados, e que aparentemente pode circular por todos os espaços sociais). Ou, mais ainda, como meninos e meninas, adolescentes. Assim, singularizam-se enquanto gênero e faixa etária. Operando com um código de estética cujo princípio da limpeza, beleza, e do consumo que as cria, está disseminado como valor pela sociedade como um todo, meninos e meninas ritualizam sua entrada no imaginário do qual são excluídos, e que tem como parâmetro oposto à sua imagem.

Tal comportamento ritual, simbólico tem, para usar a linguagem de Leach<sup>12</sup>, para além de seu intuito de estabelecer uma comunicação - tornar, através da higiene e da estética uma linguagem que seja comum entre meninos e seus interlocutores - também um caráter pragmático.

---

<sup>12</sup> Leach, Edmund. "O cabelo mágico" in. *Grandes Cientistas Sociais* (org.) Da Matta, Roberto Ed. Ática, SP 1983

Como coloca Leach, o simbolismo público (o comportamento ritual de um significado social compartilhado entre as pessoas que o fazem), para além de dizer sobre o estado das coisas, eles as altera (Leach 1958:147). Nesse sentido, o que pretendo dizer é que as performances estéticas dos personagens em questão modifica, naquele momento, sua aparência, mimetiza-o em meio à multidão urbana, criando o efeito particular e contraditório, de projetá-los no espaço através da imagem desejada de não-excluídos; e, simultaneamente, a relativiza enquanto um personagem social que se localiza no espaço urbano, o “menino” ou a “menina de rua”.

O fato de nuançar sua imagem não os faz desligar-se da territorialidade itinerante. Ao dissimular sua visibilidade enquanto um menino de rua, facilita sua mobilidade pelo centro da cidade; se dificulta sua posição como pedinte, por não ter a aparência deplorável que a mendicância demanda, possibilita maiores vantagens tanto no ato de roubar, como de passar invisível pela polícia. Em uma época posterior de minha pesquisa, o desânimo de Laura, uma das educadoras, com as meninas era revelador desse procedimento. Ela me disse que haviam aberto uma casa, para que as crianças pudessem tomar banho. Todos os dias então, ela e outros educadores buscavam as crianças pela rua para levar à casa. Nas conversas no caminho, perceberam que as meninas, em especial Soraia, tinham a intenção de tomarem para que pudessem chamar menos atenção ao roubar, o que de fato, efetuou-se durante um tempo.

Especifico as atitudes para com relação à limpeza e à estética como um comportamento ritual porque se concretizam em uma performance que, por um lado, permite um deslocamento simbólico para a ordem

sedentária, através da incorporação de alguns de seus elementos. Por outro, esse comportamento, ao se explicitar na rua, nublando suas fronteiras entre o público e o privado, torna visível o limiar, a zona interstícia na qual meninos e meninas estão vivendo. Simultaneamente, ao projetarem simbolicamente tais atitudes, afirmam sua realidade itinerante.

Tais referências indicam que, a circulação de crianças e adolescentes pelas suas casas e outras instituições, permite contraposições e ambigüidades constantes no modo como práticas e representações sobre sujeira e limpeza são construídas entre esses sujeitos. Suas trajetórias pelo espaço urbano, o modo pelo qual adequam-se ao meio em que transitam, fazem com que eles convivam com os agentes que nossa educação, a saúde pública, e mesmo a imprensa, classificam como poluidores. E, conseqüentemente, a eles essa classificação é transferida. Em outras palavras, meninas e meninos assumem-se como sujos, como elementos poluidores dessa ordenação urbana na qual os discursos são colocados.

O desejo de se desconectarem dessa imagem estigmatizada ocorre quando tomam consciência dessa classificação; ou seja, na medida em que são alvo de condenação pela sua aparência suja, passam a requisitar o direito de estarem limpos. No entanto, não vinculam a limpeza com a saída das ruas, consideradas pelos mesmos agentes classificadores como os locais de desordem e, portanto, de poluição. O despojamento com o corpo, a manuseio descuidado com roupas e a comida, a desatenção a horários e locais específicos para o exercício de atividades corporais

constituem o quadro que reforça o espaço das ruas como local de desordem.

Meninos e meninas enfrentam este discurso freqüentemente em suas andanças; e muitas vezes o assumem, principalmente para sobrepujar os colegas, mostrarem-se superiores, como é o caso de quando voltam de casa. Consideram então que há uma conexão entre a rua e a sujeira; no entanto, ela perde importância enquanto estejam se aproveitando deste espaço, aventurando-se nele. Sua reivindicação para sair da rua faz parte mais da necessidade de fugirem ao estigma, a serem aceitas pela sociedade que as condena; mas não necessariamente abrir mão da vida que têm na rua, onde se inscrevem a maior parte de suas vivências. Nesse sentido, poluição, sujeira, são assumidas como reflexo de suas práticas, mas não que estas sejam consideradas por eles as produtoras das primeiras, como colocam os discursos a favor da saída da rua.

Poder-se-ia ver nas contradições entre sujeira e limpeza, que marcam o universo corporal das crianças e adolescentes, fruto de restrições sociais que se impõem aos “símbolos relativos ao controle corporal” (Mary Douglas 1970:17)<sup>13</sup>. Considerando, como o faz Mary Douglas, que o controle sobre o corpo é consequência de um esforço constante de se reforçar limites sociais, a associação do mundo das ruas com a sujeira reitera a visão do espaço das ruas como lugar fora de controle, desordenado. Em uma articulação que opõe ordem e desordem,

---

<sup>13</sup> Douglas, Mary . “Los dos corpos”. *Símbolos naturales - Exploraciones cosmología* Ed. Alianza, 1970 (1973)

expressa nas classificações sobre o corpo físico, o controle volta-se para o lugar onde se diagnostica a desordem. Onde os limites da ordenação parecem frouxos, como parece ser o caso da rua, o corpo social impõe suas restrições, na medida em que projeta sobre o corpo físico as distâncias sociais entre sujeitos poluentes e sujeitos puros. Daí a permanente elaboração de uma imagem de sujeira e perigo que pesa sobre as crianças e adolescentes de rua.

Porém, visualizar categorias de oposição integradas, como o faz Mary Douglas, que parte do pressuposto de que a relação entre o puro e o impuro se articula de uma forma sistematizada, criando uma unidade social, torna-se complicado quando nos voltamos à experiência urbana contemporânea. Na visão da autora, a sujeira nos remete a um reforço das categorias classificatórias de uma sociedade: “O corpo social condiciona o corpo físico” (Douglas, 1970: 89). Tendo essa afirmação como base de sua argumentação, ela passa a entender o corpo físico como um “microcosmos” social, no qual essas categorias classificatórias se opõem sistematicamente, havendo um esquema ordenado que é subjacente às normas de pureza. Dessa forma, Mary Douglas coloca que a oposição asseio/descuido “constitui elemento constitutivo do conjunto geral de contrastes simbólicos que expressam a dicotomia formal/informal.” (Douglas, 1970: 98). Desse modo, para entender uma característica do descuido, é necessário que o associe a outras manifestações que componham um comportamento considerado em uma totalidade.

Se há uma articulação entre sujeira/limpeza, puro/impuro, ela não se faz de forma integrada, unificada, mas antes em uma movimentação

que põe em questão, ou que reordena constantemente os parâmetros que delimitam ordem e desordem. É como se os corpos físicos extrapolassem as fronteiras delimitadas pelas codificações sociais; tornam-se mais elásticos, flexíveis. Os elementos considerados poluidores não necessariamente são considerados em uma totalidade que expresse um comportamento definido. O modo como meninos e meninas processam essas diferenças é revelador da relativização que sofrem estas classificações de mundo opostas, fragmentando-as, e rearticulando-as em uma multiplicidade de outros códigos. Ou seja, a oposição entre sujeira/limpeza, poluição/ordem está presente no universo dos meninos. Mas é relativizada pelos códigos elaborados nas práticas itinerantes, criando uma posição ambígua frente a essa classificação.

A maneira como lidam com as doenças, que lhes acometem, reforçam esse quadro. São constantes os machucados e cortes na pele, frutos de suas fugas pelo centro da cidade, da agressão física por parte de outros sujeitos, ou de colegas, ou mesmo das suas “viagens” em função de drogas; enfim, resultados do movimento de seu cotidiano. Doenças epidérmicas, venéreas, respiratórias, também são bem recorrentes, há observações praticamente diárias dos educadores sobre a emergência de seus problemas de saúde. Tais problemas incomodam as crianças visivelmente, e transparecem especificamente ao educador de rua, pois este é solicitado pelos meninos e meninas para levá-los ao posto de atendimento médico. Assim, praticamente todos os dias da abordagem, encontrei alguma criança ou adolescente com problemas. No que diz respeito à saúde, eles se encontram bem dependentes de ajuda

“externa”, em especial dos educadores. Pela dinâmica de vida que têm, e pela pouca idade, não sabem o que fazer.

No entanto, a solução que pedem para o problema é bem mais rápida do que a doença sugere. Rosane havia machucado o pé em uma das suas alucinações provocadas pelas pipadas; cortara-o com cacos de vidro. Assim que as educadoras chegaram no Largo, Rosane juntou-se a elas e foi ao médico. Depois do atendimento, a troca do curativo ficou sob sua responsabilidade. Mas ela continuou a andar descalça, com os pés sujos. No caso de curativos que têm que ser limpos todos os dias, nada garante que será efetuado. Alguns meninos guardam remédios junto à dona da banquinha de livros espíritas, como já descrevi. Mas não há indício de que tratamentos que demandem um cuidado diário seja feito. Há então o desejo de cura, mas nenhuma disposição para se ausentarem de seu circuito pelas ruas para que a cura se efetue.

Na penúltima vez que fui fazer o trabalho de abordagem, em meio a vários garotos que ali estavam, conheci Macalé, um garotinho de aproximadamente 9 anos de idade. Estava com uma bermuda até os joelhos, um camisão bem maior que seu número, e um boné. Chegou altivo, junto com Karnak e Mara. Estava com um olho machucado, muito inchado e fechado. Ele batera em um poste, quando fugia de um furto efetuado por algum dos meninos. Margô então sugeriu levá-lo ao médico. Macalé olhou desconfiado:

- Que médico?

- O posto que atende criança, aqui na Barreto Leme, a um quarteirão daqui.

- Ah, não, se é pra ficar internado, eu não vou, não !

E a negociação se estendeu, até que Margô o convenceu de que ele não ficaria retido no posto, e marcou um horário para o dia seguinte, mas ele não apareceu.

Nas vezes em que os encontrei com problemas de saúde, a grande questão era então a falta de um local onde eles pudessem permanecer para que se recuperassem. Lara, com problemas de infecção venérea, teve apenas uma alternativa: abrigar-se no Convívio Alegre, pois sua recuperação exigia banhos diários, e lavagens com remédios. Ela foi, e a Pastoral começou a procurar seus documentos para que ela voltasse à escola. Duas semanas depois, Lara sumiu do estabelecimento, sem mesmo ter se curado completamente.

Esses casos foram se revelando para mim como um problema insolúvel: são manifestações corporais de reação ao frio, à sujeira, à falta de higiene, ao descuido com a prevenção sexual; enfim, acompanham as atividades que os meninos e as meninas fazem na rua. Expressam, sobretudo, o distanciamento — talvez temporário — de uma concepção de corpo em que se inscrevem cuidados diários e uma consideração com seu futuro, uma idéia do preservar. Colocando entre parênteses o tempo futuro, meninos e meninas fogem às alternativas de preservação de saúde que lhes são oferecidas. Nesse sentido, seus corpos se revelam como potente instrumento de expressão do conflito entre eixos de espaço-tempo que praticamente se opõem: a atenção à regularidade, ao disciplinamento corporal, associados a espaços fechados em contraposição com o mundo instável, imprevisível, das ruas.

Não que eles não sofram com as doenças. Ao menos seis das crianças estavam com tosse crônica, fruto da exposição ao sereno da noite. Dois adolescentes - um menino e uma menina estavam com AIDS. Praticamente todos tinham dermatoses espalhadas pelo corpo. Há, sobretudo, o *crack*. Consumida em grande quantidade (de 1 a 10 pedras diárias), a droga, mistura de cocaína com bicarbonato de sódio, tira o apetite, estraga os dentes, e tem um efeito fulminante, tanto na hora da pipada, que gera um efeito alucinógeno imediato (cerca de 8 a 10 segundos), quanto posteriormente, quando os meninos são tomados por uma espécie de alucinação, provocada pela ausência de uma substância da droga, a dopamina. Os meninos e meninas a chamam de "nóia". Nesses momentos, o desespero das crianças em busca do *crack* aumenta, e o trabalho dos educadores de conversa e persuasão, tornam-se impossíveis. Em suma, a dor que os aflige os impele a pedir ajuda, mas a cura muitas vezes não parece compensar a saída das ruas.

Os problemas encontrados ao se lidar com a saúde parece ser um dos elementos mais expressivos do vazio espacial que se constitui na relação entre meninas e meninos e os agentes que por eles se responsabilizam. Tendo a boa saúde como a necessidade mais básica que educadores visam atender, muitas vezes não há o que fazer. Não há lugar para cuidar deles estando na rua; não há disposição das crianças para que saiam delas, salvo alguns casos. Fica, para o educador, apenas a consciência da gravidade dos problemas, assim como a percepção do quão fora do alcance estão. O vazio espacial, ou seja, a ausência de um *locus* onde se possa realmente efetuar esta relação de cuidado por parte do educador com a saúde da criança ou do adolescente é a expressão do

momento em que fica mais evidente a escritura hegemônica do planejamento urbanístico sobre as linhas da cidade.

## 2. PRÁTICAS CORPORAIS - O APRENDIZADO DA RUA

Para além das marcas corporais<sup>14</sup>, o uso que os meninos fazem do corpo, a utilização de certas “técnicas corporais” em suas práticas do dia-a-dia, também revelam particularidade ligadas ao mundo da rua. São adaptações do indivíduo à dinâmica de movimento nas ruas, resistindo às interdições a que são submetidos, ou colocando-se como interlocutores no complexo meio social em que estão. Em outras palavras, as técnicas corporais são performances operacionais, táticas<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Uma questão relativa à marca corporal, mas não discutida neste trabalho, é diferença racial. Uma vez que não tive oportunidade de investigar o tema com a complexidade que ele merece, optei por não incluí-lo em minha análise. Nos entanto, penso ser necessário fazer algumas observações. No contexto de minha pesquisa, havia 8 negros, sendo 4 meninas e 4 meninos; 15 brancos, sendo 9 meninos e 6 meninas; e dois mulatos, 1 menino e 1 menina.

Embora andassem juntos, namorassem entre si, efetuassem as mesmas práticas, parecia haver uma certa marcação classificatória na diferença de cor. Em minha investigação, tais classificações apareceram de forma sutil, nublada, rasgos de conversas, comentários fugidios em meio a rompantes de raiva ou irritação. Como Lara ao descrever certos meninos da rua “não gosto de nego”; ou como o caso de Ivone, que se dizia discriminada pela irmã porque era negra; ademais, sempre perguntava por Margô, que é negra: “Cadê aquela escurinha, tia”. Ela dizia ter uma preferência por Margô.

Diálogos como esses possibilitam entrever uma diferença classificatória que se faz entre as crianças e os adolescentes. Todavia, não considero esses depoimentos suficientemente esclarecedores para que se possa inferir, por exemplo, que a diferença de cor seja um critério limitador ou estruturador das relações entre eles.

De qualquer forma, é interessante perceber que, neste contexto etnográfico, a presença de brancos é superior a de negros, contrapondo-se a outras realidades urbanas - como é o caso de Salvador e de São Paulo - onde acredita-se que o número de negros seja maior.

<sup>15</sup> Novamente minha inspiração é em Certeau. O autor estabelece uma diferença entre estratégia e tática. Enquanto a estratégia é um cálculo de forças que se faz sobre um *lugar*, “capaz de ser circunscrito como um

que se fazem na prática do espaço, que se aproveitam das ocasiões. Ao mesmo tempo, as práticas corporais chamam a atenção para a possibilidade múltipla de circunscrições de códigos que tenho indicado aqui.

Por não participar totalmente de seus itinerários individuais, não pude apreender todo seu universo de utilização corporal. No entanto, ao menos três situações foram muito reveladoras das negociações diárias que fazem para sobreviver. Primeiramente, a mendicância. Tida como uma de suas principais tarefas para obter dinheiro para comida e *crack*, a mendicância é uma das formas mais recorrentes de contato entre pedestres e meninos e meninas de rua. Para pedir dinheiro, seja nos semáforos, nas esquinas ou nas praças, eles assumem uma postura de inferioridade; expõe mais suas sujeiras e deficiências, enfatizam sua situação de fome e desamparo, enfim, acabam por atingir o cidadão, ao incentivar neste a obrigatoriedade de doar; tal ato parece isentar este último de sua responsabilidade para com aquela “situação social”.

Nos contatos durante o período de abordagem, eram várias as cenas em que podíamos perceber quando as crianças e adolescentes acionavam esse tipo de comportamento. No dia em que encontramos Júlio em frente ao Mc'Donalds, na av. Francisco Glicério, ele disse aos educadores e a mim para ficarmos longe, pois ele estava com fome. Sentamo-nos ao lado dele. Passou um homem, entrou na fila, que se

---

*próprio*”, e portanto visto com exterioridade, a tática é um cálculo a ser feito sem distinguir o outro como uma totalidade visível, sem contar com suas fronteiras. A estratégia domina o tempo. A tática, por sua vez, “depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, ela não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformá-los em ‘ocasiões’”. (Certeau 1994b:47).

organiza na calçada. Júlio olhou para o homem, sentado ainda, fez uma cara de choro e pediu “pelo amor de Deus” para que o homem lhe pagasse o sanduíche. O homem olhou, hesitou, e falou que iria pagar. Ele nos olhou sorrindo, vitorioso. Quando recebeu o sanduíche, agradeceu, com a mesma expressão de autopiedade.

A mudança de expressão é rápida e com toques teatrais. No dia em que encontramos os garotos e as garotas em frente à Padaria Orly, em uma esquina, ficamos Margô e eu a conversar com Soraia. Ela estava nos contando algo que aconteceu, de repente, parou de falar, e disse-nos para esperar. À nossa frente, uma mulher ligava seu carro para sair. Soraia virou-se para ela, com a mesma expressão chorosa de Júlio, infantilizando a voz e jogando o canto dos olhos para baixo. Sorriu e pediu “uns trocado”. A moça, um tanto quanto incomodada, lançou-lhe nas mãos umas duas moedas. Ela mal agradeceu, virou-se e verificou que moedas eram. “Ainda bem que é de 50 (centavos). Se fosse de 10 eu jogava de volta no carro!”. Esse comportamento gestual da mendicância se repete em qualquer cruzamento da cidade. Observei-o na maior parte de meninos e meninas, quando os via pedindo. Às vezes, a mudança de expressão é quase imediata. Utilizam-se dessa expressão e, assim que recebem o dinheiro, perdem a necessidade de mantê-la, sequer esperando que a pessoa inquirida esteja distante. Dessa maneira, é fácil perceber os contrastes entre esse comportamento choroso e suas posturas aventureiras e infantis pelas ruas.

Mas a receptividade a essa prática de pedir é maior quanto menor é a criança. Quanto maior seu crescimento, aparente pelo seu desenvolvimento físico, mais difícil é obter êxito na mendicância. Assim,

como diz Magni sobre a questão do crescimento na rua: "... mais ou menos subitamente, de 'menores de rua' tornam-se 'vagabundos marginais', sem terem, nesse meio tempo, adquirido capacitação para passarem do mercado da mendicância ao mercado de trabalho legítimo..."( Magni, C 1994:33). Mesmo para as crianças menores, o dia se torna algumas vezes pouco rentável, principalmente em virtude do número crescente de crianças e adolescentes pela rua, tendo sua imagem mais mimetizada à imagem do centro e, portanto, passando a ser encarados pelos transeuntes como um problema que compete a alguma autoridade, e não ao cidadão comum, isentando-os de alguma possível responsabilidade.

Quando a mendicância é inviável, meninos e meninas utilizam dois recursos: a agressividade no ato de pedir e o furto. Nos últimos meses, a prática da mendicância vem sendo acompanhada de uma postura ameaçadora, ou agressiva. No Largo, em três das vezes em que presenciei as meninas pedindo por sorvete, cigarros, ou Coca-Cola (como foi o caso de Luti, que descrevi no capítulo III), elas acompanhavam a pessoa a quem pediam até que elas dessem, em uma espécie de "imposição". Em nenhuma dessas situações houve um toque corporal, que pudesse ser indício de ameaça física, mas a perplexidade e o susto, por parte dos transeuntes, diante do pedido feito através do olhar ameaçador e arrogante, era expressiva o suficiente para que pudesse ser observado que sua doação era mais uma consequência mecânica de se livrar de um

problema e do medo<sup>16</sup>. Havendo ou não uma expressão concreta de ameaça, o clima de tensão é facilmente formado.

Muitas vezes, a reação dos transeuntes inquiridos é agressiva também, o que acirra esse clima de tensão. Assustados ou irritados, meninos e meninas tendem a reagir, xingando, às vezes jogando objetos. No menor dos problemas, a resposta é a agressão das palavras. Essa atitude ameaçadora acaba por diminuir o impacto da imagem do menino na rua enquanto *criança*. A pena dá lugar ao medo e à raiva. A mendicância agressiva, assim como a comercialização do medo feita pelos pequenos guardadores de carros e o furto, expõem o que Milito e Silva qualificaram como um *avanço sobre os limites clássicos da infância*: “O pedir enquanto se ameaça, o ameaçar enquanto se vende, o assalto em si seriam gradações dos avanços dessa crianças sobre os limites clássicos da infância. Esse avanço, quando mais exasperado, produz o menino rebelde agressivo, de difícil trato” (Silva e Milito 1995: 77)<sup>17</sup>.

Nos furtos, a agressividade e os riscos aumentam. Recentemente, a forma mais explícita de furtos tem sido o ataque aos motoristas nos semáforos. Os garotos vêm pedir no sinal fechado, mas ameaçam o motorista (na maioria, mulheres) com cacos de vidro, pedaços de pau ou pedras. É uma situação ameaçadora que vem chamando a atenção da imprensa, da polícia, e mesmo dos traficantes, quando esta prática é efetuada em sua área de “trabalho” e acaba por atrair a ação policial

---

<sup>16</sup> Esta tática da arrogância é bem sucedida, criando insegurança no transeunte. Porém, ela também cria a imagem da “pobreza insolente” “O menino de rua, mesmo enquanto pedestre, se apresenta arrogante e coberto de uma autoridade que o permite ser desagradável com quem o ajuda.” (Silva e Milito 1995:114).

<sup>17</sup> O grifo é dos autores

para seu território<sup>18</sup>. Para além de chamar atenção, a ameaça nos semáforos provoca reações também violentas, por parte dos motoristas que, quando reagem, agridem fisicamente; por parte da polícia, que chamada aos locais dos furtos acirram a “operação limpeza”; ou acabam por dar base a grupos de extermínio que agiriam em nome da “segurança pública”. Em suma, a violência da qual os meninos se utilizam retorna a eles com intensidade dobrada, tornando-os ainda mais vulneráveis.

Já os furtos pelo centro da cidade expressam a agilidade, a rapidez e a sutileza de suas atitudes. Quando não apropriados de armas (como revólver ou facas, que, apesar de utilizadas, são menos comuns nos assaltos diurnos do centro), o roubo que eles efetuam é, por vezes, quase imperceptível. Diariamente, garotos e garotas se apropriam de relógios, carteiras, dinheiro, de uma forma tão fugaz que a vítima ou demora a perceber, ou fica a vê-las fugindo, impotente. É uma movimentação muito sutil de corpos. Uma cena que presenciei evidencia bem isto. Nos quiosques telefônicos em frente à Catedral, eu estava a esperar uma pessoa à minha frente. Quando fui ao telefone, que ficava em uma extremidade do quiosque, passou um garoto pequeno, que pediu dinheiro ao homem ao meu lado. Diante da recusa, passou, por fora, à outra extremidade do lugar. Um senhor ali telefonava. O garoto ficou a observar, sua calça, os bolsos. Aproximou-se bem delicadamente. Quando, dois minutos depois, saí da cabana, o garoto havia roubado a carteira do senhor e saído correndo. Tal homem ficou a olhar para o menino e para

---

<sup>18</sup> É o caso do bairro já citado no capítulo III, o Vila Rica. Ponto intenso de tráfico e maior refúgio das crianças, elas mesmas nos contaram que por causa de seus furtos nos semáforos, a polícia passou a persegui-las lá, entrando no territórios dos traficantes. Estes então expulsaram os meninos e as meninas de lá por um certo tempo.

sua calça, ainda sem entender o que acontecia. A mesma coisa acontecia com as pessoas ao lado, que haviam presenciado a cena. Não pareciam ter entendido que era um furto.

E assim houve outros roubos, que seguiam o mesmo procedimento: primeiro um olhar codificador dos objetos de interesse; quando estão em dois, este código é comunicado um para o outro. Em seguida vem a aproximação, tão rápida e silenciosa que é quase imperceptível. Em uma outra ocasião, já descrita no capítulo II, Jorge, na companhia de outro rapaz, encostou-se a um garoto para tirar-lhe o dinheiro do bolso da camisa. Isto se deu em meio a uma multidão, e a rapidez com que fizeram neutralizou a ação do garoto roubado, que estava pálido e perplexo, confundindo a visão dos transeuntes, que pareciam não entender aquela aproximação estranha de corpos. Após essa aproximação e o roubo, vem a fuga, na maioria das vezes bem sucedida.

Naturalmente que nem sempre são furtos bem sucedidos; muitas têm sido as cenas de apreensão de “menores de rua” por cidadãos ou pela polícia<sup>19</sup>. Mas é um tipo de prática, que os meninos chamam de “enquadrar”, freqüente no seu cotidiano; em especial depois que passaram a usar o *crack*, que demanda um dinheiro diário para comprar as pedras. A prática do furto constitui um aprendizado para meninos e meninas viverem nas ruas, assim como a mendicância e, por vezes, a prostituição, que será discutida mais à frente. São as formas que essas

---

<sup>19</sup> Como é o caso de uma cena exibida pelo Jornal Nacional do dia 12/07/96, que mostrava dois garotos que foram pegos roubando por dois rapazes maiores. Filmado por um “amador”, mostrava os garotos apanhando destes dois rapazes, e obrigados a ficarem sentados em um banco de praça, sujeitos a esta agressão, até que a polícia veio, dispensou os rapazes, mantendo os meninos algemados no banco até que a viatura viesse.

crianças e adolescentes, que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada nas ruas (como é o caso dos pequenos engraxates e catadores de papel), têm para sobreviverem nas ruas. E são atividades que incluem particularidades gestuais e de comportamento, a partir da necessidade da expressão de vitimação, da agilidade, da malícia na movimentação, e da manifestação de agressividade. Essas particularidades vão se incorporando com o tempo que percorrem as ruas.

A adequação aos itinerários da rua implica em uma maleabilidade constante de seus corpos. À medida em que precisam sobreviver e fazer suas aventuras nesse espaço, vão gradualmente aprendendo como se interar com os personagens diversos que os circundam. Assim como assumem expressões de humildade para com os pedestres, embrenham-se em cenas para chamar atenção para a violência efetuada contra eles. As crianças e os adolescentes enfatizam uma agressão que muitas vezes não ocorre. Gritam, choram, acusam, e criam situações que confunde educadores, polícia, transeuntes. Suas táticas conformam performances corporais, criam a “viração”. Esse corpo performático dos meninos pressupõe uma observação constante dos sujeitos que estão à sua volta, assim como uma percepção arguta da imagem que são construídas sobre eles<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Esta atenção é dissimulada, apesar de não passar despercebida. Nos dia de abordagem, era comum notar que, apesar de parecerem ausentes do mundo, não eram indiferentes ao que acontecia à sua volta. Os educadores também me relataram que os meninos sabiam de praticamente todas as notícias que saíam a seu respeito nos jornais de Campinas.

Em uma ocasião tumultuada que não tive a oportunidade de presenciar, Roberta e Rosane foram detidas por policiais por roubo de relógio. Uma vez que os educadores da Pastoral estavam por perto no momento da prisão, acompanharam as meninas até o Fórum, em frente ao Largo do Rosário. No entanto, não puderam entrar na sala onde as meninas foram inquiridas. Mas ficaram no corredor. Como não acharam os objetos roubados, tiveram que liberá-las; porém demoraram para fazer isso e mantiveram as meninas na sala. A uma certa hora, liberaram Roberta. Ao abrir a porta, os educadores escutaram Rosane gritando, e um fechamento brusco da porta. Rosane continuava gritando, embora ninguém soubesse o que havia acontecido. Desconfiados de agressão contra Rosane, os educadores pressionaram os policiais, que liberaram a menina. No entanto, não havia sinal de que ela havia sido agredida.

A confusão dos educadores sobre essas situações já tinha antecedentes. Em uma de nossas conversas no Largo, Ivone dissera que fora presa no lugar de Rosane, e que havia apanhado muito da polícia. Passou os braços em volta do corpo e disse-nos que eles haviam dado um chute em seu estômago, uma coronhada de revólver, e choques elétricos. No entanto, não quis nos mostrar as marcas, o que fez as educadoras desconfiarem que ela estivesse exagerando. Em uma outra situação, em que Pequeno foi pego pela avó e arrastado até o prédio ao lado do Largo, como descrevi no capítulo III, o mesmo tipo de sofrimento foi enfatizado. Seus gritos e as contorções de seu corpo chamaram a atenção de muitas pessoas à sua volta; assustadas com o medo que o garoto exibia, educadoras da prefeitura convenceram a avó de Pequeno a soltá-lo.

A atenção para este efeito que chamo de “dramatização” não se dá com a intenção de negar a autenticidade do medo que os meninos sentem nessas situações, tampouco sobrepor suas atitudes à violência a que são de fato submetidos. A avó de Pequeno, apesar de desmentir que batia nele, machucou seu pulso, ao prendê-lo com suas mãos, e ameaçou de bater-lhe e mandá-lo para a FEBEM. E não são raras as vezes em que essas crianças apanharam da polícia em Campinas, fato notório, embora pouco admitido. Longe de minimizar ou ignorar a violência que ocorre contra essas crianças - que penso ser desnecessário descrever, dado a quantidade de fatos que se assomam à nossa volta e são manifestadas pela mídia ou pelos números preocupantes da ONU - preocupei-me aqui em indicar a ênfase que meninos e meninas dão à violência que lhes cerca, mesmo quando ela não se manifesta concretamente. Enfatizar seu papel de vítima, de forma consciente ou não, torna-se uma forma de desviarem-se das forçosas regras que os impediria de ficar nas ruas, ou das prováveis reações agressivas de comerciantes e pedestres que se irritam com suas atitudes, ou de policiais e traficantes que, de certa forma, disputam o domínio de seus corpos.

Com os educadores, o contato é fluido. De início, se não conhecem o educador, ficam desconfiados e, muitas vezes, ariscos. Mas depois de algum tempo de interação, estabelecida a relação de confiança, tornam-se mais comunicativos, amáveis, e carinhosos. Com quase todos os garotos e garotas que conheci neste período de pesquisa, o processo de conhecimento foi similar. A relação de toque, de abraço, afagar cabelos, brincar, passou a ser permitida e intensificada, embora não com todos. Crianças e adolescentes mais fechados e agressivos não abrem espaço

para esse tipo de contato. Os meninos menores, apesar de ariscos, apegaram-se com mais facilidade. O carinho e o afago que nasce nessa relação sensibiliza o educador, pois este se assegura da confiança conquistada, um elo de amizade. Suas boas relações garantem maior possibilidade de suprir algumas necessidades - inclusive a carência - através da mediação do educador.

Entre eles, o contato corporal se intensifica. Praticamente a maior parte do tempo, nas conversas no Largo do Rosário, ficavam deitados no colo um do outro, acariciando cabelos, ou andando abraçados. Dormem juntos uns aos outros, dividem o mesmo prato de comida, cigarro, bebida. Empréstam-se roupas e cobertores. O interessante foi notar que este tipo de intimidade não ocorre indiscriminadamente entre eles; não me foi possível diferenciar as relações de contato, dado a movimentação incessante de meninos e meninas, e o curto período de pesquisa. Mas percebi que o contato físico era bem mais recorrente entre as meninas<sup>21</sup>, ou entre elas e os meninos menores. Pequeno era o privilegiado entre as meninas. Mas ainda que o comedimento seja maior entre os garotos adolescentes e as meninas, uma sexualidade expressiva

---

<sup>21</sup> Uma amiga, que trabalhava com performances teatrais, relatou-me uma visita sua ao prédio feminino da FUNABEM no Rio de Janeiro que, embora diga respeito a um espaço institucional, é interessante para perceber como o contato físico entre as meninas é intenso. Quando ela entrou no pavilhão, passando por um corredor que se abria em um salão, observou que as meninas se amontoavam umas praticamente em cima das outras, no canto da sala, acariciando-se, e olhando para os visitantes. À medida em que minha amiga andava, algumas garotas andavam ao seu lado, esfregando braços e pernas no corpo de minha amiga, tal qual um gato roçando nas pernas do dono. Segundo seu relato, foi uma cena assustadora, que demandou uma medida enérgica sua de olhar duro para as meninas e mandá-las se afastarem. Segundo o assistente social que ali estava, estas meninas estavam há muito tempo na instituição, muitas foram praticamente criadas ali.

Embora este contato corporal pudesse ser justificado pelo fato de ali somente haver mulheres, incitando ao contato homossexual, eu poderia dizer que as meninas que estão nas ruas parecem dedicar boa parte de suas carícias às demais amigas, um contato muito intenso em meio ao circuito em que vivem.

se manifesta neles, embora ela não se explicita claramente; fica mais restrita aos mocós, às noites em que compartilham o *crack*.

E brigam bastante, sendo que marcas dessas brigas são recorrentes. Por motivos que às vezes consideramos banais, sua agressividade pode ser estimulada, como as discordâncias em um jogo de dominó, ou os constantes desafios que se fazem entre eles. Grande parte das brigas ocorrem em função das drogas. Quando encontrei Lara com Pequeno, no Largo do Rosário. Pequeno estava com algumas manchas esverdeadas. Perguntei o que era, e Lara me contou: “Ah, tia, foi o Bira, no mocó, quando a gente tava cherando cola lá. Meu saquinho de cola acabo, aí eu pedi um pouco do,dele, ele num quis dar, aí o Pequeno roubou ele pra mim. Daí começou o quebra. Mas o Bira vai vê, vou corta ele com caco de vidro”. Recentemente, soube pelos educadores da Pastoral que Regina havia sido espancada por Marta e Rosane, por não querer dividir uma pedra. A cola ou as pedras de *crack*, embora sejam um elemento socializador, são também elementos de disputa, que vai desde luta corporal até ameaças com armas, como o caco de vidro, pau, facas.

A familiaridade com o mundo das ruas fica evidente na desinibição ao andar pelas ruas, com olhar desafiador, mexendo com as pessoas, dormindo em qualquer esquina, sem abalos com pessoas que param para observá-los ou com o ruído intenso do tráfego. Com transeuntes que se aproximam para conversar, agem primeiramente de forma arisca e indiferente. Jogam, entre ironizar e ignorar, com os conselhos morais de retorno à casa e as perguntas sobre o porquê de estarem nas ruas. Os adolescentes podem vir a ser mais difíceis de estabelecerem esta

comunicação, principalmente os que já estão há algum tempo na rua. Com o olhar indiferente, mas o ouvido atento, parecem não se darem conta dos sujeitos que os observam à sua volta. Daí a grande dificuldade em tentar estabelecer um contato direto, sem o auxílio de alguém que os conheça antes. Intimidade com as ruas, desconfiança com as pessoas, eis dois sentimentos que são base para o “saber de rua”, para o aprendizado de linguagens e comportamentos com os quais eles se divertem em compor sua imagem.

Oscilam entre sentirem-se livres para fazer um “domínio privado” dos lugares considerados públicos, e enfrentarem as constantes proibições de circularem por espaços permitidos teoricamente a todas as pessoas, como bares, lojas, porta de casas, parques. Isto indica que o circuito no qual vão se inserindo, à medida em que permanecem mais tempo nas ruas, não se constitui arbitrariamente, e por qualquer local da cidade. Ele também é expressão dos limites negociados entre meninos e meninas e os sujeitos que os cercam. Meninos e meninas observam as áreas onde podem constituir uma territorialidade, circunscrevem um limite de segurança, onde possam transitar sem grandes obstruções. Mas, “apesar da territorialidade definida, do controle local, dos ‘alemães’, é na rua recorrente a mudança, a intermitência, a busca de novas relações e, conseqüentemente, de espaços novos.” (Silva e Milito 1995: 20).

### 3. FRAGMENTOS DE GÊNERO

Nas relações descritas acima, contornos sobre o universo feminino e masculino nas ruas podem ser delineados. Meninos e meninas compartilham práticas e intimidades; mas expressam singularidades de gênero. Dado o caráter íntimo dessas práticas, e a reserva de meninos e meninas sobre boa parte de suas atividades sexuais, não pude aprofundar as questões que me foram colocadas. Porém, mesmo nesse curto período de pesquisa de campo, as referências à sexualidade e à gênero, inclusive em suas marcas sobre o corpo, contribuíram para as reflexões sobre a elasticidade das fronteiras simbólicas que se manifestam corporalmente.

A presença forte de meninas no itinerário que percorri, numérica e qualitativamente falando, surpreendeu-me. Nas cidades brasileiras, o número de meninas andando pelas ruas geralmente é menor<sup>22</sup>. Isto se

---

<sup>22</sup> Apesar que dados quantitativos em nível nacional sobre a presença de meninas não sejam ainda suficientes, alguns estudos indicam que é soberana a presença de meninos: por volta de 89%, variando entre 82% e 97% [Fausto, Ayrton e Cervini, Rúben (org) (1991). *O trabalho e a Rua. Crianças e adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80*, Ed. Cortez, SP]

A partir da década de 80, o número de meninas “de rua” foi aumentando.[ver dados do MNMMR].

Na cidade de Campinas, em 1992, a pesquisa efetuada pela CPFL/ CMRT/ Juizado de Menores registraram a passagem de meninas pelas ruas: Casa Aberta CPFL: 22,8%; CMRT: 27,2% e Juizado: 8,82%

Durante este ano de 96, em especial nos 6 meses em que acompanho o trabalho de abordagem, das 25 crianças e adolescentes que conheci, 11 eram meninas. E, do conhecimento dos educadores, era praticamente o total de meninas que circulava nas ruas do centro. Se levarmos em conta a média de meninos e meninas de 50 por cento contabilizada em 1995, podemos inferir a presença de aproximadamente 22% da presença feminina.

Das 11 meninas que contabilizei, 9 pude estabelecer contato. Todas estavam entre os 14 e os 17 anos, sendo que Marta tinha 19. Portanto, não tive conhecimento de meninas menores percorrendo esse itinerário do centro. No entanto, é um número crescente de pequenas meninas que vinha trabalhar com os irmãos; além de saber por educadores, da presença de meninas por outros bairros.

deve ao fato de que, nas famílias de onde os meninos normalmente se originam, as meninas assumem o papel de dona de casa, uma vez que a mãe vai trabalhar fora. Assim, têm como tarefa cuidar dos irmãos menores e arrumar a casa. O ambiente doméstico é o espaço que lhes é destinado, ao contrário dos meninos, que são incentivados a trabalhar nas ruas para auxiliar o orçamento doméstico. Recentemente, o recurso de mães e pais tem sido também incentivar as meninas a irem trabalhar nas ruas; elas, muitas vezes, levam os irmãos menores.

Já a presença das meninas nas ruas tem, além da necessidade econômica, uma outra justificativa que é bastante recorrente na explicação dos educadores e das próprias meninas. O abuso sexual no lar, efetuado na maioria das vezes, por padrastos, familiares, ou alguém próximo a estes, é um significativo empurrão para o universo das ruas, uma vez que essas formas de sujeição sexual nem sempre são compreendidas pelos familiares, que creditam a responsabilidade de tais atos às próprias meninas. Para além dessas duas razões, há o interesse pelas possibilidades lúdicas e aventureiras que o espaço urbano parece oferecer, que é propagandeado por colegas do bairro, ou pelos irmãos que já estão imersos nele. Assim, as meninas passam a habitar as ruas acompanhando o circuito do *crack* e misturando-se aos meninos.

Como eu já colocara no Capítulo III, nas primeiras duas semanas de pesquisa, não havia sinal das meninas, a não ser Regina, que vi duas vezes e com a qual não tive contato. Com o tempo, no entanto, elas foram aparecendo, e acabaram por constituir uma parcela significativa de minha pesquisa. Durante vários dias, apareciam em bando, algumas vezes acompanhadas dos meninos; mas raramente andavam sozinhas. Se

por um lado, essas crianças e adolescentes costumam andar em dois ou três, as meninas desafiavam o espaço das ruas andando em três, quatro, ou mais. Algumas vezes eu não sabia se eram meninos ou meninas. Vinham até o Largo do Rosário de boné, o cabelo despenteado e sujo por debaixo, calça e camiseta, o rosto nublado pela sujeira, a postura agressiva e fechada; mantinham o olhar desafiador, que, presente nos dois gêneros, intensificava-se nas meninas.

Por outro lado, com a convivência, revelaram uma forte feminilidade. O uso de brincos e pulseiras; cabelo arrumado, cortado ou tingido; usavam shorts bem curtos ou saias e mini-blusas justas; quando limpas, arriscavam um perfume. O que não mudava era a postura. Com o tempo de contato, naturalmente, o olhar duro e o semblante desconfiado, assim como o comportamento irônico foi dando margem a expressões mais afetuosas e relaxadas. Mas nas conversas com os educadores, nos olhares observadores que lançavam às pessoas que passavam, e no modo de andarem pelas ruas, permanecia o jeito desconfiado e fechado, além da agitação que as envolvia, tornado-as muitas vezes barulhentas e chamativas. Esse jeito também se estendia aos meninos, mas nas meninas tem uma dimensão acentuada. No Largo do Rosário, estressavam-se constantemente com as meninas da Microcamp, que faziam entrevistas com transeuntes. Quando as entrevistadoras passavam, as meninas provocavam: “Ô, biscate, agarra qualquer um...” entre outras expressões não muito amistosas. Quando não conseguiam o que pediam, as ofensas se acentuavam. Normalmente as imprecações incidiam sobre as “biscates ricas”, as moças que passavam pelo Largo.

Nas instituições de atendimento, e mesmo entre os próprios educadores de rua, as meninas são tidas como extremamente ariscas. Contraposto ao modelo de feminilidade que se espalha, tomando variadas formas, no circuito institucional, o comportamento das meninas destrói expectativas e cria um fosso na convivência entre elas e os profissionais das entidades. Em Governador Valadares, por exemplo, em uma visita que educadores da Pastoral fizeram a um projeto de atendimento a crianças em situação de rua, a justificativa para a ausência de um trabalho específico com as meninas, era a dificuldade de se trabalhar com elas, de enfrentar seu comportamento agressivo. Suzana e Margô reforçavam esta argumentação, dizendo que era de fato mais complicado o acesso às meninas e a interação com elas.

Pode haver uma importante razão para esse comportamento agressivo; estando em um circuito social - que se origina em sua casa, mas se estende ao mundo dos sujeitos que passam pelas ruas - restringe e associa as mulheres especialmente à maternidade, sua presença na rua está sempre ameaçada, quanto à vulnerabilidade de seus corpos; em outras palavras, para além do preconceito vinculado à pobreza e aos perigos que estão expostos devido à pouca idade, como os meninos, a sua condição feminina acentua a exposição à periculosidade. Por serem meninas, estão demasiadamente vulneráveis a assédio de aliciadores, estupradores, de seus companheiros de rua, ou mesmo a reações agressivas por parte de pessoas que as vêem como vagabundas, vulgares, indesejáveis.

Mas o efeito de sua agressividade é relevante. Na paisagem urbana, as meninas de rua destacam-se pela sua ofensividade, ao mesmo tempo

que misturam-se ao mundo dos meninos, sem que se possa diferenciá-las deles. Apesar de andarem quase sempre juntas, não estão desconectadas dos meninos; dormem, comem, pipam o *crack* juntos; enfim não há aparentemente, em suas atividades cotidianas, uma separação entre espaço feminino e masculino. Estabelecem relações de troca e de solidariedade, fazendo com que não se perceba formas instituídas de dominação masculina. Indo em busca de dinheiro, pedindo ou roubando, enfrentando momentos de tensão como a relação com a polícia, ou mesmo indo em busca de drogas, as relações são indistintas: há o vínculo de pertencimento ao mesmo universo. Em um dia em que estávamos Roberta e eu no Largo do Rosário, em frente a um caminhão da polícia Militar, apareceu um garoto que eu não conhecia, e nem cheguei a saber seu nome. Tinha aproximadamente 13 anos e estava agitado. Chegou com um marmitex, sentou-se e falou baixo e rápido para Roberta: “Roberta, vai ali no Banco, ali na esquina, pegá meu chinelo, que eu roubei um dinheiro, mas o homem fechou a mão e o dinheiro rasgou. Mas eu num posso volta lá. Pega o meu chinelo e vê, ali perto da escada, se o dinheiro não tá jogado lá. Corre, anda!”. Roberta foi correndo pegar o chinelo. Voltou dizendo que não achara o dinheiro. Depois que o garoto acabou de comer, ele e Roberta subiram em direção à boca, para arranjar mais dinheiro. Não houve, nesta cena que presenciei, expressões de dominação ou de conflito. Nem em outras inúmeras cenas que se passaram no Largo do Rosário, ou nos encontros pelas esquinas. A cumplicidade em suas práticas de sobrevivência e do “se virar” parece ser o eixo dessas relações.

Se, por um lado, as práticas do dia-a-dia pareceram ser ‘desgeneralizadas’, o mesmo não aconteceu com o universo da sexualidade, em suas condutas e valores. Nesse universo, misturaram-se referências de valores normalmente imputados aos discursos sobre o comportamento feminino ou masculino, com práticas que são consideradas o revés do que se prega nesse discurso; práticas ou ligadas à sobrevivência, ou que acompanham a efemeridade, o despojamento e a incoseqüência de sua dinâmica cotidiana. Tal mistura implicava em uma tensão latente na comunicação entre os dois sexos, e mesmo entre pessoas do mesmo sexo.

Entre as meninas, por exemplo as intrigas e tensões ficaram muito evidentes. Carinhosas e solidárias de um lado, não poupam suas colegas diante de alguma desavença. Lara parecia ser um alvo constante de intrigas. Apesar de andar com as meninas, era hostilizada por Luti e por Mara. Em um dia em que eu estava procurando por Lara, encontrei Lutti com Eliane e Mara, além de Pequeno. Perguntei a ele de Lara, e Lutti me perguntou: “Aquela biscate?”. Surpresa, perguntei por que a chamara assim. “Porque ela é uma biscate, piranha”. Em outros dias em que estavam juntas, o olhar raivoso e de desprezo de Luti reforçou-se. No entanto, estavam juntas ao ir em busca de *crack*, ao comerem.

Ivone, reclama constantemente de suas “amigas”. Rosane, que ela considerava sua melhor amiga, colocou-a em uma situação bem difícil frente à polícia. Por duas vezes, Ivone, que não rouba, foi pega no lugar de Rosane, por estarem juntas. Na primeira vez, a mulher que fora assaltada correu atrás dela, e o resultado foi uma cena de agressão e um olho roxo de Ivone. Na segunda, Ivone foi confundida com Rosane pela

polícia, diz que foi presa, algemada, e apanhou. “E ainda por cima, a Rosane me chamou de filha da puta! Não quero mais saber dessa não”. Já Marta, que conheci junto com Ivone, fomentou discórdias entre esta e o homem que ela considera sua paixão, “o segurança”. Durante um tempo, o tal segurança rompeu relações com Ivone, alegando que descobrira que ela se prostituía; Ivone estava bem triste com este rompimento. Chegando um dia no Largo, disse-me: “Ah, tia, eu fui lá falar com meu segurança e sabe quem foi lá falar com ele? A Marta! Ela disse que eu tava com AIDS. Foi ela, sim, ele conhece as menina. Disse que era uma gordinha, escura, que andava comigo. Eu apontei para ela e ele confirmou. (...) Acho que ela fez isto porque gosta dele. Gosta, não, mas acha ele bonito. Ai, meu segurança...”.

Levando em consideração que a perambulação de Ivone pelas ruas está condicionada ao companheirismo dessas meninas, penso que situações como estas são tensões que permanecem subjacentes a essa espécie de companheirismo, de vínculo efêmero construído a partir da circularidade na rua. Cria-se uma movimentação entre laços de solidariedade e rupturas por invejas, competições, individualismos. Em geral, a maior parte das brigas tinha como pano de fundo as intrigas sobre as suas vidas sexuais. Lara tinha um comportamento sexual evidente, paquerava e namorava muito, variando bastante de parceiro. Pelos comentários que escapavam entre as demais meninas, percebi que o problema centrava-se no mal-estar com relação a seu comportamento, provavelmente uma ameaça aos interesses das outras meninas. Do mesmo modo, os conflitos entre Ivone e Marta giravam em torno das competições sexuais.

As brigas entre meninas e meninos eram também recorrentes. As relações de solidariedade eram muitas vezes estremecidas por interesses individuais, disputas por atenção de educadores, quebra de confiança, disputa pelo *crack*, enfim são inúmeros os motivos que podem levar a colocar em questão a amizade que tem um com o outro. Se havia alguma relação de dominação, esta parecia ser entre os garotos bem pequenos e as meninas. Em troca de proteção, esses meninos, que eram poucos, obedeciam a ordens e concediam favores. Já os mais velhos mantinham-se mais distantes, mas isentos de uma liderança sobre essas meninas. Os indícios de liderança podiam ser encontrados dos dois lados, como descrevi no Capítulo III. Segundo os educadores, muitas vezes as meninas procuravam se vincular aos garotos mais velhos, namorando ou os acompanhando, em busca de proteção que elas imaginam ser garantida.

Era a suspeita que tinham sobre Charlie, rapaz que vive nas ruas, mas que tornou-se maior de idade. É um rapaz violento e ameaçador, vive armado, diferentemente dos outros garotos. Uma vez, em visita à ex-Casa Aberta, Margô encontrara uma garota que dizia esperar Charlie, que era seu namorado. Charlie negou a relação. Margô então me disse que algumas meninas gostam de ter sua imagem vinculada a meninos como Charlie, em uma espécie de imposição de respeito. Mas mesmo essas relações de interdependência são frouxas; as meninas podem ser desbancadas de seu papel de namorada a qualquer momento, ou mesmo trocar o garoto, de acordo com suas experiências circunstanciais, como um momento de afetividade que surge quando estão pipando ou dormindo no mesmo mocó; ou relações de troca afetiva e sexual com seus companheiros de pipada, para obter drogas. Enfim, são inúmeras as

variáveis que interferem nas ligações efêmeras entre meninos e meninas; subjacentes a elas, paira a tensão entre as projeções sobre o universo masculino e feminino.

O mundo amoroso e sexual desses meninos e meninas é frágil e fragmentado. Luti namorava Lúcio, que estava preso na FEBEM; estava grávida dele. Eliane, quando eu dei início à pesquisa, namorava Gino<sup>23</sup>. Este acabava de ser expulso da Fazenda do Pe. Haroldo, e quando encontrou com os educadores, Eliane ainda estava na fazenda, na casa de Guadalupe, reservada às meninas. Gino tinha planos: “Eu saí da fazenda, mas num tô a fim de ficá na rua não. Ando afanando umas coisa, pra ir vendendo, pra comprá material pra construir um cômodo atrás da casa do meu pai, pra mim e pra Eliane. Ela quis fugi da fazenda, mas eu disse pra ela ficá lá, se recuperá; depois a gente vai morá junto.” A namorada de Karnak, quando o conheci, estava na FEBEM. Ele também esperava que ela saísse. Já Lara, no tempo de contato que tivemos, teve um breve namoro com Júlio, que, por sua vez, já havia namorado várias meninas da rua.

A referência a essas relações eram sempre baseadas nos elementos tradicionais que qualificam um namoro: expressões de afetividade, laços de fidelidade. Tais referências também se estendiam às relações amorosas e de afeto que se estendiam para além das relações entre eles. Como é o caso de Ivone e o segurança; ou de Marta, que dizia que o único homem que ela amara e amaria para o resto de sua vida estava preso. Karnak

---

<sup>23</sup> Gino não está incluso entre as 25 crianças e adolescentes porque, apesar de citado aqui, não estabeleci contato com ele. Além dele, mais três garotos apareceram à margem da pesquisa.

recentemente trocara de namorada. Esta, segundo ele, não era da rua. Ficava em casa, pois tinha que cuidar de seis irmãos. Eu soube pelas meninas que encontrei nas últimas idas às ruas ( que foram um mês e meio depois da pesquisa intensiva) que Mara estava morando com um rapaz, mas que era maior de idade. E Lara, quando já não mais estava com Júlio, afeiçãoou-se a Chico, o educador. Ficava a perguntar dele, falava às escondidas para mim dele, ficava encabulada quando o via. Quando a conheci, estava junto com um rapaz, Marcos, maior de idade. Dizia que ele queria ser seu namorado, tirá-la das ruas; chegou a dormir em sua casa por uns dias.

No entanto, mesmo as projeções de afeto, de fidelidade, de uma idealização de relação amorosa tornam-se enfraquecidas pela efemeridade que molda suas vidas. No que diz respeito às relações com alguém que não é da rua, a efemeridade é um obstáculo. Para assumir tal tipo de namoro, a menina ou o menino tendem a abandonar o circuito das ruas. Os possíveis entraves na relação, no entanto, são motivo para que voltem a ele. Mara foi espancada por seu amante. Fugiu para as ruas e ficou nela por um tempo. Depois, reatou os laços. Quando perguntei a Lara porque não ficara com Marcos, ela respondeu: “Ah, tava lá na casa da mãe dele, eu num queria. E também porque num quero morar com homem, não quero engravidar de novo”. Já Ivone ficava vulnerável a condenações de seu segurança pelo tipo de vida que levava. A fragilidade dos sentimentos e das relações se reforça. Entre seus companheiros de rua, a efemeridade molda as próprias relações afetivas e sexuais.

Tendo um estreito contato físico, dormindo juntos, protegendo-se, em suas aventuras lúdicas, possuem uma atividade sexual precoce. O

despojamento com o corpo, a troca constante de parceiros e parceiras, e o desleixo com a proteção sexual são características que se fixam sobre suas imagens. Nesse sentido, a idealização de amor e sexo fica projetada em outros sujeitos. Como já foi dito, o parceiro da rua não é ideal, ainda que essas práticas aconteçam entre eles.

Esta é uma afirmação que me foi dita tanto por meninas quanto por meninos. Os comentários das meninas com relação a seus companheiros eram na maioria, lamentações sobre a imaturidade, especialmente no que se refere à possibilidade de namoro. A maior parte das meninas projetava idealizações amorosas em outros sujeitos que não os da rua, justificando que estes eram “muito moleque”. De ambos os lados, a vinculação ao circuito em que estão inseridos era pensada negativamente. O fato de meninos estarem nas ruas desqualificava seu potencial como parceiro afetivo; e vice-versa. Soraia disse que tinha um namorado, agora estava sozinha. Perguntei sobre os garotos da rua, ela fez uma careta e disse: “ah, não, tia, esses num dá. São muito criança”. A mesma resposta veio de Ivone: “Os meninos da rua são muito criança, bobo”. Marta concordou.

Para os meninos, as meninas da rua não são boas para namorar, porque ficam com qualquer um. Andando pelas ruas com Karnak, ele me contava sobre a namorada nova. Depois que ouviu os educadores falarem sobre mais uma menina que estava grávida, e outra que estava se prostituindo, disse: “Ih, mas também olha as menina que é! Essas menina num presta, nenhuma. Olha a Cris (a outra namorada); tem um filho que o juiz tomou; aí ficou com outro cara, engravidou dele, mas perdeu porque apanhou; agora tá na FEBEM; é assim!”. As constantes mudanças

de parceiros, a facilidade do contato corporal, favorecido pela convivência diária intensa, e a agressividade, da qual as meninas se revestem, acabam sendo entendidas pelos meninos como uma vulgarização e desproteção do corpo feminino e, conseqüentemente, fere a imagem da moça idealizada, fiel, estável, digna. Porém, os valores projetados tanto por meninas quanto por meninos nesses discursos, entravam em contradição com as efetivas relações que ocorriam entre eles, pois os namoros de fato aconteciam.

À idealização de amor e fidelidade nas relações afetivas somam-se as contradições com o uso monetário do corpo. A prostituição, embora considerada a alternativa viável para quem vive nas ruas e não rouba ou não pede dinheiro, não é um recurso automático, primeira opção desses meninos e meninas, ainda que seja praticada por alguns. Embora a prostituição infantil seja significativa no contexto de algumas cidades brasileiras, como é o caso de Fortaleza, ou do Rio de Janeiro<sup>24</sup>, onde as redes de prostituição se sofisticam em virtude do turismo, não é um

---

<sup>24</sup> Cito Fortaleza e Rio de Janeiro porque são duas cidades turísticas e sobre onde incidem índices alarmantes de prostituição infantil. Em Fortaleza, segundo os dados do Jornal "O Povo", de março de 93, dos 16.000 menores vivendo nas ruas de Fortaleza, 4.000 eram meninas e 2.000 sobreviviam da prostituição, índice de 50%. (Dados indicados por Andréa Borges Leão, em um texto apresentado na XX reunião da ABA: "Histórias sem fim (ns): o universo dos meninos na rua".

Já o livro de Hélio Silva e Cláudia Milito, ao mostrar as redes de interações nas quais os meninos se situam, reforçam a situação já conhecida de grande intensidade da prática de prostituição no Rio de Janeiro, inclusive de menores de idade. Tal prática está fortemente vinculada com o turismo sexual, intensificado em grande parte das capitais brasileiras.

No caso da cidade de Campinas, pareceu-me diferente. Naturalmente minha pesquisa não deu conta da totalidade da população infantil que está nas ruas da cidade, espalhadas em bairros diversos. Mas, neste circuito do centro, por onde a maioria delas passam, foi interessante perceber que não é necessariamente a alternativa mais provável a que todas se submetem. Na cidade, o circuito da prostituição infantil tem uma projeção bem menor do que a considerada nas cidades turísticas.

recurso utilizado, pelos meninos e pelas meninas do centro de Campinas, com a mesma intensidade que o roubo ou a mendicância. Parece ser mais circunstancial. E, o mais curioso, é uma prática distintiva, discriminadora, entre as próprias meninas. Das 11 garotas que encontrei, 3 apenas faziam programa. Lia trabalha em um bairro que é zona de prostituição. Lara e Ivone também a praticam, embora evitassem assumir aos educadores. Lara, no dia em que nos encontrou, junto com Marcos, disse que se prostituiu algumas vezes, inclusive com Marcos, para não ter que roubar; segundo ela, havia parado. Semanas seguintes, disse-me que havia pensado em se prostituir novamente, por que era rentável. Durante esse tempo, fez alguns programas.

Ivone já foi mais relutante em assumir tal prática. Uma vez que não roubava e não pedia - e isto era perceptível, a julgar pela sua falta de jeito em agir de ambos os modos -, os educadores e eu ficávamos a imaginar como ela se virava para comer. Perguntamos dos programas. “Já fiz uns dois, tia, porque estava com fome, mas agora não faço mais não. Quem foi falar pro segurança que eu estava fazendo tá mentindo”. Marta, que estava ao lado, retrucou: “Tá bom que você só fez dois! (Olhou para nós) Depois que o namorado terminou que ela parou”. Duas semanas depois, quando estávamos percorrendo o itinerário de abordagem, juntamente com Ivone, passamos pelas mulheres que fazem ponto no Largo Rui Barbosa. Perguntei: “Você conhece, conversa com as prostitutas, Ivone? Como é sua relação com elas?” “A gente conversa, tia, elas ficam me aconselhando a fazer programa, falam pra eu sair desta vida, que eu era bonita, podia ganhar uns 300 por noite. E isso é

verdade, né, tia...”. já da ultima vez em que a encontrei, ela assumiu para Margô que fazia programas: “Quando a fome aperta...”.

Não poderia afirmar que as outras meninas não faziam programa. Acredito inclusive que é um recurso que está facilmente disponível. Mas a questão é que tal prática não se torna meio de vida para elas. Às vezes, os “favores sexuais” são necessários para obter o *crack*. No entanto, não são regulares o suficiente para que as leve à rede de prostituição mais sistematizada, a uma prática “profissional”. E penso que há razões para isto. Tornar-se uma prostituta implica em deixar a vida itinerante, irregular, pois pressupõe cuidados básicos de higiene e de beleza impossíveis de se fazer na rua. Os educadores ficavam a explicar sobre o risco da AIDS e a necessidade de se usar camisinha. Mas na prática, isto não se efetua. Ivone procurara Rose para que ela a levasse ao médico, pois suspeitava que estava grávida, o que não ocorreu.

O uso de preservativos e os cuidados com a higiene pessoal está longe de ser feito por essas crianças e adolescentes. Lara estava com duas doenças venéreas, que exigiam sério tratamento. O caso de Ivone é excepcional, porque ela não dorme na rua e toma banho diariamente. Quanto às meninas que ficam nas ruas, seria bem difícil prostituir-se freqüentemente ou de forma sistemática, por causa da sujeira de que seus corpos ficam revestidos, tornando-os repulsivos para os clientes. A prostituição feminina é uma alternativa, mas não necessariamente a mais fácil e interessante para as meninas. Sobretudo, não é eficaz como um trabalho sistemático porque exige um rotina de limpeza e uma submissão na relação entre cliente prostituta ao qual as meninas, enquanto permanecem nas ruas, não se adequam.

No entanto, programas e favores sexuais acontecem. O corpo torna-se um fácil instrumento de negociação monetária quando a busca pelas pedras do *crack* torna-se difícil; ou como no caso de Ivone, quando a fome aperta. E fica marcado também o preconceito que os próprios meninos e meninas têm sobre quem o faz.

O ato se prostituir projeta a imagem de um corpo oferecido, sem resistências ou restrições, passível do toque indiscriminado. Como percebi no caso de Ivone. Ela chegou à padaria Orly, onde estávamos com Soraia, Karnak, e outros, com um shorts curto e uma miniblusa por debaixo da jaqueta, bem arrumada. Em meio às nossas conversas, chegaram dois conhecidos das garotas, um maior de idade e o outro, um garoto. Ficaram ali sentados, a nos observar. Eles se aproximaram de Ivone, que os conhecia, e conversando com ela, o rapaz mais velho começou a passar a mão em sua barriga e tórax, falar algo em seu ouvido. O modo irreverente de se aproximar, o olhar cobiçoso, o toque sensual, a malícia da situação não combinavam com as movimentações que eu percebia no dia-a-dia entre eles, em meio às conversas. No caso de Lara, situações similares aconteceram. Segundo as educadoras, isso acontecia com as meninas que eles sabiam que se prostituíam.

Se a prostituição feminina não é bem vista, a masculina menos ainda. Infelizmente, não tive a oportunidade de conversar com nenhum garoto sobre tal questão. Mas é um assunto muito mais obscuro que os programas que as garotas fazem. Pelas educadoras, soube que o Centro de Convivência era um ponto de apadrinhamento, ou seja, os meninos ofereciam os favores sexuais para homens mais velhos, que moravam ali por perto. Segundo Rose, os meninos acompanhavam os homens em seus

apartamentos, mas diziam que nada faziam, fugiam antes de acontecer. Aproveitavam-se da comida, dos banhos, e depois sumiam sem ter relações sexuais. Verdade ou não, o fato é que assumir a prostituição masculina é um ônus para a imagem viril dos meninos.

Júlio é o protótipo dessa imagem viril. Menino de feições muito bonitas, olhos castanhos esverdeados, um belo sorriso, cabelos castanhos encaracolados, ele reforça constantemente no modo duro de andar, no maneira de falar, uma postura masculina. Já namorou várias garotas da rua. Jessy, a argentina clandestina, descrita no capítulo III, era disputada entre ele, Zeca e Daniel. Os três, quando os encontrei juntos com ela, ficavam a beijar-lhe e abraçar-lhe intensamente. Logo Daniel e Júlio começaram a irritar um ao outro, em uma tentativa de “proteger” Jessy. No comportamento de Júlio, era evidente seu descontentamento em ser passado para trás, enfrentava Daniel com olhar, pronto para bater. Júlio deleita-se com a fama de sua beleza. Quando o encontramos no Mac Donald’s, e lhe perguntamos de Lara e de Jessy, ele nos olhou, riu e disse: “Sou o taradinho da rua, né, tia?”

No entanto, conversando com Lara no Largo, ouvi um desabafo que me gerou surpresa. Lara não estava mais com Júlio. “Tia, sabia que o Júlio dá a bunda? Eu namorei ele um tempo, aí ele disse pra mim que um negão pagava 10 reais para ‘bater punheta nele’ (em Júlio). Achei estranho, né, tia. Botei o negão na parede, ameacei ele com faca e ele perguntou ‘ocê vai querer saber mesmo’ eu disse que sim e aí ele disse a verdade, que o Júlio é que dava a bunda pra ele por 10 reais. Eu num quero sabe dele; é um giletão.” Como se vê, embora parte das práticas

dos meninos, a prostituição masculina estremece o discurso de virilidade e as classificações sobre papéis sexuais.

Do mesmo modo, a homossexualidade permaneceu como ponto obscuro. Havia indicação dos educadores de possíveis atitudes homossexuais de Ivone, e, no caso dos meninos, as informações de que eles se submetiam a práticas sexuais entre eles quando um deles estava devendo dinheiro ou drogas ao outro. Essa prática era uma forma de sobrepujação de um sobre o outro, de afirmação de superioridade, uma vez que, segundo os educadores, tais garotos que se submetiam eram motivo de chacota. Em meio às conversas no Largo, e nas observações que fiz no decorrer desse itinerário, não houve uma só referência que revelasse a existência de práticas homossexuais<sup>25</sup>. Penso ser importante salientar que não é um obscurecimento do acaso. Os discursos que se produzem na rua são antagônicos à legitimação dessas práticas. Ou seja, tanto no que diz respeito à prostituição, quanto à homossexualidade, há uma contradição entre negociações necessárias, próprias do circuito das ruas e os valores sobre sexualidade internalizados em seu universo.

O circuito da rua é revestido do discurso da masculinidade. Lisiane Leczneiski, em sua investigação sobre “guris”<sup>26</sup> de rua de uma praça em

---

<sup>25</sup> A presença significativa de meninos travestis no Rio de Janeiro, indicado pelo trabalho de Silva e Milito, contrapõe-se fortemente ao perfil das ruas de Campinas, em especial no que diz respeito aos discursos sobre virilidade dos meninos. Se algum é homossexual, dificilmente admitiria. Penso que esta aparente ausência de sujeitos homossexuais ou travestis entre os meninos e as meninas de rua seja reflexo do panorama conservador da cidade de Campinas. Diferente do Rio de Janeiro, no sentido de que nesta cidade, pelo seu porte, pela intensa circulação de pessoas, e pela multiplicidade de atividades turísticas e negociações simbólicas que nela se fazem, há espaço maior para assumir as práticas homossexuais, ainda que não esteja isenta de preconceito.

<sup>26</sup> Denominação, segundo a autora, que os meninos da Praça da Alfândega, local da pesquisa, fazem a si mesmos. Leczneiski “Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcas de masculinidade entre os guris de rua”

Porto Alegre, chama a atenção para as marcas de masculinidade que estão presentes em seus gestuais, nas lutas que forjam entre si, e nas rimas, histórias e canções que eles criam. Segundo a autora, ser guri para os meninos implica em conhecer e experimentar a vida na rua. Grande parte das histórias, rimas e músicas tem uma conotação sexual de onde emergem ambivalências relacionadas aos dois sexos. São recorrentes as referências aos assuntos sexuais e ao baixo corporal, além do uso abusivo de palavrões, em uma forma divertida de exaltar masculinidade.

As relações sexuais e principalmente as homossexuais ocorrem no caso estudado como formas de negociação política (prestar serviços a policiais para se livrarem das prisões) ou comercial (para obter dinheiro). Os meninos insistem na afirmação de que na troca sexual são os ativos, embora a autora percebesse, nas referências a outros colegas ou mesmo às próprias experiências deles, que desempenhavam um papel submisso.

As falas explícitas sobre baixo corporal e sexo, assim como manifestações de desafio uns com os outros implicando em lutas corporais e manifestações de agressividade, fazem parte dessa marca que acentua a virilidade. A exigência pelo respeito com relação a honra masculina está presente discursivamente nas narrativas e canções cotidianas. A reiteração desse discurso leva a autora a pensar no reforço da identificação com pares do sexo masculino, que se torna fundamental

nas representações de gênero entre os guris. Essas particularidades apontadas por Leczneiski, não são, segundo ela, exclusivas dos guris de rua, mas estendem-se a jovens do sexo masculino de outros grupos sociais. A especificidade dos meninos de rua está ligada ao “caráter público, explícito e desinibido desta linguagem” (Leczneiski 1995: 106).

Tomando o trabalho da autora como referência para pensar as relações de gênero implicadas nas manifestações corporais dos sujeitos que pesquisei, considero que é importante ressaltar esses elementos da masculinidade na construção do universo de experiências de meninos e meninas. O gosto pelo desafio, por exibir autonomia e independência, o reforço de uma linguagem corporal agressiva, tradicionalmente associada ao universo masculino, são características essenciais que, a meu ver, formam o eixo de onde partem as representações conflitantes dos universos feminino e masculino nas ruas.

A pesquisa de Leczneiski restringiu-se à presença de garotos apenas. Nesse sentido, seu enfoque incidiu sobre a construção de uma identidade masculina através dessas marcas corporais. A mulher era uma presença constante nos discursos dos guris, mas distante, como uma imagem insinuante, mas inacessível. Ao nos transportamos para os personagens de minha pesquisa, restou-me uma dúvida: se concordo com a reiteração da virilidade no universo em questão, como pensar a presença forte e significativa das meninas e as representações que surgiram em torno delas?

Os conflitos, as tensões presentes nos discursos e condutas que aqui assinalei levam-me a crer que essa presença feminina coloca esse

imaginário masculino em questão. Principalmente porque introjetam gestualidade e comportamento considerados masculinos, uma virilidade. Agressividade exageradas, a recusas em submeter-se a lideranças masculinas, o permanente ar de desafio, o emprego de uma linguagem grosseira, fazem parte das estratégias que configuram o “saber de rua”.

A leitura desse espaço, do ponto de vista do gênero, salientaria, portanto, seus valores como masculinos. Entretanto, se no campo de investigação de Lecsneiski, a mulher era sempre uma imagem idealizada e distante, os meninos que circulam pelo centro de Campinas têm que lidar simultaneamente com este imaginário e com a presença real das meninas nas ruas. E as meninas, simultaneamente, com esse real e com o que imaginam sobre o universo feminino.

As meninas, por um lado, assimilam os códigos masculinizados da rua. Isto se evidencia não apenas em seu comportamento arisco e na homogeneização relativa de sua aparência, mas também nos preconceitos que perseguem suas atividades de sobrevivência e que elas reproduzem, como é o caso do ato de prostituir, que acabam condenando tanto entre elas quanto entre os garotos. Apesar da assunção desses valores, elas circunscrevem outro parâmetro de comportamento, ao exporem sua feminilidade e seus ideais afetivos e sexuais, e reiterarem certas imagens associada à menina que fica em casa.

Os meninos, por outro lado, enfrentam, na convivência diária, o conflito entre uma construção simbólica da mulher distanciada, caseira, fiel, e a menina de rua real, ambígua em sua aparência, companheira das arriscadas aventuras pelo espaço da cidade; mistura de menina e

sobrevivente das ruas, tão forte quanto eles e ao mesmo tempo tão vulnerável aos sujeitos que os cercam. Também ele vive a contradição entre reforçar o estigma que paira sobre a prostituição e as práticas homossexuais — reafirmação da identidade viril — e estar envolvido nelas, como parte de seu cotidiano.

É essencial ressaltar que a presença dessas ambigüidades é resultante da dinâmica itinerante de seus corpos. Não há um código totalizador da experiência de viver nas ruas. Esta tem a propriedade de entremear códigos diferenciados, e na maioria das vezes, contraditórios. O resultado de tal dinâmica são concepções e vivências fragmentadas, disruptivas, muitas vezes incoerentes. Refletem sobretudo a presença de outros modelos, referências que resistem aos parâmetros da ordem social que se postula desde a primeira educação; mas indicam igualmente o quanto estas referências são poderosas, influentes. No corpo social e no corpo físico, manifestam-se as ambigüidades. O corpo, assim como as marcas de gênero que neles se inscrevem, são dotados de um caráter contingente; um corpo situacional, um *locus* de possibilidades interpretativas (Butler 1990)<sup>27</sup>, no qual as apreensões culturais vão se fazendo gradualmente, e sempre a partir das interações sociais que as tornam visíveis.

A especificidade temporal e espacial do trajeto social desses meninos e meninas evidenciam um campo de potenciais re-significações dos papéis de gênero. O corpo situacional, desnaturalizado, localizado e

---

<sup>27</sup> Butler, Judith. *Gender Trouble- Feminism and the subversion of identity*  
Routledge, NY/London 1990  
"Sex and Gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*"  
*Yale French Studies* n 72 1986

definido em um contexto social possibilita formas particulares de vivência de tais normas que propiciam sua potencialidade inventiva e reforça o caráter de contingência(Butler, 1990 )

A gravidez , fruto da sexualidade precoce, da prostituição, e também de estupros, está inserida nesse universo. A ajuda das entidades para com as meninas grávidas é grande; a maior parte das garotas recebe assistência e sai das ruas. Mas o papel de mãe nem sempre satisfaz as garotas que já se habituaram ao percurso urbano. Tomei então dois casos que considero relevantes para pensar tal inadequação. São os casos de Lara e Luti.

Lara tem um filho pequeno, de três anos. Engravidou de um rapaz, dono de um bar, próximo ao bairro de sua mãe. Disse que morou um tempo com ele, mas não deu certo porque ele era ciumento e bebia muito. Gosta da criança, mas não tem paciência para carregar todas as “coisas” para cuidar dele. Ficou com ele durante algum tempo. A mãe um dia o tomou, e não a deixou mais vê-lo. Ela me disse que parecia gostar dele mais como um irmão do que como um filho. As últimas notícias de Lara foi que ela havia estava grávida de um traficante, morando sob proteção dele, e seu primeiro filho foi tirado de sua guarda.

Luti engravidou de Lúcio. Meu contato com ela durou de seu quinto mês de gravidez até o parto. Feliz com a gravidez, mas saudosa de Lúcio, não quis permanecer nem na casa de sua mãe, tampouco na casa de d. Dina, mãe de Lúcio, que ofereceu abrigo. Disse-me que iria esperar Lúcio sair da FEBEM. Luti passou os nove meses de gravidez na rua, pipando *crack*, roubando, dormindo com as outras crianças e

adolescentes, intercalando passagens pelo S.O.S. Criança, em São Paulo, e pelas casas já citadas. Os educadores da Pastoral e do MNMMR comprometiam-se a levá-la para fazer o pré-natal; raras foram as vezes em que ela compareceu aos encontros marcados. Enfim, a criança nasceu, com a ajuda de Toco. Em seguida, Luti foi para a casa da mãe. Semanas depois estava nas ruas novamente. Aos educadores, alegou ter saído de casa porque a mãe não queria que Lúcio visse a criança. E disse que agora tinha medo de voltar pois a mãe iria brigar com ela. No último trabalho de abordagem que fiz conheci Márcia, irmã de Luti, que viera até o centro para procurá-la. Márcia também freqüentava as ruas. Engravidou igualmente de um menino de rua, que a abandonou. Depois que a criança nasceu, Márcia saiu das ruas se responsabilizou por ela. Luti resiste. Na última visita que fiz à Pastoral, as educadoras me contaram que Milton, que está preso no 5º DP, disse estar namorando Luti, e que ela estaria grávida dele. As educadoras andam procurando Luti, sem sucesso.

A história destas duas meninas tem um elemento em comum: a experiência da gravidez, e o abandono do papel de mãe para voltar ao circuito da rua. Naturalmente, os motivos para tal abandono são complexos, se considerarmos a relação conflituosa com a mãe, cuja casa é ainda o ponto de referência doméstico, a falta de estrutura para ser “mãe”, sobretudo no momento social complicado que é a adolescência, e saindo de um universo que aclimataria com dificuldade as necessidades de um recém-nascido. Para além dessas razões, há a necessidade do *crack*, e do mergulho na vivência fragmentada que o circuito da rua oferece, e que eles dificilmente esquecem. Diferentemente das garotas

que aceitam a ajuda assistencial ou o retorno à casa, Lara e Luti colocaram o papel materno, parte fundamental da educação dessas meninas em casa, em choque com o desejo de estar na rua.

Oscilação entre o sujo e o limpo, despojamento sobre o próprio corpo, a relação com a doença, os usos “políticos” do corpo, manifestações de carinho: as relações marcadas pelo gênero. Estas são algumas das marcas mais evidentes de suas práticas do cotidiano, que instauram-se no corpo, e que podemos perceber a partir dos encontros que efetuamos com eles pela cidade. No contato com meninas e meninos, tais marcas ficaram muito explícitas; e é possível pensar o corpo como uma significação simbólica do universo que construíram. Nesse sentido, partilham com outros habitantes de rua essa expressividade dos elementos da itinerância, da adaptação ao meio em que vivem, e da conseqüente contraposição aos valores normativos veiculados por esta postura “ordenadora” que interfere incessantemente nos espaços que eles ocupam. No corpo nômade, segundo Magni, imprime-se uma forma de vida transgressora, classificada por pedestres, policiais, entidades assistenciais, ou seja, “ pelo cidadão sedentário como sujo, poluído e poluígeno (...). A sociedade tem nele um parâmetro no qual projeta o que não quer ser” (Magni 1995: 34). Por outro lado, a percepção desse corpo, e das práticas que se projetam sobre eles, revela um outro comportamento, que se cria à revelia das regras, burlando-as; e evidenciam o mergulho no universo da rua, na criação de uma outra

sociabilidade, que se faz ao revés - e de forma complementar - do modo de vida planejado para o cidadão urbano.

Apesar de meninos e meninas e os outros habitantes de rua utilizarem do mesmo espaço e de terem códigos de sociabilidade similares, há uma particularidade no universo das crianças e adolescentes. Se por um lado, as inscrições e práticas relativas ao corpo evidenciam um pertencimento a uma sociabilidade das ruas, indicam também como discursos de outros universos, que não os da rua, ali se entremeiam. Seja na relação entre sujeira e limpeza, nas formas de contato físico, ou na multiplicidade de suas performances sociais, referências de valores que moldam o comportamento social idealizado estão presentes, mais do que no caso dos outros habitantes de rua, como os mendigos ou prostitutas ou travestis, ou os considerados loucos. A razão para essas especificidades está na faixa etária e, conseqüentemente, nas políticas sociais voltadas a elas. Meninos e meninas transitam mais intensamente por circuitos que não os da rua, como a casa ou as instituições. E, portanto, as contradições que permeiam suas condutas, sua relação com o corpo, a indistinção de seu comportamento ficam mais explicitadas.

Nessa faixa etária, estando no limiar da marginalidade, não se ajustam aos mecanismos socializadores, designados a delimitar o corpo e suas funções em um processo de individualização e de reprodução de relações assimétricas. Como conseqüência da resistência a tais ajustamentos, carregam as marcas da violência, que são gravadas pelas suas famílias, pela polícia, por traficantes, transeuntes, e mesmo de seus companheiros; ou da desconfiança, reforçada pela sensação infundável de

perigo a que estão submetidos. Há ainda outras marcas, como por exemplo, a vergonha com sua própria imagem, sentimento este fruto de um valor de limpeza e ordem já introjetado historicamente no indivíduo (Elias [1939] 1990).

Por outro lado, tais marcas, somadas às práticas construídas na rua, delineiam uma expressão corporal particular, que projeta a potencialidade de re-significação desses meninos e meninas, tanto dos valores “importados” do universo da familiar e institucional, como da movimentação da própria rua. A maleabilidade de seus corpos, utilizada pelos meninos e meninas, para obterem dinheiro, comida, proteção; as táticas agressivas como meio de sobrevivência, a resistência ao poder que se projeta como legitimado constituem uma nova inscrição corporal, sujeita a reformulações constantes, com uma versatilidade que os auxilia em sua adaptação com o tipo de vida itinerante, ao mesmo tempo que provoca muitas contradições e ambigüidades. As brincadeiras, o desafio no andar e no olhar, revelam o quanto se sentem à vontade com a rua, com sua pluralidade, com o imprevisível. Daí o prazer ao perceberem o quanto assustam o transeunte temeroso, aborrecem os policiais; daí também a busca pela aventura, a sensação de liberdade e de poder aparentes em seu deslocamento.

É nesta movimentação ininterrupta entre a vulnerabilidade corporal e habilidade com que lidam com ela que se cria o que já qualifiquei como “sociabilidade ambulante”. Nela se instaura um diálogo com os mecanismos de dominação que tendem a excluir as crianças e adolescentes. Tal diálogo pode resultar em resistência ou mesmo em absorções de alguns desses mecanismos. Mas o fundamental é entender

que é um diálogo produzido nas interfaces de processo de ordenação e submissão próprio do poder controlador do espaço urbano.

O corpo é o registro das condutas sociais; na visão de Mauss, ele é um instrumento revelador dos sistemas simbólicos<sup>28</sup>. As aprendizagens das técnicas corporais se fazem pela tradição, pela educação, organizadas pela autoridade social. O corpo, portanto, é uma matriz de inteligibilidade (Butler 1990:17) do comportamento social. Partilhando dessa idéia, tomei o corpo como uma categoria que, assim como o espaço social que analisei no capítulo anterior, desvela o caráter dinâmico, contingente, e ambíguo da “sociabilidade ambulante”. E o percebi resultado de uma aprendizagem cultural, mas que não se pauta unicamente pelos valores concebidos pela tradição ou pela autoridade social. Sem a possibilidade de estarem inseridas em um universo consensual, visível em sua totalidade, as manifestações corporais que tomei como ponto de reflexão são consequência dos diálogos construídos entre a tradição social<sup>29</sup> e seu contraponto, o mundo flexível, perigoso, nublado, das ruas da cidade.

---

<sup>28</sup> Mauss, Marcel “As técnicas corporais” in *Sociologia e Antropologia* vol II Edusp, SP, 1974

<sup>29</sup> Se for difícil pensar em uma tradição social única em meio a experiência urbana, consideremos algumas noções que ainda se pretendem hegemônicas nos segmentos sociais. As noções corporais são uma delas.

## Considerações Finais

*“Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego  
Uma flor ainda desbotada  
Ilude a polícia, rompe o asfalto (...)  
É feia. Mas é uma flor.  
Furou o asfalto, o tédio, o nojo, e o ódio.”  
Carlos Drummond de Andrade  
“A flor e a náusea”*

Em 1994, uma oficina de produção de textos foi criada em Porto Alegre, com meninos que habitavam um determinado lugar, a Praça do Cachorrinho<sup>1</sup>. Dessa oficina, produziu-se o livro *Letras na Rua* com histórias escritas por dez meninos. São fragmentos de sua vida em casa, na rua, nas instituições de atendimento por onde passaram, descrição dos amores, das pessoas com quem tiveram contato, dos sonhos, das frustrações. Dessas histórias, destaco alguns trechos:

Vaidoso diz o que pensa do futuro: “Eu penso o que todas as pessoas pensam. Ter uma vida igual a todo mundo, ter uma família, poder chegar em casa e dizer trabalhei bastante. Nos finais de semana ir ao parque com minha mulher e meu filho, ensinar para o meu filho o que é certo e o que é errado, não passar pelo que passei (...) Eu não tive estudo suficiente, mas meu filho vai ter porque eu acredito em Deus e sei que nada é difícil, é só pensar que pode fazer e insistir” (86).

Ricky e os fragmentos de sua trajetória: “Chegando na rua, achei tudo muito estranho. Sentia um desconforto, que na minha casa eu tinha de tudo, inclusive o estudo.” Saiu da rua e voltou: “Na rua, já não era tudo tão estranho como na primeira vez. Cheguei mais confiante, afinal, já tinha aprendido algumas coisas em Porto Alegre. Andava pra lá e pra cá, sem ninguém poder tocar na gente. Afinal, este é um dos motivos que levam milhares de crianças para a rua, sentir-se livre, dona de si.” No final de sua história, relata sua saída: “Andei muito tempo na rua, fazendo bagunça e vagabundeando. Mas graças à Deus encontrei um

---

<sup>1</sup> Esta oficina foi financiada pela Secretaria Municipal da cultura de Porto Alegre, e organizada por Adriana Lunardi e Claudia Turra Magni. Do trabalho oficinaireiro saiu o livro.

Lunardi, A e Magni, C. (Org). *Letras na Rua* Ed. Outras Vozes 1995, Porto Alegre

homem que me tirou da rua, me deu casa, comida, higiene, roupa, e todo o carinho que eu precisava (...) Estou aprendendo muita coisa. Por isso agradeço a Deus por tudo o que me deu e que ajude os que continuam na rua. Meu sonho é que todos tivessem casa, mas por causa da estúpida sociedade que é tapada, não tem o dom de ver a realidade da vida.” (99).

Depoimento de Dalei: “Vida muito boa esta com casa, é bom...Quem é que não queria ter uma vida dessas? Eu, eu podia ter esta vida. Tive várias oportunidades, mas não soube aproveitar. Agora vamos ver, com uma ajuda que eu estou tendo, se agora no ano que vem já vou começar a estudar, já vou pegar meus documentos, vou começar a trabalhar. Vamos ver se eu melhora no ano que vem.” (105).

Congo fala sobre a rua: “Eu estou gostando de ficar na rua. Pra mim eu acho que é bom. É legal, é legal. Na rua eu arrumo dinheiro todo o dia, como, tomo café. Dinheiro eu arrumo cuidando dos carros.(...) Arrumo R\$2,00, aí vou pra padaria, como pão, mortadela, e baré-cola. Aí, depois, chega de noite, a gente vai lá pro Gordo e o Magro, embaixo do Ribs...(125).

Pingüin: “Daqui uns dez anos? Eu quero estar trabalhando. Trabalhando e ter as minhas coisas, mesmo, entendeu? Ter minhas coisas e deu. Ah, minhas coisas. Se eu trabalhar num lugar legal, quero ter uma moto, quero ter a minha televisão, meu som, quero ter uma geladeira, nova, né? Quero ter umas coisinhas assim, minha mesmo, com nota, tudo, aí os homem podem chegar que eu tenho a nota, nem a polícia pode invadir a minha casa (...) Os outros garotos eu acho que eles vão também conseguir um serviço, tudo. Vão estudar, vão tirar curso. Porque

ninguém vai ficar nesta vida para sempre. Isso aí, ninguém vai ficar” (144).

Estes fragmentos expressam desejos e experiências particulares também dos meninos com os quais compartilhei os itinerários. Evidenciam, de forma significativa, a síntese de minhas reflexões. Das representações sobre a vida futura idealizada e normatizada, às vivências, aventuras e sofrimentos passados na rua, estas crianças e adolescentes traçam uma trajetória fragmentária, liminar e contingencial pelo espaço urbano. Vivem, parafraseando Cabral, em uma terceira margem (Cabral 1995:2), juntando discursos, imagens e práticas: meninos *bricoleur* de valores e espaços. A itinerância intensa atualiza seu dia-a-dia através das constantes territorializações e desterritorializações, espacializando suas experiências.

Entretanto, esse deslocamento incessante restringe a vivência e a idealização do tempo. Ao circularem pelas ruas por meses ou anos, crianças e adolescentes vivem o tempo como se o “abortassem”. Naturalmente, sua percepção das mudanças corporais, da sujeira gradual que cobre seus corpos, pela perda da imagem inocente que o crescimento gera não lhes é despercebida. No entanto, o tempo linear, progressivo e futurístico é colocado “entre parênteses”, dissolve-se na própria espacialidade, cenário onde o tempo se torna cíclico, reiterativo, do eterno retorno (Silva e Milito 1995:24). Vêm-se independentes de suas relações geracionais, isolados no tempo e no espaço. “A ruptura com os vínculos familiares, o afastamento dos códigos da domesticidade talvez proporcione, aos meninos de rua, uma perda do sentido da

ancestralidade, supondo a ilusão de que a idade vivida é absoluta no tempo.”(Leão 1996:44)<sup>2</sup>.

Entre eles não há limites rígidos entre o ser-criança e o ser-adolescente. Ambos convivem juntos e, embora estabeleçam relações de proteção com os menores, passam pelo mesmo aprendizado de rua, relativamente longe dos adultos e de suas projeções de futuro. “Viver na rua pode significar um hiato entre a violência da casa e as inderteminações da vida adulta, prendendo-os nas fronteiras entre a infância e a adolescência.” (Leão 1996:44).

Pode-se ver no entanto que, em meio aos fragmentos temporais de seu cotidiano, podemos entrever a angústia do crescimento, da mudança, das portas fechadas ou obscuras à sua frente. Uma significativa observação de Silva e Milito, traduz esta assombração: “esses guris pisam uma superfície que sofre constantemente a subterrânea erosão do tempo, a corroer as regalias da menoridade. (...) E só reparamos mais tarde porque nossos atores abrigam sob os trapos com que perambulam algo assim como seu punhal sob o manto: o tempo. Fingem a eterna infância, mas inconscientemente são corroídos pela obsessão da fugacidade da infância. Pois é assim que todos começam a deixar de ser meninos: quando descobrem que não serão meninos para sempre” (Silva e Milito 1995:17).

As experiências lúdicas, aventureiras e a sensação de autonomia convivem de forma conflituosa com o paradigma no qual a criança é

---

<sup>2</sup> Leão, Andréa Borges. “O impasse das construções imaginárias sobre a infância:Um estudo de caso”  
in *Cadernos do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social*, Salvador Março/Abril  
1996 n°162

circunscrita na casa, na escola e no trabalho. Principalmente, da criança e da adolescência como um período, uma fase de preparação para outras que se seguirão. No limiar, em um eixo espaço-temporal particular, meninos e meninas vivem uma espécie de “ausência” não só de lugar mas de idade.

Como é o caso de Pedro, que me chamou a atenção, cuja trajetória já me referi. Após três anos de vivência na rua, tentou desvincular-se do vício do *crack*. Passou então seis meses em uma clínica particular, onde se desintoxicou e foi preparado para uma vida “normal”. Quando o encontrei, procurava ansioso um emprego para, segundo ele, não ter que voltar para as ruas. A Pastoral buscou seus contatos com o gerente de um banco, que lhe prometeu um emprego. Pedro ficou mais ansioso, e exultante. Era seu retorno “ao mundo civilizado”, enfim.

Porém, quando Lúcia procurou o gerente, descobriu que este havia dado preferência a outro garoto que já estava à espera. A reação de Pedro foi de revolta; conteve-se para não brigar, mas caiu em desânimo e tornou-se mais impaciente. Lúcia arranjou-lhe então uma entrevista no Jornal Correio Popular, onde teria a função de vender jornal nos semáforos. Pedro não gostou: “pra ganhar pouco?”. Finalmente, Lúcia arranjou-lhe uma vaga para ajudante junto ao jornal que veiculava informações sobre as Pastorais. O detalhe era que seu lugar de trabalho era na Curia Metropolitana, onde ficava a Pastoral. Lúcia achou bom, disse que assim poderia verificar se Pedro voltaria ou não às ruas.

E assim começou a rotina. Pedro, nas horas vagas, sentava-se conosco na Pastoral. Ensinei-o a mexer no computador. Ficou fascinado,

aprendia rápido, engolia as informações. Ficou obcecado pela máquina. No entanto, apesar de gostar de ensiná-lo, eu pouco podia fazer, pois permanecia lá por pouco tempo, e ninguém mais tinha tempo para lhe ensinar. Pedro passou a usar o computador sozinho; um dia a impressora quebrou. Por ordens da Curia, proibiu-se o uso indiscriminado da máquina. Pedro parou de usá-la.

Lúcia arranhou-lhe uma vaga na escola, um lugar no externato São João para fazer aula de informática. Segundo os organizadores do jornal, Pedro somente poderia trabalhar se estudasse. Ademais, Pedro estava ainda na casa da clínica Souza Novaes, e disse que só se mudaria para morar com a mãe, quando esta saísse do bairro. Pedro via-se defronte a uma série de desafios simultâneos: a volta para casa, a reinserção no mundo escolar, a fixação no trabalho. O peso de novas inscrições em sua trajetória desabava sobre seus ombros.

A partir daí, progressivamente, uma série de eventos ocorreu. Pedro tinha que trazer marmita. Por vezes esquecia; pedia então dinheiro à Lúcia para comer. Esta, insatisfeita, passava-lhe um sermão cotidiano. Cobrava-lhe o cuidado cotidiano, a rotina aplicada, da qual Pedro se isentou por três anos. Em seguida, descobriram ligações telefônicas indevidas, como tele-piada ou tele-amizade. Alguns utensílios sumiram da cozinha. Embora de forma discreta, componentes da Curia associavam a Pedro tais atos, o que deixou os educadores revoltados. Aqui se reforçava o descompasso das relações. Pedro (mais tarde descobrimos) era de fato o autor dessas “estrepolias”; porém mesmo que não fosse, as acusações eram anteriores e causaram uma mudança efetiva nas relações de

confiança. Por outro lado, Pedro não havia se desvinculado ainda de seu olhar “tático”, que o levasse a fazer o que quisesse onde quisesse.

As aulas começaram nesta época. A Souza Novaes estabelecia uma regra de horários para chegar em casa à noite. O horário era apertado para Pedro, que saía da escola correndo. Aos poucos, o menino foi sumindo dos circuitos aqui traçados; começou a faltar ocasionalmente ao trabalho; não ia mais à escola. Um dia, os educadores ficaram desesperados: além desses dois circuitos, Pedro havia sumido da clínica Souza Novaes. Era uma sexta-feira e os educadores passaram o fim-de-semana apreensivos, à procura, temendo uma volta à rua.

Na segunda feira, Pedro retornou. Teve que enfrentar o aborrecimento dos educadores. Sentou-se a um canto, envergonhado. Perguntei onde estivera. Disse que estava muito confuso, não sabia o que fazer da vida; tinha então procurado seu irmão e acabou por dormir na casa dele. Pediu desculpas, mas disse que não devia mais satisfação, que ninguém mandava nele. Estava irritado com as cobranças incessantes.

Após este incidente, nada voltou a ser o mesmo. Pedro foi se desvinculando da pastoral; sumiu do trabalho, da escola. Largou a clínica e foi morar com seu irmão. As notícias que eu tinha dele eram então ocasionais. Voltou a pipar *crack*. Os outros meninos o chamavam de “Arrumadinho”. Nesse momento, Pedro perdia seu vínculo mais duradouro; A droga ainda o interessava, mas não pertencia mais ao circuito da rua. Tempos depois os educadores o encontraram no Vila Rica. Disse-lhes que morava com o irmão, mas agora guardava carros.

Recentemente mudou-se para uma cidade pequena em companhia do irmão; segundo ele, para tentar uma vida longe das drogas.

O relato da história da saída de Pedro das ruas mostra as ambigüidades das trajetórias e dos trajetos a que me referi nesta dissertação. Longe da escola, do trabalho e de qualquer vínculo familiar por três anos, acostumado a perambular por onde quisesse, foi subitamente lançado ao enquadramento do tempo em regras específicas, passando por lugares controlados e direcionados. Sempre em uma posição diferenciada (uma reterritorialização violenta). Era o ex-menino de rua, exemplo bem sucedido (e por isto celebrado) do trabalho de abordagem, garoto em “vias de” ser ressocializado. Se não era de rua, havia sido. As marcas estão nas suas atitudes desafiadoras, malandras.

Tendo estado um tempo significativo nas ruas, seu conhecimentos se pauta mais sobre a malandragem do que o saber escolar ou profissional. A malandragem não substitui este saber. O tempo cíclico das ruas criou uma lacuna na formação que é esperada em sua faixa etária. Como resultados desses embates, surgiu o desânimo, a sensação de impotência, o ego ferido. Sobretudo, havia a sensação de que estava socialmente ausente.

Mostra ainda as dissonâncias entre os códigos construídos na rua e as vozes que discursam sobre o modelo de infância e adolescência idealizado no imaginário social. Lidando com circunstâncias e perigos que ultrapassam o limite de autonomia que imaginamos em uma criança (estendendo-se à adolescência), meninos e meninas “de rua” particularizam uma vivência que se contrasta com a representação

mítica da criança pura, limpa, prenúncio do futuro, *locus* das aspirações dos adultos. “Escapando ao plano ideal, sobretudo ferindo a concepção que envolve o suposto ser idílico criança numa aura harmoniosa, a infância, quando associada às duras condições de vida da sociedade, representa o lugar da contravenção, do crime, do vício, do perigo, do indisciplinamento, e da revolta. As construções do imaginário moderno sobre a identidade da criança, deste modo, fundam-se no terreno movediço da duplicidade contraditória da sua condição, num mundo desigual e conflituoso: de vulnerável durante a vida e anjo depois de morta, transforma-se em menor infrator inadaptado ao convívio social...” (Leão 1996:40).

À criança idealizada contrapõem-se as crianças reais (Leão 1996:40). Estas crianças reais, ao escaparem das delimitações imaginárias de um universo espacial e temporal idealizadas, é transformada em não criança. Estando fora do lugar, tornam-se monstros: “...o menino só na rua transforma-se em uma monstruosidade social, em um paradoxo..” (Silva e Milito 1995:27). Daí a permanência do estigma mesmo depois que saem da rua; deixaram de ser crianças, são ex-meninos da rua. Simultanea e contraditoriamente, por esse vivenciamento da malandragem, do virar-se, também não se adaptam mais aos mecanismos de disciplinarização da criança idealizada. Reforça-se aqui o vazio no espaço e no tempo.

Sendo criança e adolescente, seres em socialização, são atores do imprevisto, do “disruptivo” (Silva e Milito 1995: 165). “Interessante verificar quando o gesto disruptivo, a atitude imprevista deixa de ser índice de traquinagem infantil e passa a ser símbolo de ameaça. Há uma

escala que vai da reprimenda ao extermínio” (Silva e Milito 1995: 165). A nublação da imagem destas meninas e meninos enquanto crianças, através de um saber que molda seus corpos e os coloca distantes da imagem purificada de criança, abre espaço para a permissão que agentes exterminadores ou ordenadores se dão para matar, espancar, ou estigmatizar.

No caso dos adolescentes, tal situação se acentua. Vistos como potenciais trabalhadores, mas que estão à margem do mundo ocupacional, são agredidos, desafiados e humilhados com maior facilidade. À medida que se aproximam dos 18 anos, meninos e meninas vão sendo empurrados de sua zona liminar, pressionados pelo estigma de perigo e má influência, inclusive por parte de educadores. Não há espaço para ambivalência nas construções imaginárias sobre a juventude. No limite, recorre-se ao extermínio.

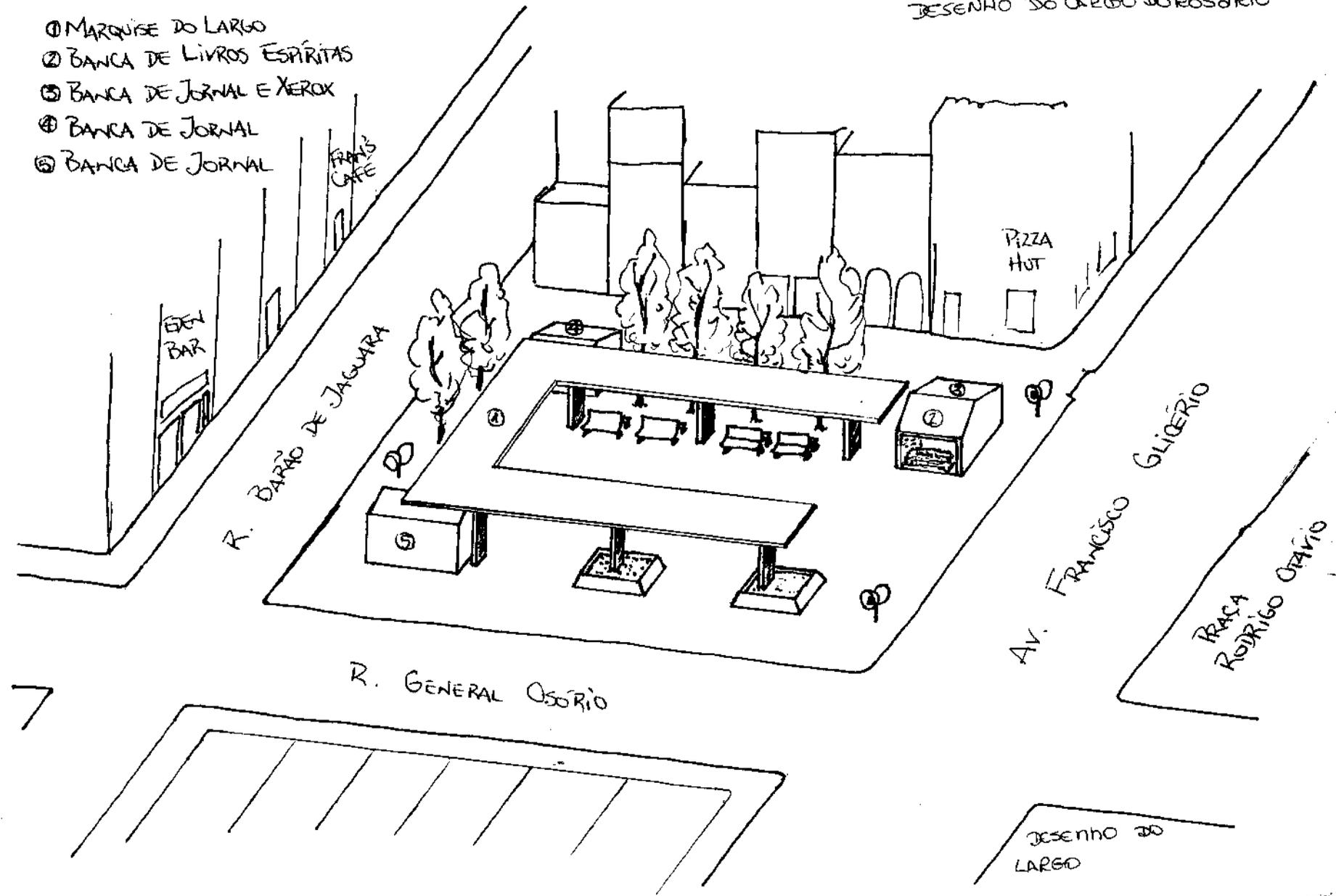
Penso que é preciso que estejamos dispostos a entender a particularidade desses códigos de rua, as contradições que eles criam no universo simbólico e pragmático do menino, que consideremos a incompletude da sua idade, para que tornemos efetivas as possibilidades de diálogo com eles, e com os demais segmentos sociais que os ameaçam e os deprezam. Se não levarmos em conta a importância do caráter contingencial de suas práticas, o tempo reiterado, a fragmentação de seu trajeto, pouco saberemos do que fazem enquanto praticam o espaço das ruas. Sem a atenção nesses elementos, guardaremos em nossa memória apenas a imagem do menino colado à paisagem urbana, fragmento perigoso e estranho que desaparece quando viramos a esquina.

Esquecemos então dele e da necessidade de obtermos suas respostas sobre a visão do mundo que têm, sobre sua potencialidade de resignificar um espaço e poder criar nele. Nesta compreensão talvez esteja a possibilidade de deixarmos de lado nossa resignação e impotência, e de assumirmos a mínima responsabilidade que temos para com eles. Ao localizarmos suas lacunas, ausências no tempo, espaço, talvez possamos tornar inteligíveis suas angústias, presentes nos olhares torturados, nas atitudes desesperadas e agressivas, na passividade de meninos e meninas internados nas instituições repressivas.

Prendermos nossa atenção em sua sociabilidade itinerante talvez represente uma nova consideração sobre as próprias categorias de infância e adolescência, sobre novas inscrições que se adicionam nelas, levando-nos a enfrentar as imagens que nos incomodam, desconstruí-las, questionar o preconceito que delas deriva, enfim, contemplarmos a criança ou o adolescente real com um respeito similar a imagem idealizada que fazemos deles. Se assim não for possível, resta-nos fazer um exercício reflexivo, de considerarmos, como colocam Silva e Milito, “o quanto são produtos de nós mesmos, o quanto são produtos de sua rebeldia contra nós mesmos. Isto significa dizer o quanto são crianças e adolescentes.” (Silva e Milito 1995:141). Trata-se aqui, de assumir a alteridade para torná-las de fato presentes e reais no universo social.

DESENHO DO LARGO DO ROSÁRIO

- ① MARQUISE DO LARGO
- ② BANCA DE LIVROS ESPÍRITAS
- ③ BANCA DE JORNAL E XEROX
- ④ BANCA DE JORNAL
- ⑤ BANCA DE JORNAL



DESENHO DO LARGO

## BIBLIOGRAFIA

- Alvim, M. R. B. & Valadares, L do Prado.  
1988 "Infância e sociedade no Brasil: Uma análise da literatura" in *BIB*, RJ nº 26, pp. 3-37
- Arantes, Antonio A.  
1994 "A guerra dos lugares - sobre fronteiras e liminaridades no Espaço Urbano" in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional*, nº 23, pp 191-203
- Ariès, Philippe  
1981 *História Social da Criança e da Família*. RJ, ed. Guanabara
- Arruda, Renaldo S.  
1983 *Pequenos bandidos*. SP, Global ed
- Augé, Marc  
1992 *Non-lieux*. Paris, Seuil
- Benjamin, Walter  
1991 "A Paris do Segundo Império em Baudelaire" in *Grandes cientistas Sociais* (org. Flávio Kothe) SP, ed. Ática, SP
- Butler, Judith  
1990 *Gender Trouble - Feminism and the subversion of identity*. Routledge, NY/London

“Sex and gender in Simone de Beauvoir’s  
*Second Sex*” in *Yale French Studies*, nº 72

Cabral, Vilson A.

1995 “Os cosmonautas da autopista”- *Trechos e Trecheiros...ou de como se fazer andando*.  
Chapecó, mimeo. Texto de circulação restrita

Caldeira, Teresa P. Do Rio

1994 “Violence, the unbounded body, and the  
disregard for rights: limits of democratization in  
Brazilian Society” texto ainda não publicado

Certeau, Michel de.

1994a “Andando na cidade” in *Revista do  
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº  
23, pp21-32

1994b *A invenção do cotidiano*. RJ, ed. Vozes

Chauf, Marilena

1990 “O Menor Trabalhador”. Publicação do Centro de  
Formação e apoio aos educadores do Movimento  
Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, maio

- Cheniaux, Sônia  
1982 *Trapaceiros e Trapaceados: o menor de rua e o serviço social*. SP, ed Cortez
- Deleuze, Gilles  
1992 *Conversações*. RJ, ed. 34 Letras
- Douglas, Mary.  
1973 *Simbolos naturales -exploraciones en cosmología*. Ed. Alianza  
1976 *Pureza e perigo*. SP, ed. Perspectiva
- Drexel, J e Iannone, L.  
1989 *Criança e Miséria: Vida ou Morte?* SP, ed. Moderna
- Elias, Norbert.  
1990 [1939] *O processo civilizador*. Vol. 1, RJ, ed. Jorge Zahar
- Faleiros, Vicente  
1987 "A fabricação do menor" in revista *Humanidades* nº 12 (IV)
- Fischer-Ferreira, R. M.  
1979 *Meninos de rua - Valores e expectativas de Menores marginalizados em São Paulo*. SP, Comissão de Paz e Justiça
- Foucault, Michel

- 1979 *Vigiar e Punir*. Petrópolis, ed. Vozes,  
*Microfísica do poder*. RJ, ed. Graal
- Geremek, Bronislaw  
 1988 *Os filhos de Caim - vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400-1700*. Companhia das Letras, SP
- Gregori, Maria F.  
 1991 "Violência e viração: um estudo sobre jovens de rua". mimeo, projeto de doutorado, SP
- Guattari, Felix  
 1985 "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade" in *Espaço & Debates*. SP, nº16  
 1981 *A revolução molecular*. SP, ed. Brasiliense
- Guirado, Marlene  
 1985 *A criança e a FEBEM*. SP, ed. Perspectiva
- Herzer, Sandra Mara  
 1982 *A queda para o alto*. SP, ed. Vozes
- Leach, Edmund  
 1983 "O cabelo mágico" in *Grandes Cientistas Sociais* (org.) Da Matta, Roberto. SP, ed Ática
- Leão, Andrea Borges  
 1996 "O impasse das construções imaginárias sobre a infância: Um estudo de Caso" in *cadernos do CEAS*. Salvador, março/abril, pp.37-46
- Leczneiski, Lisiane  
 1995 "Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcas de masculinidade entre os guris de rua" in

*Horizontes Antropológicos*, nº1, ano 1, Porto Alegre

Lunardi, A e Magni, C. (orgs)

1995 *Letras na Rua*. Porto Alegre, ed. Outras Vozes

Luppi, Carlos A.

1982 *Agora e na hora de nossa morte - o massacre do menor no Brasil*. SP, ed. Brasil Debates

Magni, Cláudia T

1995 "Povo da rua: um estudo sobre o nomadismo urbano" in coleção *Cadernos da Cidade*. Vol. 2, nº4, Porto Alegre

Marcus George

1991 "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do séc XX ao nível mundial" in *Revista de Antropologia*. SP, USP, nº 34, pp 197-221

Mauss, Marcel

1974 *Sociologia e Antropologia*. Vol. 2, SP, EDUSP

Montero, Paula

1993 "Questões para a etnografia numa sociedade mundial" in *Novos Estudos Cebrap* nº 36, julho, pp. 161-177

Pechman, Robert Moses

- 1993 "Os excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular" in *cadernos da ANPUH*
- Perrot, Michelle  
1993 *História da Vida Privada*. SP vol.4, ed. Schwarcs, 3º ed.
- Silva, Hélio e Milito, Cláudia  
1995 *Vozes do meio fio*. RJ, ed. Relume-Dumará
- Simmel, Georg  
1973 [1902] "A metrópole e a vida mental" in *O Fenômeno Urbano*. (org. Otávio Velho) RJ, ed. Zahar
- Souza, Valéria F. Machado de  
1994 *O conceito de menor: do Direito à Sociologia*. Monografia Curitiba, UFPR
- Stoffels, Marie-Ghislaine  
1977 *Os mendigos na cidade de São Paulo*. RJ, ed. Paz e Terra
- Turner, Victor  
1974 *O processo ritual - estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis, ed. Vozes
- Vieira, M. A. et al  
1992 *População de rua - Quem é, como vive, como é vista*. SP, ed. Hucitec
- Violante, M. Lúcia  
1982 *O dilema do decente malandro*. SP, ed. Cortez

Wenders, Wim

1994

“A paisagem urbana” in *Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 23

*Cidadão Criança; Cidadão Adolescente: contribuições para definição de uma política para a infância e juventude no Brasil.* Publicação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Brasília

*Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 13/07/90.* SP, Gráfica JB